Segunda-feira, 3 de Maio de 2004

Número 103

II

SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Assembleia da República

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros 6771

Presidência do Conselho de Ministros

Instituto do Consumidor 6771

Ministério das Finanças

Portaria n.º 479/2004 (2.ª série):

Prorroga por um ano o prazo de 90 dias previsto no n.º 3.º da portaria n.º 745/2003, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 134, de 11 de Junho de 2003 6771

Gabinete da Ministra 6771
Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento 6771
Direcção-Geral do Orçamento 6839

Ministérios das Finanças e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Portaria n.º 480/2004 (2.ª série):

Cria um lugar de assessor principal, da carreira de médico veterinário, no quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária, a extinguir quando vagar 6839

Ministério da Defesa Nacional

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional 6839
Estado-Maior-General das Forças Armadas 6840
Marinha 6841
Exército 6841

Ministério da Justiça

Direcção-Geral da Administração da Justiça 6845
Direcção-Geral dos Registos e do Notariado 6845
Direcção-Geral dos Serviços Prisionais 6845

Ministério da Economia

Direcção-Geral de Energia 6845

Ministérios da Economia e da Saúde

Avisos 6845

Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural 6846

Ministério da Educação

Conselho Nacional de Educação 6847
Direcção Regional de Educação de Lisboa 6847
Direcção Regional de Educação do Norte 6847

Ministério da Saúde

Administração Regional de Saúde do Alentejo 6847
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo 6848
Centro de Histocompatibilidade do Norte 6849
Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis 6849
Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento 6849

Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Gabinete da Secretária de Estado da Segurança Social ... 6849
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social 6849
Instituto de Solidariedade e Segurança Social 6849

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes 6850
Secretaria-Geral (do ex-MEPAT) 6864
Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais 6864
Escola Náutica Infante D. Henrique 6864
Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado 6864

Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território 6864
Direcção-Geral das Autarquias Locais 6866

Tribunal Constitucional 6867

Conselho Superior da Magistratura 6871

Tribunal Central Administrativo Sul 6871

Universidade do Algarve 6872

Universidade de Évora 6872

Universidade de Lisboa 6872

Universidade Nova de Lisboa 6873

Universidade do Porto 6873

Universidade Técnica de Lisboa 6876

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro 6879

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa 6879

Instituto Politécnico da Saúde de Coimbra 6892

Instituto Politécnico da Guarda 6893

Instituto Politécnico de Leiria 6893

Instituto Politécnico do Porto 6893

Instituto Politécnico de Setúbal 6893

Instituto Politécnico de Viseu 6894

Águas do Minho e Lima, S. A. 6894

Hospital de Santa Cruz, S. A. 6894

Hospital de Santo André, S. A. 6894

Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil — Centro Regional de Oncologia de Coimbra, S. A. 6895

Ordem dos Advogados 6895

Aviso. — Com base no disposto no n.º 12 do Despacho Normativo n.º 16/97, de 3 de Abril, foi publicado o apêndice n.º 54/2004 ao *Diário da República,* 2.ª série, n.º 103, de 3 de Maio de 2004, inserindo o seguinte:

Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.
Câmara Municipal de Armamar.
Câmara Municipal da Batalha.
Câmara Municipal de Beja.
Câmara Municipal de Campo Maior.
Câmara Municipal de Coruche.
Câmara Municipal de Faro.
Câmara Municipal do Fundão.
Câmara Municipal de Gavião.
Câmara Municipal de Gondomar.
Câmara Municipal de Grândola.
Câmara Municipal das Lajes das Flores.
Câmara Municipal da Mealhada.
Câmara Municipal de Monção.
Câmara Municipal do Montijo.
Câmara Municipal de Mortágua.
Câmara Municipal da Nazaré.
Câmara Municipal de Óbidos.
Câmara Municipal de Odemira.
Câmara Municipal de Ourém.
Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
Câmara Municipal de Palmela.
Câmara Municipal de Paredes de Coura.
Câmara Municipal de Penafiel.
Câmara Municipal de Penalva do Castelo.
Câmara Municipal da Ponta do Sol.
Câmara Municipal de Ponte da Barca.
Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
Câmara Municipal de Santiago do Cacém.
Câmara Municipal de São Brás de Alportel.
Câmara Municipal do Seixal.
Câmara Municipal de Sever do Vouga.
Câmara Municipal de Silves.
Câmara Municipal de Sousel.
Câmara Municipal de Torres Vedras.
Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.
Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira.
Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.
Câmara Municipal de Vimioso.
Câmara Municipal de Vouzela.
Junta de Freguesia de Alcabideche.
Junta de Freguesia de Alhos Vedros.
Junta de Freguesia de Arrentela.
Junta de Freguesia de Campolide.
Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra.
Junta de Freguesia de Odivelas.
Junta de Freguesia de Tramaga.
Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Despacho n.º 8734/2004 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Abril de 2004 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciada Maria Helena Catarino Petiz — nomeada em comissão de serviço chefe de divisão de Protocolo da Assembleia da República, ao abrigo do artigo 41.º da LOFAR (Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho), com efeitos a partir de 1 de Maio de 2004.

22 de Abril de 2004. — A Directora de Serviços, por delegação da Secretária-Geral, *Teresa Fernandes.*

Despacho n.º 8735/2004 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Abril de 2004 do presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda:

Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis — exonerado, nos termos dos n.os 5 e 6 do artigo 46.º da Lei n.º 77/88, de 1 de Julho (Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República), com a redacção que lhe foi dada pelas Leis n.os 59/93, de 17 de Agosto, e 28/2003, de 30 de Julho, do cargo de secretário auxiliar do gabinete de apoio a este Grupo Parlamentar, com efeitos a partir do dia 30 de Abril de 2004.

22 de Abril de 2004. — A Directora de Serviços, por delegação da Secretária-Geral, *Teresa Fernandes.*

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Instituto do Consumidor

Despacho (extracto) n.º 8736/2004 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Abril de 2004 do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro:

Licenciado Joaquim António Pereira Carrapiço — nomeado definitivamente na categoria de assessor principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal do Instituto do Consumidor, em lugar criado pela portaria n.º 97/2004 (2.ª série), a extinguir quando vagar, com efeitos reportados a 11 de Agosto de 1999, mantendo-se no exercício de funções do cargo de presidente do mesmo Instituto. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

19 de Abril de 2004. — A Vice-Presidente, *Maria de Lurdes Rebelo.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 479/2004 (2.ª série). — Pela portaria n.º 608/2001 (2.ª série), publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 74, de 28 de Março de 2001, foi autorizada a cessão, a título definitivo, à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis da antiga Escola Preparatória de Bento Carqueja, sita na freguesia e concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro, para instalação de uma academia de música e de um instituto de línguas.

A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis veio solicitar que o referido imóvel seja utilizado para actividades educativas e culturais ou de interesse municipal, finalidades que se consideram, também, de interesse público.

O referido município não chegou a dar ao imóvel o fim previsto na cessão, pelo que, pela portaria n.º 745/2003 (2.ª série), publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 134, de 11 de Junho de 2003, foi autorizado aquele município a destinar o referido imóvel a actividades educativas e culturais ou de interesse municipal.

Pelo n.º 3.º da referida portaria, a assinatura do aditamento ao auto de cessão deveria ocorrer no prazo máximo de 90 dias após a publicação da portaria em causa, prazo este que já expirou, sem que o aditamento tivesse sido celebrado.

Assim:

Considerando que a autarquia já procedeu ao pagamento da respectiva compensação, bem como já instalou a Academia de Música e um instituto de línguas:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, que o prazo de 90 dias previsto no n.º 3.º da portaria n.º 745/2003, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 134, de 11 de Junho de 2003, seja prorrogado por um ano.

16 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho.*

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 8737/2004 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, é fixado em 52 o número de vagas para o curso de Estudos Avançados em Gestão Pública para o ano lectivo de 2004-2005.

20 de Abril de 2004. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite.*

Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento

Despacho n.º 8738/2004 (2.ª série). — Feita uma cuidadosa avaliação das situações abrangidas pela tabela do regime livre relativa à comparticipação máxima da ADSE nos actos médicos, e tendo em vista objectivos de maior equidade e de adaptação à evolução da medicina e das tecnologias da saúde, entendeu-se aprovar uma nova tabela que reflicta as conclusões obtidas.

A actualização idêntica de todas as comparticipações máximas da ADSE, que até agora vinha sendo feita, num caminho, aliás, inverso ao da evolução do mercado, retirou coerência à estrutura das tabelas, tendo gerado injustiças e distorções. Importava inverter esta tendência.

Assim, e seguindo as linhas de orientação já referidas — mais equidade e adaptação aos progressos científicos e à evolução do mercado —, foi feito um levantamento exaustivo do actual panorama dos métodos e técnicas médicos que conduziu à previsão nesta nova tabela, que agora se aprova, de muitos novos actos médicos que não constavam da tabela anterior, com claras vantagens para os beneficiários da ADSE. Trata-se de um significativo alargamento de mais de 1400 códigos nas tabelas de medicina e cirurgia.

Relativamente aos actos médicos que são praticados com maior frequência e que correspondem a uma percentagem muito significativa da despesa da ADSE, mantiveram-se os valores da tabela anterior ou registaram-se aumentos marginais, como aconteceu com as consultas, lentes, armações, próteses dentárias, aparelhos de audição e aparelhos de ortodontia.

Por outro lado, ajustaram-se os valores das comparticipações em actos médicos cujos preços são significativamente diferentes dos tidos em conta nas comparticipações até agora vigentes. Em consequência, verificaram-se subidas muito significativas das comparticipações em actos como as biopsias, audiometrias, provas de esforço ou excisão de tumores benignos. Em actos em que a evolução tecnológica conduziu a uma significativa diminuição de custos, como acontece com as ressonâncias magnéticas, verificaram-se as reduções que reflectem tal modificação das condições de prestação do serviço. Importa salientar que estas reduções não representam qualquer restrição às comparticipações efectivamente usufruídas pelos beneficiários.

Salvaguardou-se também a comparticipação total das despesas realizadas por doentes hemodialisados, oncológicos, hemofílicos ou que sofram de paramiloidose, sendo o respectivo processamento abrangido por uma tabela única, designada por «Situações específicas».

Refira-se, por fim, que as medidas previstas tiveram também em conta, por um lado, a necessidade de se promover uma mais eficiente prestação aos beneficiários, de forma a garantir que as comparticipações sejam pagas num período que não exceda, na normalidade das situações, os dois meses, e, por outro, possibilitar um maior controlo da despesas de forma a evitar situações de abuso.

A natureza e extensão das alterações nas tabelas de medicina e cirurgia exigirá uma especial monitorização das comparticipações.

As tabelas do regime livre foram objecto de negociação com os sindicatos, no âmbito das negociações salariais para 2004, tendo sido obtido o acordo da FESAP — Frente Sindical da Administração Pública.

Assim, em conformidade com o disposto no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, aprovo as tabelas de cuidados de saúde do regime livre, em anexo, que entram em vigor a partir do dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação no *Diário da República.*

8 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Orçamento, *Norberto Emílio Sequeira da Rosa.*

Tabelas do regime livre

Anotações genéricas

1 — Os cuidados, os actos e os apoios que beneficiam de comparticipação da ADSE são identificados através de um código a que corresponde uma designação.

2 — As tabelas estão ordenadas por modalidades e os valores das comparticipações máximas estão expressos em euros.

3 — A cada cuidado ou acto será fixada uma percentagem de comparticipação e um valor máximo de comparticipação, podendo ainda ser definidos limites para quantidades e prazos. Os prazos de comparticipação reportam-se sempre a anos civis.

4 — A comparticipação obedecerá cumulativamente às regras comuns e às regras específicas da respectiva tabela.

5 — A ADSE poderá fixar outros códigos para além dos constantes nas presentes tabelas.

6 — Excepcionalmente, a ADSE poderá exigir comprovativos adicionais da despesa realizada, para além dos documentos definidos especificamente nas respectivas tabelas.

Regras comuns

1 — Os actos que estejam no âmbito da medicina do trabalho, da saúde pública ou que resultem de acidente da responsabilidade de terceiros não são comparticipados.

2 — A ADSE pode solicitar, para apreciação dos seus serviços médicos, respeitando as regras deontológicas, todos os elementos de natureza clínica que considerar necessários.

3 — A ADSE estabelecerá os procedimentos técnicos e administrativos necessários à implementação das presentes tabelas.

4 — Quando um exame tiver vários valores, por técnicas ou especificações diferentes, se não vier devidamente identificado como figura na tabela, será comparticipado o de menor valor.

5 — A comparticipação da despesa a suportar pela ADSE é de 80%, não podendo exceder os valores máximos expressos nas tabelas das respectivas modalidades, quando indicada expressamente na respectiva tabela e para o acto ou cuidado correspondente.

6 — As comparticipações serão processadas em função da tabela em vigor na data do respectivo documento de quitação.

I — Medicina

Regras

1 — Os actos constantes na tabela de medicina serão comparticipados quando realizados por médicos de clínica geral e médicos das respectivas especialidades.

2 — As anotações nas designações significam:

(a) Também é comparticipado o acto médico quando prescrito por médico especializado e realizado por psicólogo legalmente habilitado. O beneficiário deverá fazer prova desta situação através de original ou fotocópia da requisição médica especializada;

(b) Também é comparticipado o acto médico quando prescrito por médico especializado e realizado por técnico legalmente habilitado. O beneficiário deverá fazer prova desta situação através de original ou fotocópia da requisição médica especializada;

c) Só aplicáveis quando não forem efectuados outros actos, constantes da respectiva tabela, cujo valor já inclui a colocação dos aparelhos gessados.

3 — Quando nos documentos de despesa relativos a exames efectuados em centros, clínicas e estabelecimentos similares legalmente constituídos não vier expressa a identificação do médico responsável pelo acto realizado, poderá a ADSE, para haver lugar a comparticipação, exigir a respectiva identificação.

4 — Nos documentos de quitação deverão constar expressamente os respectivos códigos, estabelecidos pela Ordem dos Médicos.

Tabela — Medicina

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
	0110	Consulta médica	20,45
	0120	Consulta-psiquiatria	20,45
		02 — Serviços e técnicas gerais	
02000001	02.01	Algaliação na mulher	1,80
02000002	02.02	Algaliação no homem	5,40
02000003	02.03	Paracentese	9
02000004	02.04	Pericardiocentese	36
02000005	02.05	Torancentese	27
02000006	02.06	Punção testicular	10,80
02000007	02.07	Punção articular	10,80
02000008	02.08	Punção da bolsa sub-deltoideia	10,80
02000009	02.09	Punção prostática	10,80
02000010	02.10	Punção lombar-terapêutica ou exploradora	14,40
02000011	02.11	Punção com drenagem de derrame pleural ou peritoneal	18
02000012	02.12	Aspiração de abcesso, hematoma, seroma ou quisto	10,80
02000013	02.13	Colpocentese	10,80
02000014	02.14	Colocação de cateter umbilical no RN	10,80
02000015	02.15	Desbridamento arterial ou venoso	36
02000016	02.16	Exanguíneo transfusão (aplicação)	108
02000017	02.17	Transfusão fetal intra-uterina (aplicação)	144
02000018	02.18	Punção femoral, jugular ou do seio longitudinal superior	5,40
02000019	02.19	Transfusão ou perfusão intravenosa (aplicação)	5,40
02000020	02.20	Perfusão epicraniana (aplicação)	5,40
02000022	02.21	Intubação gástrica	5,40
02000023	02.22	Intubação duodenal	16,20
02000024	02.23	Lavagem gástrica	10,80
02000025	02.24	Punção arterial	5,40
		03 — Injecções para terapêuticas especiais	
03000001	03.01	Infusão para quimioterapia	9
03000002	03.02	Injecção intracavitária para quimioterapia	14,40
03000003	03.03	Injecção intratecal para quimioterapia	18
03000004	03.04	Injecção esclerosante de varizes (cada injecção)	4,50
03000005	03.05	Injecções para terapêuticas especiais -outras não especificadas	9
		04 — Serviços psiquiátricos	
04000002	04.01	Psiquiatria — Terapêutica convulsivante = Electrochoque	14,40
04000003	04.02	Psiquiatria — Terapêutica insulínica	14,40
04000004	04.03	Testes psicológicos(*a*)	14,40
04000005	04.04	Bateria de testes psicológicos (com relatório)(*a*)	54

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
		05 — Serviços de nefrologia	
05000007	05.01	Hemofiltração contínua arteriovenosa	298,80
05000008	05.02	Hemoperfusão	298,80
05000009	05.03	Plasmaferese	298,80
		06 — Serviços de gastroenterologia	
06000001	06.01	Dilatação esofágica (cada sessão)	22,50
06000002	06.02	Dilatação esofágica (por endoscopia)	78,30
06000003	06.03	Esclerose de varizes esofágicas por via endoscópica	76,50
06000004	06.04	Extracção de corpo estranho do tubo digestivo por via endoscópica	76,50
06000005	06.05	Colocação de prótese esofágica (excluindo a prótese)	141,30
06000006	06.06	Tamponamento de varizes esofágicas	45
06000007	06.07	Biopsia por cápsula	31,50
06000008	06.08	Manometria esofágica	45
06000009	06.09	Quimismo gástrico, basal	5,40
06000010	06.10	Quimismo gástrico, com estimulação	10,80
06000011	06.11	Pancreatografia e ou colangiografia retrógrada = CPRE	117
06000012	06.12	Esfincterotomia transendoscópica	162
06000013	06.13	Esfincterotomia transendoscópica com extracção de cálculo	180
06000014	06.14	Extracção de cálculo por via transendoscópica	135
06000015	06.15	Colocação transcutânea de prótese de drenagem de cálculo	90
06000016	06.16	Colangiografia percutânea = CPT	54
06000017	06.17	Implantação endoscópica da prótese de drenagem biliar	135
06000018	06.18	Esclerose de hemorróidas (por sessão)	10,80
06000019	06.19	Injecção sub-fissurária	9
06000020	06.20	Laqueação elástica de hemorróidas (por sessão)	10,80
06000021	06.21	Polipectomia do rectosigmoide com tubo rígido (incluindo exame endoscópico)	45
06000022	06.22	Polipectomia do tubo digestivo a adicionar ao respectivo exame endoscópico	45
06000024	06.23	Determinação do pH por eléctrodo no tubo digestivo	36
06000025	06.24	Pneumoperitoneo	36
06000026	06.25	Retropneumoperitoneo	45
06000027	06.26	Gastrostomia por via endoscópica	117
06000028	06.27	Tratamento de hemorróidas por infravermelhos	15,30
06000029	06.28	Tratamento de hemorróidas por criocoagulação	27
06000030	06.29	Ecoendoscopia do tubo digestivo	270
06000031	06.30	Manometria ano-rectal	76,50
06000032	06.31	Terapêutica hemostática (não varicosa) a adicionar ao respectivo exame endoscópico	45
06000033	06.32	Terapêutica por raio laser a adicionar ao respectivo exame endoscópico (cada sessão)	144
06000034	06.33	Litotripsia biliar extracorporal	315
06000035	06.34	Teste respiratório com carbono 13 (diagnóstico de infecção pelo *Helicobacter pylori*)	36,90
		07 — Serviços especiais de oftalmologia	
07000001	07.01	Exame oftalmológico completo sob anestesia geral, com ou sem manipulação do globo ocular, para diagnóstico inicial, relatório médico	54
07000002	07.02	Gonioscopia	12,60
07000003	07.03	Estudo moto-sensorial efectuado ao sinoptóforo	27,90
07000004	07.04	Sessão de tratamento ortóptico ou pleóptico(*b*)	10,80
07000005	07.05	Avaliação da visão binocular de perto e longe com testes subjectivos de fixação	12,60
07000006	07.06	Gráfico sinoptométrico	36,90
07000007	07.07	Gráfico de Hess	22,50
07000008	07.08	Campo visual binocular	33,30
07000009	07.09	Adaptação de lentes de contacto com fins terapêuticos (não inclui o preço da lente)	21,60
07000010	07.10	Avaliação de campos visuais, exame limitado (estímulos simples/equivalentes)	26,10
07000011	07.11	Avaliação dos campos visuais, exame intermédio (estímulos múltiplos, compo completo, vária esoptéras no perímetro Goldmann/equivalente)	36,90
07000012	07.12	Avaliação de campos visuais, exame extenso (perimetria quantitativa, estática ou cinética)	61,20
07000013	07.13	Perimetria computadorizada	45
07000014	07.14	Curva tonométrica de 24 horas	54
07000015	07.15	Tonografia	36
07000016	07.16	Testes de provocação de glaucoma com tonografia	41,40
07000017	07.17	Testes de provocação de glaucoma sem tonografia	14,40
07000021	07.18	Oftalmoscopia indirecta completa (inclui interposição lente, desenho/esquema e ou bio-microscopia do fundo)	37,80
07000022	07.19	Angiografia fluoresceínica com fotografias seriadas e relatório médico	99
07000023	07.20	Oftalmodinamometria	18,90
07000024	07.21	Retinografia	36
07000025	07.22	Angiografia *scan* laser oftalmológico	117
07000026	07.23	Cinevideoangiografia	99
07000027	07.24	Angiografia com verde indocianina	117
07000028	07.25	Eco Doppler *duplex scan* carotídeo/oftalmológico	162
07000029	07.26	Electro-oculomiografia, um ou mais músculos extraoculares, relatório	108
07000030	07.27	Electro-oculografia com registo e relatório	108
07000031	07.28	Electro-retinografia com registo e relatório	108
07000032	07.29	Estudo dos potenciais occipitais evocados e relatório	108
07000033	07.30	Estudo elaborado da visão cromática	54
07000034	07.31	Adaptometria	45
07000035	07.32	Fotografia de aspectos oculares externos	27
07000036	07.33	Fotografia especial do segmento anterior, com ou sem microscopia especular	54

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
07000037	07.34	Fotografia do segmento anterior com angiografia fluoresceínica	108
07000038	07.35	Fluofotometria do segmento anterior	72
07000039	07.36	Fluofotometria do segmento posterior	72
07000040	07.37	Avaliação da acuidade visual por técnicas diferenciadas (interferometria, visão de sensibilidade ao contraste, visão mesoscópica e escotópica/outras	45
07000041	07.38	Queratoscopia fotográfica	40,50
07000042	07.39	Queratoscopia computorizada	58,50
07000043	07.40	Electronistagmografia e ou electro-oculograma dinâmico com teste de nistagmo optocinético	81
07000044	07.41	Biomicroscopia especular	45
07000045	07.42	Prescrição e adaptação de próteses oculares (olho artificial)	18
07000046	07.43	Prescrição de auxiliares ópticos em situação de subvisão	63
07000047	07.44	Ecografia oftálmica A + B	63
07000048	07.45	Ecografia oftálmica linear, análise espectral com quantificação da amplitude	45
07000049	07.46	Ecografia oftálmica bidimensional de contacto	45
07000050	07.47	Biometria oftálmica por ecografia linear	36
07000051	07.48	Biometria oftálmica por ecografia linear com cálculo de potência da lente intraocular	45
07000052	07.49	Biometria oftálmica por ecografia linear com cálculo da espessura da córnea, paquimetria	45
07000053	07.50	Ecografia oftálmica para localização de corpos estranhos	45
07000054	07.51	Localização radiológica de corpo estranho da região orbitária (anel Comberg/equivalente)	72
07000055	07.52	Biomicroscopia do fundo ocular ou visão camerular com lente de Goldmann	19,80
		08 — Serviços especiais de otorrinolaringologia	
		0800 — Audiometria	
08000001	08.01	Audiometria tonal simples	23,40
08000002	08.02	Audiometria vocal	36
08000003	08.03	Audiometria automática (Becksey)	16,20
08000004	08.04	Estudo auditivo completo (audiometria tonal e vocal, impedância, prova de fadiga e recobro)	99
08000005	08.05	Testes suplementares de audiometria (*tone* Decay, Sisi, recobro, etc.) cada	23,40
08000006	08.06	Acufenometria	18
08000007	08.07	Optimização do ganho auditivo de *performance* electro-acústica das próteses auditivas *in situ*	54
		0801 — Audiometria infantil	
08010001	08.08	Rastreio da surdez do recém-nascido	18
08010002	08.09	Audiometria tonal até 5 anos de idade	55,80
08010003	08.10	Audiometria tonal de 5 a 8 anos de idade	46,80
08010004	08.11	Audiometria vocal de 8 a 10 anos de idade	54
		0802 — Audiometria de respostas eléctricas evocadas (ERA)	
08020001	08.12	ERA (incluindo BER e ECOG ou outra prova global)	234
08020002	08.13	Electrococleografia — traçado e protocolo	198
08020003	08.14	Respostas de tronco cerebral — traçado e protocolo	171
08020004	08.15	Respostas semiprecoces — traçado e protocolo	171
08020005	08.16	Respostas auditivas corticais	171
08020006	08.17	Otoemissões	54
08020007	08.18	ORL — Teste do promontório	198
		0803 — Timpanometria	
08030001	08.19	Timpanograma, incluindo a medição de compliance e volume do conduto externo	23,40
08030002	08.20	Pesquisa de reflexos acústicos ipsi-laterais ou contra-laterais	18
08030003	08.21	Pesquisa do Decay do reflexo bilateral	18
08030004	08.22	Pesquisa de reflexos não acústicos	18
08030005	08.23	Reflexograma de Metz	18
08030006	08.24	Estudo timpanométrico do funcionamento da Trompa de Eustáquio (medição feita com ponte de admitância)	18
08030007	08.25	Provas suplementares de timpanometria	18
08030008	08.26	Impedância ou admitância (incluindo timpanograma, medição de *compliance,* volume do conduto externo, reflexos acústicos ipsi e contra-laterais	49,50
		0804 — Vestibulametria	
08040001	08.27	Exame vestibular sumário (provas térmicas)	20,70
08040002	08.28	Exame vestibular por electronistagmografia = ENG	171
08040003	08.29	ENG computorizada	234
08040004	08.30	Craniocorpografia	27
08040005	08.31	Posturografia estática	171
08040006	08.32	Posturografia dinâmica	288
		0805 — Nervo facial	
08050001	08.33	Electroneuronomiografia de superfície com auxílio de equipamento computorizado = E.No.M.G. (três avaliações sucessivas)	153
08050002	08.34	Electroneuronografia	90
		0806 — Laringologia	
08060001	08.35	Estroboscopia da laringe	90
08060002	08.36	Sonografia da laringe	36

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
08060003	08.37	Glotografia	27
08060004	08.38	Fonetograma	27
		0807 — Gosto	
08070001	08.39	Electrogustometria	20,70
		0808 — Rinologia	
08080001	08.40	ORL — tratamento método de PROETZ	8,10
08080002	08.41	Rinodebitomanometria	45
		0809 — Situações Especiais	
08090001	08.42	Exames de ORL realizados sob indução medicamentosa	18
08090002	08.43	Exames de ORL realizados sob anestesia geral	54
08090003	08.44	ORL — observação e tratamento sob microscopia	9
		09 — Serviços cárdio-vasculares	
		0900 — Técnicas diagnósticas não invasivas	
09000001	09.01	Fonocardiograma com registo simultâneo duma derivação electrocardiográfica e dum mecanograma de referência	24,30
09000002	09.02	Apexocardiograma	18,90
09000003	09.03	Electrocardiograma simples de 12 derivações com interpretação e relatório = ECG	14,40
09000005	09.04	Prova de esforço máxima ou submáxima em tapete rolante ou cicloergómetro com monitorização electrocardiográfica contínua, sob supervisão médica, com interpretação e relatório	126
09000006	09.05	Vectocardiograma, com ou sem ECG, com interpretação e relatório	29,70
09000007	09.06	Monitorização electrocardiográfica contínua prolongada pelo método de Holter com gravação contínua, *scanning* por sobreposição ou impressão total miniaturizada, e análise automática, efectuada sob supervisão médica, com interpretação e relatório = Holter	108
09000008	09.07	Monitorização electrocardiográfica contínua prolongada pelo método de Holter, com análise de dados em tempo real, gravação não contínua e registo intermitente, efectuada sob supervisão médica, com interpretação e relatório	57,60
09000009	09.08	Monitorização electrocardiográfica prolongada com registo de dados activado pelo doente com memorização pré e pós-sintomática, efectuada sob supervisão médica, com interpretação e relatório	36
09000010	09.09	Registo electrocardiográfico de alta resolução, com ou sem ECG de 12 derivações	25,20
09000011	09.10	Análise da variabilidade do intervalo RR	24,30
09000101	09.11	Fluoroscopia cardíaca	30,60
09000201	09.12	Registo ambulatório prolongado (24 h ou mais) da pressão arterial incluindo gravação, análise por *scanning,* interpretação e relatório	108
09000202	09.13	Teste baroreflexo da função cardiovascular com mesa basculante *(tilt table),* com ou sem intervenção farmacológica	81
09000301	09.14	Ecocardiografia em tempo real (bidimensional), com registo de imagem, com ou sem registo em modo-M	108
09000302	09.15	Ecocardiografia em tempo real (bidimensional), com registo de imagem, com ou sem registo em modo-M, associada a ecografia Doppler, pulsada ou contínua, com análise espectral	243
09000303	09.16	Ecocardiografia transesofágica em tempo real (bidimensional), com ou sem registo em modo-M, com inclusão de posicionamento da sonda, aquisição de imagem, interpretação e relatório	342
09000304	09.17	Ecocardiog. de sobrecarga em tempo real (bidim.), c/ ou sem registo em modo-M, durante repouso e prova cardiov., c/ teste máx. ou submáx. em tap. rolante, cicloergométrico e ou sobrec. farmac., incluindo monitorização electrocardiog., c/ interpret. e relat.	360
09000305	09.18	Ecocardiografia intra-operatória em tempo real (bidimensional), com registo de imagem, com ou sem registo em modo-M, com estudo Doppler, pulsado ou contínuo, com análise espectral, estudo completo, com interpretação e relatório	324
		0901 — Técnicas diagnósticas não invasivas (cardiologia pediátrica)	
09010306	09.19	Ecocardiografia de contraste	243
09010307	09.20	Ecocardiografia fetal	261
09010308	09.21	Estudo Doppler cardíaco fetal	261
		0902 — Técnicas diagnósticas invasivas	
09020001	09.22	Cateterismo cardíaco direito	108
09020002	09.23	Implantação e posicionamento de catéter de balão por cateterismo direito para monitorização (Swan-Ganz)	90
09020003	09.24	Cateterismo cardíaco esquerdo	108
09020004	09.25	Cateterismo cardíaco esquerdo por via transeptal	189
09020005	09.26	Cateterismo cardíaco direito e esquerdo	189
09020006	09.27	Cateterismo cardíaco direito com angiografia (ventrículo direito ou artéria pulmonar)	180
09020007	09.28	Cateterismo cardíaco esquerdo com ventriculografia esquerda	180
09020008	09.29	Cateterismo cardíaco esquerdo com coronariografia selectiva	198
09020009	09.30	Cateterismo cardíaco esquerdo com ventriculografia esquerda, coronariografia selectiva	207
09020010	09.31	Cateterismo cardíaco esquerdo com ventriculografia esquerda, coronariografia selectiva e aortografia	216

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
09020011	09.32	Cateterismo cardíaco esquerdo com ventriculografia esquerda, coronariografia selectiva, aortografia e cateterismo direito	261
09020012	09.33	Cateterismo cardíaco esquerdo com ventriculografia esquerda, coronariografia selectiva, aortografia, cateterismo direito e visualização de *bypasses* aorto-coronários	279
09020013	09.34	Cateterismo cardíaco esquerdo com visualização de *bypasses* aorto-coronários	198
09020014	09.35	Prova de provocação de espasmo coronário (ergonovina)	135
09020015	09.36	Estudos de medição de débito cardíaco com corantes indicadores ou por termodiluição, incluindo cateterismo arterial ou venoso	135
09020016	09.37	Estudos de medição de débito cardíaco com corantes indicadores ou por termodiluição, incluindo cateterismo arterial ou venoso, medições subsequentes	27
09020101	09.38	Registo electrocardiográfico transesofágico	23,40
09020102	09.39	Registo electrocardiográfico transesofágico com estimulação eléctrica *(pacing)*	32,40
09020103	09.40	Registo do electrograma intra-auricular, do feixe de His, do ventrículo direito ou do ventrículo esquerdo	45
09020104	09.41	Mapeamento intraventricular e ou intra-auricular de focos de taquicardia com registo multifocal, para identificação da origem da taquicardia	63
09020105	09.42	Indução de arritmia por *pacing*	81
09020106	09.43	Implantação de *pacemaker* intra-auricular ou intraventricular	45
09020107	09.44	Estudo electrofisiológico completo com *pacing* e ou registo de aurícula direita, ventrículo direito e feixe de His, com indução de arritmias, incluindo implantação e reposicionamento de múltiplos electro-catéteres	234
09020108	09.45	Estudo electrofisiológico completo com *pacing* e ou registo de aurícula direita, ventrículo direito e feixe de His, com indução de arritmias, incluindo implantação e reposicionamento de múltiplos electro-catéteres, com indução de arritmias	315
09020109	09.46	Estudo electrofisiológico completo com *pacing* e ou registo de aurícula direita, ventrículo direito e feixe de His, com indução de arritmias, incluindo implantação e reposicionamento de múltiplos electro-catéteres, com indução de arritmias, com registo de	360
09020110	09.47	Estimulação programada e *pacing* após infusão intravenosa de fármacos	126
09020111	09.48	Estudo electrofisiológico de *follow-up* com *pacing* e registo para teste de eficácia de terapêutica, incluindo indução ou tentativa de indução de arritmia	126
09020201	09.49	Cateterismo cardíaco esquerdo com coronariografia selectiva e angioscopia coronária	234
09020202	09.50	Cateterismo cardíaco esquerdo com coronariografia selectiva e ultrassonografia intracoronária	234
09020203	09.51	Biopsia endomiocárdica	99
		0904 — Técnicas terapêuticas	
09040001	09.52	Cardioversão eléctrica externa, selectiva	81
09040002	09.53	Ressuscitação cardio-respiratória	63
09040003	09.54	Colocação percutânea de dispositivo de assistência cardio-circulatória, v.g. balão intra-aórtico para contrapulsação	189
09040004	09.55	Remoção percutânea de dispositivo de assistência cardio-circulatória, v.g. balão intra-aórtico para contrapulsação	99
09040005	09.56	Controle percutâneo de dispositivo de assistência cardio-circulatória, v.g. balão intra-aórtico para contrapulsação	54
09040101	09.57	Trombólise coronária por infusão intracoronária, incluindo coronariografia selectiva	144
09040102	09.58	Trombólise coronária por infusão intravenosa	126
09040103	09.59	Angioplastia coronária percutânea transluminal de um vaso	450
09040104	09.60	Angioplastia coronária percutânea transluminal de um vaso, por cada vaso adicional	225
09040105	09.61	Implantação de prótese intracoronária *(stent)*	378
09040106	09.62	Aterectomia percutânea transluminal direccional coronária de Simpson de um vaso	378
09040107	09.63	Aterectomia percutânea transluminal direccional coronária de Simpson de um vaso, por cada vaso adicional	144
09040201	09.64	Valvuloplastia pulmonar percutânea de balão	414
09040202	09.65	Valvuloplastia tricúspide percutânea de balão	351
09040203	09.66	Valvuloplastia aórtica percutânea de balão	468
09040204	09.67	Valvuloplastia mitral percutânea de balão	639
09040205	09.68	Dilatação percutânea de coarctação da aorta	351
09040206	09.69	Atrioseptostomia transvenosa por balão, do tipo Rashkind	414
09040207	09.70	Atrioseptostomia transvenosa por lâmina, do tipo Park	414
09040208	09.71	Encerramento percutâneo de canal arterial persistente	558
09040209	09.72	Encerramento percutâneo de comunicação interauricular	558
09040210	09.73	Encerramento de comunicação interventricular em ambulatório	558
09040211	09.74	Dilatação de ramos da artéria pulmonar	414
09040212	09.75	Dilatação de estenoses de veias pulmonares	414
09040213	09.76	Embolização vascular	414
09040301	09.77	Electrofisiologia de intervenção terapêutica, com ablacção de vias anómalas, por energia de radiofrequência	423
09040302	09.78	Electrofisiologia de intervenção terapêutica, com ablacção ou modulação da junção auriculo-ventricular, por energia de radiofrequência	360
09040303	09.79	Electrofisiologia de intervenção terapêutica, com ablacção de focos de taquidisritmia ventricular, por energia de radiofrequência	450
09040401	09.80	Implantação de *pacemaker* temporário percutâneo	81
09040402	09.81	Implantação de *pacemaker* permanente com eléctrodo transvenoso, auricular	324
09040403	09.82	Implantação de *pacemaker* permanente com eléctrodo transvenoso, ventricular	324
09040404	09.83	Implantação de *pacemaker* permanente com eléctrodo transvenoso, de dupla câmara	351
09040405	09.84	Substituição de gerador *pacemaker*, de uma ou duas câmaras	153
09040406	09.85	Passagem de sistema *pacemaker* de câmara única a dupla câmara (incluindo explantação do gerador anterior, teste do eléctrodo existente e implantação de novo eléctrodo e de novo gerador)	333

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
09040407	09.86	Revisão cirúrgica de sistema *pacemaker*, sem substituição de gerador (incluindo substituição, reposicionamento ou reparação de eléctrodos transvenosos permanentes), cinco ou mais dias após implantação inicial	126
09040408	09.87	Remoção de sistema *pacemaker*	126
09040409	09.88	Controlo electrónico do sistema *pacemaker* permanente de uma câmara, sem programação	9
09040410	09.89	Controlo electrónico do sistema *pacemaker* permanente de uma câmara, com programação	10,80
09040411	09.90	Controlo electrónico do sistema *pacemaker* permanente de dupla câmara, sem programação	10,80
09040412	09.91	Controlo electrónico do sistema *pacemaker* permanente de dupla câmara, com programação	14,40
09040501	09.92	Implantação de cardioversor-desfibrilhador automático com eléctrodos (sensores e cardioversores-desfibrilhadores) transvenosos	648
09040502	09.93	Substituição de gerador cardioversor-desfibrilhador	216
09040503	09.94	Revisão de loca de gerador cardioversor-desfibrilhador	207
09040504	09.95	Revisão, reposicionamento ou explantação de eléctrodos (sensores e cardioversores-desfibrilhadores) transvenosos de sistema cardioversor-desfibrilhador	567
09040505	09.96	Controlo electrónico de cardioversor-desfibrilhador automático, sem programação	9
09040506	09.97	Controlo electrónico de cardioversor-desfibrilhador automático, com programação	14,40
09040507	09.98	Avaliação electrofisiológica de cardioversor-desfibrilhador automático	135
09040602	09.99	Explantação de corpos estranhos do sistema cardiovascular por cateterismo percutâneo	135
		10 — Serviços de pneumologia	
		1000 — Serviços gerais	
10000001	10.01	Drenagem pleural contínua	16,50
10000002	10.02	Exsuflação de pneumotórax expontâneo	22
10000003	10.03	Pleurodese	5,50
10000004	10.04	Punção transtraqueal	16,50
10000005	10.05	Punção transtorácica	27,50
		1001 — Prova de função repiratória	
10010001	10.06	Espirometria simples (estudo dos volumes e débitos)	11
10010002	10.07	Espirometria simples com prova de broncodilatação	24,80
10010003	10.08	Espirometria simples com prova de provocação inalatória inespecífica	36,25
10010004	10.09	Espirometria simples com prova de provocação inalatória específica	40
10010005	10.10	Mecânica ventilatória simples (estudo de volumes, incluindo o volume residual + débitos + resistência das vias aéreas)	51,20
10010006	10.11	Mecânica ventilatória com prova de broncodilatação	57,50
10010007	10.12	Mecânica ventilatória com prova de provocação inalatória inespecífica	61,25
10010008	10.13	Mecânica ventilatória com prova de provocação inalatória específica	65
10010009	10.14	Mecânica ventilatória — *Compliance* pulmonar	33,50
10010010	10.15	Estudo da difusão em prova da função respiratória	33,50
10010011	10.16	Oximetria transcutânea	13
10010012	10.17	Registo poligráfico do sono com avaliação terapêutica = CPAP	420
		1002 — Manobras por broncoscopia	
10020001	10.18	Aspirado brônquico, para bacteriologia, micologia, parasitologia e citologia	5,50
10020002	10.19	Escovado brônquico para citologia	5,50
10020003	10.20	Punção aspirativa transbrônquica para citologia	16,50
10020004	10.21	Escovado brônquico duplamente protegido para pesquisa de germens (aeróbios e anaeróbios) e fungos	20,50
10020005	10.22	Lavagem bronco-alveolar	11
10020006	10.23	Lavagens brônquicas dirigidas	5,50
10020007	10.24	Broncografia (introdução do produto de contraste)	9,90
		1003 — Tratamento por broncoscopia	
10030001	10.25	Broncoaspiração de secreções	5,50
10030002	10.26	Cirurgia por *laser* (fotocoagulação) — por broncoscopia	89,25
10030003	10.27	Extracção de corpo estranho — por broncoscopia	22
10030004	10.28	Instilação de soro gelado e ou adrenalina em hemoptises	5,50
10030005	10.29	Intubações endotraqueais (conduzidas por broncofibroscópio)	22
10030006	10.30	Tamponamento de hemoptises	16,50
10030007	10.31	Crioterapia endobrônquica	40,75
10030008	10.32	Colocação de prótese enduminal — Aparelho respiratório	172
		1004 — Tratamento por pleuroscopia	
10040001	10.33	Aplicação de colas biológicas por pleuroscopia	5,50
10040002	10.34	Coagulação por *laser* por pleuroscopia	67,25
10040003	10.35	Electrocauterização — por pleuroscopia	11
10040004	10.36	Pleurodese por pleuroscopia	5,50
		1005 — Inaloterapia	
10050003	10.37	IPPB = Ventilação por pressão positiva intermitente	3,35
10050004	10.38	Oxigenoterapia (a utilizar durante as sessões de readaptação)	1,85
		11 — Serviços especias de imunoalergologia	
		1100 — Provas de sensibilidade cutânea, incluindo leitura	
11000001	11.01	Provas de sensibilidade cutânea, incluindo leitura — por picada (no mínimo série *standard*)	9,54
11000002	11.02	Provas de sensibilidade cutânea, incluindo leitura — intradérmica (no mínimo série *standard*)	9,54

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
11000003	11.03	Provas de sensibilidade cutânea, incluindo leitura — por contacto (no mínimo série *standard*)	14,60
11000004	11.04	Estudo da imunidade celular por testes múltiplos	12,30
		1101 — Provas de provocação nasal (sem rinomanometria)	
11010001	11.05	Provas de provocação nasal inespecíficas	3,40
11010002	11.06	Provas de provocação nasal específicas	3,40
		1102 — Provas de provocação nasal (com rinomanometria)	
11020001	11.07	Provas de provocação nasal inespecíficas	12,50
11020002	11.08	Provas de provocação nasal específicas	12,50
		1103 — Provas de provocação oftálmica	
11030001	11.09	Provas de provocação oftálmica — cada alergeno	10,20
		1104 — Provas de provocação oral	
11040001	11.10	Provas de provocação oral — cada alergeno	10,20
		1105 — Provas de avaliação da broncomotricidade	
11050002	11.11	Provas broncodilatadoras por espirometria simples	9,07
11050003	11.12	Provas broncoconstritoras inespecíficas por espirometria simples	13,37
11050004	11.13	Provas broncoconstritoras específicas (cada) por espirometria simples	14,52
11050006	11.14	Provas broncodilatadoras por mecânica ventilatória	20,45
11050007	11.15	Provas broncoconstritoras inespecíficas por mecânica ventilatória	21,60
11050008	11.16	Provas broncoconstritoras específicas (cada) por mecânica ventilatória	22,75
		1106 — Imunoterapia	
11060001	11.17	Injecção (sob vigilância médica)	2,25
		12 — Serviços especiais de ginecologia	
12000001	12.01	Introdução de pessário	18
12000002	12.02	Introdução do DIU	18
12000003	12.03	Extracção do DIU por via abdominal (laparotomia ou celioscopia)	126
12000004	12.04	Manobras para exame radiográfico do útero e anexos	36
12000005	12.05	Secção de sinéquias por histeroscopia	90
12000012	12.06	Monitorização da ovulação	27
12000013	12.07	Tratamento de condilomas vulvares (cauterização química, eléctrica ou criocoagulação)	27
		13 — Serviços especiais de obstetrícia	
13000001	13.01	Amniocentese (2.º trimestre)	45
13000002	13.02	Amniocentese (3.º trimestre)	36
13000003	13.03	Teste de stress à ocitocina	36
13000004	13.04	Iniciação e ou supervisão de monitorização fetal interna durante o trabalho de parto	72
13000005	13.05	Injecção intra-amniótica (amniocentese) de solução hipertónica e ou prostaglandinas para indução do trabalho de parto	36
13000006	13.06	Injecção intra-uterina extra amniótica de solução hipertónica e ou prostaglandinas para indução do trabalho de parto	18
13000007	13.07	Monitorização fetal externa, com protocolos e extractos dos cardiotocogramas (fora ou durante o trabalho de parto). Teste de reatividade fetal	14,40
13000008	13.08	Biopsia com pinça ou agulha — corion	36
13000009	13.09	Cordocentese	54
		14 — Serviços especiais de neurofisiologia	
		1400 — Electroencefalografia	
14000001	14.01	Electroencefalograma — traçado diurno com provas de activação (HPP e ELI)	50,40
14000002	14.02	Electroencefalograma — traçado de sono diurno	54
14000003	14.03	Electroencefalograma — traçado fora do laboratório	120,60
14000004	14.04	Electroencefalograma — traçado poligráfico	208,80
14000005	14.05	Electrocorticografia	205,20
14000006	14.06	Electroencefalograma — teste de latência múltipla do sono	288
14000007	14.07	Registo prolongado de EEG e Video (monitorização no laboratório)	324
14000008	14.08	Registo prolongado de EEG e Video (monitorização em ambulatório)	120,60
14000009	14.09	Electroencefalograma — traçado de sono em ambulatório	120,60
14000010	14.10	Electroencefalograma — registo poligráfico do sono nocturno	405
14000011	14.11	Cartografia de EEG	216
14000012	14.12	Cartografia de potenciais evocados visuais	216
14000013	14.13	Cartografia de potenciais evocados auditivos	216
14000014	14.14	Cartografia de potenciais evocados somatosensitivos	216
14000015	14.15	Cartografia de P300	216
		1401 — Potenciais Evocados	
14010001	14.16	Potenciais evocados visuais	171
14010002	14.17	Potenciais evocados auditivos	171

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
14010003	14.18	Potenciais evocados somatosensitivos	171
14010004	14.19	Potenciais evocados do nervo pudendo	171
14010005	14.20	Potenciais evocados por estimulação de pares cranianos	198
14010006	14.21	Potenciais evocados por estimulação paraespinhal	198
14010007	14.22	Potenciais evocados por estimulação de dermatomas	198
14010008	14.23	Reflexo bulbocavernoso	171
		1402 — Electromiografia	
14020001	14.24	Electromiografia (incluindo velocidades de condução)	76,50
14020002	14.25	Electromiografia de fibra única	130,50
14020003	14.26	Reflexo de encerramento ocular (Blink reflex)	112,50
14020004	14.27	Estudo da condução do nervo frénico	130,50
		1403 — Estudos do sistema nervoso autonómico	
14030001	14.28	Resposta simpática cutânea	171
14030002	14.29	Estudo da variação R-R	171
		1404 — Estimulação magnética motora	
14040001	14.30	Estimulação magnética motora com captação a níveis diversos	198
		15 — Estudos especiais de dermatologia	
15000001	15.01	Crioterapia cutânea com neve carbónica (por sessão)	18
15000002	15.02	Crioterapia, com azoto líquido, de lesões cutâneas benignas (por sessão)	18
15000003	15.03	Crioterapia, com azoto líquido, de lesões cutâneas malignas, excepto face e região frontal	57,60
15000004	15.04	Crioterapia, com azoto líquido, de lesões cutâneas malignas da face e região frontal	75,60
15000006	15.05	Electrocoagulação de lesões cutâneas	30,60
15000007	15.06	Cirurgia pelo método de Mohs (microscopicamente controlada)	117
15000009	15.07	Terapêutica intralesional com corticóides ou citostáticos	10,80
15000010	15.08	P.U.V.A. (por sessão) banho prévio com psolareno	26,10
15000011	15.09	P.U.V.A. (por sessão) terapêutica oral ou tópica com psolareno	18,90
15000012	15.10	Quimiocirurgia com pasta de zinco	45
15000013	15.11	Laserterapia cirúrgica por *laser* de CO2 de lesões cutâneas	108
15000014	15.12	Diagnóstico pela luz de Wood	5,40
15000015	15.13	Laser pulsado de contraste (até 10 cm2)	279
15000016	15.14	Laser pulsado de contraste › 10 cm2 ‹ 20 cm2	333
15000017	15.15	Laser pulsado de contraste maior que 20 cm2	432
		16 — Serviços especiais de urologia	
		1600 — Manobras terapêuticas	
16000001	16.01	Redução manual de parafimose	27
16000002	16.02	Fulguração e cauterização nos genitais externos	27
16000003	16.03	Calibração e dilatação da uretra	27
16000004	16.04	Instilação intravesical	18
16000005	16.05	Substituição não cirúrgica de sondas cateteres ou tubos de drenagem	18
		1601 — Urodinâmica	
16010001	16.06	Fluxometria = urofluxometria	22,50
16010002	16.07	Cistografia (água ou gás)	49,50
16010003	16.08	Electromiografia esfincteriana em urologia	67,50
16010004	16.09	Perfil uretral	22,50
16010005	16.10	Exame urodinâmico completo do aparelho urinário baixo	162
16010006	16.11	Exame urodinâmico do aparelho urinário alto — estudo de perfusão renal (exclui nefrostomia)	67,50
		1602 — Estudo da função eréctil	
16020001	16.12	Rigiscan	81
16020002	16.13	Doppler peniano	40,50
16020003	16.14	Cavernosometria	54
16020004	16.15	Cavernosografia dinâmica	63
16020005	16.16	Teste PGE com papaverina ou prostaglandina	13,50
16020006	16.17	Electromiografia da fibra muscular do corpo cavernoso	67,50
16020007	16.18	Potenciais evocados somato-sensitivos do nervo pudendo	171
		17 — Serviços de endoscopia	
		1700 — Digestiva	
17000001	17.01	Esofagoscopia	58,50
17000002	17.02	Endoscopia alta = esofagogastroduodenoscopia	76,50
17000003	17.03	Enteroscopia	76,50
17000004	17.04	Coledoscopia peroral	121,50
17000005	17.05	Colonoscopia total	126
17000006	17.06	Colonoscopia esquerda	94,50

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
17000007	17.07	Fibrosigmoidoscopia	54
17000008	17.08	Rectosigmoidoscopia (tubo rígido)	22,50
17000009	17.09	Anuscopia	9
		1701 — Respiratória	
17010001	17.10	Rinoscopia posterior endoscópica	54
17010002	17.11	Sinuscopia	54
17010003	17.12	Laringoscopia	54
17010004	17.13	Microlaringoscopia em suspensão	72
17010005	17.14	Broncoscopia	76,50
17010006	17.15	Pleuroscopia	76,50
17010007	17.16	Broncoscopia com broncovideoscopia	90
17010008	17.17	Mediastinoscopia cervical	148,50
17010009	17.18	Hiloscopia	85,50
		1702 — Urológica	
17020001	17.19	Uretroscopia	99
17020002	17.20	Cistoscopia simples	99
17020003	17.21	Uretrorrenoscopia de diagnóstico	378
17020004	17.22	Nefroscopia percutânea em ambulatório	432
17020005	17.23	Endoscopia flexível (a acrescentar ao valor do custo real da endoscopia do órgão)	180
17020006	17.24	Peniscopia	54
		1703 — Ginecológica	
17030001	17.25	Laparoscopia diagnóstica	81
17030002	17.26	Colposcopia	40,50
17030003	17.27	Culdoscopia	85,50
17030004	17.28	Histeroscopia	63
17030005	17.29	Amnioscopia	9
17030006	17.30	Amnioscopia intraovular (fetoscopia)	108
		1704 — Outras	
17040001	17.31	Artroscopia	103,50
		18 — Biopsias	
		1800 — Biopsias com pinça ou agulha	
18000001	18.01	Biopsia com pinça ou agulha — gânglio (acto isolado)	11,70
18000002	18.02	Biopsia com pinça ou agulha — gengiva (acto isolado)	11,70
18000003	18.03	Biopsia com pinça ou agulha — fígado (acto isolado)	38,70
18000004	18.04	Biopsia com pinça ou agulha — mama (acto isolado)	11,70
18000005	18.05	Biopsia com pinça ou agulha — tecidos moles (acto isolado)	11,70
18000006	18.06	Biopsia com pinça ou agulha — osso (acto isolado)	29,70
18000007	18.07	Biopsia com pinça ou agulha — pénis (acto isolado)	11,70
18000008	18.08	Biopsia com pinça ou agulha — próstata (acto isolado)	47,70
18000009	18.09	Biopsia com pinça ou agulha — rim (acto isolado)	56,70
18000010	18.10	Biopsia com pinça ou agulha — testículo (acto isolado)	20,70
18000011	18.11	Biopsia com pinça ou agulha — tiróide (acto isolado)	20,70
18000012	18.12	Biopsia com pinça ou agulha — pulmão (acto isolado)	47,70
18000013	18.13	Biopsia com pinça ou agulha — pleura (acto isolado)	20,70
18000014	18.14	Biopsia com pinça ou agulha — mediastino (acto isolado)	56,70
18000015	18.15	Biopsia com pinça ou agulha — vulva (acto isolado)	11,70
18000016	18.16	Biopsia com pinça ou agulha — vagina (acto isolado)	11,70
18000017	18.17	Biopsia com pinça ou agulha — colo do útero (acto isolado)	11,70
18000018	18.18	Biopsia com pinça ou agulha — recto (acto isolado)	11,70
18000019	18.19	Biopsia com pinça ou agulha — orofaringe (acto isolado)	17,10
18000020	18.20	Biopsia com pinça ou agulha — nasofaringe (acto isolado)	20,70
18000021	18.21	Biopsia com pinça ou agulha — laringe (acto isolado)	20,70
18000022	18.22	Biopsia com pinça ou agulha — nariz (acto isolado)	11,70
18000023	18.23	Biopsia com pinça ou agulha — baço (acto isolado)	38,70
18000024	18.24	Biopsia com pinça ou agulha — baço, com manometria (acto isolado)	47,70
18000025	18.25	Biopsia com pinça ou agulha — pele (acto isolado)	11,70
18000026	18.26	Biopsia com pinça ou agulha — mucosa (acto isolado)	11,70
18000027	18.27	Biopsia com pinça ou agulha — endométrio (acto isolado)	20,70
18000028	18.28	Biopsia endoscópica (acresce ao valor da endoscopia)	11,70
		19 — Aplicação de aparelhos gessados ou ortopédicos	
19000001	19.01	Aplicação de aparelho gessado no antebraço(*c*)	36
19000002	19.02	Aplicação de aparelho gessado no braço e antebraço(*c*)	45
19000003	19.03	Aplicação de aparelho gessado no cervicotorácico (Minerva)(*c*)	72
19000004	19.04	Aplicação de aparelho gessado nos dedos da mão ou pé(*c*)	27
19000005	19.05	Aplicação de aparelho gessado na mão e antebraço distal = Luva gessada(*c*)	36
19000006	19.06	Aplicação de aparelho gessado tóraco-braquial(*c*)	72
19000007	19.07	Aplicação de aparelho gessado torácico = Colete gessado(*c*)	72
19000008	19.08	Aplicação de aparelho gessado no colar(*c*)	27
19000009	19.09	Aplicação de aparelho gessado Velpeau(*c*)	54

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
19000010	19.10	Aplicação de aparelho gessado pelvi-podálico unilateral(*c*)	54
19000011	19.11	Aplicação de aparelho gessado pelvi-podálico bilateral(*c*)	72
19000012	19.12	Aplicação de aparelho gessado halopélvico(*c*)	90
19000013	19.13	Aplicação de aparelho gessado na coxa, perna e pé(*c*)	45
19000014	19.14	Aplicação de aparelho gessado na perna e pé(*c*)	36
19000015	19.15	Aplicação de aparelho gessado na coxa e perna = Joelheira gessada(*c*)	45
19000016	19.16	Leito gessado	72
19000017	19.17	Aplicação de aparelho gessado em toda a coluna vertebral com correcção de escoliose	90
19000018	19.18	Colocação de tala tipo Denis Browne em pé ou mão bota	9
		1901 — Tracções	
19010001	19.19	Tracção cutânea à cabeça	18
19010002	19.20	Tracção cutânea à bacia	18
19010003	19.21	Tracção cutânea aos membros	18
19010004	19.22	Tracção esquelética ao crânio	45
19010005	19.23	Tracção esquelética aos membros	63
19010006	19.24	Tracção esquelética aos dedos	45
19010007	19.25	Tracção halopélvica	90
		20 — Serviços especiais em cirurgia vascular	
20000001	20.01	Escleroterapia ambulatória de varizes do membro inferior (por sessão e por membro)	31,50
20000002	20.02	Escleroterapia de varizes do membro inferior sob anestesia geral	148,50
20000003	20.03	Limpeza ou curetagem de úlcera de perna	45
20000004	20.04	Enxerto cutâneo de úlcera de perna	126
20000005	20.05	Aplicação de aparelho de compressão permanente (bota una, cola de zinco, *kompress,* etc.)	36
20000006	20.06	Compressão pneumática sequencial	27
20000007	20.07	Drenagem linfática de membro por correntes farádicas em sincronismo cardíaco, com massagem associada	36
20000008	20.08	Laserterapia de varizes	99
20000009	20.09	Simpatólise lombar	90
		21 — Técnicas reumatológicas	
21000001	21.01	Aspiração de bolsas sinoviais	10,80
21000002	21.02	Aspiração de bolsas sinoviais sob controlo ecográfico	28,80
21000003	21.03	Artrocentese diagnóstica	14,40
21000004	21.04	Artrocentese diagnóstica sob controlo ecográfico	32,40
21000005	21.05	Biopsia sinovial fechada do joelho	36
21000006	21.06	Biopsia sinovial fechada da coxo-femural	72
21000007	21.07	Biopsia sinovial fechada salvo coxo-femural ou joelho sem intensificador de imagem	36
21000008	21.08	Biopsia sinovial fechada salvo coxo-femural ou joelho com intensificador de imagem	63
21000009	21.09	Biopsia sinovial sob artroscopia (acresce ao valor da artroscopia)	9
21000011	21.10	Biopsia com pinça ou agulha — glândulas salivares	36
21000015	21.11	Condroscopia	72
21000016	21.12	Artrografia	27
21000017	21.13	Discografia	90
21000018	21.14	Infiltração de partes moles	10,80
21000019	21.15	Infiltração de partes moles sob controlo ecográfico	28,80
21000020	21.16	Infiltração articular	14,40
21000021	21.17	Infiltração articular sob controlo ecográfico	32,40
21000022	21.18	Infiltração de partes moles sob intensificador de imagem	41,40
21000023	21.19	Artroclise	63
21000024	21.20	Bloqueio de nervo periférico	18
21000025	21.21	Infiltração epidural	18
21000026	21.22	Injecção intratecal	45
21000027	21.23	Sinoviortese com hexacetonido	27
21000028	21.24	Sinoviortese com hexacetonido sob controlo ecográfico	45
21000029	21.25	Sinoviortese com hexacetonido sob intensificador de imagem	45
21000030	21.26	Sinoviortese com ácido ósmico	45
21000031	21.27	Sinoviortese com ácido ósmico sob controlo ecográfico	45
21000032	21.28	Sinoviortese com ácido ósmico sob intensificador de imagem	72
21000033	21.29	Sinoviortese com radioisótopos Itrium 90	54
21000034	21.30	Sinoviortese com radioisótopos Renium 186 (com controlo ecográfico)	72
21000035	21.31	Sinoviortese com radioisótopos Renium 186 (com intensificador de imagem)	72
21000036	21.32	Quimionucleólise	270
21000037	21.33	Nucleólise percutânea	270
21000038	21.34	Artroscopia terapêutica simples (extração de corpos livres, desbridamentos, secções, etc.)	162
21000039	21.35	Artroscopia terapêutica de lesões articulares circunscritas	234
21000040	21.36	Capilaroscopia da prega cutânea periunguial	10,80

II — Cirurgia

Regras

1 — Os actos cirúrgicos serão comparticipados quando realizados por médicos das respectivas especialidades.

2 — Operações na mesma incisão serão valorizadas da seguinte forma: a primeira a 100 % e as outras a 50 % do valor da tabela, desde que sejam operações bem definidas, autónomas e constantes da tabela. Excluem-se a apendicectomia em apêndice sem patologia, herniorrafia associada a orquidopexia, meatotomia ou secção do freio

em circuncisão, plastia do colo vesical em prostatectomia e remoção de cálculos durante intervenções com outras finalidades executadas no aparelho urinário.

3 — As visitas pós-operatórias do médico cirurgião, no decurso do internamento, num período de 15 dias, não serão passíveis de comparticipação.

4 — Os valores desta tabela abrangem os honorários do cirurgião.

5 — Nos documentos de quitação deverão constar expressamente os respectivos códigos, estabelecidos pela Ordem dos Médicos.

6 — As anotações nas designações dos actos significam:

(a) Só é comparticipado desde que apresentado o relatório médico circunstanciado da necessidade da intervenção;

(b) Só beneficia de comparticipação nos casos de agenesia, defeito congénito, pós-cirurgia amputadora, tumoral ou em virtude de acidente, com referência ao órgão intervencionado.

Tabela — Cirúrgia

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
		30 — Pele, anexos e partes moles	
		3000 — Geral	
30000001	30.01	Incisão e drenagem de abcesso subcutâneo	74,35
30000002	30.02	Incisão e drenagem de abcesso profundo da pele	120,85
30000003	30.03	Incisão e drenagem de quisto sebáceo, quisto pilonidal ou furúnculo	74,35
30000004	30.04	Incisão e drenagem de oníquia ou perioníquia	74,35
30000005	30.05	Incisão e drenagem de hematoma	74,35
30000006	30.06	Excisão de pequenos tumores benignos ou quistos subcutâneos excepto região frontal e face	139,50
30000007	30.07	Excisão de lesões benignas da região frontal da face e mão, passíveis de encerramento directo	186
30000008	30.08	Excisão de tumor profundo da pele anexos e partes moles	465
30000009	30.09	Excisão de lesões benignas ou malignas só passíveis de encerramento com plastia complexa, na região frontal, face e mão	930
30000010	30.10	Excisão de lesões benignas ou malignas só passíveis de encerramento com plastia complexa, excepto região frontal, face e mão	697,50
30000011	30.11	Excisão de cicatrizes da face, pescoço ou mão e plastia por retalhos locais (Z, W, LLL, *etc*)	465
30000012	30.12	Curetagem de verrugas ou condilomas	73,20
30000013	30.13	Excisão de quisto ou fístula pilonidal	357,95
30000014	30.14	Excisão de quisto ou fístula branquial	520,70
30000015	30.15	Sutura de ferida da face e região frontal até 5 cm (adultos) e 2,5 cm (crianças)	148,70
30000016	30.16	Sutura de ferida da face e região frontal maior do que 5 cm (adultos) e 2,5 cm (crianças)	288,20
30000017	30.17	Sutura de ferida cutânea até 5 cm (adultos) ou 2,5 cm (crianças) excepto face e região frontal	78,95
30000018	30.18	Sutura de ferida cutânea maior do que 5 cm (adultos) ou 2,5 cm (crianças), excepto face e região frontal	102,20
30000019	30.19	Tratamento cirúrgico da unha encravada	78,95
30000020	30.20	Excisão de cicatrizes da face, pescoço ou mão e sutura directa	232,50
30000021	30.21	Excisão de cicatrizes de pregas de flexão e plastia por retalhos locais	348,75
30000022	30.22	Excisão de cicatrizes, excepto face, pescoço ou mão e sutura directa	232,50
30000023	30.23	Excisão de cicatrizes, excepto face, pescoço ou mão e plastia por retalhos locais	279
30000024	30.24	Excisão de cicatriz e plastia por enxerto de pele total	558
30000025	30.25	Extracção de corpo estranho supra-aponevrótico excepto face ou mão	102,20
30000026	30.26	Extracção de corpo estranho subaponevrótico excepto face ou mão	195,20
30000027	30.27	Extracção de corpo estranho da face ou mão	195,20
30000028	30.28	Desbridamento cirúrgico de ulceração até 3 % da superfície corporal	69,75
30000029	30.29	Desbridamento cirúrgico de ulceração entre 3 % e 10 %	186
30000030	30.30	Desbridamento cirúrgico de ulceração entre 10 % e 30 %	279
30000031	30.31	Desbridamento cirúrgico de ulceração acima de 30 %	372
		3001 — Queimaduras	
30010001	30.32	Desbridamento cirúrgico de queimaduras da face, pescoço ou mão	186
30010002	30.33	Desbridamento cirúrgico de queimadura até 3 % excepto face, pescoço e mão	93
30010003	30.34	Desbridamento cirúrgico de queimaduras entre 3 % e 10 %	186
30010004	30.35	Desbridamento cirúrgico de queimaduras entre 10 % e 30 %	279
30010005	30.36	Desbridamento cirúrgico de queimaduras acima de 30 %	372
30010006	30.37	Penso cirúrgico de queimadura até 3 %	46,50
30010007	30.38	Penso cirúrgico de queimadura entre 3 % e 10 %	69,75
30010008	30.39	Penso cirúrgico de queimadura entre 10 % e 30 %	116,25
30010009	30.40	Penso cirúrgico de queimadura com mais de 30 %	162,75
		3002 — Cirurgia Estética	
30020005	30.41	Dermabrasão cirúrgica total da face(*a*)	465
30020006	30.42	Dermabrasão cirúrgica parcial da face por unidade anatómica(*a*)	209,25
30020008	30.43	Dermabrasão química total da face(*a*)	418,50
30020009	30.44	Dermabrasão química parcial da face por unidade anatómica(*a*)	186
30020015	30.45	Rinoplastia completa(*b*)	581,25
30020016	30.46	Rinoplastia da ponta(*b*)	465
30020017	30.47	Rinoplastia das asas(*b*)	465
30020018	30.48	Reconstrução nasal parcial, tempo principal(*b*)	558
30020019	30.49	Reconstrução nasal parcial, tempo complementar(*b*)	279
30020020	30.50	Reconstrução nasal total, tempo principal(*b*)	837
30020021	30.51	Reconstrução nasal total, tempo complementar(*b*)	372
30020022	30.52	Reconstrução nasal por retalho pré-fabricado (1.º tempo)(*b*)	1 395
30020023	30.53	Correcção do nariz em sela com enxerto ósseo ou cartilagens(*b*)	930

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
30020026	30.54	Reconstrução total da orelha, tempo principal(*b*)	930
30020027	30.55	Reconstrução total da orelha, tempo complementar(*b*)	372
30020028	30.56	Reconstrução parcial da orelha, tempo principal(*b*)	465
30020029	30.57	Reconstrução parcial da orelha, tempo complementar(*b*)	232,50
30020036	30.58	Abdominoplastia (simples ressecção)(*a*)	465
30020037	30.59	Abdominoplastia, com transposição do umbigo(*a*)	558
30020038	30.60	Abdominoplastia, com transposição do umbigo e reparação músculo-aponevrótica(*a*)	697,50
30020039	30.61	Dermolipectomiabraquial (unilateral)(*a*)	325,50
30020041	30.62	Cirurgia estética da região glútea (unilateral)(*a*)	325,50
30020042	30.63	Dermolipectomia da coxa (unilateral)(*a*)	325,50
		3003 — Enxertos	
30030001	30.64	Enxerto dermoepidérmico até 10 cm^2 ou de 0,5 % da superfície corporal das crianças, excepto face, boca, pescoço, genitais ou mão	186
30030002	30.65	Enxerto dermoepidérmico até 100 cm^2 ou de 1 % da superfície corporal das crianças excepto face, boca, pescoço, genitais ou mão	279
30030003	30.66	Enxerto dermoepidérmico maior que 100 cm^2 ou de 1 % da superfície corporal das crianças .	465
30030004	30.67	Enxerto dermoepidérmico maior que 100 cm^2 ou de 1 % da superfície corporal das crianças por cada área de 100 cm^2 a mais	232,50
30030005	30.68	Enxertos em rede	372
30030006	30.69	Enxerto dermoepidérmico até 100 cm^2 ou de 1 % da superfície corporal das crianças, face, boca, pescoço, genitais ou mão	465
30030007	30.70	Enxerto dermoepidérmico maior que 100 cm^2 ou de 1 % da superfície corporal das crianças na face, boca, genitais ou mão	697,50
30030008	30.71	Enxerto de clivagem, ou de pele total na região frontal, face, boca, pescoço, axila, genitais, mãos e pés até 20 cm^2	465
30030009	30.72	Enxerto de clivagem, ou de pele total na região frontal, face, boca, pescoço, axila, genitais, mãos e pés maior que 20 cm^2	651
30030010	30.73	Enxerto de clivagem de pele total até 20 cm^2 noutras regiões	372
30030011	30.74	Enxerto de clivagem em pele total maior que 20 cm^2 noutras regiões	465
30030012	30.75	Enxertos adiposos ou dermo-adiposos fascia, cartilagem, ósseo, periósteo	465
30030013	30.76	Retalhos locais, em Z, U, W, V, Y, etc.	232,50
30030014	30.77	Retalhos locais, plastias em Z, múltiplas, etc.	418,50
30030015	30.78	Retalhos de tecidos adjacentes na região frontal face, boca, pescoço, axila, genitais mãos, pés até 10 cm^2	651
30030016	30.79	Retalhos de tecidos adjacentes na região frontal, face, boca, pescoço, axila, genitais, mãos, pés, maior que 10 cm^2	697,50
30030017	30.80	Retalhos de tecidos adjacentes noutras regiões menores que 10 cm^2	232,50
30030018	30.81	Retalhos de tecidos adjacentes noutras regiões de 10 cm^2 a 30 cm^2	372
30030019	30.82	Formação de retalhos pediculados, à distância, 1.º tempo	511,50
30030020	30.83	Formação de retalhos pediculados, à distância, cada tempo complementar	372
30030021	30.84	Retalhos de tecidos adjacentes noutras regiões maior que 30 cm^2	465
30030022	30.85	Retalhos miocutâneos sem pedículo vascular identificado	697,50
30030023	30.86	Retalhos cutâneos, miocutâneos ou musculares com pedículo vascular ou vasculo nervoso identificado	930
30030024	30.87	Retalhos fasciocutâneos	558
30030025	30.88	Retalhos miocutâneos ou musculares	697,50
30030026	30.89	Retalhos osteomiocutâneos ou osteo-musculares	790,50
30030027	30.90	Retalho livre com microanastomoses vasculares	1 162,50
30030028	30.91	Retalhos de tecidos adjacentes no couro cabeludo, tronco e membros (excepto mãos e pés) menores que 10 cm^2	465
30030029	30.92	Retalhos de tecidos adjacentes no couro cabeludo, tronco e membros (excepto mãos e pés) de 10 cm^2 a 30 cm^2	558
30030030	30.93	Retalhos de tecidos adjacentes no couro cabeludo, tronco e membros (excepto mãos e pés) maior que 30 cm^2	697,50
30030031	30.94	Retalhos miocutâneos, musculares, ou fasciocutâneos sem pedículo vascular identificado	697,50
30030032	30.95	Retalhos cutâneos, miocutâneos, fasciocutâneos ou musculares, com pedículo vascular ou vasculo nervoso identificado	930
30030034	30.96	Reconstrução osteoplástica de dedos, cada tempo	697,50
		3004 — Diversos	
30040001	30.97	Expansão tissular para correcção de anomalias várias, por cada expansor e cada tempo operatório	465
30040002	30.98	Desbridamento de escara de decúbito	232,50
30040003	30.99	Desbridamento de escara de decúbito com plastia local	604,50
30040004	57.01	Transferência de dedo à distância por microcirurgia	2 092,50
		31 — MAMA	
31000001	31.01	Incisão e drenagem de abcesso profundo da mama	93
31000002	31.02	Excisão de fibroadenomas e quisto da mama	186
31000003	31.03	Mastectomia parcial (quadrantectomia)	279
31000004	31.04	Mastectomia simples	511,50
31000005	31.05	Mastectomia subcutânea	511,50
31000006	31.06	Mastectomia por ginecomastia, unilateral	465
31000007	31.07	Mastectomia radical	744
31000008	31.08	Mastectomia radical com linfadenectomia da mamária interna	930
31000009	31.09	Mastectomia superradical (Urban)	1 302
31000010	31.10	Mastectomia radical modificada	744
31000011	31.11	Mastectomia parcial com esvaziamento axilar	651

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
31000012	31.12	Plastia mamária de redução unilateral	813,75
31000013	31.13	Plastia mamária de aumento unilateral(*b*)	465
31000014	31.14	Remoção ou substituição de material de prótese mamária	232,50
31000015	31.15	Tratamento cirúrgico de encapsulação de material de prótese mamária	325,50
31000016	31.16	Reconstrução mamária pós mastectomia ou agenesia com utilização de expansor	697,50
31000017	31.17	Reconstrução mamária com retalhos adjacentes(*b*)	697,50
31000018	31.18	Reconstrução mamária com retalhos miocutâneos à distância(*b*)	1 162,50
31000019	31.19	Reconstrução do complexo areolo-mamilar(*b*)	465
31000020	31.20	Reconstrução mamária com retalho miocutâneo do grande dorsal(*b*)	1 162,50
31000021	31.21	Reconstrução mamária com Tram-Flap(*b*)	1 627,50
31000022	31.22	Correcção de mamilos invertidos (unilateral)	465
31000023	31.23	Exérese de mamilos supranumerários	232,50
31000024	31.24	Exérese de mama supranumerária	325,50
31000025	31.25	Reconstrução mamária com retalho livre(*b*)	1 860
31000026	31.26	Excisão de lesão infraclínica da mama com marcação prévia	465
31000027	31.27	Excisão de lesão da mama (com ou sem marcação) e com esvaziamento axilar	651
31000028	31.28	Reexcisão da área da biopsia prévia e esvaziamento axilar	651
31000029	31.29	Ressecção de canais galactóforos	279
31000030	31.30	Esvaziamento axilar como 2.º tempo de cirurgia conservadora do carcinoma da mama (cirurgia diferida)	651
		32 — Reimplantações	
32000001	32.01	Reimplantes do braço ou antebraço, completos	2 325
32000002	32.02	Reimplantes do braço e antebraço incompletos (com pedículo de tecidos moles)	2 092,50
32000003	32.03	Reimplantes da mão, completa	2 092,50
32000004	32.04	Reimplantes da mão, incompleta (com pedículo de tecidos moles)	1 860
32000005	32.05	Reimplantes de dedos, completa	930
32000006	32.06	Reimplantes de dedos, incompleta (com pedículo de tecidos moles)	697,50
		33 — Sistema músculo esquelético	
		3300 — Cabeça	
33000001	33.01	Tratamento cirúrgico de craniosinostose por via extracraniana	930
33000002	33.02	Tratamento cirúrgico de craniosinostose por via intracraniana	1 395
33000003	33.03	Correcção de teleorbitismo por via extracraniana	930
33000004	33.04	Correcção de teleorbitismo por via intracraniana	1 162,50
33000006	33.05	Artrotomia têmporo-mandíbular	325,50
33000007	33.06	Coronoidectomia (operação isolada)	651
33000008	33.07	Ressecção do condilo mandíbular	511,50
33000009	33.08	Meniscectomia têmporo-mandíbular	465
33000010	33.09	Excisão de quisto ou tumor benigno da mandíbula	279
33000011	33.10	Ressecção parcial da mandíbula, sem perda de continuidade	348,75
33000012	33.11	Ressecção parcial da mandíbula com perda de continuidade	697,50
33000013	33.12	Ressecção total da mandíbula	930
33000014	33.13	Ressecção total da mandíbula com reconstrução imediata	1 395
33000015	33.14	Ressecção parcial do maxilar superior	511,50
33000016	33.15	Ressecção parcial do maxilar superior com reconstrução imediata	930
33000017	33.16	Ressecção total do maxilar superior	930
33000018	33.17	Ressecção de ossos da face por quisto ou tumor (outros não especificados)	511,50
33000019	33.18	Reconstrução parcial da mandíbula com material aloplástico	465
33000020	33.19	Reconstrução parcial da mandíbula com enxerto osteo-cartilagineo	697,50
33000021	33.20	Reconstrução total da mandíbula com material aloplástico	558
33000022	33.21	Reconstrução total da mandíbula com enxerto ósseo	930
33000023	33.22	Osteoplastia mandíbular por prognatismo ou retroprognatismo	1 395
33000024	33.23	Osteoplastia da mandíbula segmentar	930
33000025	33.24	Osteoplastia da mandíbula, total	1 395
33000026	33.25	Osteoplastia do maxilar superior, segmentar tipo Le Fort I	930
33000027	33.26	Osteoplastia maxilo-facial, com osteotomia tipo Le Fort II	1 395
33000028	33.27	Condiloplastia mandíbular programada unilateral	651
33000029	33.28	Artroplastia têmporo-mandíbular (cada lado)	651
33000030	33.29	Cranioplastia complexa com enxerto ósseo	2 092,50
33000031	33.30	Osteotomia segmentar do maxilar superior	697,50
33000032	33.31	Cranioplastia simples com enxerto ósseo	1 162,50
33000033	33.32	Tratamento cirúrgico da disfunção intermaxilar	697,50
33000034	33.33	Cranioplastia simples com material aloplastico	790,50
33000035	33.34	Ablação de tumor craniano por dupla abordagem (intra e extracraniana)	2 092,50
33000101	33.35	Tratamento incruento da fractura de nariz por redução simples fechada	139,50
33000102	33.36	Tratamento cirúrgico de fractura instável de nariz	232,50
33000103	33.37	Tratamento cirúrgico de fractura do complexo nasoetmoide, incluindo reparação dos ligamentos centrais epicantais	697,50
33000104	33.38	Tratamento cirúrgico de fractura nasomaxilar (tipo Le Fort III)	697,50
33000105	33.39	Tratamento cirúrgico da fractura-disjunção cranio-facial (tipo Le Fort III)	744
33000106	33.40	Tratamento de fractura do maxilar superior, por método simples	348,75
33000107	33.41	Tratamento de fractura do maxilar superior, com fixação interna ou externa	651
33000108	33.42	Tratamento da fractura do complexo zigomático malar sem fixação	348,75
33000109	33.43	Tratamento da fractura do complexo zigomático malar com fixação	697,50
33000110	33.44	Tratamento de fractura do pavimento da órbita, tipo *blow-out*	558
33000111	33.45	Tratamento de fractura do pavimento da órbita, tipo *blow-out* com endoprotese de *Silastic*	697,50
33000112	33.46	Tratamento de fractura do pavimento da órbita, tipo *blow-out,* com enxerto ósseo	697,50
33000113	33.47	Bloqueio intermaxilar (operação isolada)	325,50
33000114	33.48	Tratamento da fractura da mandíbula por método simples	348,75

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
33000115	33.49	Tratamento ortopédico da fractura mandíbular por fixação intermaxilar	511,50
33000116	33.50	Tratamento cirúrgico e osteossíntese da fractura mandíbular (1 osteossíntese)	697,50
33000117	33.51	Tratamento incruento de luxação têmporo-maxilar por manipulação externa	69,75
33000118	33.52	Tratamento cirúrgico de luxação têmporo-maxilar	511,50
33000119	33.53	Tratamento cirúrgico de fractura tipo Le Fort I ou Le Fort II	465
33000120	33.54	Tratamento cirúrgico com osteossínteses múltiplas de fracturas mandíbulares	930
33000121	33.55	Tratamento de fractura do maxilar superior, por bloqueio intermaxilar	348,75
33000122	33.56	Tratamento cirúrgico de fractura do maxilar superior com osteossíntese	465
33000123	33.57	Tratamento cirúrgico de fractura do maxilar superior com osteossíntese com suspensão	348,75
33000124	33.58	Tratamento de fractura mandíbular por bloqueio intermaxilar	511,50
33000125	33.59	Tratamento cirúrgico de fractura mandíbular por osteossíntese e bloqueio intermaxilar	697,50
33000126	33.60	Tratamento incruento de luxação têmporo-mandíbular por manipulação externa	139,50
		3301 — Pescoço	
33010001	33.61	Tenotomia dos escalenos	418,50
33010002	33.62	Cirurgia muscular dinâmica por transferência muscular	697,50
33010003	33.63	Enxertos musculares livres	1 162,50
33010005	33.64	Mioplastia de alongamento ou miectomia por torcicolo congénito,	511,50
33010006	33.65	Celulectomia cervical unilateral	930
33010007	33.66	Celulectomia cervical bilateral	1 395
33010008	33.67	Neurorrafia do nervo facial	930
33010009	33.68	Enxerto nervoso do nervo facial	1 162,50
33010010	33.69	Enxerto nervoso cruzado do nervo facial	1 395
33010011	33.70	Neurotização a partir de outro nervo craniano	1 395
		3302 — Parede torácica	
33020001	33.71	Tratamento cirúrgico de fractura do esterno (osteossíntese)	511,50
33020002	33.72	Tratamento cirúrgico de fracturas de costelas (fixação)	348,75
33020003	33.73	Ressecção de costelas	348,75
33020004	33.74	Reparação da parede torácica com prótese	558
33020005	33.75	Tratamento cirúrgico de *pectus excavatum* ou *carinatum*	1 209
		3303 — Coluna Vertebral	
33030001	33.76	Tratamento incruento de fractura ou luxação vertebral	465
33030002	33.77	Tratamento incruento de apófises espinhosas cervicais	232,50
33030003	33.78	Tratamento incruento de apófises transversas lombares	186
33030004	33.79	Tratamento incruento do sacro e cóccix	186
33030101	33.80	Tratamento cirúrgico por abordagem simples da coluna cervical, via transoral ou lateral	837
33030102	33.81	Tratamento cirúrgico por abordagem simples da coluna cervical, via anterior ou anterolateral	837
33030103	33.82	Tratamento cirúrgico por abordagem simples da coluna cervical, via posterior	744
33030104	33.83	Tratamento cirúrgico por abordagem simples da coluna dorsal, via anterior	1 023
33030105	33.84	Tratamento cirúrgico por abordagem simples da coluna dorsal, via anterolateral	930
33030106	33.85	Tratamento cirúrgico por abordagem simples da coluna dorsal, via posterior	744
33030107	33.86	Tratamento cirúrgico por abordagem simples da coluna lombar, via anterior	744
33030108	33.87	Tratamento cirúrgico por abordagem simples da coluna lombar, via anterolateral	744
33030109	33.88	Tratamento cirúrgico por abordagem simples da coluna lombar, via posterior	744
33030110	33.89	Artrodese da occípito vertebral	930
33030111	33.90	Artrodese da coluna cervical, via anterior	1 023
33030112	33.91	Artrodese da coluna cervical, via posterior	837
33030113	33.92	Artrodese da coluna dorsal, via anterior	1 255,50
33030114	33.93	Artrodese da coluna dorsal, via posterior	837
33030115	33.94	Artrodese da coluna lombar, via anterior	1 116
33030116	33.95	Artrodese da coluna lombar, via posterior	837
33030117	33.96	Artrodese da coluna lombossagrada, via anterior	1 162,50
33030118	33.97	Artrodese da coluna lombossagrada, via posterior	837
33030119	33.98	Artrodese da coluna lombossagrada, via combinada	1 395
33030120	33.99	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna cervical, via transoral, sem artrodese ou osteossíntese	837
33030121	57.02	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna cervical, via transoral, com artrodese ou osteossíntese	1 023
33030122	57.03	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna cervical, via anterior ou anterolateral sem artrodese	837
33030123	57.04	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna cervical, via anterior ou anterolateral com artrodese	1 023
33030124	57.05	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna cervical, via posterior sem artrodese	744
33030125	57.06	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna cervical, via posterior com artrodese	837
33030126	57.07	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna dorsal, via anterior	1 023
33030127	57.08	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna dorsal, via anterior com artrodese	1 255,50
33030128	57.09	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna dorsal, via posterior sem artrodese	744
33030129	57.10	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna dorsal, via posterior com artrodese	837
33030130	57.11	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna lombar, via anterior sem artrodese	744
33030131	57.12	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna lombar, via anterior com artrodese	1 116
33030132	57.13	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna lombar, via posterior sem artrodese	744

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
33030133	57.14	Tratamento cirúrgico de fracturas ou fractura luxação da coluna lombar, via posterior com artrodese	837
33030134	57.15	Tratamento cirúrgico de espondilolistese via anterior	1 116
33030135	57.16	Tratamento cirúrgico de espondilolistese via posterior	837
33030136	57.17	Tratamento cirúrgico de espondilolistese via combinada	1 395
33030137	57.18	Tratamento cirúrgico de escoliose, cifose ou em associação — artrodese posterior	1 255,50
33030138	57.19	Tratamento cirúrgico de escoliose, cifose ou em associação — artrodese anterior	1 627,50
33030139	57.20	Tratamento cirúrgico de escoliose, cifose ou em associação — via combinada	1 860
33030140	57.21	Osteótomia da coluna vertebral	1 627,50
33030141	57.22	Ressecção do cóccix	232,50
33030142	57.23	Ressecção de apofises transversas lombares	279
33030143	57.24	Lamínectomia descompressiva (até duas vértebras)	651
33030144	57.25	Laminectomia descompressiva (mais de duas vértebras)	837
33030145	19.26	Realinhamento de canal vertebral estreito	1 162,50
33030146	19.27	Corporectomia cervical por via anterior	1 395
33030147	19.28	Foraminectomia	1 162,50
33030148	19.29	Extirpação de hérnia discal cervical	1 162,50
33030149	19.30	Extirpação de hérnia discal dorsal	1 395
33030150	19.31	Extirpação de hérnia discal lombar	837
33030151	19.32	Nucleolise percutânea	697,50
		3304 — Ombro e braço	
33040001	19.33	Tratamento incruento de fractura da clavícula	186
33040002	19.34	Tratamento incruento de fractura da omoplata	209,25
33040003	19.35	Tratamento incruento de fractura do troquíter	186
33040004	19.36	Tratamento incruento de fractura da epífise umeral ou do colo do úmero	279
33040005	19.37	Tratamento incruento de fractura da diáfise do úmero	279
33040006	19.38	Tratamento incruento de luxação esternoclavicular	116,25
33040007	19.39	Tratamento incruento de luxação acromioclavicular	116,25
33040008	19.40	Tratamento incruento de luxação gleno-umeral	186
33040009	19.41	Tratamento incruento de fractura-luxação do ombro	302,25
33040101	19.42	Osteossíntese da fractura da clavícula	348,75
33040102	19.43	Tratamento cirúrgico da pseudoartrose da clavícula	465
33040103	19.44	Osteossíntese da omoplata	465
33040104	19.45	Osteossíntese da fractura-avulsão do troquíter	558
33040105	19.46	Osteossíntese do colo do úmero com ou sem fractura do troquíter	651
33040106	19.47	Tratamento cirúrgico de fractura cominutiva ou fractura-luxação da extremidade proximal do úmero	744
33040107	19.48	Osteossíntese da diáfise umeral (com ou sem exploração do nervo radial)	651
33040108	19.49	Tratamento cirúrgico da pseudoartrose do úmero (colo ou diáfise)	744
33040109	19.50	Tratamento cirúrgico de luxação esternoclavicular (aguda)	348,75
33040110	19.51	Tratamento cirúrgico de luxação esternoclavicular (recidivante ou inveterada)	418,50
33040111	19.52	Tratamento cirúrgico de luxação acrómioclavicular	348,75
33040112	19.53	Redução da luxação do ombro (inveterada)	511,50
33040113	19.54	Tratamento cirúrgico da luxação recidivante do ombro	697,50
33040114	19.55	Tratamento cirúrgico de osteomielite na clavícula, omoplata e úmero	558
33040115	19.56	Ressecção de pequenos tumores benignos (exostoses inclusive, 1 ou 2) do ombro ou braço	418,50
33040116	19.57	Ressecção de tumores osteoperiósticos extensos do ombro ou braço	837
33040117	19.58	Ressecção óssea segmentar de tumores invasivos com reconstituição por prótese ou enxerto homólogo do ombro ou do braço	1 302
33040118	19.59	Amputação interescápulotorácica	1 302
33040119	19.60	Desarticulação do ombro	744
33040120	19.61	Amputação pelo braço	558
33040121	19.62	Ressecção parcial da omoplata	651
33040122	19.63	Ressecção total da omoplata	744
33040123	19.64	Cleidectomia parcial	465
33040124	19.65	Cleidectomia total	604,50
33040125	19.66	Ressecção da extremidade proximal do úmero	558
33040126	19.67	Osteotomia com osteossíntese do úmero (colo ou diáfise)	651
33040127	19.68	Ressecção do acromion	418,50
33040128	19.69	Artroplastia parcial do ombro com prótese	651
33040129	19.70	Artroplastia total do ombro	930
33040130	19.71	Artrodese do ombro	651
33040131	19.72	Artrotomia simples do ombro	232,50
33040132	19.73	Artrotomia ou artroscopia com tratamento de lesões articulares circunscritas do ombro	558
33040133	19.74	Sinovectomia do ombro	558
33040201	19.75	Tratamento cirúrgico da elevação congénita da omoplata	976,50
33040202	19.76	Tratamento cirúrgico de tendinopatia calcificante	558
33040203	19.77	Tratamento cirúrgico do sindroma de conflito infra-acromiocoracoideu	651
33040204	19.78	Tenotomia dos músculos do ombro	418,50
33040205	19.79	Tratamento cirúrgico da rotura da coifa	651
33040206	19.80	Tratamento cirúrgico da rotura do supraespinhoso	558
33040207	19.81	Sutura do tendão ou tendões do bicípite ou de um longo músculo do ombro	348,75
33040208	19.82	Transposição tendinosa por paralisia dos flexores do cotovelo	744
33040209	19.83	Correcção de sequelas de paralisia obstétrica no ombro	558
33040210	19.84	Correcção das sequelas da paralisia braquial no ombro do adulto	744
33040211	19.85	Correcção das sequelas da paralisia braquial no cotovelo (dinamização)	697,50
33040212	19.86	Cirurgia do plexo braquial, exploração cirúrgica	744
33040213	19.87	Cirurgia do plexo braquial, neurólise	930
33040214	19.88	Cirurgia do plexo braquial, reconstrução com enxertos nervosos	1 488

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
		3305 — Cotovelo e antebraço	
33050001	19.89	Tratamento incruento de fractura supracondiliana do úmero	325,50
33050002	19.90	Tratamento incruento de fractura dos côndilos umerais	325,50
33050003	19.91	Tratamento incruento de fractura da epitróclea ou epicôndilo	139,50
33050004	19.92	Tratamento incruento de fractura do olecrâneo	186
33050005	19.93	Tratamento incruento de fractura da tacícula radial	139,50
33050006	19.94	Tratamento incruento de fractura da diáfise do rádio ou do cúbito	232,50
33050007	19.95	Tratamento incruento de fractura das diáfises do rádio e cúbito	279
33050008	19.96	Osteoclasia por fractura do cotovelo e antebraço em consolidação viciosa	418,50
33050009	19.97	Tratamento incruento de luxação do cotovelo	186
33050010	19.98	Tratamento incruento de fractura-luxação do cotovelo	372
33050011	19.99	Tratamento incruento de pronação dolorosa	46,50
33050101	24.01	Osteossíntese percutânea ou cruenta da fractura supracondiliana do úmero na criança	604,50
33050102	24.02	Osteossíntese da fractura supracondiliana umeral	558
33050103	24.03	Osteossíntese supra e intercondiliana no adulto	651
33050104	24.04	Osteossíntese de um côndilo umeral	418,50
33050105	24.05	Osteossíntese da epitróclea	418,50
33050106	24.06	Osteossíntese da fractura-luxação complexa do cotovelo	651
33050107	24.07	Ressecção do côndilo umeral	418,50
33050108	24.08	Osteossíntese do olecrâneo	372
33050109	24.09	Ressecção do olecrâneo	418,50
33050110	24.10	Osteossíntese ou exérese da tacícula radial	465
33050111	24.11	Reconstrução do ligamento anular do colo do rádio	558
33050112	24.12	Osteossíntese da diáfise do rádio ou do cúbito	511,50
33050113	24.13	Osteossíntese diafisária dos dois ossos do antebraço	837
33050114	24.14	Osteossíntese a *céu fechado* da diáfise do rádio ou do cúbito	511,50
33050115	24.15	Osteossíntese a *céu fechado* diafisária dos dois ossos do antebraço	837
33050116	24.16	Osteossíntese da fractura-luxação de Monteggia ou Galeazzi	558
33050117	24.17	Cirurgia da luxação do cotovelo (inveterada)	511,50
33050118	24.18	Cirurgia da pseudartrose supracondiliana do úmero	744
33050119	24.19	Cirurgia da pseudartrose de um osso do antebraço	604,50
33050120	24.20	Cirurgia da pseudartrose dos dois ossos do antebraço	930
33050121	24.21	Tratamento cirúrgico de osteíte ou osteomielite no cotovelo ou antebraço	558
33050122	24.22	Ressecção de pequenos tumores benignos (exostoses inclusive, 1 ou 2) do cotovelo ou antebraço	418,50
33050123	24.23	Ressecção de tumores sinoviais ou osteoperiósticos extensos no cotovelo	837
33050124	24.24	Ressecção óssea segmentar de tumores invasivos com reconstituição por prótese ou enxerto homólogo no cotovelo	1 023
33050125	24.25	Ressecção óssea segmentar no antebraço com reconstituição	697,50
33050126	24.26	Amputação pelo cotovelo	558
33050127	24.27	Amputação pelo antebraço	558
33050128	24.28	Operação de Krukenberg	930
33050129	24.29	Artrolise do cotovelo	744
33050130	24.30	Artroplastia total do cotovelo	930
33050131	24.31	Artroplastia protésica da tacícula	465
33050132	24.32	Artrodese do cotovelo	651
33050133	24.33	Osteotomia do rádio ou do cúbito	511,50
33050134	24.34	Osteotomia dos dois ossos do antebraço	604,50
33050135	24.35	Ressecção de sinostose rádiocubital	697,50
33050136	24.36	Artrotomia simples do cotovelo	186
33050137	24.37	Artrotomia ou artroscopia do cotovelo com tratamento de lesões articulares circunscritas	511,50
33050138	24.38	Sinovectomia do cotovelo	511,50
33050201	24.39	Transposição do nervo cubital	511,50
33050202	24.40	Tratamento cirúrgico da epicondilite ou epitrocleíte	372
33050203	24.41	Ressecção de higroma ou bursite	186
33050204	24.42	Cirurgia reparadora da retracção de Wolkman	930
33050205	24.43	Tenotomia dos músculos flexores ou extensores do punho e dedos	348,75
33050206	24.44	Tenodese dos músculos do antebraço em um ou vários tempos	558
33050207	24.45	Transposição dos tendões por paralisia dos extensores (paralisia do nervo radial)	558
33050208	24.46	Transposição dos tendões por paralisia dos flexores dos dedos da mão	558
		3306 — Punho e Mão	
33060001	24.47	Tratamento incruento de fractura da extremidade distal do rádio ou cúbito	279
33060002	24.48	Tratamento incruento de fractura do escafóide	325,50
33060003	24.49	Tratamento incruento de fractura de outros ossos do carpo	186
33060004	24.50	Tratamento incruento de fractura do 1.º Metacarpiano	139,50
33060005	24.51	Tratamento incruento de fractura de outros metacarpianos	116,25
33060006	24.52	Tratamento incruento de fractura de uma falange	93
33060007	24.53	Tratamento incruento de fractura de duas ou mais falanges	139,50
33060008	24.54	Tratamento incruento de luxação rádio-cárpica	279
33060009	24.55	Tratamento incruento de luxação semilunar	325,50
33060010	24.56	Tratamento incruento de luxação de dedos da mão (cada)	93
33060101	24.57	Tratamento cirúrgico de fractura da extremidade distal do rádio	511,50
33060102	24.58	Reparação rádiocubital distal	348,75
33060103	24.59	Tratamento cirúrgico de fractura do escafóide	465
33060104	24.60	Tratamento cirúrgico de pseudartrose do escafóide	604,50
33060105	24.61	Tratamento cirúrgico de luxação do semilunar	465
33060106	24.62	Tratamento cirúrgico de luxação do punho	511,50
33060107	24.63	Tratamento cirúrgico de fractura-luxação do carpo ou instabilidade traumática	558
33060108	24.64	Tratamento cirúrgico de fractura-luxação de Bennet	511,50

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
33060109	24.65	Tratamento cirúrgico de fractura de um ou dois metacarpianos	372
33060110	24.66	Tratamento cirúrgico de luxação metacarpofalângica	279
33060111	24.67	Tratamento cirúrgico de fractura de uma falange	279
33060112	24.68	Tratamento cirúrgico de fractura de várias falanges	372
33060113	24.69	Tratamento cirúrgico de luxação interfalângica	232,50
33060114	24.70	Tratamento cirúrgico de várias luxações interfalângicas	348,75
33060115	24.71	Curetagem ou biopsia (osteíte, encondromas)	186
33060116	24.72	Ressecção de pequenas lesões ou tumores ósseos circunscritos com preenchimento ósseo do punho ou mão	372
33060117	24.73	Ressecção da extremidade distal do rádio com reconstrução	604,50
33060118	24.74	Ressecção da apófise estiloideia do rádio	325,50
33060119	24.75	Ressecção da extremidade distal do cúbito	325,50
33060120	24.76	Ressecção parcial do escafóide cárpico ou semilunar com artroplastia de interposição	651
33060121	24.77	Ressecção da 1.ª fileira do carpo	465
33060122	24.78	Ressecção de metacarpiano (um)	325,50
33060123	24.79	Ressecção de metacarpiano (dois ou mais)	465
33060124	24.80	Ressecção artroplástica metacarpofalângica (cada)	325,50
33060125	24.81	Amputação e desarticulação pelo punho	558
33060126	24.82	Amputação e desarticulação de metacarpiano	325,50
33060127	24.83	Amputação e desarticulação de dedo da mão	232,50
33060128	24.84	Amputação de dois ou mais dedos da mão	372
33060129	24.85	Osteotomia distal do rádio	558
33060130	24.86	Osteotomia do 1.º metacarpiano	418,50
33060131	24.87	Osteotomia de um metacarpiano excepto 1.º	325,50
33060132	24.88	Osteotomia de uma falange da mão	186
33060133	24.89	Artroplastia total do punho	930
33060134	24.90	Artroplastia de substituição do escafóide ou semilunar	651
33060135	24.91	Artroplastia do grande osso para tratamento de doença Kienboeck	697,50
33060136	24.92	Artroplastia total carpometacarpiana do polegar	651
33060137	24.93	Artroplastia metacarpofalângica ou interfalângica (uma)	511,50
33060138	24.94	Artroplastia metacarpofalângica ou interfalângica (mais de uma)	697,50
33060139	24.95	Artrodese do punho	604,50
33060140	24.96	Artrodese intercárpica	465
33060141	24.97	Artrodese carpometacarpiana	418,50
33060142	24.98	Artrodese metacarpofalângica ou interfalângica (cada)	232,50
33060143	24.99	Alongamento de metacarpiano ou falange (um)	837
33060144	25.01	Falangização do 1.º metacarpiano	511,50
33060145	25.02	Polegarização	1 162,50
33060146	25.03	Polegarização por transplante	1 395
33060147	25.04	Reconstrução do polegar num só tempo (Gillies)	511,50
33060148	25.05	Reconstrução do polegar em vários tempos com plastia abdominal ou torácica e enxerto ósseo	1 069,50
33060149	25.06	Reconstrução do polegar em vários tempos com plastia abdominal ou torácica, enxerto ósseo e pedículo neurovascular de Littler	1 395
33060150	25.07	Artrotomia do punho e mão	186
33060151	25.08	Artrotomia do punho e mão com sinovectomia	232,50
33060152	25.09	Artrotomia ou artroscopia do punho e mão para tratamento de lesões articulares	232,50
33060201	25.10	Sutura dos tendões extensores dos dedos da mão (um tendão)	232,50
33060202	25.11	Sutura dos tendões extensores dos dedos da mão (mais de um tendão)	372
33060203	25.12	Sutura dos tendões flexores dos dedos da mão (um tendão)	418,50
33060204	25.13	Sutura dos tendões flexores dos dedos da mão (mais de um tendão)	604,50
33060205	25.14	Plastia tendinosa para oponência ou para a extensão do polegar	558
33060206	25.15	Tenosinovectomia do punho e mão	697,50
33060207	25.16	Tratamento cirúrgico da tenosinovite de DuQuervain	279
33060208	25.17	Operação da bainha tendinosa dos dedos (dedo em gatilho)	186
33060209	25.18	Tenolises do punho e da mão (outras não especificadas)	139,50
33060210	25.19	Fasciotomia limitada por retracção da aponevrose palmar	418,50
33060211	25.20	Fasciotomia total por retracção da aponevrose palmar	558
33060212	25.21	Fasciotomia total com enxerto cutâneo por retracção da aponevrose palmar	744
33060213	25.22	Correcção da deformidade em botoeira ou em colo de cisne	372
33060214	25.23	Libertação da aderência dos tendões flexores dos dedos da mão (Howard)	465
33060215	25.24	Libertação da aderência dos tendões extensores dos dedos da mão (Howard)	372
33060216	25.25	Sutura de ligamento metacarpofalângico ou interfalângico	186
33060217	25.26	Ligamentoplastia metacarpofalângica ou interfalângica	372
33060218	25.27	Correcção da paralisia dos músculos intrínsecos por lesão do nervo cubital	558
33060219	25.28	Correcção da paralisia dos músculos intrínsecos por lesão do nervo mediano	744
33060221	25.29	Correcção cirúrgica de sindactilia (uma) sem enxerto	348,75
33060222	25.30	Correcção cirúrgica de sindactilia (uma) cada comissura a mais, sem enxerto	139,50
33060223	25.31	Correcção cirúrgica de sindactilia (uma) com enxerto	465
33060224	25.32	Correcção cirúrgica de sindactilia (uma) cada comissura a mais, com enxerto	232,50
33060225	25.33	Correcção da sindactília com sinfalangismo	558
33060226	25.34	Tratamento cirúrgico de mão bota radial (partes moles)	348,75
33060227	25.35	Tratamento cirúrgico de mão bota radial (com centralização do cúbito)	697,50
33060228	25.36	Correcção de polidactilia	348,75
33060229	25.37	Correcção de clinodactilia	418,50
33060230	25.38	Correcção de malformações congénitas do polegar	558
33060231	25.39	Tenoplastia por enxerto ou prótese de tendão da mão (um)	651
33060232	25.40	Tenoplastia por enxerto ou prótese de tendão da mão (dois)	790,50
33060233	25.41	Tenoplastia por enxerto ou prótese de tendão da mão (três ou mais)	930
33060234	25.42	Reconstrução osteoplástica dos dedos (cada tempo)	348,75
33060235	25.43	Reconstrução dos dedos por transferência	1 162,50

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
33060236	25.44	Sutura ou tenólise dos tendões, extensores dos dedos da mão 1 tendão	186
33060237	25.45	Sutura ou tenólise dos tendões extensores dos dedos da mão: mais de um tendão	372
33060238	25.46	Sutura tenólise dos tendões flexores dos dedos da mão 1 tendão	325,50
33060239	25.47	Tenoplastia por enxerto de tendão da mão 1	558
33060240	25.48	Tenoplastia por enxerto de tendão da mão 2	651
33060241	25.49	Tenoplastia por enxerto de tendão da mão 3 ou mais	744
33060242	25.50	Fasciotomia por retracção da aponevrose palmar	186
33060243	25.51	Fasciectomia regional por retracção da aponevrose palmar	372
33060244	25.52	Fasciectomia total por retracção da aponevrose palmar	558
33060245	25.53	Fasciectomia parcial com enxerto cutâneo por retracção da aponevrose palmar	465
33060246	25.54	Fasciectomia total com enxerto cutâneo por retracção da aponevrose palmar	744
33060247	25.55	Correcção de sequelas reumatismais da mão (artroplastia) por cada articulação	418,50
33060248	25.56	Artroplastia por cada articulação do punho e mão	325,50
33060249	25.57	Correcção da sindroma do canal cárpico e outras sindromes compressivos do membro superior	372
33060250	25.58	Correcção de sindactília sem sinfalangismo	465
33060251	25.59	Exploração nervosa cirúrgica	325,50
33060252	25.60	Neurorrafias sem microcirurgia	465
33060253	25.61	Enxerto nervoso	930
33060254	25.62	Transposição nervosa	744
		3307 — Bacia e Anca	
33070001	25.63	Tratamento incruento de fractura do ílion, púbis ou ísquion	279
33070002	25.64	Tratamento incruento de fractura do ílion, púbis ou ísquion com desvios ou luxações	372
33070003	25.65	Tratamento incruento de luxação congénita da anca (LCA)	418,50
33070004	25.66	Tratamento incruento de fractura-luxação coxofemoral	465
33070005	25.67	Tratamento incruento de fractura da cavidade cotiloideia	372
33070006	25.68	Tratamento incruento de luxação traumática da anca	418,50
33070007	25.69	Tratamento incruento de fractura do colo do fémur e fractura trocantérica	418,50
33070101	25.70	Redução cirúrgica da luxação traumática da anca	558
33070102	25.71	Osteossíntese do rebordo posterior do acetábulo	790,50
33070103	25.72	Osteossíntese das colunas acetabulares	930
33070104	25.73	Osteossíntese da sínfise púbica	558
33070105	25.74	Osteossíntese sacro-íliaca	697,50
33070106	25.75	Tratamento cirúrgico de fractura-luxação Malgaigne	930
33070107	25.76	Osteossíntese da fractura do colo do fémur ou trocantérica	651
33070108	25.77	Tratamento cirúrgico de osteomielite na bacia e anca	558
33070109	25.78	Biopsia a «céu aberto» ou ressecção de pequenos tumores ósseos benignos (exostoses inclusive, 1 ou 2)	418,50
33070110	25.79	Ressecção de tumores osteoperiósticos extensos da bacia ou anca	930
33070111	25.80	Ressecção óssea segmentar de tumores invasivos com reconstituição por prótese ou enxerto homólogo da bacia ou da anca	1 395
33070112	25.81	Amputação interílio-abdominal	1 395
33070113	25.82	Desarticulação coxofemoral	837
33070114	25.83	Ressecção da extremidade superior do fémur (Girdlestone)	697,50
33070115	25.84	Osteotomia com osteossíntese, do colo do fémur	744
33070116	25.85	Osteotomia com osteossíntese, do colo do fémur, trocantérica ou subtrocantérica, na criança	744
33070117	25.86	Osteotomia com osteossíntese, do colo do fémur, trocantérica ou subtrocantérica, no adulto	744
33070118	25.87	Osteotomias tipo Salter, Chiari ou Pemberton	930
33070119	25.88	Tectoplastia cotiloideia	837
33070120	25.89	Redução cirúrgica de LCA com duas ou mais osteotomias	1 023
33070121	25.90	Transposição do grande trocânter	511,50
33070122	25.91	Queilectomia	558
33070123	25.92	Artroplastia parcial da anca (Moore, Tompson)	837
33070124	25.93	Artroplastia total da anca em coxartrose ou revisão de hemiartroplastia	1 023
33070125	25.94	Artroplastia total da anca em revisão de prótese total, de artrodese, de LCA ou após Girdlestone	1 209
33070126	25.95	Artrodese sacro-ilíaca (unilateral)	558
33070127	25.96	Artrodese da anca sem osteossíntese	837
33070128	25.97	Artrodese da anca com osteossíntese	930
33070129	25.98	Fixação in situ de epifisiolise	651
33070130	25.99	Tratamento cirúrgico de epifísiolise com osteotomia e osteossíntese	837
33070131	26.01	Artrotomia simples da anca	325,50
33070132	26.02	Artrotomia ou artroscopia com tratamento de lesões articulares circunscritas da anca	651
33070133	26.03	Sinovectomia da anca	651
33070201	26.04	Tenotomia dos adutores com ou sem neurectomia	348,75
33070202	26.05	Transposição dos adutores da coxa	558
33070203	26.06	Tenotomia dos adutores com neurectomia intrapélvica	465
33070204	26.07	Tenotomia ou alongamento dos flexores	418,50
33070205	26.08	Tenotomia dos rotatores	418,50
33070206	26.09	Plastia músculo-aponevrótica por paralisia dos glúteos em 1 ou vários tempos	697,50
33070207	26.10	Transposição dos glúteos em 1 ou vários tempos	697,50
33070208	26.11	Transposição do psoas-iliaco	744
33070209	26.12	Ressecção da bolsa subglútea incluindo trocânter	348,75
33070210	26.13	Tratamento cirúrgico da anca de ressalto	465
33070211	26.14	Tratamento cirúrgico da pubalgia	465
		3308 — Coxa e joelho	
33080001	26.15	Tratamento incruento de fractura da diáfise do fémur	418,50
33080002	26.16	Tratamento incruento de fractura supracondiliana ou intercondiliana	465

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
33080003	26.17	Tratamento incruento de fractura ou luxação da rótula	186
33080004	26.18	Tratamento incruento de fractura-luxação do joelho	465
33080005	26.19	Tratamento incruento de fractura da extremidade proximal da tíbia ou dos planaltos tibiais	325,50
33080006	26.20	Tratamento incruento de lesão ligamentar da coxa ou do joelho	232,50
33080007	26.21	Tratamento incruento de luxação femorotibial	232,50
33080101	26.22	Osteossíntese diafisária a «céu aberto»	651
33080102	26.23	Osteossíntese diafisária a «céu fechado»	651
33080104	26.24	Osteossíntese da fractura supracondiliana femural	651
33080105	26.25	Osteossíntese da fractura supra e intercondiliana femural	697,50
33080106	26.26	Osteossíntese da fractura unicondiliana femural	511,50
33080107	26.27	Tratamento cirúrgico de fractura da rótula (osteossíntese ou patelectomia)	348,75
33080108	26.28	Tratamento cirúrgico de fractura da espinha da tíbia	511,50
33080109	26.29	Tratamento cirúrgico de fractura de um planalto tibial	511,50
33080110	26.30	Osteossíntese da fractura bituberositária ou da fractura cominutiva da extremidade proximal do fémur	604,50
33080111	26.31	Osteossíntese das fracturas osteocondrais do fémur	511,50
33080113	26.32	Tratamento cirúrgico de osteomielite do fémur	558
33080114	26.33	Tratamento cirúrgico de pseudartrose do fémur	744
33080115	26.34	Cirurgia da artrite séptica do fémur	325,50
33080116	26.35	Ressecção de pequenos tumores benignos (exostoses, 1 ou 2) do fémur	418,50
33080117	26.36	Ressecção de tumores osteoperiósticos extensos do fémur	651
33080118	26.37	Ressecção óssea segmentar de tumores invasivos do fémur com reconstituição por prótese ou enxerto homólogo da coxa ou joelho	1 395
33080119	26.38	Ressecção óssea segmentar de tumores invasivos do fémur com reconstituição por prótese ou enxerto homólogo, com reconstituição da continuidade óssea por artrodese	1 023
33080120	26.39	Amputação pela coxa	604,50
33080121	26.40	Amputação pelo joelho	604,50
33080122	26.41	Osteotomia diafisária ou distal do fémur	651
33080123	26.42	Osteotomia proximal da tíbia	465
33080124	26.43	Osteotomia da tíbia e peróneo	511,50
33080125	26.44	Epifisiodese (tíbia ou peróneo)	279
33080126	26.45	Reconstrução focal da superfície articular com enxerto osteocartilagíneo	558
33080127	26.46	Artroplastia total do joelho por artrose ou revisão de prótese unicompartimental	1 023
33080202	26.54	Sutura ou reinserção de um dos ligamentos periféricos do joelho	465
33080203	26.55	Reparação das lesões da *tríada*	930
33080204	26.56	Reparação das lesões da *pêntada*	1 116
33080301	26.57	Tratamento cirúrgico de ligamento cruzado do joelho (cada)	697,50
33080302	26.58	Tratamento cirúrgico de ligamento periférico do joelho (cada)	558
33080303	26.59	Plastias ligamentares na reparação de lesões ligamentares crónica extrarticulares ou de compensação (acto cirúrgico isolado)	465
33080304	26.60	Plastias ligamentares na reparação de lesões ligamentares crónica extrarticulares ou de compensação (acto cirúrgico associado)	348,75
33080401	26.61	Quadriciplastia	697,50
33080402	26.62	Cirurgia pararotuliana convencional ou artroscópica (suturas, plicaduras, secções)	418,50
33080403	26.63	Tratamento cirúrgico de luxação recidivante da rótula	697,50
33080404	26.64	Tratamento cirúrgico de luxação congénita da rótula	697,50
33080405	26.65	Tratamento cirúrgico de tendinite rotuliana	418,50
33080406	26.66	Tratamento cirúrgico de rotura do tendão quadricipital, rotuliano, ou fractura-avulsão tuberositária	418,50
33080407	26.67	Alongamento ou encurtamento do aparelho extensor a qualquer nível	604,50
33080408	26.68	Artrolise simples convencional ou artroscópica do joelho	511,50
33080409	26.69	Artrotomia simples e artroscopia diagnóstica do joelho	279
33080410	26.70	Artrotomia ou artroscopia do joelho com tratamento de lesões articulares circunscritas	604,50
33080411	26.71	Sinovectomia do joelho	604,50
33080501	26.72	Operações sobre os tendões da coxa e joelho (Eggers)	511,50
33080502	26.73	Transferência dos isquiotibiais para a rótula	604,50
33080503	26.74	Transferências de tendões da coxa e joelho (outras)	558
33080504	26.75	Intervenções múltiplas para correcção do flexo do joelho	604,50
33080505	26.76	Fasciotomia (Yount)	372
33080506	26.77	Cirurgia de bursite ou higroma rotuliano	232,50
33080507	26.78	Tratamento cirúrgico de quisto poplíteu, outros quistos e bursites	325,50
		3309 — Perna e Tornozelo	
33090001	26.79	Tratamento incruento de fractura da diáfise da tíbia e peróneo	348,75
33090002	26.80	Tratamento incruento de fractura da diáfise da tíbia	279
33090003	26.81	Tratamento incruento de fractura da diáfise do peróneo	139,50
33090004	26.82	Tratamento incruento de fractura da extremidade distal da tíbia	279
33090005	26.83	Tratamento incruento de fractura-luxação do tornozelo	418,50
33090006	26.84	Tratamento incruento de fractura monomaleolar	186
33090007	26.85	Tratamento incruento de fractura bimaleolar	279
33090008	26.86	Tratamento incruento de fractura trimaleolar	372
33090009	26.87	Tratamento incruento de luxação do tornozelo	186
33090010	26.88	Tratamento incruento de entorse ou rotura ligamentar externa do tornozelo	139,50
33090101	26.89	Osteossíntese da fractura diafisária da tíbia a *céu aberto*	511,50
33090102	26.90	Osteossíntese da fractura diafisária da tíbia a *céu fechado*	558
33090103	26.91	Osteossíntese da tíbia e peróneo	558
33090105	26.92	Tratamento cirúrgico da pseudoartrose da diáfise da tíbia após fractura (com ou sem enxerto ósseo)	744
33090106	26.93	Tratamento cirúrgico da pseudoartrose congénita da tíbia	1 023
33090107	26.94	Osteossíntese da diáfise do peróneo	372
33090108	26.95	Tratamento cirúrgico de luxação tibiotársica	511,50

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
33090109	26.96	Osteossíntese de um ou dois maléolos ou equivalentes ligamentares	511,50
33090110	26.97	Osteossíntese trimaleolar ou equivalentes ligamentares	558
33090111	26.98	Osteossíntese da fractura cominutiva do pilão tibial	651
33090112	26.99	Correcção da consolidação viciosa da fractura de um maleolo	558
33090113	27.01	Correcção da consolidação viciosa das fracturas bi ou trimaleolares	697,50
33090114	27.02	Tratamento cirúrgico de osteomielite (em um tempo)	511,50
33090115	27.03	Tratamento cirúrgico de osteomielite (em dois ou mais tempos)	930
33090116	27.04	Ressecção de pequenos tumores benignos (exostoses inclusive, 1 ou 2) da perna ou tornozelo	511,50
33090117	27.05	Ressecção de tumores osteoperiósticos extensos da perna ou tornozelo	558
33090118	27.06	Ressecção óssea segmentar de tumores invasivos com reconstrução por prótese ou enxerto da perna ou tornozelo	1 302
33090119	27.07	Amputação pela perna	604,50
33090120	27.08	Osteotomia diafisária da tíbia sem osteossíntese	511,50
33090121	27.09	Osteotomia diafisária da tíbia com osteossíntese	604,50
33090122	27.10	Osteotomia diafisária do peróneo (isolada, não adjuvante de osteotomia da tíbia)	418,50
33090123	27.11	Ressecção da cabeça do peróneo	348,75
33090124	27.12	Osteotomia da extremidade distal da tíbia e peróneo	604,50
33090125	27.13	Artroplastia total do tornozelo	744
33090126	27.14	Artrodese do tornozelo	651
33090127	27.15	Artrotomia simples e artroscopia diagnóstica do tornozelo	232,50
33090128	27.16	Artrotomia ou artroscopia maleolar com tratamento de lesões articulares circunscritas do tornozelo	511,50
33090129	27.17	Artrotomia por osteotomia maleolar com tratamento de lesões articulares	511,50
33090130	27.18	Sinovectomia total do tornozelo	511,50
33090201	27.19	Tenotomia subcutânea do tendão de Aquiles	139,50
33090202	27.20	Alongamento a «céu aberto» do tendão de Aquiles ou tratamento da tendinite	418,50
33090203	27.21	Reparação da rotura do tendão de Aquiles	418,50
33090204	27.22	Reparação da rotura de tendões da perna (não Aquiles)	279
33090205	27.23	Tratamento cirúrgico do síndrome do canal társico e das neuropatias estenosantes dos ramos do nervo tíbial posterior	511,50
33090206	27.24	Tratamento cirúrgico da luxação dos peroniais	511,50
33090207	27.25	Reparação de instabilidade ligamentar crónica do tornozelo	558
33090208	27.26	Transposição tendinosa para a insuficiência tricipital	604,50
		3310 — Pé	
33100001	27.27	Tratamento incruento de fractura do astrágalo	325,50
33100002	27.28	Tratamento incruento de fractura-luxação do astrágalo	418,50
33100003	27.29	Tratamento incruento de fractura do calcâneo	279
33100004	27.30	Tratamento incruento de fractura de outros ossos do tarso	186
33100005	27.31	Tratamento incruento de fractura de um metatarso	139,50
33100006	27.32	Tratamento incruento de fractura de mais que um metatarso	186
33100007	27.33	Tratamento incruento de fractura de um ou mais dedos	93
33100008	27.34	Tratamento incruento de luxação mediotársica ou tarsometatársica	186
33100009	27.35	Tratamento incruento de luxação de dedos do pé (cada)	46,50
33100101	27.36	Osteossíntese da fractura ou fractura luxação do astrágalo	511,50
33100102	27.37	Osteossíntese da fractura do calcâneo	511,50
33100103	27.38	Tratamento cirúrgico de fractura do tarso	372
33100104	27.39	Osteossíntese de um ou dois metatarsianos	232,50
33100105	27.40	Osteossíntese de mais de dois metatarsianos	325,50
33100106	27.41	Osteossíntese de uma ou duas falanges de dedos do pé	186
33100107	27.42	Osteossíntese de mais de duas falanges do pé	279
33100108	27.43	Tratamento cirúrgico de fractura-luxação tarsometatársica	511,50
33100109	27.44	Tratamento cirúrgico de luxação tarsometatársica	418,50
33100110	27.45	Tratamento cirúrgico de luxação de dedo do pé (cada)	186
33100111	27.46	Tratamento cirúrgico de osteomielite no retropé	465
33100112	27.47	Tratamento cirúrgico de osteomielite no mediopé ou antepé	372
33100113	27.48	Ressecção de pequenas lesões ou tumores ósseos circunscritos com preenchimento ósseo do pé	372
33100114	27.49	Amputação de Syme	558
33100115	27.50	Amputação transmetatarsiana	418,50
33100116	27.51	Amputação do 1.º raio (metatarsiano + hallux)	418,50
33100117	27.52	Amputação de raio do 2.º ao 5.º (metatarsiano + dedo)	325,50
33100118	27.53	Amputação de dedo do pé	232,50
33100119	27.54	Ressecção do astrágalo	558
33100120	27.55	Ressecção de um ou mais ossos do tarso	511,50
33100121	27.56	Ressecção de metatarsiano (um)	325,50
33100122	27.57	Ressecção de metatarsianos (dois ou mais)	465
33100123	27.58	Ressecção de exostose ou ossículo supranumerário no retro ou mediopé	279
33100124	27.59	Ressecção artroplástica de uma metatarsofalângica, excepto a 1.ª Ou de uma ou duas interfalângicas	279
33100125	27.60	Ressecção artroplástica de duas metatarsifalângicas, excepto a 1.ª ou de várias interfalângicas	279
33100126	27.61	Ressecção artroplástica múltipla para realinhamento metatarsofalângico	511,50
33100127	27.62	Osteotomia do calcâneo	465
33100128	27.63	Osteotomia mediotársica	558
33100129	27.64	Artrodese subastragaliana (intra ou extrarticular)	558
33100130	27.65	Triplice artrodese do pé	604,50
33100131	27.66	Artrodese mediotársica	558
33100132	27.67	Artrodese tarsometatarsiana	558
33100133	27.68	Artrorrisis subastragaliana no pé plano infantil (via interna e externa)	558
33100134	27.69	Artrorrisis subastragaliana no pé plano infantil por *calcâneo stop* bilateral	558

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
33100135	27.70	Alongamento de metatarsiano (um)	558
33100136	27.71	Alongamento de metatarsianos (dois ou mais)	651
33100137	27.72	Artrotomia do pé	139,50
33100138	27.73	Artrotomia do pé com sinovectomia	186
33100201	27.74	Ressecção simples de exostose no 1.º metatarsiano	279
33100202	27.75	Ressecção simples de exostose no 5.º metatarsiano	232,50
33100203	27.76	Artroplastia de ressecção metatarsofalângica (tipo Op. de Keller)	465
33100204	27.77	Realinhamento da 1.º metatarso falângica (tipo Op. de Silver)	465
33100205	27.78	Osteotomia da base do 1.º metatarsiano ou artrodese cuneometatarsiana	372
33100206	27.79	Osteotomia diafisária do 1.º metatarsiano (tipo Qp. Wilson ou de Helal)	372
33100207	27.80	Osteotomia distal do 1.º metatarsiano (tipo Op. de Mitchell ou de Chevron)	511,50
33100208	27.81	Transposição do tendão conjunto (tipo Op. de McBride)	465
33100209	27.82	Artroplastia de interposição da 1.ª metatarsofalângica	558
33100210	27.83	Artrodese metatarsofalângica do 1.º raio	279
33100211	27.84	Osteotomia de um ou de dois metatarsianos, excepto o 1.º	279
33100212	27.85	Osteotomia de três ou de mais metatarsianos, excepto o 1.º	372
33100213	27.86	Artroplastia de interposição protésica metarsofalângica, excepto no 1.º raio, ou interfalângicas — (uma ou duas)	465
33100214	27.87	Artroplastias de interposição protésica metatarso falângicas, excepto no 1.º raio, ou interfalângicas (três ou mais)	558
33100215	27.88	Artroplastia de ressecção ou artrodeses interfalângicas, excepto no 1.º raio (uma ou duas)	232,50
33100216	27.89	Artroplastias de ressecção ou artrodeses interfalângicas, excepto no 1.º raio (três ou mais)	325,50
33100217	27.90	Osteotomia cuneiforme ou de encurtamento da 1.ª falange no hallux	186
33100218	27.91	Artrodese ou tenodese interfalângica no hallux	186
33100219	27.92	Tratamento cirúrgico do 5.º dedo aduto	325,50
33100301	27.93	Transferência do tendão do tibial posterior	604,50
33100302	27.94	Transferência de tendão do tibial anterior, peroniais ou do longo extensor comum	511,50
33100303	27.95	Transferência do longo extensor ao colo do 1.º metatarsiano (op. de Jones)	465
33100304	27.96	Transferência do extensor comum ao colo dos metatarsianos	651
33100305	27.97	Tenodeses e outras transferências de tendão da perna ou pé	465
33100306	27.98	Tratamento cirúrgico de doença de Morton	511,50
33100307	27.99	Secção superficial da fáscia plantar	186
33100308	28.01	Secção profunda das estruturas plantares (op. de Steindler)	418,50
33100309	28.02	Tenotomia dum tendão do pé ou dedo	139,50
33100310	28.03	Tenotomia dum tendão do pé ou de vários dedos	186
33100311	28.04	Tenoplastias com enxerto — 1 tendão do pé	511,50
33100312	28.05	Tenoplastias com enxerto — 2 tendões do pé	604,50
33100313	28.06	Tenoplastias com enxerto — 3 ou mais tendões do pé	697,50
33100401	28.07	Tratamento cirúrgico do pé boto	837
33100402	28.08	Tratamento cirúrgico do astrágalo vertical congénito	837
33100403	28.09	Tratamento cirúrgico do antepé aduto (metarsus varus)	604,50
33100404	28.10	Tratamento cirúrgico de defeitos congénitos no antepé e dedos	418,50
33100405	28.11	Tratamento cirúrgico do pé plano valgo	837
		3311 — Diversos e Anotações	
33110002	28.12	Tratamento cirúrgico de quisto, ou outros defeitos ósseos circunscritos, por esvaziamento e preenchimento com enxerto ósseo, no ombro e anca	651
33110003	28.13	Tratamento cirúrgico de quisto, ou outros defeitos ósseos circunscritos, por esvaziamento e preenchimento com enxerto ósseo, na zona média dos membros	558
33110004	28.14	Tratamento cirúrgico de quisto, ou outros defeitos ósseos circunscritos, por esvaziamento e preenchimento com enxerto ósseo, na mão e no pé	418,50
33110006	28.15	Transposição óssea	837
33110007	28.16	Trepanação óssea	325,50
33110101	28.17	Extracção de material de osteossíntese ou de tracção esquelética por via percutânea	139,50
33110201	28.18	Alongamento ósseo com fixador externo (Illizarov, Wagner, etc.) (tratamento total)	1 162,50
33110302	28.19	Excisão de tumores benignos	348,75
33110303	28.20	Excisão de tumores malignos de tecidos moles	837
		34 — Aparelho respiratório	
		3400 — Nariz, fossas nasais, seios perinasais	
34000001	34.01	Tamponamento nasal anterior	46,68
34000002	34.02	Tamponamento nasal posterior	105,03
34000003	34.03	Cauterização da mancha vascular	31,12
34000004	34.04	Extracção de corpos estranhos das fossas nasais com anestesia local	46,68
34000005	34.05	Extracção de corpos estranhos das fossas nasais com anestesia geral	124,48
34000006	34.06	Electrocoagulação dos cornetos unilateral	70,02
34000007	34.07	Turbinectomia unilateral	116,70
34000008	34.08	Exérese de papiloma do vestíbulo nasal	58,35
34000009	34.09	Exérese de pólipo sangrante do septo nasal	143,93
34000010	34.10	Polipectomia nasal unilateral	143,93
34000011	34.11	Polipectomia nasal bilateral	221,73
34000012	34.12	Polipectomia nasal com etmoidectomia unilateral	350,10
34000013	34.13	Polipectomia nasal com etmoidectomia bilateral	466,80
34000014	34.14	Polipectomia com Caldwell-Luc unilateral	389
34000015	34.15	Polipectomia com Caldwell-Luc bilateral	505,70
34000016	34.16	Caldwell-Luc unilateral	311,20
34000017	34.17	Caldwell-Luc bilateral	466,80
34000018	34.18	Caldwell-Luc com etmoidectomia unilateral	427,90
34000019	34.19	Caldwell-Luc com etmoidectomia bilateral	622,40
34000020	34.20	Operação de Ermiro de Lima	564,05

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
34000021	34.21	Cirurgia do nervo vidiano	564,05
34000022	34.22	Ressecção submucosa do septo	311,20
34000023	34.23	Septoplastia (operação isolada)	466,80
34000024	34.24	Microcirurgia endonasal e ou endoscópica unilateral	505,70
34000025	34.25	Microcirurgia endonasal e ou endoscópica bilateral	778
34000026	34.26	Abordagem cirúrgica da hipófise, via transeptal	1 167
34000027	34.27	Rino-septoplastia	778
34000028	34.28	Tratamento cirúrgico da ozena	311,20
34000029	34.29	Etmoidectomia externa por via paralateronasal	486,25
34000030	34.30	Etmoidectomia total, via combinada	1 011,40
34000031	34.31	Exérese de quisto naso-vestibular	155,60
34000032	34.32	Correcção da sinéquia nasal	46,68
34000033	34.33	Operação osteoplástica da sinusite frontal	700,20
34000034	34.34	Maxilectomia sem exenteração da órbita	700,20
34000035	34.35	Maxilectomia com exenteração da órbita	972,50
34000036	34.36	Ressecção de angiofibroma naso-faringeo	855,80
34000037	34.37	Rinectomia parcial	291,75
34000038	34.38	Rinectomia total	466,80
34000039	34.39	Operação de rinofima	311,20
34000040	34.40	Abordagem cirúrgica do seio esfenoidal	466,80
34000041	34.41	Tratamento cirúrgico de imperfuração choanal via endonasal	252,85
34000042	34.42	Tratamento cirúrgico de imperfuração choanal outras vias	622,40
34000043	34.43	Drenagem de hematoma do septo nasal	58,35
34000044	34.44	Punção do seio maxilar	46,68
34000045	34.45	Punção do seio maxilar — bilateral	70,02
34000046	34.46	Punção do seio maxilar com implantação de tubo de drenagem	70,02
34000047	34.47	Punção do seio maxilar com implantação de tubo de drenagem — bilateral	97,25
34000048	34.48	Drenagem do seio frontal	252,85
		3401 — Laringe	
34010001	34.49	Laringectomia total simples	1 050,30
34010002	34.50	Laringectomia supra glótica com esvaziamento	1 167
34010003	34.51	Hemilaringectomia	1 089,20
34010004	34.52	Laringofissura com cordectomia	602,95
34010005	34.53	Aritenoidopexia	602,95
34010006	34.54	Aritenoidectomia + cordopexia	602,95
34010007	34.55	Tratamento cirúrgico de estenose laringo-traqueal (1.º tempo)	933,60
34010008	34.56	Tratamento cirúrgico de estenose laringo-traqueal (tempos seguintes)	525,15
34010009	34.57	Laringectomia (total ou parcíal) com esvaziamento unilateral	1 244,80
34010010	34.58	Laringectomia (total ou parcíal) com esvaziamento bilateral	1 419,85
34010011	34.59	Faringo-laringectomia com esvaziamento sem reconstrução	1 419,85
34010012	34.60	Faringo-laringectomia com esvaziamento com reconstrução	1 808,85
34010013	34.61	Microcirurgia laríngea	525,15
34010014	34.62	Microcirurgia laríngea com laser	737,40
34010015	34.63	Tratamento cirúrgico das malformações congénitas da laringe (bridas, quistos, palmuras)	389
		3402 — Traqueia e brônquios	
34020001	34.64	Traqueotomia (operação isolada)	330,65
34020002	34.65	Cricotiroidotomia (operação isolada)	272,30
34020003	34.66	Encerramento simples de traqueotomia ou fístula traqueal	389
34020004	34.67	Tratamento cirúrgico de fístula fonatória	427,90
34020005	34.68	Traqueoplastia por estenose traqueal	972,50
34020006	34.69	Broncoplastia	972,50
34020007	34.70	Broncotomia	778
34020008	34.71	Anastomose traqueo-brônquica ou bronco-brônquica	1 556
34020009	34.72	Sutura de ferida brônquica	778
34020010	34.73	Tratamento cirúrgico de fístula traqueo-esofágica ou bronco-esofágica	1 050,30
34020011	34.74	Remoção de corpos estranhos da traqueia e brônquios por via endoscópica	233,40
		3403 — Pulmões e Pleura	
34030002	34.75	Drenagem pleural por empiema com ressecção costal	233,40
34030003	34.76	Toracotomia exploradora	466,80
34030004	34.77	Toracotomia por ferida aberta do tórax	525,15
34030005	34.78	Toracotomia por pneumotórax espontâneo	525,15
34030006	34.79	Toracotomia por hemorragia traumática ou perda de tecido pulmonar	525,15
34030007	34.80	Pneumectomia	1 167
34030008	34.81	Pneumectomia com esvaziamento ganglionar mediastinico	1 439,30
34030009	34.82	Lobectomia pulmonar	1 167
34030010	34.83	Bilobectomia pulmonar	1 167
34030011	34.84	Segmentectomia ou ressecção em cunha, única ou múltipla	700,20
34030012	34.85	Ressecção pulmonar com ressecção de parede torácica	1 361,50
34030013	34.86	Toracoplastia (primeiro tempo)	583,50
34030014	34.87	Toracoplastia (tempo complementar)	583,50
34030015	34.88	Exérese de tumor da pleura	583,50
34030016	34.89	Descorticação pulmonar	972,50
34030017	34.90	Pleurectomia parietal	680,75
34030018	34.91	Toracoplastia de indicação pleural (num só tempo)	778

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
		35 — Sistema cardio-vascular	
		3500 — Coração, pericárdio e grandes vasos intratorácicos (com/sem CEC)	
35000001	35.01	Encerramento do canal arterial	813,75
35000002	35.02	Banding da artéria pulmonar	930
35000003	35.03	Operação de Blalock e outros *shunts* sistémico-pulmonares	930
35000004	35.04	Focalização de MAPCAS	1 162,50
35000005	35.05	Correcção de anel vascular	930
35000006	35.06	*Shunt* cavo-pulmonar	1 162,50
35000007	35.07	Operação de Blalock-Hanlon	1 395
35000008	35.08	Correcção de coartação da aorta torácica	1 162,50
35000009	35.09	Correcção de interrupção do arco aórtico	1 395
35000010	35.10	Reparação de aneurisma/rotura traumática da aorta torácica	1 860
35000011	35.11	Valvulotomia aórtica	1 395
35000012	35.12	Pericardiotomia — via subxifoideia	232,50
35000013	35.13	Construção de janela pleuropericárdica	697,50
35000014	35.14	Pericardiectomia	1 720,50
35000015	35.15	Valvulotomia mitral	1 650,75
35000016	35.16	Sutura de feridas cardíacas	1 511,25
35000017	35.17	Cirurgia de implantação epicárdica de sistemas de *pacemaker*/disfibrilhação automática	930
35000018	35.18	*Bypass* coronário com veia safena e ou 1 anastomose arterial	2 325
35000019	35.19	*Bypass* coronário com 2 ou mais anastomoses arteriais	2 441,25
35000020	35.20	*Bypass* coronário com 3 ou mais anastomoses arteriais	2 557,50
35000021	35.21	Ressecção de aneurisma do VE com ou sem bypass coronário	2 790
35000022	35.22	Tratamento cirúrgico de rotura do septo IV ou parede livre após enfarte	3 022,50
35000023	35.23	Substituição de uma válvula cardíaca	2 092,50
35000024	35.24	Substituição de duas válvulas cardíacas	2 325
35000025	35.25	Substituição de três válvulas cardíacas	2 557,50
35000026	35.26	Plastia de uma válvula cardíaca	2 325
35000027	35.27	Plastia de duas ou mais válvulas cardíacas	2 557,50
35000028	35.28	Operação de Ross	3 255
35000029	35.29	Excisão de tumores de coração	2 325
35000030	35.30	Encerramento de comunicação interauricular	1 162,50
35000031	35.31	Encerramento de comunicação interventricular em bloco operatório	2 092,50
35000032	35.32	Correcção de estenose da artéria pulmonar	1 627,50
35000033	35.33	Correcção de canal AV parcial/*ostium primum*	2.325
35000034	35.34	Correcção de canal AV completo	2 557,50
35000035	35.35	Correcção de tetralogia de Fallot simples	2 441,25
35000036	35.36	Correcção de obstrução da câmara de saída VE	2 325
35000037	35.37	Cirurgia da dissecção da aorta	2 906,25
35000038	35.38	Substituição da aorta ascendente e válvula aórtica c/ tubo valvulado ou homoenxerto (op. de Bentall)	3 255
35000039	35.39	Cirurgia do arco aórtico	3 255
35000040	35.40	Cirurgias para correcção total de cardiopatias congénitas complexas (outras)	3 255
		3501 — Cirurgia arterial directa	
35010001	35.41	Embolectomia ou tromboembolectomia (cateter de Fogarty) dos troncos supra-aorticos (carótida e TABC)	697,50
35010002	35.42	Embolectomia ou tromboembolectomia (cateter de Fogarty) das artérias dos membros--incisão única	511,50
35010003	35.43	Embolectomia ou tromboembolectomia (cateter de Fogarty) das artérias dos membros--incisão múltipla	697,50
35010004	35.44	Embolectomia ou tromboembolectomia (cateter de Fogarty) da bifurcação aórtica	697,50
35010005	35.45	Embolectomia ou tromboembolectomia (cateter de Fogarty) de artérias viscerais	930
35010101	35.46	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) da artéria carótida, via cervical	930
35010102	35.47	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) da artéria carótida, via torácica	1 162,50
35010103	35.48	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) do tronco arterial braquiocefálico	1 162,50
35010104	35.49	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) das artérias subclavias, via cervical	697,50
35010105	35.50	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) das artérias subclavias, via torácica ou combinada	1 069,50
35010106	35.51	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) da artéria vertebral	744
35010107	35.52	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) de artéria do membro superior	558
35010108	35.53	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) da aorta abdominal	1 069,50
35010109	35.54	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) dos ramos viscerais da aorta	1 302
35010110	35.55	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) das artérias ilíacas: unilateral sem desobstrução aórtica, via abdominal ou extraperitoneal	697,50
35010111	35.56	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) das artérias ilíacas: unilateral sem desobstrução aórtica, via inguinal (anéis)	558
35010112	35.57	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) das artérias ilíacas: bilateral sem desobstrução aórtica, via inguinal (anéis), em combinação com a aorta	1 302
35010113	35.58	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) das artérias ilíacas: bilateral sem desobstrução aórtica, via abdominal	930

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
35010114	35.59	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) das artérias ilíacas: bilateral sem desobstrução aórtica, via inguinal (anéis)	697,50
35010115	35.60	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) da artéria femoral comum ou profunda	558
35010116	35.61	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) das artérias femoral superficial ou poplitea ou tronco tibioperoneal segmentar	558
35010117	35.62	Desobstrução arterial (tromboendarterectomia e ou arterioplastia) das artérias femoral superficial ou poplitea ou tronco tibioperoneal, extensa (Edwards)	837
35010201	35.63	Revascularização de artéria cerebral extra-craniana (via cervical)	1 069,50
35010202	35.64	Revascularização de artéria cerebral extra-craniana (via torácica)	1 162,50
35010203	35.65	Pontes ou enxertos de interposição subclavio-subclavia ou axilar	697,50
35010204	35.66	Pontes ou enxertos de interposição aorto-subclavia	1 395
35010205	35.67	Revascularização múltipla de troncos supra-aorticos a partir da aorta	1 627,50
35010206	35.68	Pontes ou enxertos de interposição — axilo-femoral unilateral	930
35010207	35.69	Pontes ou enxertos de interposição — axilo-bifemoral	1 162,50
35010208	35.70	Revascularização de um ramo visceral da aorta	1 627,50
35010209	35.71	Revascularização múltipla de ramos viscerais da aorta	2 139
35010210	35.72	Pontes ou enxertos de interposição — aorto-iliaco unilateral	930
35010211	35.73	Pontes ou enxertos de interposição — aorto-iliaco bilateral	1 162,50
35010212	35.74	Pontes ou enxertos de interposição aorto-femoral ou aorto-popliteo unilateral	930
35010213	35.75	Pontes ou enxertos de interposição aorto-femoral ou aorto-popliteo bilateral	1 162,50
35010214	35.76	Pontes ou enxertos de interposição aorto-iliofemoral unilateral	1 023
35010215	35.77	Pontes ou enxertos de interposição aorto-iliofemoral bilateral	1 395
35010216	35.78	Pontes ou enxertos de interposição Aorto-femoropopliteo unilateral	1 023
35010217	35.79	Pontes ou enxertos de interposição Aorto-femoropopliteo bilateral	1 395
35010218	35.80	Pontes ou enxertos de interposição ilio-femoral via anatómica	930
35010219	35.81	Pontes ou enxertos de interposição ilio-femoral via extra anatómica	1 069,50
35010220	35.82	Pontes ou enxertos de interposição femoro-popliteo ou femoro- femoral unilateral	930
35010221	35.83	Pontes ou enxertos de interposição femoro-femoral cruzado	930
35010222	35.84	Pontes ou enxertos de interposição — ilio-iliaco	930
35010223	35.85	Pontes ou enxertos de interposição — femoro-distal	1 023
35010224	35.86	Pontes ou enxertos de interposição popliteo-distal	1 023
35010225	35.87	Pontes ou enxertos de interposição — artérias dos membros superiores	744
35010226	35.88	Pontes ou enxertos de interposição — artérias genitais	744
35010301	35.89	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — arco aortico, com protecção por C. E. C. ou pontes (incluindo toda a equipa médica)	3 720
35010302	35.90	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — aorta descendente torácica e ou abdominal; incluindo ramos viscerais, sem C.E.C. (aorta toracoabdominal)	2 325
35010303	35.91	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — aorta descendente, torácica e abdominal, incluindo ramos viscerais, com C.E.C. (incluindo a equipa médica)	2 790
35010304	35.92	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — carótidas via cervical	1 162,50
35010305	35.93	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — carótidas via toracocervical	1 627,50
35010306	35.94	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — carótidas via toracocervical — com C.E.C. ou ponte	3 720
35010307	35.95	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — tronco braquiocefálico	1 999,50
35010308	35.96	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — artérias subclavias, via cervical ou axilar	930
35010309	35.97	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — artérias subclavias, via toracocervical	1 395
35010310	35.98	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — artérias axilar e restantes do membro superior	837
35010311	35.99	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — aorta abdominal infra-renal	1 627,50
35010312	28.21	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — ramos viscerais da aorta	1 627,50
35010313	28.22	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — artérias ilíacas	1 162,50
35010314	28.23	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — artérias femorais ou popliteas	930
35010315	28.24	Tratamento cirúrgico de aneurismas arteriais e arteriovenosos com restabelecimento da continuidade — outras artérias dos membros	837
35010316	28.25	Reparação das lesões da dissecção da aorta, tipo distal na porta de entrada	2 325
35010317	28.26	Reparação das lesões da dissecção da aorta, tipo distal na porta de entrada dos ramos viscerais da aorta	1 860
35010318	28.27	Reparação das lesões da dissecção da aorta, tipo distal na porta de entrada dos ramos viscerais da aorta na circulação dos membros inferiores	1 395
35010401	28.28	Sutura de artéria por lesão traumática no pescoço	697,50
35010402	28.29	Sutura de artéria por lesão traumática no tórax com C.E.C. ou ponte	1 860
35010403	28.30	Sutura de artéria por lesão traumática no tórax sem C.E.C. ou ponte	1 162,50
35010404	28.31	Sutura de artéria por lesão traumática no abdómen — aorta acima de renais	1 162,50
35010405	28.32	Sutura de artéria por lesão traumática no abdómen — aorta abaixo de renais ou ilíacas	837
35010406	28.33	Sutura de artéria por lesão traumática nos ramos viscerais da aorta	837
35010407	28.34	Sutura de artéria por lesão traumática nos membros, simples	558
35010408	28.35	Sutura de artéria por lesão traumática nos membros, quando combinada com sutura venosa	744
35010501	28.36	Exploração arterial, não seguida de cirurgia reconstrutiva, com ou sem adventicectomia ou lise de aderências ou compressões — artérias carótidas, exploração simples	372

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
35010502	28.37	Exploração arterial, não seguida de cirurgia reconstrutiva, com ou sem adventicectomia ou lise de aderências ou compressões — artérias carótidas, libertação e fixação para tratamento de angulações	604,50
35010503	28.38	Exploração arterial, não seguida de cirurgia reconstrutiva, com ou sem adventicectomia ou lise de aderências ou compressões — artérias do tórax	697,50
35010504	28.39	Exploração arterial, não seguida de cirurgia reconstrutiva, com ou sem adventicectomia ou lise de aderências ou compressões — artérias do abdómen e pelve	697,50
35010505	28.40	Exploração arterial, não seguida de cirurgia reconstrutiva, com ou sem adventicectomia ou lise de aderências ou compressõesartérias dos membros	372
35010601	28.41	Exploração por hemorragia ou trombose pós-operatória (hemostase ou desobstrução) — artérias do pescoço	883,50
35010602	28.42	Exploração por hemorragia ou trombose pós-operatória (hemostase ou desobstrução) — artérias intratorácicas	744
35010603	28.43	Exploração por hemorragia ou trombose pós-operatória (hemostase ou desobstrução) — artérias abdominais	558
35010604	28.44	Exploração por hemorragia ou trombose pós-operatória (hemostase ou desobstrução) — artérias dos membros	465
35010701	28.45	Laqueação de artérias — Excisão de enxerto — artéria maxilar interna na fossa pterigopalatina	511,50
35010702	28.46	Laqueação de artérias — excisão de enxerto — artéria etmoidal anterior, via intraorbitária	465
35010703	28.47	Laqueação de artérias — excisão de enxerto — artérias do pescoço	372
35010704	28.48	Laqueação de artérias — excisão de enxerto — artérias do tórax	697,50
35010705	28.49	Laqueação de artérias — excisão de enxerto — artérias abdominais	697,50
35010706	28.50	Excisão de prótese entre a aorta e artérias do membro inferior	930
35010707	28.51	Excisão de prótese entre a aorta e troncos supraaorticos	930
35010708	28.52	Excisão de enxerto de artérias dos membros	465
35010709	28.53	Tratamento cirúrgico da fístula aorto-digestiva ou aortocava	1 860
		3502 — Cirurgia Indirecta da Isquémia	
35020001	28.54	Simpaticectomia lombar	465
35020002	28.55	Simpaticectomia cervicodorsal	558
35020003	28.56	Simpaticectomia torácica superior (via axilar ou transpleural)	697,50
35020005	28.57	Ressecção de costela cervical, unilateral	558
35020006	28.58	Ressecção da 1.ª costela, unilateral	558
		3503 — Cirurgia das Veias	
35030001	28.59	Trombectomia venosa, directa ou por cateter da veias cava inferior, ilíacas, femorais e popliteas, via abdominal	697,50
35030002	28.60	Trombectomia venosa, directa ou por cateter das grandes veias do tórax	1 162,50
35030003	28.61	Trombectomia venosa, directa ou por cateter das veias dos membros (via periférica)	465
35030004	28.62	Trombectomia venosa, directa ou por cateter das veias viscerais abdominais	930
35030101	28.63	Pontes ou enxertos de interposição de veias do pescoço	604,50
35030102	28.64	Pontes ou enxertos de interposição de grandes veias do tórax	930
35030103	28.65	Pontes ou enxertos de interposição de veia cava inferior acima das veias renais	1 162,50
35030104	28.66	Pontes ou enxertos de interposição de veias do abdómen (não veia cava inferior)	930
35030105	28.67	Pontes ou enxertos de interposição de veias dos membros	697,50
35030106	28.68	Enxerto do segmento venoso valvulado	697,50
35030107	28.69	Pontes ou enxertos de interposição valvuloplastias	930
35030108	28.70	Operação de palma e similares	697,50
35030201	28.71	Reparação de feridas venosas por sutura ou anastomose de veias do pescoço	558
35030202	28.72	Reparação de feridas venosas por sutura ou anastomose de veias dos membros	465
35030203	28.73	Reparação de feridas venosas por sutura ou anastomose de veias do tórax	930
35030204	28.74	Reparação de feridas venosas por sutura ou anastomose de grandes veias abdominais e pélvicas	697,50
35030301	28.75	Laqueação de veias do pescoço	279
35030302	28.76	Interrupção da veia cava inferior por laqueação, plicatura, ou agrafe	697,50
35030303	28.77	Interrupção de veia ilíaca	418,50
35030304	28.78	Interrupção de veia femural	325,50
35030305	28.79	Laqueação isolada da crossa da veia safena interna ou externa	372
35030306	28.80	Laqueação da crossa da veia safena interna ou extern + excisão da veia safena interna ou externa com ou sem laqueação de comunicantes com ou sem excisão de segmentos venosos	744
35030307	28.81	Laqueação da crossa da veia safena interna e externa + excisão de ambas as veias de um membro (veia safena interna e externa com ou sem laqueação de comunicantes com ou sem excisão de segmentos venosos	883,50
35030308	28.82	Excisão da veia safena interna ou externa com ou sem laqueação de comunicantes, com ou sem laqueação de segmentos venosos intermédios, sem laqueação de crossas de safena interna ou externa	604,50
35030309	28.83	Laqueação de comunicantes com ou sem excisão de segmentos venosos	348,75
35030310	28.84	Laqueação da crossa da veia safena interna ou externa + laqueação de comunicantes com ou sem excisão de segmentos	697,50
35030311	28.85	Laqueação das crossas das veias safena interna e externa + laqueação de comunicantes com ou sem excisão venosas	883,50
35030312	28.86	Revisão de laqueação de crossa de veia safena interna ou externa em recidiva de varizes	418,50
35030313	28.87	Revisão das laqueações da crossa da veia safena interna e externa em recidiva de varizes	651
35030314	28.88	Operação de Linton ou Cockett isolada	511,50
35030315	28.89	Operação de Linton ou Cockett quando associada com outra cirurgia de varizes	279
35030401	28.90	Cirurgia da hipertensão portal por via torácica, intraesofágica	930
35030402	28.91	Cirurgia da hipertensão portal por via abdominal, extragastrica	697,50
35030403	28.92	Cirurgia da hipertensão portal por via abdominal, intra e extragastrica	837

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
35030404	28.93	Operação de Sugiura	930
35030405	28.94	Cirurgia da hipertensão portal por via abdominal, transsecção esofágica ou plicatura com anastomose(instrumento mecânico)	930
35030406	28.95	Cirurgia da hipertensão portal por via abdominal, ressecção gástrica	930
35030407	28.96	Cirurgia da hipertensão portal por anastomose porto-cava termino-lateral	1 162,50
35030408	28.97	Cirurgia da hipertensão portal por anastomose porto-cava latero-lateral	1 162,50
35030409	28.98	Cirurgia da hipertensão portal por anastomose porto-cava em H	1 162,50
35030410	28.99	Cirurgia da hipertensão portal por anastomose esplenorenal proximal (anastomose directa)	1 302
35030411	52.01	Cirurgia da hipertensão portal por anastomose esplenorenal distal (op. Warren) ou espleno cava distal	1.395
35030412	52.02	Cirurgia da hipertensão portal por anastomose esplenorenal em H	1 162,50
35030413	52.03	Cirurgia da hipertensão portal por anastomose mesenterico-cava — iliaca-ovarica ou renal	1 302
35030414	52.04	Cirurgia da hipertensão portal por anastomose mesenterico-cava em H	1 162,50
35030415	52.05	Cirurgia da hipertensão portal por anastomose coronário-cava (operação de Inokuchi)	1 302
35030416	52.06	Cirurgia da hipertensão portal por anastomoses atípicas	1 162,50
35030417	52.07	Cirurgia da hipertensão portal por arterialização do fígado	930
		3504 — Cirurgia do sistema linfático	
35040001	52.08	Tratamento cirúrgico do linfedema por excisão-enxerto	697,50
35040002	52.09	Tratamento cirúrgico do linfedema por enxerto pediculado	511,50
35040003	52.10	Operação de Thompson	697,50
35040004	52.11	Epiploplastia	697,50
35040005	52.12	Implantação de fios ou outro material para incrementar a drenagem linfática	372
35040006	52.13	Anastomose linfovenosa	697,50
35040101	52.14	Laqueação do canal torácico, via cervical	325,50
35040102	52.15	Laqueação do canal torácico, via torácica	697,50
35040103	52.16	Laqueação linfática dos membros	232,50
35040201	52.17	Sutura ou anastomose do canal torácico, via cervical	465
35040202	52.18	Sutura ou anastomose do canal torácico, via torácica	697,50
		3505 — Estabelecimento de fistulas arteriovenosas e ponte (*shunts*) externas para hemodiálise e outros fins terapêuticos	
35050001	52.19	Estabelecimento de ponte *(shunt)* exterior	232,50
35050002	52.20	Estabelecimento de fistula arteriovenosa no punho	465
35050003	52.21	Estabelecimento de fistula arteriovenosa no cotovelo	604,50
35050004	52.22	Estabelecimento de ponte arterio-arterial ou arterio-venosa (não inclui o custo de op. acessória ou de prótese)	744
35050005	52.23	Cirurgia das complicações dos acessos vasculares com continuidade do acesso	558
35050006	52.24	Cirurgia das complicações dos acessos vasculares com sacrifício do acesso vascular	232,50
35050007	52.25	Introdução de cateter i.v. com tunelização ou em posição subcutânea	232,50
		3506 — Cirurgia da impotência vasculogenica	
35060001	52.26	Revascularização da artéria hipogástrica	837
35060004	52.27	Correcção de drenagem venosa do pénis	558
		3507 — Cateterismo Vascular	
35070001	52.28	Cateterismo venoso percutâneo da veia cava superior	93
35070002	52.29	Cateterismo venoso percutâneo do coração direito ou artéria pulmonar	139,50
35070003	52.30	Cateterismo venoso percutâneo das veias cervicais	93
35070004	52.31	Cateterismo venoso percutâneo das veias renais	93
35070005	52.32	Cateterismo venoso percutâneo das veias supra-hepáticas	139,50
35070006	52.33	Cateterismo venoso percutâneo das veias intra-hepática	139,50
35070007	52.34	Cateterismo venoso percutâneo da veia aferente do sistema porta	186
35070008	52.35	Cateterismo venoso percutâneo das veias dos membros	23,25
35070101	52.36	Cateterismo arterial percutâneo (cateter não incluído) — carótida	93
35070102	52.37	Cateterismo arterial percutâneo (cateter não incluído) — artéria vertebral	93
35070103	52.38	Cateterismo arterial percutâneo (cateter não incluído) — artéria do membro superior ou inferior	46,50
35070104	52.39	Cateterismo arterial percutâneo (cateter não incluído) — aorta	93
35070201	52.40	Cateterismo arterial com descoberta (cateter não incluído) — carótida	372
35070202	52.41	Cateterismo arterial com descoberta (cateter não incluído) — artéria dos membros	372
35070301	52.42	Cateterismo linfático — canal torácico	465
35070302	52.43	Cateterismo linfático — vasos linfáticos de membros (superiores e inferiores)	232,50
		36 — Sistema hemolinfopoiético	
		3600 — Baço	
36000001	36.01	Esplenectomia (total ou parcial) ou esplenorrafia	744
36010001	36.02	Drenagem de abcesso ganglionar	79,05
36010002	36.03	Excisão de gânglio linfático superficial	148,80
36010003	36.04	Excisão de gânglio linfático profundo	195,30
36010004	36.05	Excisão de linfangioma quístico (exceptuando parótida)	720,75
36010005	36.06	Excisão de linfangioma quístico cervico-parotideo	1 255,50
36010006	36.07	Esvaziamento suprahioideu, unilateral	534,75
36010007	36.08	Esvaziamento suprahioideu, bilateral	651
36010008	36.09	Esvaziamento cervical radical	767,25
36010009	36.10	Esvaziamento cervical radical, bilateral	1 302
36010010	36.11	Esvaziamento cervical conservador, unilateral	604,50
36010011	36.12	Esvaziamento cervical conservador, bilateral	976,50
36010012	36.13	Esvaziamento axilar	604,50
36010013	36.14	Esvaziamento inguinal, unilateral	604,50

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
36010014	36.15	Esvaziamento inguinal e pélvico em continuidade, unilateral	744
36010015	36.16	Esvaziamento pélvico unilateral	651
36010016	36.17	Esvaziamento pélvico bilateral	976,50
36010017	36.18	Esvaziamento retroperitoneal (aorto-renal e pélvico)	1 162,50
		37 — Mediastino e diafragma	
37000001	37.01	Mediastinotomia transesternal exploradora	558
37000002	37.02	Mediastinotomia transtorácica exploradora	558
37000003	37.03	Exérese de tumor do mediastino	1 395
37000004	37.04	Tratamento cirúrgico de hérnia do hiato por via abdominal	1 162,50
37000005	37.05	Tratamento cirúrgico de hérnia do hiato por via torácica	1 162,50
37000006	37.06	Tratamento cirúrgico de rotura traumática do diafragma	1 162,50
37000007	37.07	Tratamento cirúrgico de hérnia de Bochdalek	1 162,50
37000008	37.08	Imbricação do diafragma por eventração	1 162,50
37000009	37.09	Tratamento cirúrgico de hérnia de Morgagni	1 162,50
37000010	37.10	Ressecção de diafragma (por tumor ou perfuração inflamatória)	1 162,50
37000011	37.11	Reparação do diafragma com prótese	1 162,50
		39 — Aparelho digestivo	
		3900 — Lábio	
39000001	39.01	Ressecção do bordo livre do lábio com avanço da mucosa	372
39000002	39.02	Excisão em cunha do lábio com encerramento directo	325,50
39000003	39.03	Ressecção do lábio maior que 1/4 com reconstrução	697,50
39000004	39.04	Ressecção total do lábio inferior ou superior com reconstrução	1 162,50
39000005	39.05	Tratamento cirúrgico de fenda labial completa unilateral	744
39000006	39.06	Tratamento cirúrgico de fenda palatina parcial	604,50
39000007	39.07	Tratamento cirúrgico da fenda labial bilateral	1 116
39000008	39.08	Tratamento cirúrgico de fenda labial tempos complementares	418,50
39000009	39.09	Tratamento cirúrgico de malformações congénitas dos lábios (outras) cada tempo	465
39000010	39.10	Tratamento cirúrgico de fenda completa unilateral do paladar primário	651
39000011	39.11	Tratamento cirúrgico de fenda bilateral (cada lado) do paladar primário	511,50
39000012	39.12	Tratamento cirúrgico de fenda do paladar primário tempos complementares	372
39000013	39.13	Tratamento cirúrgico de fístulas congénitas labiais	418,50
		3901 — Vestíbulo	
39010001	39.14	Drenagem de quistos, abcessos, hematomas	93
39010002	39.15	Plastia do freio lingual	116,25
39010003	39.16	Excisão de lesão da mucosa ou sub-mucosa do vestíbulo	139,50
39010004	39.17	Excisão de lesão da mucosa ou sub-mucosa do vestíbulo com plastia	255,75
39010005	39.18	Sutura de laceração superficial	116,25
39010006	39.19	Sutura de laceração com mais de 2 cm, profunda	139,50
39010007	39.20	Vestibuloplastia por quadrante	139,50
		3902 — Língua e pavimento da boca	
39020001	39.21	Incisão e drenagem de quistos, abcessos intra-orais ou hematomas da língua ou pavimento da boca-superficiais	93
39020002	39.22	Incisão e drenagem de quistos, abcessos intra-orais ou hematomas da língua ou pavimento da boca-profundos	116,25
39020003	39.23	Incisão e drenagem extra-oral de abcesso, quisto e ou hematoma do pavimento da boca ou sublingual	139,50
39020004	39.24	Excisão de lesão da língua localizada nos 2/3 anteriores	162,75
39020005	39.25	Excisão de lesão da língua localizada no 1/3 posterior	232,50
39020006	39.26	Excisão de lesão do pavimento da boca	139,50
39020007	39.27	Glossectomia menor que metade da língua	325,50
39020008	39.28	Hemiglossectomia	465
39020009	39.29	Hemiglossectomia com esvaziamento unilateral do pescoço	1 023
39020010	39.30	Glossectomia total, sem esvaziamento cervical	697,50
39020011	39.31	Glossectomia total, com esvaziamento unilateral	1 023
39020012	39.32	Glossectomia total com esvaziamento bilateral	1 488
39020013	39.33	Glossectomia com ressecção do pavimento da boca e mandíbula	1 162,50
39020014	39.34	Glossectomia com ressecção do pavimento da boca e mandíbula com esvaziamento cervical	1 488
39020015	39.35	Reparação de laceração até 2 cm do pavimento ou dos dois terços anteriores da língua	93
39020016	39.36	Reparação de laceração do terço posterior da língua	116,25
39020017	39.37	Reparação de laceração do pavimento ou língua (mais de 2 cm)	139,50
		3903 — Palato e úvula	
39030001	39.38	Drenagem de abcesso do palato ou úvula	93
39030002	39.39	Excisão de lesão do palato ou úvula	139,50
39030003	39.40	Excisão de exostose do palato	116,25
39030004	39.41	Sutura de laceração do palato até 2 cm	116,25
39030005	39.42	Sutura de laceração do palato mais de 2 cm	232,50
39030006	39.43	Palotoplastia para tratamento de ferida (palato mole)	511,50
39030007	39.44	Retalho osteo periósteo ou enxerto ósseo em fenda alveolo palatina	558
39030008	39.45	Estafilorrafia por fenda palatina incompleta ou estafilorrafia simples	581,25
39030009	39.46	Uranoestafilorrafia por fenda palatina completa	697,50
39030010	39.47	Reconstrução do palato anterior em fenda alveolo-palatina	581,25
39030011	39.48	Tratamento cirúrgico de fístula oroantral	511,50
39030012	39.49	Palatoplastia para correcção de roncopatia	558

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
		3904 — Faringe	
39040001	39.50	Adenoidectomia (Laforce-Beckman)	93
39040002	39.51	Adenoidectomia (Laforce-Beckman) com anestesia geral e intubação endotraqueal	279
39040003	39.52	Amigdalectomia por Sluder	139,50
39040004	39.53	Amigdalectomia por dissecção, com anestesia geral e intubação endotraqueal	465
39040005	39.54	Adenoidectomia com amigdalectomia por Sluder-Laforce-Beckman	186
39040006	39.55	Adenoidectomia com amigdalectomia por Sluder-Laforce-Beckman, por dissecção (com anestesia geral e intubação endotraqueal)	604,50
39040007	39.56	Extracção de corpo estranho da orofaringe	69,75
39040008	39.57	Extracção de corpo estranho da hipofaringe	116,25
39040009	39.58	Drenagem de abcesso amigdalino	93
39040010	39.59	Drenagem de abcesso retro ou parafaríngeo, por via oral	139,50
39040011	39.60	Drenagem de abcesso retro ou parafaríngeo, por via externa	186
39040012	39.61	Faringoplastia em sequela de ferida palatina	604,50
39040013	39.62	Faringoplastia em sequela de fenda palatina	604,50
39040014	39.63	Encerramento de faringostoma, por cada tempo operatório	465
39040015	39.64	Faringotomia	465
39040016	39.65	Extirpação das apófises estiloideias	325,50
39040017	39.66	Extirpação de fístula ou quisto branquial, amigdalino, etc.	511,50
39040018	39.67	Correcção de faringotomia com retalho	744
39040019	39.68	Exérese de tumor parafaringeo	976,50
39040020	39.69	Faringoplastia em sequela de fenda do paladar secundário	604,50
		3905 — Glândulas salivares	
39050001	39.70	Drenagem simples de abcessos (parótida, submaxilar ou sublingual)	69,75
39050002	39.71	Marsupialização de quisto sublingual (rânula)	69,75
39050003	39.72	Excisão de quisto sublingual ou do pavimento	232,50
39050004	39.73	Parotidectomia superficial	976,50
39050005	39.74	Parotidectomia total com sacrifício do nervo facial	976,50
39050006	39.75	Parotidectomia total com dissecção e conservação do nervo facial	1 441,50
39050007	39.76	Parotidectomia total com reconstrução do nervo facial	1 488
39050008	39.77	Excisão de glândula submaxilar	418,50
39050009	39.78	Excisão de glândula sublingual	325,50
39050010	39.79	Injecção para sialografia com dilatação dos canais salivares	69,75
39050011	39.80	Excisão de cálculos dos canais salivares por via endobucal	186
39050012	39.81	Excisão de glândulas salivares aberrantes	325,50
		3906 — Esófago	
39060001	39.82	Esofagotomia cervical	511,50
39060002	39.83	Esofagotomia torácica	837
39060003	39.84	Miotomia cricofaríngea	511,50
39060004	39.85	Operação de Heller	930
39060005	39.86	Esofagectomia cervical (operação tipo Wookey)	744
39060006	39.87	Esofagectomia sub-total com reconstituição da continuidade	1 860
39060007	39.88	Esofagectomia do terço inferior com reconstituição da continuidade	1 162,50
39060008	39.89	Diverticulectomia de Zenker	837
39060009	39.90	Esofagostomia	511,50
39060010	39.91	Esofagoplastia, por atrésia do esófago	1 860
39060011	39.92	Laqueação de fístula esófago-traqueal	1 395
39060012	39.93	Sutura de varizes esofágicas	930
39060013	39.94	Diverticulectomia do terço médio e inferior do esófago	1 162,50
		3907 — Estômago	
39070001	39.95	Gastrotomia	511,50
39070002	39.96	Piloromiotomia	604,50
39070003	39.97	Gastrotomia com excisão de úlcera ou tumor	558
39070004	39.98	Gastrectomia parcial ou sub-total	930
39070005	39.99	Gastrectomia total	1 395
39070006	52.44	Desgastrogastrectomia	1 395
39070007	52.45	Gastrectomia sub-total radical	1 162,50
39070008	52.46	Gastrenterostomia	604,50
39070009	52.47	Gastrorrafia, sutura de úlcera perfurada ou ferida	604,50
39070010	52.48	Piloroplastia	604,50
39070011	52.49	Gastrostomia	604,50
39070012	52.50	Revisão de anastomose gastroduodenal ou gastrojejunal com reconstrução	1 162,50
39070013	52.51	Vagotomia troncular ou selectiva	744
39070014	52.52	Vagotomia super selectiva	837
		3908 — Intestino	
39080001	52.53	Enterolise de aderências	511,50
39080002	52.54	Duodenotomia	511,50
39080003	52.55	Enterotomia	511,50
39080004	52.56	Colotomia	511,50
39080005	52.57	Enterostomia ou cecostomia	558
39080006	52.58	Ileostomia*continente*	837
39080007	52.59	Revisão da ileostomia	465
39080008	52.60	Colostomia	651
39080009	52.61	Revisão da colostomia, simples	511,50
39080010	52.62	Excisão de pequenas lesões não requerendo anastomose ou exteriorização	558

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
39080011	52.63	Enterectomia	651
39080012	52.64	Enteroenterostomia	604,50
39080013	52.65	Colectomia segmentar	837
39080014	52.66	Hemicolectomia	930
39080015	52.67	Colectomia com coloproctostomia	1 395
39080016	52.68	Colectomia tipo Hartmann	744
39080017	52.69	Colectomia com colostomia e criação de fístula mucosa	744
39080020	52.70	Colectomia total	1 395
39080021	52.71	Proctolectomia	1 627,50
39080022	52.72	Tratamento cirúrgico de duplicação intestinal simples	558
39080023	52.73	Tratamento cirúrgico de duplicação intestinal complexa	930
39080024	52.74	Tratamento cirúrgico de ileus meconial	1 023
39080025	52.75	Enterorrafia	604,50
39080026	52.76	Encerramento de enterostomia ou colostomia	604,50
39080027	52.77	Encerramento de fistulas intestinais	697,50
39080028	52.78	Plicatura do intestino (tipo Noble)	697,50
39080029	52.79	Tratamento cirúrgico da atrésia do duodeno, jejuno, ileon ou colon	1 023
39080030	52.80	Coloprotectomia conservadora com reservatório ileo-anal	1 767
		3909 — Apêndice, Diverticulo de Meckel e Mesentérico	
39090001	52.81	Diverticulectomia	604,50
39090002	52.82	Exérese de tumor do mesentério	744
39090003	52.83	Sutura de mesentério (laceração e hérnia interna)	604,50
39090004	52.84	Apendicectomia	511,50
39090005	52.85	Incisão e drenagem de abcesso apendicular	418,50
39090006	52.86	Tratamento cirúrgico de malrotação intestinal	744
		3910 — Recto	
39100001	52.87	Drenagem transrectal de abcesso perirectal	418,50
39100002	52.88	Ressecção anterior de recto	1 162,50
39100003	52.89	Ressecção anterior de recto (1/3 médio e inferior)	1 395
39100004	52.90	Ressecção abdominoperineal do recto	1 395
39100005	52.91	Protectomia com anastomose anal (Pull-Through)	1 395
39100006	52.92	Tratamento cirúrgico de prolapso rectal por via abdominal ou perineal	744
39100007	52.93	Tratamento cirúrgico de doença de Hirschsprung	1 395
39100008	52.94	Ressecção de tumor benigno por via transagrada e ou transcoccígea (tipo Kraske)	837
39100009	52.95	Ressecção de tumor maligno por via transagrada e ou transcoccigea (tipo Kraske)	1 162,50
39100010	52.96	Excisão, electrocoagulação, criocoagulação ou laser de tumor do recto	325,50
39100011	52.97	Ressecção de teratoma pré sagrado	1 023
		3911 — Anus	
39110001	52.98	Incisão e drenagem de abcesso da margem do anus	93
39110002	52.99	Esfincterotomia com ou sem fissurectomia	325,50
39110003	53.01	Hemorroidectomia	465
39110004	53.02	Fistulectomia por fístula perineo-rectal	558
39110005	53.03	Criptectomia do anus	186
39110006	53.04	Cerclage do anus	232,50
39110007	53.05	Dilatação anal, sob anestesia geral	93
39110008	53.06	Tratamento cirúrgico da agenesia ano-rectal (forma alta)	1 395
39110009	53.07	Tratamento cirúrgico da agenesia ano-rectal (forma baixa)	465
39110010	53.08	Esfincteroplastia, por incontinência anal	511,50
39110011	53.09	Transplante do recto interno por lesão anal	837
39110012	53.10	Transplante muscular livre por lesão anal	1 023
39110013	53.11	Incisão de trombose hemorroidária	93
		3912 — Fígado	
39120001	53.12	Hepatectomia parcial atípica	883,50
39120002	53.13	Hepatectomia regrada direita	2 092,50
39120003	53.14	Hepatectomia regrada esquerda	1 627,50
39120004	53.15	Marsupialização ou excisão de quisto ou abcesso hepático	604,50
39120005	53.16	Segmentectomia hepática	1 023
39120006	53.17	Cateterização cirúrgica da artéria hepática para tratamento complementar	1 023
39120007	53.18	Tratamento cirúrgico de quisto hidático simples	697,50
39120008	53.19	Periquistectomia	1 395
39120009	53.20	Tratamento cirúrgico dos traumatismos hepáticos grau 1 e 2	930
39120010	53.21	Tratamento cirúrgico de traumatismos hepáticos grau 3, 4 e 5	1 627,50
		3913 — Vias Biliares	
39130001	53.22	Colecistectomia com ou sem colangiografia	744
39130002	53.23	Colecistectomia com coledocotomia	837
39130003	53.24	Colecistectomia com esfincteroplastia	1 069,50
39130004	53.25	Coledocotomia com ou sem colecistectomia	837
39130005	53.26	Coledocotomia com esfincteroplastia	1 116
39130006	53.27	Hepaticotomia para excisão de cálculo	930
39130007	53.28	Esfincteroplastia transduodenal (operação isolada)	883,50
39130008	53.29	Colecistoenterostomia	558

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
39130009	53.30	Colecocoenterostomia	930
39130010	53.31	Hepaticojejunostomia (Roux)	1 627,50
39130011	53.32	Anastomose topo a topo das vias biliares	1 162,50
39130012	53.33	Anastomose entre os ductos intra-hepáticos e o tubo digestivo	1 627,50
39130013	53.34	Colecistostomia (operação isolada)	511,50
39130014	53.35	Tratamento cirúrgico de quisto do colédoco	1 395
39130015	53.36	Excisão de tumor de Klatskin	1 860
39130016	53.37	Entubação transtumoral de tumor das vias biliares	837
		3914 — Pâncreas	
39140001	53.38	Duodenopancreatectomia (tipo Whipple)	2 092,50
39140002	53.39	Pancreatectomia distal com esplenectomia	1 162,50
39140003	53.40	Pancreatectomia distal sem esplenectomia	1 441,50
39140004	53.41	Pancreatectomia *quase total* (tipo Chili)	1 627,50
39140005	53.42	Exérese de lesão tumoral do pâncreas	1 023
39140006	53.43	Pancreato jejunostomia (tipo Puestow)	1 627,50
39140007	53.44	Pancreato jejunostomia (tipo Duval)	930
39140008	53.45	Cistojejunostomia ou cistogastrostomia	930
		3915 — Abdómem, peritoneu epíploon	
39150001	53.46	Laparotomia exploradora (operação isolada)	465
39150002	53.47	Laparotomia para drenagem de abcesso peritoneal ou retroperitoneal (excepto apêndice)	558
39150003	53.48	Laparotomia por perfuração de víscera oca (excepto apêndice)	604,50
39150004	53.49	Exérese de tumor benigno ou quistos retroperitoneais, via abdominal	1 162,50
39150005	53.50	Exérese de tumor maligno retroperitoneal via abdominal	1 488
39150006	53.51	Exérese de tumor ou quistos retroperitoneais, via toracoabdominal	1 627,50
39150007	53.52	Omentectomia total (operação isolada)	744
39150008	53.53	Tratamento cirúrgico de onfalocelo — vários tempos	1 395
39150009	53.54	Tratamento cirúrgico de onfalocelo um tempo	465
39150010	53.55	Tratamento cirúrgico de hérnia inguinal	465
39150011	53.56	Tratamento cirúrgico de hérnia crural	511,50
39150012	53.57	Tratamento cirúrgico de hérnia lombar, obturadora ou isquiática	697,50
39150013	53.58	Tratamento cirúrgico de hérnia umbilical	418,50
39150014	53.59	Tratamento cirúrgico de hérnia epigástrica	418,50
39150015	53.60	Tratamento cirúrgico de hérnia de Spiegel	558
39150016	53.61	Tratamento cirúrgico de hérnia incisional	604,50
39150017	53.62	Tratamento cirúrgico de hérnia estrangulada, a acrescentar ao valor da respectiva localização	116,25
39150018	53.63	Tratamento cirúrgico de hérnia com ressecção intestinal, a acrescentar ao valor da respectiva localização	209,25
39150019	53.64	Omentoplastia pediculada	744
39150020	53.65	Sutura de evisceração post-operatória	418,50
39150021	53.66	Tratamento cirúrgico de perda de substância da parede abdominal-enxertos (fascia lata, dérmico, rede, etc.)	744
		Aparelho urinário	
		4000 — Retroperitoneu, rim, bacinete	
40000001	40.01	Lombotomia exploradora e exploração cirúrgica retroperitoneal	558
40000002	40.02	Drenagem cirúrgica de hematoma, urinoma ou abcesso retroperitoneal	465
40000003	40.03	Excisão de tumor retroperitoneal	837
40000004	40.04	Excisão de tumor retroperitoneal por via toraco-abdominal	1 116
40000005	40.05	Linfadenectomia retroperitoneal para-aórtica-cava	1 302
40000006	40.06	Linfadenectomia retroperitoneal pélvica unilateral	674,25
40000007	40.07	Linfadenectomia retroperitoneal pélvica bilateral	930
40000008	40.08	Linfadenectomia retroperitoneal para-aórtico-cava e pélvica	1 627,50
40000009	40.09	Suprarenalectomia por patologia suprarenal	744
40000010	40.10	Suprarenalectomia no decorrer de nefrectomia radical	372
40000011	40.11	Suprarenalectomia bilateral	1 116
40000012	40.12	Cirurgia da artéria renal	1 302
40000013	40.13	Cirurgia da veia renal	930
40000014	40.14	Cirurgia renal *ex-situ*	1.860
40000015	40.15	Auto-transplantação renal	1 860
40000016	40.16	Transplantação de rim de cadáver ou de rim vivo	1 860
40000017	40.17	Colheita de rim para transplante (de rim de cadáver ou de rim vivo)	837
40000018	40.18	Biopsia renal cirúrgica	465
40000019	40.19	Nefro(lito)tomia	837
40000020	40.20	Nefro(lito)tomia anatrófica	1 162,50
40000021	40.21	Pielo(lito)tomia simples	604,50
40000022	40.22	Pielocalico(lito)tomia ou pielonefro(lito)tomia por litíase coraliforme ou précoraliforme	930
40000023	40.23	Pielo(lito)tomia secundária (iterativa)	837
40000024	40.24	Pielo(lito)tomia em malformação renal	837
40000025	40.25	Nefrostomia ou pielostomia aberta	511,50
40000026	40.26	Nefrorrafia por traumatismo-renal	744
40000027	40.27	Encerramento da fistula pielo-cutânea	558
40000028	40.28	Encerramento de fístula pielo-visceral	744
40000029	40.29	Calico-ureterostomia	744
40000030	40.30	Calicorrafia ou calicoplastia	744
40000031	40.31	Pieloureterolise	604,50
40000032	40.32	Pielorrafia	604,50
40000033	40.33	Pieloplastia desmembrada tipo Anderson Hynes	837

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
40000034	40.34	Pieloplastia desmembrada (outras)	837
40000035	40.35	Pieloplastia não desmembrada	744
40000036	40.36	Pieloplastia em malformação renal	837
40000037	40.37	Nefropexia	511,50
40000038	40.38	Quistectomia ou marsupialização de quisto renal	604,50
40000039	40.39	Enucleação de tumor do rim	837
40000040	40.40	Nefrectomia parcial (inclui heminefrectomia)	930
40000041	40.41	Nefrectomia total	744
40000042	40.42	Nefrectomia radical	930
40000043	40.43	Nefrectomia radical com linfadenectomia para aórtico-cava	1 488
40000044	40.44	Nefrectomia secundária	930
40000045	40.45	Nefrectomia de rim ectópico	837
40000046	40.46	Nefrectomia de rim transplantado	744
40000047	40.47	Nefro-ureterectomia sub-total	930
40000048	40.48	Nefro-ureterectomia com cistectomia perimeática	1 162,50
40000049	40.49	Pielectomia com excisão de tumor piélico	744
40000050	40.50	Cirurgia endoscópica do segmento pielo-ureteral (SPU), bacinete ou cálices com ureterorrenoscópio	974
40000051	40.51	Biopsia renal percutânea com controle RX-Eco	302,25
40000052	40.52	Nefrostomia percutânea	511,50
40000053	40.53	Tratamento percutâneo de quisto renal	511,50
40000054	40.54	Nefroscopia percutânea em bloco operatório	974
40000055	40.55	Nefro(lito)extracção percutânea com pinças ou sondas-cesto	1 067
40000056	40.56	Nefro(lito)extracção percutânea com litotritor ultra-sónico, electro-hidráulico ou laser	1 275
40000057	40.57	Pieloureterotomia interna	974
40000058	40.58	Infundibulocalicotomia	927,50
40000059	40.59	Ressecção percutânea de tumor do bacinete ou cálices	974
40000060	40.60	Fotorradiação percutânea com laser de cálices, bacinete ou SPU	1 319
40000061	40.61	Litotrícia extracorporal por ondas de choque (por unidade renal)	4 147,50
40000062	40.62	Litotrícia extracorporal por ondas de choque — renal (sessões complementares — dentro de um período de 3 meses)	1 754,50
		4001 — Ureter	
40010001	40.63	Uretero(lito)tomia lombar	604,50
40010002	40.64	Uretero(lito)tomia ilíaca	558
40010003	40.65	Uretero(lito)tomia pélvica	744
40010004	40.66	Uretero(lito)tomia transvesical	558
40010005	40.67	Uretero(lito)tomia transvaginal	558
40010006	40.68	Ureterostomia intubada	558
40010007	40.69	Ureterostomia cutânea directa unilateral	558
40010008	40.70	Ureterostomia cutânea directa bilateral	744
40010009	40.71	Ureterostomia cutânea indirecta transileal (ureteroileostomia cutânea-operação de Bricker)	1 302
40010010	40.72	Ureterostomia cutânea indirecta transcólica (ureterocolostomia cutânea)	1 302
40010011	40.73	Ureterostomia cutânea indirecta com bolsa intestinal continente	1 627,50
40010012	40.74	Revisão de ureterostomia cutânea	558
40010013	40.75	Revisão de anastomose uretero intestinal	930
40010014	40.76	Ureterosigmoidostomia	837
40010015	40.77	Ureterorrectostomia (bexiga rectal) com abaixamento intestinal	1 488
40010016	40.78	Desderivação urinária	1 395
40010017	40.79	Colocação cirúrgica de tutor ureteral	558
40010018	40.80	Transureteroureterostomia	744
40010019	40.81	Ureterocistoneostomia (reimplantação ureterovesical) ou operação anti-refluxo sem ureteroneocistostomia	744
40010020	40.82	Ureterocistoneostomia (reimplantação ureterovesical) ou operação anti-refluxo sem ureteroneocistostomia — bilateral	930
40010021	40.83	Ureterocistoneostomia com modelagem ureteral unilateral	790,50
40010022	40.84	Ureterocistoneostomia com modelagem ureteral bilateral	1 023
40010023	40.85	Ureterocistoneostomia com plastia vesical (tipo Boari)	837
40010024	40.86	Cirurgia do ureterocele (sem uretero cistoneostomia)	651
40010025	40.87	Ureterorrafia	697,50
40010026	40.88	Encerramento de fístula uretero-cutânea	511,50
40010027	40.89	Encerramento de fístula uretero-visceral	837
40010028	40.90	Ureteroplastia (inclui ureteroplastia intubada-Davies)	744
40010029	40.91	Substituição ureteral por intestino	1 395
40010030	40.92	Ureterectomia de coto ureteral ou ureter acessório	697,50
40010031	40.93	Ureterolise	604,50
40010032	40.94	Descruzamento uretero-vascular	744
40010033	40.95	Cirurgia do ureter retro-cava	837
40010034	40.96	Ureterolise por fibrose retroperitoneal	744
40010035	40.97	Intraperitonealizarão de ureter	930
40010036	40.98	Dilatação endoscópica do meato ureteral	255
40010037	40.99	Meatotomia ureteral endoscópica	301,50
40010038	53.67	Extracção de corpos estranhos do ureter com citoscópio	301,50
40010039	53.68	Cirurgia endoscópica de ureterocele (unilateral) com ureterocelotomia	487
40010040	53.69	Cirurgia endoscópica de ureterocele (unilateral) com ressecção de ureterocele	487
40010041	53.70	Cirurgia endoscópica do refluxo vesico-ureteral (unilateral)	487
40010042	53.71	Cirurgia endoscópica do refluxo vesico-ureteral (bilateral)	580
40010043	53.72	Cateterismo endoscópico ureteral terapêutico unilateral (incluí dilatação endoscópica sem visão e inclui drenagem)	255
40010044	53.73	Cateterismo endoscópico ureteral terapêutico bilateral (incluí dilatação endoscópica sem visão e inclui drenagem)	371,25

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
40010045	53.74	Colocação endoscópica retrógada de tutor ureteral (unilateral)	301,50
40010046	53.75	Colocação endoscópica retrógada de tutor ureteral (bilateral)	441
40010047	53.76	Ureterolitoextracção endoscópica sem visão	441
40010048	53.77	Fulguração endoscópica do ureter com ureterorrenoscópico (URC)	788
40010049	53.78	Ureterotomia interna sob visão com URC	881
40010050	53.79	Ureterolitoextracção sob visão com URC com pinças ou sondas-cesto	881
40010051	53.80	Ureterolitoextracção sob visão com URC com litotritor ultra-sónico, electro-hidráulico ou laser	996
40010052	53.81	Ressecção de tumor ureteral com URC	881
40010053	53.82	Fotorradiação endoscópica com laser com URC	1 133
40010054	53.83	Colocação percutânea anterógrada de tutor ureteral	730,50
40010055	53.84	Uretero(lito)extracção percutânea com pinças ou sondas-cesto	974
40010056	53.85	Uretero(lito)extracção percutânea com litotritor ultra-sónico, electro-hidráulico ou laser	1 089
40010057	53.86	Ureterotomia interna percutânea	974
40010058	53.87	Ressecção percutânea de tumor do ureter	974
40010059	53.88	Fotorradiação percutânea com laser do ureter	1 319
40010060	53.89	Litotrícia extracorporal por ondas de choque — ureter	4 101
40010061	53.90	Litotrícia extracorporal por ondas de choque — ureter (sessões complementares — dentro de um período de três meses)	1 708
		4002 — Bexiga (incluindo colo vesical e uretra feminina)	
40020001	53.91	Exploração cirúrgica da bexiga e perivesical	511,50
40020002	53.92	Drenagem cirúrgica peri-vesical	511,50
40020003	53.93	Cisto(lito)tomia	511,50
40020004	53.94	Cistostomia ou vesicostomia	511,50
40020005	53.95	Cistorrafia	511,50
40020006	53.96	Encerramento de fístula vesicocutânea (inclui encerramento de cistosmia)	511,50
40020007	53.97	Encerramento de fístula vesicoentérica	837
40020008	53.98	Encerramento de fístula vesico-ginecológica	837
40020009	53.99	Encerramento de fístula vesico-ginecológica complexa com retalho tecidular	930
40020010	54.01	Enterocitoplastia de alargamento (qualquer tipo de segmento intestinal)	1 302
40020011	54.02	Enterocistoplastia de substituição destubularizada	1 488
40020012	54.03	Plastia de redução vesical	930
40020013	54.04	Cirurgia do diverticulo vesical com diverticulo plastia	511,50
40020014	54.05	Diverticulectomia da bexiga	697,50
40020015	54.06	Excisão do úraco	511,50
40020016	54.07	Cistectomia parcial com ressecção transvesical de tumor	651
40020017	54.08	Cistectomia parcial segmentar	697,50
40020018	54.09	Cistectomia subtotal	837
40020019	54.10	Cistectomia total	837
40020020	54.11	Cistectomia radical (ureterectomia não incluida)	1 046,25
40020021	54.12	Cistectomia radical com linfadenectomia pélvica	1 488
40020022	54.13	Exenteração pélvica anterior	1 488
40020023	54.14	Aplicação cirúrgica de radioisótopos na bexiga	511,50
40020024	54.15	Cirurgia da bexiga extrofiada	1 395
40020025	54.16	Cirurgia da bexiga extrofiada com osteotomia bi-ilíaca	1 860
40020026	54.17	Drenagem cirúrgica peri-uretral feminina	93
40020027	54.18	Uretrotomia feminina	139,50
40020028	54.19	Uretrorrafia feminina	232,50
40020029	54.20	Encerramento de fístula uretrovaginal	465
40020030	54.21	Cervicouretroplastia feminina	465
40020031	54.22	Reconstrução da uretra feminina (inclui neouretra)	837
40020032	54.23	Colpoperineorrafioplastia anterior	465
40020033	54.24	Cervicouretropexia por via vaginal	511,50
40020034	54.25	Cervicouretropexia por via suprapúbica	697,50
40020035	54.26	Cervicouretropexia por via mista	744
40020037	54.27	Exerése de divertículo uretral feminino (uretrocele)	465
40020038	54.28	Excisão de carúncula ou prolapso uretral feminino	139,50
40020039	54.29	Fulguração endoscópica vesical	249
40020040	54.30	Ressecção-biopsia endoscópica de tumor vesical	347,50
40020041	54.31	Ressecção endoscópica de tumor vesical (RTU-V)	766
40020042	54.32	Aplicação de laser por via endoscópica	1 226
40020043	54.33	Extracção endoscópica de cálculo, coágulo ou corpo estranho vesical	441
40020044	54.34	Litotrícia endoscópica vesical com litotritor mecânico sem visão	418
40020045	54.35	Litotrícia endoscópica vesical com litotritor mecânico com visão	766
40020046	54.36	Litotrícia endoscópica vesical com litotritor ultra-sónico, electro-hidráulico ou laser	996
40020047	54.37	Cirurgia endoscópica de divertículo vesical	673
40020048	54.38	Dilatação endoscópica da bexiga	290
40020049	54.39	Alargamento endoscópico do colo vesical feminino com incisão de colo vesical	324,50
40020050	54.40	Alargamento endoscópico do colo vesical feminino com ressecção do colo vesical	394
40020051	54.41	Tratamento endoscópico de incontinência urinária feminina	766
40020052	54.42	Cistostomia suprapúbica percutânea	139,50
40020053	54.43	Litotrícia extracorporal por ondas de choque — bexiga	4 101
40020054	54.44	Litotrícia extracorporal por ondas de choque — bexiga (sessões complementares — dentro de um periodo de três meses)	1 708
40020055	54.45	Colocação de prótese para tratamento de incontinência urinária feminina (esfíncter artificial)	837
40020056	54.46	Reeducação perineo-esfincteriana, por incontinência urinária, biofeedback ou electroestimulação, por sessão	63,75
		4003 — Colo vesical masculino e próstata	
40030001	54.47	Cirurgia a céu aberto do colo vesical com incisão ou excisão do colo	511,50
40030002	54.48	Plastia Y-V do colo vesical	744

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
40030003	54.49	Prostatectomia suprapúbica ou retropúbica por HBP	744
40030004	54.50	Prostatectomia perineal por HBP	837
40030005	54.51	Prostatectomia radical retropúbica	930
40030006	54.52	Prostatectomia radical retropúbica com linfadenectomia pélvica	1 302
40030007	54.53	Prostatectomia radical perineal	930
40030008	54.54	Aplicação cirúrgica de radioisótopos na próstata	511,50
40030009	54.55	Cirurgia da incontinência urinária do homem (exclui próteses e cirurgia endoscópica)	837
40030010	54.56	Limpeza cirúrgica de osteíte do púbis	418,50
40030011	54.57	Drenagem endoscópica de abcesso da próstata	580
40030012	54.58	Ressecção endoscópica de próstata (RTUP)	859
40030013	54.59	Alargamento endoscópico da loca prostática com incisão ou ressecção de fibrose da loca	371
40030014	54.60	Alargamento endoscópico de colo vesical masculino com incisão ou ressecção de colo vesical	417,50
40030015	54.61	Colocação endoscópica de prótese de alargamento de colo vesical de uretra prostática	394,50
40030016	54.62	Tratamento endoscópico da incontinência urinária masculina	766
40030017	54.63	Colocação endoscópica de prótese uretral expansível reepitelizável (exclui o custo da prótese) na uretra masculina	627
40030018	54.64	Colocação de prótese para tratamento de incontinência urinária masculina (esfincter artificial)	697,50
40030019	54.65	Hipertermia prostática (Independentemente do número de sessões)	1 292
40030020	54.66	Termoterapia prostática transuretral (independentemente do número de sessões — não incluí sonda aplicadora)	1.982
40030021	54.67	Laser prostático transuretral (não incluí fibras nem mangas)	1 179,50
		4004 — Uretra Masculina	
40040001	54.68	Exploração cirúrgica da uretra	325,50
40040002	54.69	Drenagem cirúrgica peri-uretral masculina	116,25
40040003	54.70	Meatomia	139,50
40040004	54.71	Uretrolitotomia	232,50
40040005	54.72	Uretrotomia externa	465
40040006	54.73	Operação de Monseur	697,50
40040007	54.74	Uretrostomia	372
40040008	54.75	Intubação e recanalização uretral	418,50
40040009	54.76	Uretrorrafia	418,50
40040010	54.77	Encerramento da uretrostomia	465
40040011	54.78	Encerramento de fístula uretro-cutânea	465
40040012	54.79	Encerramento de fistula uretro-rectal	930
40040013	54.80	Meatoplastia	232,50
40040014	54.81	Uretroplastia de uretra anterior termino terminal	697,50
40040015	54.82	Uretroplastia de uretra anterior termino terminal com retalho pediculado	744
40040016	54.83	Uretroplastia de uretra anterior termino terminal com retalho livre	744
40040017	54.84	Uretroplastia de uretra anterior termino terminal com retalho livre 1.º Tempo	697,50
40040018	54.85	Uretroplastia de uretra anterior termino terminal com retalho livre 2.º Tempo	697,50
40040019	54.86	Uretroplastia da uretra posterior termino-terminal	930
40040020	54.87	Uretroplastia da uretra posterior termino-terminal com retalho pediculado	930
40040021	54.88	Uretroplastia da uretra posterior termino-terminal com retalho livre	930
40040022	54.89	Uretroplastia da uretra posterior termino-terminal com retalho livre 1.º Tempo	930
40040023	54.90	Uretroplastia da uretra posterior termino-terminal com retalho livre 2.º Tempo	837
40040024	54.91	Diverticulectomia uretral	465
40040025	54.92	Uretrectomia parcial	372
40040026	54.93	Uretrectomia total	697,50
40040027	54.94	Uretrectomia de uretra acessória	697,50
40040028	54.95	Extracção cirúrgica de corpos estranhos uretrais	232,50
40040029	54.96	Cirurgia do hipospadias e da uretra curta congénita proximal num só tempo	1 023
40040030	54.97	Cirurgia do hipospadias e da uretra curta congénita distal num só tempo	697,50
40040031	54.98	Cirurgia do hipospadias e da uretra curta congénita distal em 2 tempos 1.º Tempo (endireitamento)	465
40040032	54.99	Cirurgia do hipospadias e da uretra curta congénita distal em 2 tempos 2.º Tempo (neouretroplastia)	744
40040033	57.26	Cirurgia do epispádias	1 069,50
40040034	57.27	Fulguração endoscópica uretral	249
40040035	55.03	Extracção endoscópica de cálculo ou corpo estranho uretral	301,50
40040036	55.04	Uretrotomia interna sem visão	255,50
40040037	55.05	Uretrotomia interna sob visão	510,50
40040038	55.06	Ressecção endoscópica de estenose da uretra	533,50
40040039	55.07	Ressecção endoscópica de tumor uretral	533,50
40040040	55.08	Esfincterotomia endoscópica	394
40040041	55.09	Incisão-ressecção endoscópica de valvas uretrais	533,50
40040042	55.10	Colocação endoscópica de prótese uretral expansível reepitelizável (exclui o custo da prótese) no colo vesical masculino ou próstata	534
		Aparelho genital masculino	
		4100 — Pénis, escroto, testículos e vias seminais	
41000001	41.01	Corte do freio do pénis	93
41000002	41.02	Incisão para redução da parafimose	93
41000003	41.03	Postectomia (circuncisão)	186
41000004	41.04	Cirurgia de angulação e mal-rotação peniana e da doença de Peyronie com operação de Nesbit	465
41000005	41.05	Cirurgia de angulação e mal-rotação peniana e da doença de Peyronie com excisão da placa e colocação de retalho	604,50
41000006	41.06	Cirurgia de angulação e mal-rotação peniana e da doença de Peyronie com excisão da placa e colocação de prótese	744

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
41000007	41.07	Cirurgia de priapismo com anastomose safeno-cavernosa unilateral	697,50
41000008	41.08	Cirurgia de priapismo com anastomose safeno-cavernosa bilateral	930
41000009	41.09	Cirurgia de priapismo com anastomose caverno esponjosa	697,50
41000010	41.10	Cirurgia de priapismo com fistula caverno-esponjosa	465
41000011	41.11	Punção — esvaziamento — lavagem dos corpos cavernosos para tratamento do priapismo	139,50
41000012	41.12	Amputação peniana parcial	348,75
41000013	41.13	Amputação peniana total	558
41000014	41.14	Emasculação	744
41000015	41.15	Amputação peniana com linfadenectomia inguinal unilateral	744
41000016	41.16	Amputação peniana com linfadenectomia inguinal bilateral	1 162,50
41000017	41.17	Amputação peniana com linfadectomia inguino-pélvica bilateral	1 488
41000018	41.18	Reconstrução do pénis — tempo principal	697,50
41000019	41.19	Reconstrução do pénis — outros tempos (cada)	302,25
41000020	41.20	Laqueação de veias penianas na cirurgia da disfunção eréctil	465
41000021	41.21	Revascularização peniana	697,50
41000022	41.22	Revascularização peniana com microcirurgia	1 089
41000023	41.23	Colocação de prótese peniana rígida	697,50
41000024	41.24	Colocação de prótese peniana semi-rígida	697,50
41000025	41.25	Colocação de prótese peniana insuflável	837
41000026	41.26	Aplicação externa de raios laser no pénis	403,75
41000029	41.27	Exploração do conteúdo escrotal (celotomia exploradora)	279
41000030	41.28	Drenagem cirúrgica da bolsa escrotal	116,25
41000031	41.29	Drenagem de fleimão urinoso	372
41000032	41.30	Cirurgia da pele e invólucros da bolsa escrotal	232,50
41000033	41.31	Cirurgia de hidrocele	348,75
41000034	41.32	Punção de hidrocele com injecção de esclerosante	116,25
41000035	41.33	Cirurgia do hematocele	348,75
41000036	41.34	Cirurgia do varicocele com laqueação alta da veia espermática	348,75
41000037	41.35	Cirurgia do varicocele com laqueação-ressecção múltipla de veias varicosas	418,50
41000038	41.36	Orquidorrafia por traumatismo	465
41000039	41.37	Orquidopexia escrotal sem funiculolise	372
41000040	41.38	Orquidectomia escrotal	372
41000041	41.39	Orquidectomia sub-albugínea bilateral	465
41000042	41.40	Orquidectomia intra-abdominal	511,50
41000043	41.41	Orquidectomia inguinal simples	558
41000044	41.42	Orquidectomia inguinal radical sem linfadenectomia	697,50
41000045	41.43	Orquidectomia inguinal radical com linfadenectomia para-aórtico-cava e pélvica	1 627,50
41000046	41.44	Auto-transplantação testicular	1 162,50
41000047	41.45	Colocação de prótese testicular unilateral	348,75
41000048	41.46	Colocação de prótese testicular bilateral	558
41000049	41.47	Cirurgia para deferento vesiculografia	232,50
41000050	41.48	Cirurgia da obstrução espermática com anastomose epididimo-deferencial (epididimo--vasostomia)	744
41000051	41.49	Cirurgia da obstrução espermática com anastomose deferento-deferencial (vaso-vasostomia)	744
41000052	41.50	Cirurgia da obstrução espermática com com microcirurgia	1 182
41000053	41.51	Excisão de espermatocele ou quisto para testicular epididimário ou do cordão espermático	348,75
41000054	41.52	Epididimectomia	348,75
41000055	41.53	Vasectomia, bilateral (laqueação dos deferentes)	186
41000056	41.54	Inguinotomia exploradora	418,50
41000057	41.55	Funicololise (e orquidopexia)	558
41000058	41.56	Cirurgia das vesículas seminais	697,50
		Aparelho genital feminino	
		4200 — Perineo	
42000001	42.01	Perineoplastia não obstétrica (operação isolada)	372
42000002	42.02	Colpoperineorrafia por rasgadura incompleta do perineo e vagina (não obstétrica)	372
42000003	42.03	Colpoperineorrafia com sutura do recto, esfíncter anal, por rasgadura completa do perineo (não obstétrica)	558
		4201 — Vulva e Intróito	
42010001	42.04	Marsupialização da glândula da Bartholin	139,50
42010002	42.05	Excisão de condilomas	186
42010003	42.06	Vulvectomia parcial	279
42010004	42.07	Vulvectomia total	604,50
42010005	42.08	Vulvectomia radical, com esvaziamento ganglionar	1 162,50
42010006	42.09	Clitoridectomia	232,50
42010007	42.10	Clitoridoplastia	511,50
42010008	42.11	Exérese de glândula de Bartholin	186
42010009	42.12	Exérese de caruncula uretral	69,75
42010010	42.13	Excisão de pequeno lábio	139,50
42010011	42.14	Himenotomia ou himenectomia parcial	69,75
42010012	42.15	Correcção plástica do intróito	279
42010013	42.16	Cirurgia laser da vulva	225,75
		4202 — Vagina	
42020001	42.17	Colpotomia com drenagem de abcesso	116,25
42020002	42.18	Drenagem de hematocolpos	69,75
42020003	42.19	Colpectomia para encerramento parcial da vagina	372
42020004	42.20	Colpectomia para encerramento total da vagina (Colpocleisis)	558

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
42020005	42.21	Excisão de septo vaginal e plastia	418,50
42020006	42.22	Exérese de tumor ou quisto da vagina	139,50
42020007	42.23	Colporrafia por ferida não obstétrica	348,75
42020008	42.24	Colporrafia anterior por cistocelo	511,50
42020009	42.25	Colporrafia posterior por rectocelo	279
42020010	42.26	Vesicouretropexia anterior ou uretropexia, via abdominal (tipo Marshall-Marchetti)	558
42020011	42.27	Suspensão uretral (fáscia ou sintético) por incontinência urinária ao esforço (tipo Stockel)	697,50
42020012	42.28	Plastia do esfíncter uretral (tipo plicatura uretral de Kelli)	372
42020013	42.29	Correcção de enterocelo, via abdominal (operação isolada)	511,50
42020014	42.30	Colpopexia por abordagem abdominal	511,50
42020015	42.31	Intervenção cirúrgica para neovagina, em tempo único, simples com ou sem enxerto cutâneo	697,50
42020016	42.32	Intervenção cirúrgica para neovagina em tempos múltiplos, ou com plastia complexa (retalhos loco-regionais)	1 162,50
42020017	42.33	Correcção de fístula recto-vaginal, via vaginal	558
42020018	42.34	Correcção de fístula vesico-vaginal, via vaginal	930
42020019	42.35	Correcção de fístula vesico-vaginal, via transvesical	930
42020020	42.36	Cirurgia laser da vagina	225,75
		4203 — Colo do Útero	
42030001	42.37	Cirurgia Laser CO2 — vaporização do colo do útero	225,75
42030002	42.38	Electrocoagulação ou criocoagulação do colo do útero	46,50
42030003	42.39	Conização	279
42030004	42.40	Cervicectomia (operação isolada)	348,75
42030005	42.41	Exérese do colo uterino restante	651
42030006	42.42	Traquelorrafia do colo do útero	348,75
42030007	42.43	Polipectomia cervical	46,50
42030008	42.44	Conização laser CO2	365,25
42030009	42.45	Conização com ansa diatérmica	243,50
		4204 — Colo do Útero	
42040001	42.46	Curetagem do útero por aspiração (tipo Vabra)	139,50
42040002	42.47	Dilatação e curetagem uterina	139,50
42040003	42.48	Miomectomia por via abdominal ou vaginal	511,50
42040004	42.49	Histerectomia total, com anexectomia via abdominal	837
42040005	42.50	Histerectomia sub-total com anexectomia, via abdominal	651
42040006	42.51	Histerectomia vaginal	651
42040007	42.52	Histerectomia vaginal com correcção de enterocelo	1 116
42040008	42.53	Histerectomia vaginal radical (tipo Schauta)	1 395
42040009	42.54	Histerectomia vaginal com colporrafia anterior e ou posterior	837
42040010	42.55	Histerectomia radical com linfadenectomia pélvica bilateral (tipo Wertheim-Meigs)	1 395
42040011	42.56	Exenteração pélvica	2 092,50
42040012	42.57	Histerotomia abdominal	465
42040013	42.58	Histeropexia	558
42040014	42.59	Ligamentopexia	558
42040015	42.60	Histeroplastia por anomalia uterina (tipo Stassman)	697,50
42040016	42.61	Sutura de rotura uterina	511,50
42040017	42.62	Intervenção cirúrgica por inversão uterina (não obstétrica)	511,50
42040018	42.63	Oclusão de fistula vesico-uterina	604,50
42040019	42.64	Laparotomia exploradora com biopsias para estadiamento por neoplasia ginecológica	558
42040020	42.65	Secção de sinéquias uterinas — via vaginal	465
42040021	42.66	Correcção de septo por via vaginal	465
42040022	42.67	Histerectomia total com conservação de anexos	837
		4205 — Trompa	
42050001	42.68	Microcirurgia tubar	930
42050002	42.69	Drenagem de abcesso tubo-ovárico	511,50
42050003	42.70	Secção ou laqueação da trompa, abdominal uni ou bilateral	232,50
42050004	42.71	Salpingectomia, uni ou bilateral (operação isolada)	511,50
42050005	42.72	Anexectomia, uni ou bilateral	511,50
42050006	42.73	Salpingoplastia, uni ou bilateral	837
42050007	42.74	Tratamento cirúrgico da gravidez ectópica	511,50
42050008	42.75	Lise de aderências pélvicas	511,50
		4206 — Ovário	
42060001	42.76	Ressecção em cunha do ovário, uni ou bilateral	465
42060002	42.77	Cistectomia do ovário, uni ou bilateral	511,50
42060003	42.78	Ovariectomia, uni ou bilateral	511,50
42060004	42.79	Ovariectomia, uni ou bilateral com omentectomia	651
42060005	42.80	Citoredução do carcinoma do ovário em estadios superiores ou igual ao IIB	1 395
42060006	42.81	Coagulação de ovários	465
		4207 — Diversos	
42070001	42.82	Simpaticectomia pélvica	697,50
		Gravidez e parto	
		4300 — Geral	
43000001	43.01	Reparação de episiotomia e ou rasgadura incompleta do períneo e ou rasgadura da vagina, simples	116,25

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
43000002	43.02	Reparação de episiotomia e ou rasgadura incompleta do períneo e ou rasgadura da vagina, extensa	139,50
43000003	43.03	Colpoperineorrafia e reparação do esfíncter anal por rasgadura completa do perineo consecutiva a parto	372
43000004	43.04	Histerorrafia por rotura do útero (obstétrica)	558
43000005	43.05	Operação por inversão uterina de causa obstétrica	511,50
		4301 — Parto, cuidados ante-parto e pós-parto	
43010001	43.06	Parto normal (com ou sem episiotomia) compreendida anestesia feita pelo próprio médico	302,25
43010002	43.07	Parto gemelar normal por cada gémeo	302,25
43010003	43.08	Parto distócio, compreendidas todas as intervenções, tais como: fórceps, ventosa, versão grande, extracção pélvica, dequitadura artificial, episeorrafia, desencadeamento médico ou instrumental do trabalho	372
43010004	43.09	Fetotomia (embriotomia)	465
43010005	43.10	Dequitadura manual	116,25
43010006	43.11	Traquelorrafia relacionada com o parto	232,50
		4302 — Cesariana	
43020001	43.12	Cesariana	604,50
43020002	43.13	Cesariana com histerectomia, sub-total	930
43020003	43.14	Cesariana com histerectomia, total	1 023
		Sistema endócrino	
44000001	44.01	Lobectomia subtotal da tiroide	558
44000002	44.02	Lobectomia total da tiroide	744
44000003	44.03	Tiroidectomia subtotal	930
44000004	44.04	Tiroidectomia total	1 162,50
44000005	44.05	Tiroidectomia total ou sub-total com esvaziamento cervical conservador	1 395
44000006	44.06	Tiroidectomia total ou sub-total com esvaziamento cervical radical	1 627,50
44000007	44.07	Tiroidectomia subesternal com esternotomia	1 395
44000008	44.08	Paratiroidectomia e ou exploração da paratiroideia	1 046,25
44000009	44.09	Paratiroidectomia com exploração mediastínica por abordagem torácica	1 395
44000010	44.10	Timectomia	1 720,50
44000011	44.11	Adrenalectomia unilateral	1 023
44000012	44.12	Excisão de tumor do corpo carotideo	1 162,50
44000013	44.13	Excisão de quisto do canal tireoglosso	558
44000014	44.14	Excisão de quisto ou adenoma da tiroideia	558
		Sistema nervoso	
		4500 — Traumatologia crânio-encefálica	
45000001	45.01	Trepanação simples	465
45000002	45.02	Craniotomia por hematoma epidural	930
45000003	45.03	Craniotomia por hematoma subdural	930
45000004	45.04	Esquirolectomia simples	558
45000005	45.05	Esquirolectomia com reparação dural e tratamento encefálico	1 023
45000006	45.06	Lobectomia cerebral	1 162,50
45000007	45.07	Craniectomia ou craniotomia para remoção de corpo estranho no encéfalo (bala, etc.)	1 162,50
		4501 — Cirurgia reparadora	
45010001	45.08	Reparação de fístula de L.C.R.	837
45010002	45.09	Reparação de fistula de L.C.R. por via transfenoidal	1 395
45010003	45.10	Cirurgia de fístula de L.C.R. da fossa posterior	1 395
45010004	45.11	Cranioplastia com osso	1 023
45010005	45.12	Cranioplastia com material sintético	1 162,50
45010006	45.13	Tratamento cirúrgico de craniossinostose de uma sutura	1 162,50
45010007	45.14	Tratamento cirúrgico de craniossinostose complexa	1 395
45010008	45.15	Tratamento cirúrgico de encefalocelo	1 162,50
45010009	45.16	Tratamento cirúrgico de disrrafismo espinal	1 627,50
		4502 — Processos infecciosos cranianos e vertebro-medulares	
45020001	45.17	Correcção cirúrgica de lesões de osteite craniana	325,50
45020002	45.18	Trepanação para drenagem de abcesso cerebral	697,50
45020003	45.19	Craniotomia para tratamento de abcesso cerebral	1 162,50
45020004	45.20	Craniotomia para abcesso subdural ou epidural	1 162,50
45020005	45.21	Cirurgia de abcesso intra-raquidiano via posterior	1 162,50
45020006	45.22	Cirurgia de abcesso intra-raquidiano via anterior	1 395
45020007	45.23	Cirurgia de abcesso intra-raquidiano cervical via anterior	1 395
45020008	45.24	Cirurgia de abcesso intramedular	1 627,50
		4503 — Crânio	
45030001	45.25	Remoção de tumores do crânio atingindo a calote sem cranioplastia	465
45030002	45.26	Remoção de tumores do crânio atingindo a calote com cranioplastia	930
		4504 — Tumores e outros processos expansivos intracranianos não traumáticos	
45040001	45.27	Buracos de trepano, com drenagem ventricular por tumores e outros processos expansivos intracranianos não traumáticos	325,50

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
45040002	45.28	Tratamento cirúrgico de tumores e outros processos expansivos intracranianos não traumáticos — abordagem transfenoidal	1 627,50
45040003	45.29	Tratamento cirúrgico de tumores da órbitra — abordagem transcraniana	1 488
45040004	45.30	Cirurgia de glioma supratentorial	1 395
45040005	45.31	Cirurgia de glioma infratentorial	1 627,50
45040006	45.32	Tratamento cirúrgico de tumor intraventricular	1 860
45040007	45.33	Tratamento cirúrgico de tumor selar, supra-selar e para-selar	1 860
45040008	45.34	Tratamento cirúrgico de tumores da região pineal	1 860
45040009	45.35	Tratamento cirúrgico de tumores do ânglo pronto-cerebeloso	1 860
45040010	45.36	Cirurgia de gliomas do tronco cerebral	1 860
45040011	45.37	Tratamento cirúrgico de tumores do IV ventrículo	1 860
45040012	45.38	Tratamento cirúrgico de tumores da base do crânio	2 092,50
45040013	45.39	Biopsia tumoral estereotáxica	1 162,50
45040014	45.40	Tratamento cirúrgico de lesões expansivas intracranianas (outras)	1 627,50
		4505 — Cirurgia Vascular Cerebral	
45050001	45.41	Cirurgia vascular cerebral por hematomas intracerebrais supratentoriais	1 162,50
45050002	45.42	Cirurgia vascular cerebral por hematomas intracerebrais infratentoriais	1 395
45050003	45.43	Laqueação da carótida interna intracraniana para tratamento de aneurismas e fistulas carótido-cavernosas	1 162,50
45050004	45.44	Cirurgia vascular cerebral por aneurismas intracranianos da circulação anterior	1 860
45050005	45.45	Cirurgia vascular cerebral por aneurismas intracranianos da circulação posterior	2 092,50
45050006	45.46	Cirurgia vascular cerebral por MAV supratentorial	1 860
45050007	45.47	Cirurgia vascular cerebral por MAV infratentorial	2 092,50
45050008	45.48	Cirurgia vascular cerebral — processo de revascularização	1 860
		4506 — Intervenções vertebro-medulares	
45060001	45.49	Tratamento cirúrgico de tumores da coluna vertebral	1 395
45060002	45.50	Tratamento cirúrgico de tumores da coluna vertebral com estabilização	1 860
45060003	45.51	Tratamento cirúrgico de tumores intradurais extramedulares	1 395
45060004	45.52	Tratamento cirúrgico de tumores intradurais intramedulares	1 860
45060005	45.53	Cirurgia da MAV espinal	2 092,50
45060006	45.54	Tratamento cirúrgico de malformações da charneira, abordagem anterior	1 860
45060007	45.55	Tratamento cirúrgico de malformações da charneira, abordagem posterior	1 860
45060008	45.56	Tratamento cirúrgico de siringomilia	1 395
45060009	45.57	Intervenções vertebro-medulares por malformações congénitas (outras não especificadas)	1 395
		4507 — Derivação do líquido cefalo-raquidiano	
45070001	45.58	Torkildsen	1 162,50
45070002	45.59	Derivações do líquido cefalo-raquidiano ventrículo-atriais	1 023
45070003	45.60	Derivações do líquido cefalo-raquidiano ventrículo-peritoneais	790,50
45070004	45.61	Derivações do líquido cefalo-raquidiano cisto-peritoneais	930
45070005	45.62	Derivações do líquido cefalo-raquidiano lombo-peritoneais	930
45070006	45.63	Ventriculostomia endoscópica	1 395
45070007	45.64	Revisões das derivações do líquido cefalo-raquidiano	651
		4508 — Cirurgia funcional	
45080001	45.65	Leucotomia estereotáxica	930
45080002	45.66	Hemisferectomia	1 767
45080003	45.67	Intervenções estereotáxicas talamicas	1 395
45080004	45.68	Cordotomias	1 023
45080005	45.69	Cirurgia da epilepsia com registo operatório	1 860
45080006	45.70	Calosotomia	1 395
45080007	45.71	Descompressão microvascular de pares cranianos	1 395
45080008	45.72	Tratamento percutâneo da nevralgia do trigémio	930
45080009	45.73	Tratamento da lesão da DREZ	1 395
45080010	45.74	Rizotomia	930
45080011	45.75	Comissurotomia	1 395
45080012	45.76	Cirurgia percutânea da dor (outras)	930
		4509 — Nervos Periféricos	
45090001	45.77	Neurólises	418,50
45090002	45.78	Transposições nervos periféricos	511,50
45090003	45.79	Neurorrafias com microcirurgia	697,50
45090004	45.80	Cirurgia do plexo braquial	1 627,50
45090005	45.81	Tratamento cirúrgico de sindroma do túnel cárpico ou do canal de Guyon	558
45090006	45.82	Tratamento cirúrgico da meralgia parestésica	558
45090007	45.83	Excisão de neuroma traumático dos nervos periféricos	837
45090008	45.84	Excisão de neuroma traumático dos nervos periféricos com enxerto	1 395
45090009	45.85	Excisão de tumores de nervos periféricos sem reparação	930
45090010	45.86	Excisão de tumores de nervos periféricos com reparação	1 395
45090011	45.87	Excisão de neuroma pós-traumático	558
45090012	45.88	Excisão de neuroma pós-traumático, com microcirurgia	744
45090013	45.89	Excisão de tumores dos nervos periféricos (não incluindo reparação)	558
		Olhos e anexos oculares	
		4600 — Globo Ocular e Órbitra	
46000001	46.01	Evisceração do globo ocular sem implante	372
46000002	46.02	Evisceração do globo ocular com implante	465

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
46000003	46.03	Enucleação do globo ocular sem implante	372
46000004	46.04	Enucleação do globo ocular com implante	558
46000005	46.05	Exenteração da órbita	930
46000006	46.06	Exenteração da órbita com remoção de partes ósseas ou com transplante muscular	1 023
46000007	46.07	Remoção de implante ocular	232,50
		4601 — Córnea	
46010001	46.08	Queratectomia lamelar, parcial, excepto pterígio (ex. quisto dermóide)	325,50
46010002	46.09	Biopsia da córnea (ex: leucoplasia)	93
46010003	46.10	Excisão ou transposição de pterígio, sem enxerto	279
46010004	46.11	Excisão ou transposição de pterígio recidivado com enxerto	465
46010005	46.12	Excisão ou transposição de pterígio recidivado com queratoplastia parcial	1 116
46010006	46.13	Raspagem da córnea para diagnóstico	27,90
46010007	46.14	Remoção do epitélio corneano	37,20
46010008	46.15	Aplicação de agentes químicos e ou físicos na córnea	46,50
46010009	46.16	Tatuagem da córnea, mecânica ou química	186
46010010	46.17	Remoção de corpo estranho superficial da córnea	37,20
46010011	46.18	Sutura de ferida da córnea	558
46010012	46.19	Queratoplastia lamelar (inclui preparação do material de enxerto)	1 116
46010013	46.20	Queratoplastia penetrante (inclui preparação do material de enxerto)	1 116
46010014	46.21	Queratoplastia lamelar na afaquia (inclui preparação do material de enxerto)	1 116
46010015	46.22	Queratoplastia penetrante e queratoprótese (inclui preparação do material de enxerto)	1 302
46010016	46.23	Queratomia refractiva para correcção óptica	418,50
46010017	46.24	Queratomileusis	1 277,50
46010018	46.25	Epiqueratoplastia	1 045
46010019	46.26	Queratofaquia	1 277,50
46010020	46.27	Fotoqueratectomia refractiva ou terapêutica	835,50
46010021	46.28	Termoqueratoplastia	186
46010022	46.29	Termoqueratoplastia refractiva	812,25
46010023	46.30	Topografia corneana	133,50
		4602 — Câmara anterior	
46020001	46.31	Paracentese da câmara anterior para remoção ou aspiração de humor aquoso, hipópion ou hifema	232,50
46020002	46.32	Paracentese da câmara anterior para remoção de humor vítreo e ou libertação de sinéquias e ou discisão da hialoideia anterior, com ou sem injecção de ar	418,50
46020003	46.33	Goniotomia com ou sem goniopunção	674,25
46020004	46.34	Goniopunção sem goniotomia	255,75
46020005	46.35	Trabeculotomia ab externo	651
46020006	46.36	Trabeculoplastia *laser*	452,50
46020007	46.37	Remoção de corpo estranho magnético da câmara anterior	279
46020008	46.38	Remoção de corpo estranho não magnético da câmara anterior	418,50
46020009	46.39	Introdução de lente intra-ocular para correcção da ametropia em olho fáquico	930
46020010	46.40	Lise de sinéquias do segmento anterior, incluindo goniosinéquias, por incisão com ou sem injecção de ar/líquido (técnica isolada)	325,50
46020011	46.41	Lise de sinéquias anteriores ou de sinéquias posteriores ou de aderências corneovítreas com ou sem injecção de ar/líquido	255,75
46020012	46.42	Remoção de invasão epitelial, câmara anterior	744
46020013	46.43	Remoção de material de implante, segmento anterior	465
46020014	46.44	Remoção de coágulo sanguíneo, segmento anterior	325,50
46020015	46.45	Injecção de ar/líquido ou medicamento na câmara anterior	93
		4603 — Esclerótica anterior	
46030001	46.46	Operação fistulizante para glaucoma com iridectomia	651
46030002	46.47	Trabeculectomia ab externo (fistulizante protegida)	837
46030003	46.48	Fistulização da esclerótica no glaucoma, iridencleisis	604,50
46030004	46.49	Fistulização da esclerótica no glaucoma, trabeculectomia ab externo com encravamento escleral	883,50
46030005	46.50	Fistulização esclerótica no glaucoma com colocação de tubo de Molteno ou similar	930
46030006	46.51	Esclerotomia Holmium (cada sessão)	882
46030007	46.52	Reconstrução da esclerótica por estafiloma sem enxerto	558
46030008	46.53	Reconstrução da esclerótica por estafiloma com enxerto	930
46030009	46.54	Remoção de corpo estranho superficial da esclerótica	37,20
46030010	46.55	Sutura de ferida da esclerótica sem lesão da úvea	465
46030011	46.56	Sutura de ferida da esclerótica com reposição ou ressecção da úvea	697,50
		4604 — Íris e Corpo Ciliar	
46040001	46.57	Iridotomia simples/transfixiva	488,25
46040002	46.58	Iridectomia com ciclectomia	697,50
46040003	46.59	Iridectomia periférica ou em sector no glaucoma	558
46040004	46.60	Iridectomia óptica	558
46040005	46.61	Correcção de iridodiálise	697,50
46040006	46.62	Ciclodiatermia	465
46040007	46.63	Ciclocrioterapia	465
46040008	46.64	Ciclodiálise	558
46040009	46.65	Coreoplastia ou gonioplastia ou iridotomia por laserterapia (1 ou mais sessões)	382,75
46040010	46.66	Fotocoagulação dos processos ciliares (1 ou mais sessões)	835,50
46040011	46.67	Destruição de lesões quísticas ou outras da Íris e ou do corpo ciliar por meios não cruentos	778

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
		4605 — Cristalino	
46050001	46.68	Discisão do cristalino	418,50
46050002	46.69	Discisão de catarata secundária e ou membrana hialoideia anterior	418,50
46050003	46.70	Remoção de catarata secundária com ou sem iridectomia (iridocapsulectomia ou iridocapsulotomia)	837
46050004	46.71	Aspiração de material lenticular na sequência ou não de facofragmentação mecânica	837
46050005	46.72	Facoemulsificação do cristalino com aspiração de material lenticular	987,50
46050006	46.73	Facoemulsificação do cristalino com implantação de lente intraocular	1 359,50
46050007	46.74	Extracção extracapsular programada do cristalino	930
46050008	46.75	Extracção intracapsular de catarata, com ou sem enzimas	837
46050009	46.76	Extracção de cristalino luxado	930
46050010	46.77	Extracção intracapsular ou extracapsular na presença de ampola de filtração	930
46050011	46.78	Aplicação de qualquer lente intraocular simultaneamente à extracção de catarata	1 162,50
46050012	46.79	Implantação secundária de lente intra-ocular	883,50
46050013	46.80	Remoção de lente intraocular de câmara posterior	674,25
46050014	46.81	Lentes intraoculares de suspensão escleral	1 116
46050015	46.82	Capsulotomia Yag (por sessão)	394,25
		4606 — Vítreo	
46060001	46.83	Vitrectomia parcial da câmara anterior, a céu aberto	465
46060002	46.84	Vitrectomia subtotal, via anterior, utilizando vitrectomo mecânico	837
46060003	46.85	Aspiração de vítreo ou de liquido sub-retiniano ou coroideu (esclerotomia posterior)	558
46060004	46.86	Injecção de substituto de vítreo, via plana (pneumopexia)	372
46060005	46.87	Discisão de bandas de vítreo sem remoção, via pars plana	697,50
46060006	46.88	Liga de bandas de vítreo, adesões da interface do vítreo, bainhas, membranas ou opacidades por cirurgia laser	452,75
46060007	46.89	Vitrectomia mecânica, via pars plana	1 220
46060008	46.90	Remoção de corpo estranho magnético do vítreo	837
46060009	46.91	Remoção de corpo estranho do vítreo, com vitrectomia	1 220
46060010	46.92	Vitrectomia via pars plana associada à extracção do cristalino	1 220
46060011	46.93	Vitrectomia via pars plana associada à extracção de cristalino com introdução de lente intraocular	1 731,50
46060012	46.94	Vitrectomia mecânica complicada via pars plana, com tamponamento interno com ou sem extracção de corpo estranho intraocular, com ou sem cirurgia de cristalino	1 731,50
46060013	46.95	Remoção de substituto de vítreo	441,75
		4607 — Retina e Coroideia	
46070001	46.97	Crioterapia ou diatermia da retina e coroideia com ou sem drenagem de líquido subretiniano	604,50
46070002	46.98	Depressão escleral localizada ou circular, com ou sem implante	1 116
46070003	46.99	Crioterapia ou diatermia da retina e coroideia associada à vitrectomia	1 359,50
46070004	55.11	Cirurgia de descolamento de retina com vitrectomia associada a tamponamento	1 545,50
46070005	55.12	Cirurgia de descolamento de retina com vitrectomia a céu aberto e tamponamento interno	1 731,50
46070006	55.13	Cirurgia de descolamento de retina com vitrectomia, tamponamento interno e extracção de cristalino	1.731,50
46070007	55.14	Cirurgia de descolamento de retina com vitrectomia e segmentação, delaminação e corte de membranas de vítreo ou subretinianas, neovasos com ou sem endolaser, com ou sem cirurgia do cristalino	1 917,50
46070008	55.15	Reoperação de descolamento de retina sem vitrectomia	930
46070009	55.16	Reoperação de descolamento de retina com vitrectomia	1 545,50
46070010	55.17	Remoção de material implantado no segmento posterior	232,50
46070011	55.18	Implante e remoção de fonte de radiações de retina e coroideia	744
46070012	55.19	Crioterapia ou diatermia da retina e coroideia (por sessão)	441,75
46070013	55.20	Fotocoagulação Xenon da retina e coroideia	418
46070014	55.21	Laser Argon azul-verde da retina e coroideia	452,50
46070015	55.22	Laser monocromático da retina ou coroideia	475,50
46070016	55.23	Laser Yag da retina ou coroideia	464
46070017	55.24	Esclerocoroidotomia para remoção de tumor com ou sem vitrectomia	1 731,50
		4608 — Músculos óculo-motores	
46080001	55.26	Biopsia de músculo oculo-motor	186
46080002	55.27	Sutura de músculos oculomotores e tendões e ou a cápsula de Tenon	279
46080101	55.28	Enfraquecimento/reforço de um músculo ocular	511,50
46080102	55.29	Enfraquecimento/reforço de dois músculos oculares	604,50
46080103	55.30	Enfraquecimento/reforço de três músculos oculares	674,25
46080104	55.31	Enfraquecimento/reforço de quatro músculos oculares	744
46080105	55.32	Miopexia retroequatorial de um músculo ocular	674,25
46080106	55.33	Miopexia retroequatorial de dois músculos oculares	813,75
46080107	55.34	Miopexia retroequatorial de um músculo associado a enfraquecimento/reforço de dois músculos oculares	883,50
46080108	55.35	Miopexia retroequatorial de um músculo associada a enfraquecimento/reforço de três músculos oculares	976,50
46080109	55.36	Miopexia retroequatorial de dois músculos associada a enfraquecimento/reforço de um músculo ocular	976,50
46080110	55.37	Miopexia retroequatorial de dois músculos associada a enfraquecimento/reforço de dois músculos oculares	1 046,25
46080111	55.38	Cirurgia ajustável sobre um músculo ocular (inclui o ajuste a efectuar posteriormente)	767,25
46080112	55.39	Cirurgia ajustável sobre dois músculos oculares (inclui o ajuste a efectuar posterirmente)	883,50
46080113	55.40	Cirurgia ajustável de um músculo ocular associada a enfraquecimento/reforço/miopexia de um músculo (incluí ajuste a efectuar posteriormente)	930

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
46080114	55.41	Cirurgia ajustável de um músculo ocular associada a enfraquecimento/reforço/miopexia de dois músculos (incluí ajuste a efectuar posteriormente)	1 116
46080115	55.42	Transposição muscular de um músculo ocular no estrabismo paralítico	558
46080116	55.43	Transposição muscular de um músculo ocularno estrabismo paralítico associada a enfraquecimento/reforço/miopexia de um músculo)	674,25
46080117	55.44	Transposição muscular de um músculo ocular no estrabismo paralítico, associada a enfraquecimento/reforço/miopexia de dois músculos)	813,75
46080118	55.45	Transposição músculare de dois músculos no estrabismo paralítico	744
46080119	55.46	Transposição muscular de dois músculos ocular no estrabismo paralítico, associada a enfraquecimento/reforço de um músculo	813,75
46080120	55.47	Transposição muscular de dois músculos oculares no estrabismo paralítico, associada a enfraquecimento/reforço de dois músculos	1 046,25
46080121	55.48	Injecção ocular de toxina botulínica (cada sessão)	302,25
		4609 — Órbitra	
46090001	55.49	Orbitotomia anterior exploradora com ou sem biopsia sem retalho ósseo	465
46090002	55.50	Orbitotomia anterior para extracção de tumor sem retalho ósseo	790,50
46090003	55.51	Orbitotomia anterior para extracção de corpo estranho sem retalho ósseo	930
46090004	55.52	Orbitotomia anterior para biopsia por aspiração transconjuntival sem retalho ósseo	93
46090101	55.53	Orbitotomia lateral (operação Kroenlein) para remoção de tumor com retalho ósseo	1 162,50
46090102	55.54	Orbitotomia lateral (operação Kroenlein) para extracção de corpo estranho com retalho ósseo	1 255,50
46090103	55.55	Orbitotomia lateral (operação Kroenlein) para drenagem ou descompressão com retalho ósseo	930
46090104	55.56	Orbitotomia lateral (operação Kroenlein) exploradora com ou sem biopsia com retalho ósseo	930
46090201	55.57	Orbitotomia para extracção total ou parcial de tumor ou extracção de corpo estranho--participação de oftalmologista	465
46090301	55.58	Injecção retrobulbar de álcool, ar, contraste ou outros agentes de terapêutica e de diagnóstico	41,85
46090302	55.59	Injecção terapêutica na cápsula de Tenon	41,85
46090303	55.60	Inserção de implante orbitário exterior ao cone muscular (ex: reconstituição de parede orbitária) colaboração de oftalmologista com neurocirurgião e ou otorrinolaringologista e ou cirurgião plástico	465
46090304	55.61	Remoção ou revisão de implante da órbita, exterior ao cone muscular	372
		4610 — Pálperas	
46100001	55.62	Drenagem de abcesso da pálpebra	69,75
46100002	55.63	Extracção de chalázio ou de quisto palpebral único	139,50
46100003	55.64	Extracção de chalázio ou de quisto palpebral, múltiplos	162,75
46100004	55.65	Extracção de chalázio ou de quisto palpebral, com anestesia geral e ou hospitalização	209,25
46100005	55.66	Biopsia das pálpebras	46,50
46100006	55.67	Electrocoagulação de cílios	46,50
46100007	55.68	Correcção de triquíase e distriquiase	372
46100008	55.69	Excisão de lesão palpebral sem plastia (excepto chalázio)	162,75
46100009	55.70	Destruição física ou química de lesão do bordo palpebral	69,75
46100010	55.71	Tarsorrafia	186
46100011	55.72	Abertura da tarsorrafia	46,50
46100012	55.73	Correcção de ptose, técnica do músculo frontal com sutura (ex: op. de Friedenwald)	465
46100013	55.74	Correcção de ptose, não técnica do músculo frontal com sutura	604,50
46100014	55.75	Correcção de retracção palpebral	465
46100015	55.76	Blefaroplastia com excisão de cunha tarsal (ectrópico e entrópio)	372
46100016	55.77	Blefaroplastia extensa (ectrópio e entrópio) (ex: operações tipo Kuhnt Szymanowski e Wheeler-Fox)	697,50
46100017	55.78	Blefaroplastia extensa para correcção da Blefarofimose e do epicantus	697,50
46100018	55.79	Sutura de ferida incisa recente da pálpebra envolvendo as estruturas superficiais e bordo	186
46100019	55.80	Sutura de ferida incisa recente da pálpebra envolvendo toda a espessura da pálpebra	372
46100020	55.81	Remoção de corpo estranho da pálpebra	116,25
46100021	55.82	Cantoplastia (reconstrução do canto)	186
46100022	55.83	Reconstrução e sutura de ferida lacero-contusa, envolvendo todas as estruturas da pálpebra até um terço da sua extensão, podendo incluir enxerto de pele, simples ou pediculado	441,75
46100023	55.84	Reconstrução e sutura de ferida lacero-contusa, envolvendo todas as estruturas da pálpebra envolvendo mais de um terço do bordo, podendo incluir enxerto de pele, simples ou pediculado	558
46100024	55.85	Reconstrução de toda a espessura palpebral por retalho tarso-conjuntival da palpebra oposta	651
		4611 — Conjuntiva	
46110001	55.86	Incisão para drenagem de quisto conjuntival	46,50
46110002	55.87	Biopsia da conjuntiva	46,50
46110003	55.88	Excisão ou destruição de lesão da conjuntiva	93
46110004	55.89	Injecção sub-conjuntival	41,85
46110005	55.90	Conjuntivoplastia, por enxerto conjuntival ou por deslizamento	325,50
46110006	55.91	Conjuntivoplastia com enxerto de mucosa	465
46110007	55.92	Reconstrução de fundo de saco com mucosa (conjuntiva)	697,50
46110008	55.93	Cirurgia de simblefaro, sem enxerto	279
46110009	55.94	Cirurgia do simblefaro, com enxerto de mucosa labial	744
46110010	55.95	Remoção de corpo estranho superficial da conjuntiva	27,90
46110011	55.96	Sutura de ferida da conjuntiva	69,75

Código OM	Código ADSE	Designação	Valor máximo (euros)
		4612 — Sistema lacrimal	
46120001	55.97	Biopsia da glândula lacrimal	139,50
46120002	55.98	Incisão do saco lacrimal para drenagem(dacriocistomia)	69,75
46120003	55.99	Exérese do saco lacrimal (dacriocistectotomia)	465
46120004	56.01	Remoção de corpo estranho das vias lacrimais (dacriolito)	186
46120005	56.02	Reconstrução dos canaliculos lacrimais	744
46120006	56.03	Correcção dos pontos lacrimais evertidos	372
46120007	56.04	Dacriacistorinostomia (fistulização do saco lacrimal para a cavidade nasal)	744
46120008	56.05	Conjuntivorinostomia com ou sem inserção de tubo	744
46120009	56.06	Obturação permanente ou temporária das vias lacrimais	93
46120010	56.07	Correcção de fístula lacrimal	186
46120011	56.08	Sondagem do canal lacrimo-nasal, com ou sem irrigação	46,50
46120012	56.09	Sondagem do canal lacrimo-nasal, com ou sem irrigação exigindo anestesia geral	139,50
46120013	56.10	Injecção do meio de contraste para dacriocistografia	139,50
46120014	56.11	Entubação prolongada das vias lacrimais	372
		Sistema Auditivo	
47000001	47.01	Extracção de corpo estranho do sistema auditivo	32,55
47000002	47.02	Extracção de corpo estranho do sistema auditivo c/ anestesia geral	93
47000003	47.03	Extracção de corpo estranho do sistema auditivo por vis retro auricular c/ anestesia geral	372
47000004	47.04	Drenagem de abcesso do sistema auditivo ou de otohematoma	69,75
47000005	47.05	Polipectomia do ouvido	93
47000006	47.06	Miringotomia com anestesia geral ou local unilateral (sob visão microscópica)	139,50
47000007	47.07	Miringotomia com anestesia geral ou local bilateral (sob visão microscópica)	209,25
47000008	47.08	Miringotomia com aplicação de tubo de ventilação unilateral (sob visão microscópica)	232,50
47000009	47.09	Miringotomia com aplicação de tubo de ventilação bilateral (sob visão microscópica)	372
47000010	47.10	Correcção de exostose do canal auditivo externo	511,50
47000011	47.11	Mastoidectomia	581,25
47000012	47.12	Mastoidectomia radical	930
47000013	47.13	Timpanomastoidectomia com conservação da parede do C.A.E. com timpanoplastia	1 395
47000014	47.14	Timpanomastoidectomia sem conservação da parede do C.A.E. com timpanoplastia	1 627,50
47000015	47.15	Timpanoplastia	930
47000016	47.16	Timpanotomia exploradora	511,50
47000017	47.17	Estapedectomia ou estapedotomia	930
47000018	47.18	Labirintectomia transaural	930
47000019	47.19	Descompressão do saco endolinfático do sistema auditivo	1 162,50
47000020	47.20	Neurectomia vestibular (fossa média)	1 395
47000021	47.21	Descompressão de 2.ª e 3.ª porções do nervo facial	1 395
47000022	47.22	Descompressão da 1.ª porção (fossa média)	1 302
47000023	47.23	Enxerto facial (2.ª e 3.ª porções)	1 162,50
47000024	47.24	Anastomose hipoglosso-facial	930
47000025	47.25	Enxerto cruzado facio-facial	1 162,50
47000026	47.26	Exérese neurinoma do acústico (via translabiríntica)	1 395
47000027	47.27	Ressecção do pavilhão auricular sem reconstrução e sem esvaziamento ganglionar	372
47000028	47.28	Ressecção do pavilhão auricular sem reconstrução e com esvaziamento ganglionar	930
47000029	47.29	Reconstrução auricular por agenesia ou trauma — tempo principal	558
47000030	47.30	Reconstrução auricular por agenesia ou trauma — tempos complementares (cada)	279
47000031	47.31	Otoplastia unilateral	372
47000032	47.32	Otoplastia bilateral	558
47000033	47.33	Petrosectomia com conservação do nervo facial	1 674
47000034	47.34	Petrosectomia sem conservação do nervo facial	1 488
47000035	47.35	Exérese de tumor glómico timpânico	1 023
47000036	47.36	Exérese de tumor jugular localizado	1 302
47000037	47.37	Exérese de tumor jugular com invasão intracraniana	1 720,50
47000038	47.38	Exérese de tumor na base do crânio	1 534,50
47000039	47.39	Implante coclear	1 395
47000040	47.40	Implante osteointegrado (sistema auditivo)	930
47000041	47.41	Reconstrução da cavidade de esvaziamento (sistema auditivo)	744
		Biopsia incisional, requerendo sutura	
48000001	48.01	Biopsia incisional (requerendo sutura) Pele	78,95
48000002	48.02	Biopsia incisional (requerendo sutura) — Mama	93
48000003	48.03	Biopsia incisional (requerendo sutura) — Tecidos Moles	93
48000004	48.04	Biopsia incisional (requerendo sutura) — Músculo	93
48000005	48.05	Biopsia incisional (requerendo sutura) — Nervo	93
48000006	48.06	Biopsia incisional (requerendo sutura) — Pénis	69,75
48000007	48.07	Biopsia incisional (requerendo sutura) — Testículo	139,50
48000008	48.08	Biopsia incisional (requerendo sutura) — Vulva	69,75
48000009	48.09	Biopsia incisional (requerendo sutura) — Vagina	93
48000010	48.10	Biopsia incisional (requerendo sutura) — Osso	232,50
48000011	48.11	Biopsia incisional (requerendo sutura) — Gânglio superficial	139,50
48000012	48.12	Biopsia incisional (requerendo sutura) — Gânglio profundo	186
48000013	48.13	Biopsia incisional (requerendo sutura) — Rectal	139,50
48000014	48.14	Biopsia incisional (requerendo sutura) — Tiroideia	139,50

III — Análises

Regras

1 — Apenas são comparticipados os exames constantes desta tabela desde que prescritos por médicos. A comparticipação só será atribuída quando os exames prescritos forem realizados por profissionais e entidades legalmente habilitadas para tal.

2 — Os exames citológicos e histológicos cuja recolha e execução sejam realizadas por médico especialista, claramente identificado, não necessitam da prescrição médica prevista no número anterior.

3 — Quando nos documentos de despesa relativos a exames efectuados em laboratórios, centros, clínicas e estabelecimentos similares legalmente constituídos não vier expressa a identificação do responsável pelo acto realizado, poderá a ADSE exigir a sua identificação para efeitos de atribuição da respectiva comparticipação.

4 — Sempre que o documento de quitação não discrimine o preço de cada análise, a percentagem de comparticipação passa a ser de 60 % e o valor máximo da comparticipação fixa-se nos € 3, sendo processados com o código 9999, «Análises não discriminadas».

Tabela — Análises

Código	Designação	Valor máximo (euros)
8701	Células falciformes (prova da formação)	2,76
8702	Células falciformes (prova da formação com agente redutor)	3,68
8703	Corpos de Heinz (pesquisa)	2,76
8704	Corpos de Heinz (susceptibilidade de formação)	4,60
8705	Eritrograma (eritrócitos + hemoglobina + hematócrito + índices eritrocitários)	2,76
8706	Eritrograma + leucócitos	3,68
8707	Leucócitos (estudo morfológico) método de enriquecimento	7,36
8708	Volume Globular Eritrocitário = Hematócrito	1,84
8709	Hemograma com plaquetas (eritrograma + leucócitos + fórmula leucocitária + plaquetas)	9,20
8710	Hemograma (eritrograma + leucócitos + fórmula leucocitária)	7,36
8711	Leucograma (contagem dos leucócitos + fórmula leucocitária)	5,52
8712	Plaquetas (contagem)	1,84
8713	Reticulócitos (contagem)	4,60
8714	Sangue periférico (estudo morfológico)	7,36
8715	DNA dos leucócitos (quantificação)	7,36
8716	Esterases não específicas (alfa-naftil acetato; butirato; naftol ASD acetato), cada	9,20
8717	Fosfatase ácida dos leucócitos	9,20
8718	Fosfatase ácida dos leucócitos (com inibição pelo tartarato)	9,20
8719	Fosfatase alcalina dos leucócitos	9,20
8720	PAS	9,20
8721	Mieloperoxidases das células sanguíneas	9,20
8722	RNA (identificação pela reacção de ribonuclease)	7,36
8723	Siderócitos no sangue periférico (pesquisa)	5,52
8724	Eosinófilos no exsudado nasal (pesquisa)	4,60
8725	Sudão negro dos leucócitos	9,20
8726	Esterases não específicas (alfa-naftil acetato; butirato; naftol ASD acetato) com fluoreto, cada	9,20
8727	Esterase específica (cloro acetato)	9,20
8728	Auto-hemólise	9,20
8729	Carboxihemoglobina (pesquisa)	4,60
8730	Electroforese das hemoglobinas (a pH alcalino; a pH neutro; a pH ácido), cada	13,80
8731	Electroforese das cadeias da globina (a pH alcalino; a pH ácido), cada	18,40
8732	Electroforese das hemoglobinas por focagem isoeléctrica	27,60
8733	Enzimas dos eritrócitos (*screening* para deficiência) cada	6,44
8734	Resistência Osmótica = Fragilidade Osmótica	9,20
8735	Fragilidade osmótica 24 h após incubação a 37º	9,20
8736	Glucose-6-fosfato desidrogenase (*screening* para deficiência)	6,44
8737	Glucose-6-fosfato desidrogenase	18,40
8738	Glutatião (prova de estabilidade)	27,60
8739	Glutatião reduzido	12,88
8740	Glutatião-reductase (doseamento)	18,40
8741	Glutatião-reductase (pesquisa)	5,52
8742	Prova de Ham = prova do soro acidificado	9,20
8743	Hemoglobina A2 (cromatografia)	18,40
8744	Hemoglobina alcalino-resistente (prova de desnaturação alcalina) = hemoglobina fetal (prova de desnaturação alcalina)	9,20
8745	Hemoglobina fetal (técnica da eluição)	9,20
8746	Hemoglobina fetal (pesquisa em esfregaço de sangue periférico) = Teste de Kleihauer	9,20
8747	Hemoglobina H (pesquisa)	4,60
8748	Hemoglobina S (pesquisa)	4,60
8749	Hemoglobina S (quantificação)	18,40
8750	Metahemoglobina (doseamento)	9,20
8751	Metahemoglobina (pesquisa)	4,60
8752	Metalbumina	5,52
8753	Oxihemoglobina	1,84
8754	Estudo espectrofotométrico dos pigmentos da hemoglobina (oxi, carboxi, meta e sulfa)	18,40
8755	Piruvato-Kinase *(screening)* = PK *(screening)*	6,44
8756	Piruvato-Kinase = PK	18,40
8757	Prova da sacarose = prova de hemólise pela sacarose	11,04
8758	Sulfahemoglobina (pesquisa)	4,60
8759	Hemoglobina plasmática	7,36
8760	Velocidade de sedimentação eritrocitária = VS	1,84
8761	Viscosidade plasmática	3,68
8762	Viscosidade sanguínea	13,80
8763	Viscosidade sérica	18,40
8764	Volémia sanguínea	8,28

Código	Designação	Valor máximo (euros)
8765	Adenograma (não inclui colheita)	36,80
8766	Esplenograma (não inclui colheita)	23
8767	Estudo do ferro na medula óssea — reacção de perls. (não inclui colheita)	9,20
8768	Hemosiderina na urina (doseamento)	5,52
8769	Mielograma (não inclui colheita)	23
8770	Estudo citológico dos líquidos biológicos	7,36
8771	Imunofenotipagem celular (sangue periférico; medula óssea; gânglio), cada anticorpo	46
8772	Prova de Rumpel-Leed = prova do laço	1,84
8773	Tempo de hemorragia (Ivy modificado, 2 determinações sem e com AAS)	27,60
8774	Tempo de hemorragia (Ivy modificado)	14,72
8775	T. de cefalina-caulino = APTT = tempo de tromboplastina parcial activado	2,76
8776	APTT para estudo dos tempos de tromboplastina parcial alongados	13,80
8777	Protrombina (prova da correcção do consumo)	7,36
8778	Protrombina (prova do consumo)	5,52
8779	Tempo de protrombina = tempo de Quick = protrombina (taxa)	3,68
8780	Prova de Hicks-Pitney	8,28
8781	Retracção do coágulo (avaliação qualitativa)	1,84
8782	Retracção do coágulo (avaliação quantitativa)	7,36
8783	Tempo de recalcificação do plasma	1,84
8784	Tempo de recalcificação do plasma activado	1,84
8785	Tempo de reptilase	17,48
8786	Tempo de Stypven	5,52
8787	Tempo de trombina	5,52
8788	Tempo de trombina-coagulase	5,52
8789	Tempo de trombina com sulfato de protamina	18,40
8790	Antigénio relacionado com o factor IX = factor IX Ag	27,60
8791	Antigénio relacionado com o factor VIII = factor VIII Ag	27,60
8792	Criofibrinogénio	8,28
8793	Factor I = fibrinogénio	13,80
8794	Factor II-C	18,40
8795	Factor IX-C	13,80
8796	Factor V-C	13,80
8797	Antigénio relacionado com o factor VII = factor VII Ag	57,96
8798	Factor VII-C	13,80
8799	Factor VIII-C	27,60
8800	Cofactor da ristocetina = factor VIII-vW	30,36
8801	Factor von Willebrand (pesquisa)	7,36
8802	Factor X-C	36,80
8803	Factor XI-C	27,60
8804	Factor XII-C	55,20
8805	Factor XIII-C	32,20
8806	P&P de Owren	5,52
8807	Tromboteste	4,60
8808	TST = *two-seven-ten*	4,60
8808	Two-seven-ten = TST	4,60
8809	Fibronectina	77,28
8810	Beta-TG = beta-tromboglobulina	92
8810	Beta-Tromboglobulina = Beta-TG	92
8811	Complexo trombina/antitrombina III = TAT	138
8811	TAT = Complexo Trombina/Antitrombina III	138
8812	Factor Fletcher = pré-kalikreína	9,20
8812	Pré-Kalikreína = Factor Fletcher	9,20
8813	Factor plaquetário 4 = PF4	92
8813	PF4 = Factor Plaquetário 4	92
8814	Kalicreína	9,20
8815	Prostaciclinas (plasmáticas ou urinárias)	184
8816	Tromboxanos (plasmáticos ou urinários)	184
8817	Anticoagulante lúpico	36,80
8818	Anticoagulantes circulantes (pesquisa)	9,20
8819	Antitrombina III	13,80
8820	Heparina	11,96
8821	Heparina (prova de tolerância)	5,52
8822	Proteína C da coagulação	13,80
8823	Proteína S total	55,20
8824	Antitrombina III modificada	61,64
8825	Proteína C da coagulação (Ag)	57,96
8826	Proteína S (livre)	55,20
8827	Proteína S (funcional)	15,64
8828	C4 bBP	84,64
8829	F1 + 2 da protrombina = fragmentos 1 e 2 da protrombina	96,60
8830	ACA (IgG ou IgM), (cada) = anticorpo anti-cardiolipina (IgG ou IgM), (cada)	46
8830	Anticorpo Anti-Cardiolipina (IgG ou IgM), (cada) = ACA (IgG ou IgM), (cada)	46
8831	Anticorpo anti-fosfolípido = APA	64,40
8832	Anticorpo anti-lúpico	64,40
8833	Resistência à proteína C activada	18,40
8834	Fibrina dímero D (pesquisa)	6,44
8835	Fibrina dímero D (doseamento)	55,20
8836	FDP = PDF = fibrina (pesquisa de monómeros) = gel-etanol (prova)	6,44
8837	Fibrinopeptídeo A	46
8838	Fibrinólise (lise do coágulo de euglobulinas)	7,36

Código	Designação	Valor máximo (euros)
8839	Fibrinólise (lise do coágulo de sangue total)	1,84
8840	Lise das euglobulinas	7,36
8841	Protamina (prova)	5,52
8842	Alfa-2-antiplasmina	16,56
8843	Antiplasmina = inibidor da plasmina	110,40
8844	Estreptoquinase	110,40
8845	Plasmina	110,40
8846	Plasminogénio	7,36
8847	Plasminogénio (activador tecidular do ...) com ou sem estase (cada) = tPA com ou sem estase (cada)	46
8848	Plasminogénio (activador do...) com ou sem estase (cada) = UPA (Urokinase) com ou sem estase (cada)	110,40
8849	PA = plasminogénio (actividade do...)	27,60
8850	PAI = plasminogénio (inibidor do activador do ...)	36,80
8851	Plasminogénio Ag. (antigénio do plasminogénio) = PA Ag	110,40
8852	Adesividade plaquetária	11,96
8853	Agregação plaquetária espontânea	9,20
8854	Agregação plaquetária induzida pela adrenalina	11,96
8855	Agregação plaquetária induzida pela ristocetina (no P.R.P.)	15,64
8856	Agregação plaquetária induzida pelo ADP	12,88
8857	Agregação plaquetária induzida pelo colagénio	15,64
8858	Factor plaquetário 3	11,04
8859	Agregação plaquetária induzida pela ristocetina (FWR:Co/Plasmático)	30,36
8860	Agregação plaquetária induzida pelo ácido araquidónico	15,64
8861	ABO e Rh = grupo sanguíneo sistema ABO e Rh	4,60
8862	Aglutininas eritrocitárias (identificação)	27,60
8863	Aglutininas eritrocitárias (pesquisa c/ albumina)	5,52
8864	Aglutininas eritrocitárias (pesquisa com enzimas)	5,52
8865	Aglutininas eritrocitárias (pesquisa em meio salino)	4,60
8866	Aglutininas eritrocitárias (titulação c/ albumina)	8,28
8867	Aglutininas eritrocitárias (titulação com enzimas)	8,28
8868	Aglutininas eritrocitárias (titulação em meio salino)	7,36
8869	Anticorpos anti-leucocitários (pesquisa)	13,80
8870	Anticorpos anti-plaquetários (pesquisa)	13,80
8871	Anticorpos bi-fásicos de Donath-Landsteiner (pesq. c/ titulação se nec. de)	7,36
8872	Antigénios eritrocitários (excepto sistema ABO e Rh)	7,36
8873	Coombs directa (prova)	4,60
8874	Coombs indirecta qualitativa (prova)	4,60
8875	Coombs indirecta quantitativa (prova)	18,40
8876	Crioaglutininas (pesquisa)	4,60
8877	Crioaglutininas (titulação)	9,20
8878	Fenótipo Rhesus (aglutinogénios)	11,04
8879	Rh (determinação do genótipo)	13,80
8900	Ácido láctico (doseamento) = lactatos (doseamento)	9,20
8901	Ácido láctico (pesquisa) = lactatos (pesquisa)	2,76
8902	Ácido pirúvico	9,20
8903	Açúcares (estudo cromatográfico)	9,20
8904	Frutosamina	18,40
8905	Frutose	5,52
8906	Frutose (sobrecarga endovenosa)	115
8907	Frutose-1,6 difosfatase	46
8908	Galactose	7,36
8909	Galactose (prova de tolerância)	32,20
8910	Galactose (sobrecarga endovenosa)	128,80
8911	Glicogénio	27,60
8912	Glicose	1,84
8913	Glicose após almoço	2,76
8914	Glucagina (sobrecarga endovenosa)	58,88
8915	Glutamina	7,36
8916	Hemoglobina A1c = hemoglobina glicada ou glicosilada	27,60
8917	Lactose (doseamento)	7,36
8918	Lactose (pesquisa)	1,84
8919	Levulose (doseamento)	7,36
8920	Levulose (pesquisa)	1,84
8921	Oligossacaridos (pesquisa e identificação)	18,40
8922	Pentoses (pesquisa)	3,68
8923	Açúcares redutores (pesquisa)	4,60
8924	Curva de hiperglicémia provocada 3 h com 4 doseamentos de glicose = prova oral de tolerância à glicose de 3 h com 4 doseamentos de Glicose	10,12
8925	Curva de hiperglicémia provocada 4 h com 5 doseamentos de Glicose = Prova oral de tolerância à glicose de 4 h com 5 doseamentos de Glicose	11,04
8926	Curva de hiperglicémia provocada 5 h com 6 doseamentos de Glicose = Prova oral de tolerância à glicose de 5 h com 6 doseamentos de Glicose	12,88
8927	Exton-Rose (prova de)	9,20
8928	Frutose 1 fosfato aldolase	73,60
8929	Frutose 1,6 difosfato-aldolase	73,60
8930	Lactose (prova de tolerância à)	32,20
8931	Ácido fenilpirúvico (pesquisa)	1,84
8932	Ácido glutâmico (pesquisa)	4,60
8933	Ácido homogentísico (pesquisa)	2,76
8934	Ácido oxálico	27,60
8935	Ácido úrico	2,76

Código	Designação	Valor máximo (euros)
8936	Ácidos aminados (sep. cromatog. bidimensional)	23
8937	Ácidos aminados (sep. cromatog. unidimensional)	10,12
8938	Ácidos orgânicos + azoto amoniacal	18,40
8939	Acidúrias orgânicas (pesquisa e identificação)	46
8940	Alanina (sobrecarga oral)	69,92
8941	Albumina (doseamento)	2,76
8942	Albumina (pesquisa)	1,84
8943	Albumina e globulinas	5,52
8944	Alfa-1 antitripsina	11,04
8945	Alfa-1 antitripsina (fenotipagem)	36,80
8946	Alfa-1 quimotripsina	11,04
8947	Alfa-2 macroglobulina	11,04
8948	Aminoacidúria total	18,40
8949	Amónia	9,20
8950	Apolipoproteína A	27,60
8951	Apolipoproteína C	36,80
8952	Apolipoproteína E	36,80
8953	Apolipoproteína Lp(a) = Lp(a)	36,80
8954	Azoto total não proteico	1,84
8955	Azoto dos ácidos aminados	7,36
8956	Beta-1 glicoproteína	8,28
8957	Beta-2 microglobulina	46
8958	Ceruloplasmina	11,04
8959	Cistina (pesquisa)	2,76
8960	Cistinúria (doseamento)	18,40
8961	Creatina	8,28
8962	Creatinina	1,84
8963	Crioglobulinas (caracterização)	18,40
8964	Crioglobulinas (pesquisa)	2,76
8965	Electroforese das proteínas em líquidos biológicos, após concentração	13,80
8966	Fenilalanina	33,12
8967	Fenilcetonúria (pesquisa) = PKU (pesquisa)	11,04
8968	Ferritina	36,80
8969	Glicoproteínas (electroforese)	13,80
8970	Haptoglobina	11,04
8971	Hemoglobina (pesquisa)	1,84
8972	Hemopexina	11,04
8973	L-DOPA	36,80
8974	Melanina (pesquisa)	3,68
8975	Microalbuminúria	16,56
8976	Mioglobina (pesquisa)	4,60
8977	Mucopolissacaridases na urina (estudo cromatográfico camada fina e coluna)	46
8978	Mucopolissacáridos (estudo cromatográfico)	36,80
8979	Mucoproteínas	8,28
8980	Proteína Bence-Jones (pesquisa)	4,60
8981	Proteínas (doseamento)	2,76
8982	Proteínas (pesquisa)	1,84
8983	Transferrina	11,04
8984	Ureia (doseamento)	1,84
8985	Ureia (depuração)	5,52
8986	ANP = péptido natridiurético auricular	92
8988	Ácido gama-aminobutirico = GABA	36,80
8989	Adenosina monofosfato = AMP	18,40
8990	Apolipoproteina B	27,60
8991	BGP = osteocalcina	64,40
8992	Creatinina (*clearence*) = creatinina (depuração)	5,52
8993	Electroforese das proteinas = proteínograma	5,52
8994	Hemossiderina na urina (pesquisa)	3,68
8995	Mucopolissacáridos (pesquisa)	4,60
8996	Homocisteína (pesquisa)	9,20
8997	Adenosinotrifosfato = ATP	8,28
8998	Acetona (doseamento) = corpos cetónicos (doseamento)	4,60
8999	Ácido beta-hidroxibutírico	4,60
9000	Ácido diacético (doseamento)	4,60
9001	Ácido diacético (pesquisa)	1,84
9002	Ácidos gordos (cromatografia)	9,20
9003	Ácidos gordos esterificados	9,20
9004	Ácidos gordos livres	9,20
9005	Aspecto do soro após refrigeração = *supernatant creaming*	1,84
9006	Beta-lipoproteínas	5,52
9007	Colesterol HDL 2 = HDL 2	5,52
9008	Colesterol HDL 3 = HDL 3	3,68
9009	Colesterol total, livre e esterificado	5,52
9010	Colesterol total	2,76
9011	Acetona (pesquisa) = corpos cetónicos (pesquisa)	1,84
9012	Esteres dos ácidos gordos	36,80
9013	Fosfolipídeos	36,80
9014	Gorduras totais nas fezes de três dias	18,40
9015	Perfil lipídico (separação por ultracentrifugação)	55,20
9016	Triglicerídeos	5,52

Código	Designação	Valor máximo (euros)
9017	HDL = HDL colesterol	3,68
9018	Apoproteina E total	61,64
9019	Apoproteina E — isomorfos	92
9020	Colesterol LDL = LDL	3,68
9021	Hexosaminidase total	61,64
9022	Lipidograma = lipoproteínas (electroforese) = lipoproteinograma	23
9023	LCAT = lecitina-colesterol-acetiltransferase	207
9024	Razão palmítica/esteárica	11,96
9025	Lipoproteina lipase = LPL	49,68
9026	TGHL = triglicérido-lipase-hepática	49,68
9027	VLDL = VLDL colesterol	3,68
9028	5-NT = 5-nucleotidase	7,36
9029	Acetilcolinesterase	8,28
9030	Aldolase	8,28
9031	Alfa-L-hialuronidase	46
9032	Amilase	3,68
9033	Aminopeptidase	5,52
9034	Aminopeptidase A	46
9035	Aril-sulfatase A	46
9036	Aril-sulfatase B	46
9037	Beta-galactosidase	46
9038	Beta-glucoronidase	46
9039	Beta-glucosidase	46
9040	Colinesterase	8,28
9041	Desidrogenase alfa-hidroxibutírica = HBDH	7,36
9042	Desidrogenase glutâmica = GLDH	7,36
9043	Desidrogenase isocítrica = ICDH	7,36
9044	Desidrogenase láctica = LDH = DHL	5,52
9045	DHL (separação térmica das iso-enzimas) = LDH = desidrogenase láctica	13,80
9046	Desidrogenase málica = MDH	7,36
9047	Desidrogenase sorbítica = SDH	11,04
9048	Dipeptidil-aminopeptídase IV	46
9049	Dissacaridases	64,40
9050	Enzima conversor da angiotensina = SACE	36,80
9051	Fosfatase ácida total	2,76
9052	Fosfatase alcalina	2,76
9053	Fosfatase alcalina (fraccionamento térmico)	13,80
9054	Fosfatase alcalina (separação electroforética das iso-enzimas)	27,60
9055	Fosfoglicero-mutase	11,04
9056	Fosfohexose-isomerase = PHI	11,04
9057	Fosforilases	55,20
9058	Galacto aminase (pesquisa)	1,84
9059	Galacto-1-fosfato-uridiltransferase	7,36
9060	Galactose-1-fosfato-glutamil-transferase	18,40
9061	Galactotransferase (pesquisa) = *spot test*	13,80
9062	Glucose 6 fosfatase	18,40
9063	Hexosaminidase A	46
9064	Hexosaminidase A + B	55,20
9065	Isoamilase	9,20
9066	L-fucosidase	46
9067	Lisozima = muramidase	11,04
9068	Lipase	7,36
9069	Manosidase	46
9070	N-acetil-glucosaminidase	46
9071	Ornitino-carbamiltransferase	11,04
9072	Pepsina	7,36
9073	Tripsina (pesquisa)	4,60
9074	Tripsina (doseamento)	36,80
9075	Acetilcolinesterase (isoenzimas)	11,96
9076	ALT = alanina aminotransferase = TGP = STGP	2,76
9077	AST = aminotransferase aspartato = GOT = SGOT	2,76
9078	CK = CPK = creatinafosfoquinase	7,36
9079	CK MB = creatinafosfoquinase fracção MB = CPK MB	11,04
9080	CPK MM = creatinafosfoquinase fracção MM = CK MM	27,60
9081	CK -isoenzimas (separação electroforética)	27,60
9082	Desidrogenase da glicose 6 fosfato = G-6-PDH	5,52
9083	Desidrogenase láctica — isoenzimas (separação electroforética)	27,60
9084	Fosfatase ácida total e fracção prostática	5,52
9085	Galactotransferase eritrocitária	53,36
9086	Gama glutamil transferase = GGT	7,36
9087	Glucoroniltransferase da uridina difosfato	18,40
9088	LAP = leucina-aminopeptidase	7,36
9089	Quimotripsina	13,80
9090	Alfa-amilase pancreática	27,60
9091	Alfa-amilase salivar	27,60
9092	Ácido clorídrico livre e acidez tot. (cont. gástrico e ou duod.)s/ colheita	13,80
9093	Bicarbonatos	4,60
9094	Cálcio	2,76
9095	Cálcio (absorção atómica)	36,80
9096	Cálcio ionizado (determinação directa)	11,04
9097	Cloreto de amónio	2,76

Código	Designação	Valor máximo (euros)
9098	Cloro	2,76
9099	Equilíbrio ácido-base (pH, pCO2, sat O2 e excesso de bases-tampão, bicarbonato)	36,80
9100	Ferro	3,68
9101	Ferro (absorção atómica)	36,80
9102	Fosforo inorgânico	1,84
9103	Magnésio	5,52
9104	Magnésio (absorção atómica)	36,80
9105	Magnésio eritrocitário (absorção atómica)	46
9106	Osmolaridade	9,20
9107	Ph (determinação do)	1,84
9108	Potássio	2,76
9109	Sódio	2,76
9110	Ferro (capacidade de fixação)	5,52
9111	Determinação indirecta dos cloretos no suor pela prova da placa	2,76
9112	Gases no sangue e pH	36,80
9113	Suor (determinação dos cloretos ou sódio) após estimulação por iontoforese com pilocarpina	18,40
9114	Ionograma (Na, K, Cl)	8,28
9115	Alumínio (absorção atómica)	36,80
9116	Cobre (absorção atómica)	36,80
9117	Cobre (doseamento químico)	5,52
9118	Flúor	11,04
9119	Lítio	5,52
9120	Zinco (absorção atómica)	36,80
9121	Zinco (doseamento químico)	7,36
9122	Reserva alcalina	4,60
9123	Ácido ascórbico (pesquisa) = vitamina C (pesquisa)	1,84
9124	Ácido fólico	55,20
9125	Caroteno	7,36
9126	Vitamina A	7,36
9127	Vitamina B12	36,80
9128	Vitamina D	46
9129	Vitamina E	46
9130	Vitaminas do complexo B (B1; B2; B6;Ac. nicotinico) cada	46
9131	Ácido formiminoglutâmico = FIGLU	36,80
9132	Ácido Ascórbico (doseamento) = Vitamina C (doseamento)	46
9133	Amikacina	36,80
9134	Aminofilina = teofilina	18,40
9135	Anfetamina	36,80
9136	Antiepilépticos (cada)	36,80
9137	Antiparkinsónicos (cada)	36,80
9138	Arsénio (pesquisa)	5,52
9139	Barbitúricos (pesquisa)	3,68
9140	Benzodiazepinas (cada)	36,80
9141	Cádmio (doseamento por absorção atómica)	36,80
9142	Canabinoides	36,80
9143	Carbamazepina	36,80
9144	Chumbo (absorção atómica)	36,80
9145	Chumbo (doseamento químico)	7,36
9146	Ciclosporina	23
9147	Clonazepan	36,80
9148	Cocaína	36,80
9149	Crómio	18,40
9150	Difenil-hidantoína = fenintoína = hidantina	36,80
9151	Digoxina	36,80
9152	Disopiramida	36,80
9153	Fenobarbital	36,80
9154	Gentamicina	36,80
9155	Kanamicina	36,80
9156	Lidocaína	36,80
9157	Mercúrio (absorção atómica)	36,80
9158	Metadona	36,80
9159	Metrotexato	36,80
9160	Morfina	36,80
9161	Netilmicina	36,80
9162	Primidona	36,80
9163	Procainamida	36,80
9164	Propanolol	36,80
9165	Quinidina	36,80
9166	Selénio (absorção atómica)	36,80
9167	Tobramicina	36,80
9168	Warfarina	36,80
9169	Etosuccimida	36,80
9170	Mercúrio	7,36
9171	Opiáceos, cada	36,80
9172	Ácidos biliares (pesquisa)	1,84
9173	Ácidos biliares conjugados e não conjugados na bílis (pesquisa e identificação)	36,80
9174	Bilirrubina (pesquisa)	1,84
9175	Bilirrubina total	2,76
9176	Bilirrubina total + directa e indirecta	5,52
9177	Coproporfirinas (doseamento)	13,80

Código	Designação	Valor máximo (euros)
9178	Coproporfirinas (pesquisa)	3,68
9179	Porfirina eritrocitária livre	27,60
9180	Porfirinas (pesquisa)	4,60
9181	Porfirinas (uro + coproporfirinas) (doseamento)	27,60
9182	Porfobilinogénio (doseamento)	18,40
9183	Porfobilinogénio (pesquisa)	2,76
9184	Protoporfirinas	27,60
9185	Sais Biliares (doseamento)	36,80
9186	Urobilina (pesquisa)	1,84
9187	Urobilinogénio (pesquisa)	1,84
9188	Uroporfirinas (doseamento)	13,80
9189	Uroporfirinas (pesquisa)	4,60
9190	Ácido delta-aminolevulítico = ALA	18,40
9191	Pigmentos biliares (pesquisa)	9,20
9192	Addis (contagem ou prova)	4,60
9193	Amido (prova de tolerância) não inclui produtos administrados	27,60
9194	Cálculo urinário (exame químico qualitativo)	7,36
9195	Cálculo urinário (exame espectográfico)	36,80
9196	Concentração urinária (prova)	4,60
9197	Diluição urinária (prova)	4,60
9198	Gonadotrofinas coriónicas = HCG	18,40
9199	Grau de digestão dos alimentos nas fezes	4,60
9200	DIG = TIG = gravidez (diagnóstico imunológico)	4,60
9201	Hidroxiprolina	36,80
9202	Oxalatos urinários (determinação enzimática)	27,60
9203	Secretina (prova da estimulação)	56,12
9204	Pancreozimina (prova de estimulação)	56,12
9205	Sangue oculto (pesquisa)	1,84
9206	Sedimento urinário	1,84
9207	Substâncias metacromáticas na urina (pesquisa)	18,40
9208	Urina II (análise sumária da urina) = urina tipo II	1,84
9210	Vasoactive peptide intestinal = VIP	55,20
9211	Cloraminas	18,40
9212	Cristais (pesquisa de)	13,80
9213	Densidade de líquidos biológicos	2,76
9214	Prova de estimulação do suco gástrico pela pentagastrina	50,60
9215	Prova de estimulação do suco gástrico pelo Histalog	50,60
9216	Secretina e pancreozimina (prova de estimulação pela) s/ incluir produtos administrados ou utilização do RX	82,80
9217	Urina (contagem minutada)	4,60
9218	Xilose (prova)	18,40
9239	ACTH (doseamento)	32,20
9240	FSH = hormona foliculo-estimulante	23
9241	GH = STH = hormona do crescimento	27,60
9242	Hormona lactogénica placentária = HPL	36,80
9243	ADH = vasopressina = hormona anti-diurética	55,20
9244	Hormona luteo-estimulante = LH	23
9249	Calcitonina	69
9250	T3	16,56
9251	T3 livre	16,56
9252	T3 *reverse*	69
9253	Fixação do T3 = T3 *uptake*	13,80
9254	T4	16,56
9255	T4 Livre	16,56
9256	Globulina ligada à tiroxina = TBG	23
9257	Tiroglobulina	69
9258	AMP cíclico	92
9259	Parathormona = PTH	55,20
9260	17-alfa-hidroxiprogesterona	36,80
9261	17-beta-estradiol	27,60
9262	Beta-HCG = unidade beta da gonadotrofina coriónica	46
9263	Estradiol	27,60
9264	Estriol plasmático (RIA ou ELISA)	27,60
9265	Estrogénios totais	18,40
9266	Estrogénios fraccionados na urina por HPLC	82,80
9267	Estrona	27,60
9268	Receptores celulares de estrogéneos	151,80
9269	Receptores celulares de progesterona	151,80
9270	Globulina ligada às hormonas sexuais = SHBG	55,20
9271	T = testoterona	23
9272	Testoterona livre	27,60
9273	17-Cetosteroides fraccionados	55,20
9274	17-Cetosteroides totais = 17-Ks	11,04
9275	Ácido homovanílico = HVA	18,40
9276	Ácido vanililmandélico = VMA	18,40
9277	Aldosterona	36,80
9278	Angiotensina	92
9279	Catecolaminas fraccionadas (adrenalina e nor-adrenalina) cada	27,60
9280	Catecolaminas fraccionadas (adrenalina e nor adrenalina + dopamina)	92

Código	Designação	Valor máximo (euros)
9281	Catecolaminas totais	27,60
9282	Composto S = desoxicortisol	27,60
9283	Composto F = cortisol = hidrocortisona	18,40
9284	Dehidroepiandrosterona = DHEA urinária	12,88
9285	Dehidroepiandrosterona sulfato = DHEA-S04	36,80
9286	Delta-4-A = delta-4-androstenodiona	36,80
9287	Epinefrina	27,60
9288	Metanefrinas totais	27,60
9289	Metanefrinas totais (metanefrina + nor-metanefrinas) por HPLC	92
9290	Pregnanetriol (triol)	16,56
9291	Glucagina = glucagon	36,80
9292	Insulina (doseamento)	18,40
9293	Peptido C	32,20
9294	5HIAA (doseamento) = ácido 5-hidroxi-indolacético (doseamento)	18,40
9295	5HIAA (pesquisa) = ácido 5-hidroxi-indolacético (pesquisa)	5,52
9296	Colecístoquinina	36,80
9297	Gastrina	46
9298	Secretina	36,80
9299	Serotonina	18,40
9300	Eritropoietina	55,20
9301	Renina (actividade plasmática)	27,60
9302	Beta-endorfina	36,80
9303	Prova da L-dopa com ou sem propanolol c/ doseamento STH (cada doseamento)	27,60
9304	Prova de clomifene alargada (doseamentos de L.H., FSH, estradiol, testosterona cada doseamento)	30,07
9305	Prova de clomifene com 2 doseamentos de H.L., 2 de FSH, 2 de estradiol, 2 de testosterona	195,67
9306	Prova de estimulação da STH pelo exercício, cada determ. de STH	30,07
9307	Prova de estimul. c/ L.R.H. com 3 doseamentos de L.H. e 3 de FSH, cada	25,47
9308	Prova de estimulação c/ T.R.H. com doseamentos de TSH, cada	25,47
9310	Prova de estimulação múltipla alarg. pelo TRH, LRH e Hipoglic. c/ dos. PRL, TSH, FSH, LH, ACTH, cortisol cada	34,19
9311	Prova de glucagon com doseamentos de STH-cada doseamento	30,07
9312	Prova da hipoglicémia insulínica (I.V.) com doseamentos hormonais, cada determinação	34,19
9313	Prova de inibição da STH após sobrecarga glucídica, cada dos. de STH	30,07
9314	Prova da metirapona c/ 2 dos. comp. s/17 cetosteróides (cada)	30,07
9315	Prova de estimulação com ACTH, com doseamentos de cortisol (cada)	21,70
9316	Prova da gonadotrofina corionica com doseamentos de testosterona e estradiol, cada doseamento	27,60
9317	Prova de hiperglicémia provocada com doseamentos de insulina simultâneos, cada	19,03
9338	Anaeróbios (pesquisa e identificação)	18,40
9339	Antibiograma = TSA	14,72
9340	Antibiograma para bacilos ácido-resistentes (cada tuberculostático)	14,72
9341	Antibióticos (determinação da concentração inibitória minima, cada)	11,04
9342	Autovacina	20,24
9343	BK (pesquisa) = *Mycobacterium tuberculosis* (pesquisa)	5,52
9344	BK (Exame Directo e Cultural) = *Mycobacterium tuberculosis* (exame directo e cultural)	11,04
9345	Bacilo Loeffler (E dir cultural) = *Corynebacterium diphteriae* (E dir cultural) = bacilo diftérico (E dir cultural)	18,40
9346	Bacilos de Hansen (pesquisa) = *Mycobacterium leprae* (pesquisa)	4,60
9347	Bacteriológico (c/ identificação) + micológico e parasitológico	13,80
9348	Bacteriológico cult. em aerobiose, com estudo paralelo em anaerobiose	27,60
9349	Bacteriológico directo (coloração pelo Gram)	1,84
9350	Bacteriológico directo e cultural c/ identificação	11,04
9351	Bactérias (identificação por imunofluorescência)	23
9352	Bordetela pertussis (exame cultural e identificação)	13,80
9353	Brucella (hemocultura)	18,40
9354	*Chlamydia trachomatis* (pesquisa por EIA)	27,60
9355	*Chlamydia trachomatis* (pesquisa por imunofluorescência)	38,64
9356	*Chlamydia trachomatis* (pesquisa em cultura de células)	64,40
9357	Citobacteriológico (ex. directo e cultura)	15,64
9358	Citobacteriológico de urina c/ contagem de colónias	13,80
9359	Coprocultura (pesquisa de *salmonella, shigella* e *staphylococcus* incluído)	18,40
9360	Eosinófilos (pesquisa)	1,84
9361	*Escherichia coli* enteropatogénica (exame cultural e identificação serológica)	36,80
9362	Espermocultura	11,04
9363	Estreptococos (identificação imunológica)	18,40
9364	Estreptococos beta-hemolíticos (pesquisa do grupo A)	5,52
9365	Helicobacter (exame cultural e Identificação)	36,80
9366	Hemocultura (inclui estudo em anaerobiose e respectivas subculturas)	32,20
9367	Hemocultura (incluindo três subculturas)	27,60
9368	Inoculação no cobaio	18,40
9369	*Legionella sp.* pesquisa e identificação (imunofluorescência)	92
9370	*Listeria* (exame cultural e identificação)	36,80
9371	Mielocultura (sem colheita)	36,80
9372	*Mycoplasma urealyticum* (exame cultural) = *Ureaplasma urealyticum* (exame cultural)	36,80
9373	*Neisseria gonorrhoae* (exame directo e cultural)	18,40
9374	*Neisseria meningitidis* (exame directo e cultural)	18,40
9375	*Salmonella* e *shigella* (exame cultural e identificação c/ serotipagem)	36,80
9376	*Staphylococcus* (exame cultural e identificação da espécie)	27,60
9377	*Streptococcus beta haemoliticcus* (exame cultural e Identificação serológica)	27,60
9378	Treponema (pesquisa microscópica em fundo escuro)	5,52
9379	*Vibrio cholerae* (exame cultural e identificação)	46
9380	*Yersinia* (exame cultural e identificação)	36,80

Código	Designação	Valor máximo (euros)
9381	Exame micológico directo	2,76
9382	Exame micológico (directo, cultura e identificação)	27,60
9383	*Filaria* (pesquisa)	13,80
9384	*Giardia lamblia* (pesquisa no líquido de lavagem duodenal)-sem colheita	4,60
9385	*Leishmania* (pesquisa)	13,80
9386	Parasitológico (exame) com e sem enriquecimento	9,20
9387	Parasitológico (exame) por I.F. para identificação, cada	27,60
9388	Ovos, quistos e parasitas nas fezes(pesquisa) cada amostra	5,52
9389	Plasmódio (pesquisa) e Identificação	13,80
9390	Toxoplasma (pesquisa)	13,80
9391	*Trypanossoma* (pesquisa)	13,80
9392	*Rotavirus* (determinação do tipo electroforético)	46
9393	Cultura de vírus não orientada e identificação	138
9394	Cultura de vírus orientada e identificação	92
9395	*Rotavirus* (pesquisa por hemaglutinação)	23
9396	Vírus (colheita, isolamento e identificação em cultura celular)	77,28
9397	Vírus (pesquisa por aglutinação)	9,20
9398	Vírus (identificação por I.F. ou ELISA) cada	31,28
9399	Vírus (pesquisa por imunofluorescência)	18,40
9400	Vírus responsáveis por inf. respiratórias (pesquisa por I.F. ou ELISA), cada	77,28
9401	Vírus (pesquisa por E.I.A)	27,60
9402	Vírus (pesquisa por microscopia electrónica)	92
9403	Vírus sincicial (pesquisa por I.F. ou ELISA)	77,28
9404	Vírus (pesquisa por PCR)	211,60
9405	HBV — pesquisa de ADN do vírus B da hepatite por PCR ou técnica afim	138
9406	HCV — pesquisa de ARN do vírus C da hepatite por RT-PCR ou outra técnica de amplificação	184
9407	HDV — pesquisa de ADN do vírus D da hepatite por PCR ou outra técnica de amplificação	184
9408	HEV — pesquisa de ADN do vírus E da hepatite por PCR ou outra técnica de amplificação	184
9409	HIV 1 — pesquisa de ARN do vírus 1 da imunodeficiência humana por RT-PCR ou técnica similar	184
9410	HIV 2 — pesquisa de ARN do vírus 2 da imunodeficiência humana por RT-PCR ou técnica similar	184
9411	HCV (quantificação da virémia ou carga viral)	276
9412	HIV 1 (quantificação do ARN do vírus ou carga viral)	276
9413	HCV = vírus hepatite C genotipagem com recurso a técnicas de RT-PCR e sondas moleculares específicas (4 tipos ou subtipos)	276
9434	Anticorpos anti-leucocitários ou anti-plaquetários (titulação) cada	92
9435	Antigénio HLA (determinação da presença de um ...)	36,80
9436	Citotoxicidade-celular mediada por anticorpos (ADCC)	92
9437	Cultura linfocitária mista entre linfócitos de 2 indivíduos (MLC)	73,60
9438	Cultura linfocitária mista entre linfócitos de 2 indivíduos (MLC) cada dador adicional	36,80
9439	Basófilos (teste da desgranulação) cada antigénio	46
9440	Redução do NBT por leucócitos teste do NBT	11,04
9441	Tipagem HLA classe II (HLA-DR, DQ, DP), cada grupo	64,40
9442	Iso-Hemaglutininas naturais (titulação)	9,20
9443	Prova cutânea de hipersensibilidade retardada (PCHR), mínimo 4 antigénios	36,80
9444	Linfócitos resposta a antigénios *in vitro* por estimulação em cultura	92
9445	Linfócitos B-detecção Igs da superf. da memb. (Sig's-IF), cada anti-soro	46
9446	Linfócitos B — imunoglobulinas (Cigś) intra-citoplasmáticas (determ. das ...), cada anti-soro	46
9447	Linfócitos B — ind. blástica por mitogénio, cada mitogénio	92
9448	Linfócitos B — receptores Fc (Estudos dos ...)	46
9449	Leucócitos determinação dos receptores celulares	46
9450	Linfócitos B rosetas espontâneas com eritrócitos de ratinho	23
9451	Linfócitos B — síntese das imunoglobulinas (Igs *in vitro*)	184
9452	Citotoxicidade celular	92
9453	Linfócitos T — indução blástica por mitogénios (PHA, com A, PWN), resp. a cada	92
9454	Linfócitos T — inibição da migração após estim. por mitogénios	73,60
9455	Linfócitos T — linfólise med. por células	92
9456	Linfócitos T — rosetas espontâneas (E), com eritrócitos de carneiro	23
9457	Quantificação de populações celulares (linfocitárias/outras) com anticorpos monoclonais, cada marcador	46
9458	Teste linfocitário de pré-estimulação PTL	110,40
9459	Anticorpos anti-plaquetários (pesquisa contra painel plaq. c/ HLA)	46
9460	Estudo da função fagocítica dos leucócitos (neutrófilos, monócitos, macrófagos), cada	73,60
9461	Estudo da função fagocítica e microbiocida intra-celular dos leucócitos (neutrófilos, monócitos, macrófagos), cada	92
9462	Libertação leucocitária de histamina (prova *de*)	46
9463	Quimiotaxia de células fagocíticas (neutrófilos/monócitos/macrófagos)	73,60
9464	Tipagem HLA classe I (A, B e C)	92
9465	Tipagem de alótipos de imunoglobulinas (Gm/Inu/Gc)	46
9466	Cadeias leves de imunoglobulinas (Kappa e Lambda) na urina (doseamento)	27,60
9467	Beta-2 microglobina	46
9468	Inactivador da esterase do C1	18,40
9469	C3 (C3c)	11,04
9470	C3 (inactivador)	18,40
9471	C3 PA (pro-activador)	18,40
9472	C4	11,04
9473	Complemento, factores (C1q, C2, C5, C6, C7, C8 e C9)	27,60
9474	Complemento total (título de actividade hemolítica CH 50), via clássica/via alterna, cada	36,80
9475	Complemento (fragmentos activados: C3a, C5a, *etc*), cada	73,60
9476	Crioglobulinas (pesquisa e caracterização imunoquímica, se necessário)	18,40
9477	Imunocomplexos, identificação dos componentes após precipitação pelo PEG	23
9478	Imunocomplexos (téc. do cons. do complemento, medida pelo CH50)	23

Código	Designação	Valor máximo (euros)
9479	Imunocomplexos (técnica de fixação C'1q)	27,60
9480	Imunoelectroforese com anti-soro polivalente	13,80
9481	Imunoelectroforese das proteínas (total + IgG + IgA + IgM + C.L. Kappa + C.L. lambda)	36,80
9482	Imunoelectroforese das proteinas com concentração prévia da amostra (LCR, urina, ...)	46
9483	Electroimunofixação das proteinas (total + IgG + IgA + IgM + C.L. Kappa + C.L. lambda)	36,80
9484	Imunoglobulina A (IgA)	9,20
9485	Imunoglobulina A secretora (pesquisa)	9,20
9486	Imunoglobulina D (IgD)	23
9487	Imunoglobulina E (IgE)	23
9488	Imunoglobulina G (IgG)	9,20
9489	Imunoglobulina M (IgM)	9,20
9490	Imunoglobulinas (IgA + IgG + IgM)	27,60
9491	IgG1	46
9492	IgG2	46
9493	IgG3	46
9494	IgG4	46
9495	Proteína C-reactiva (doseamento)	18,40
9496	Prova de Sia	0,92
9497	IgE específica para um determinado alergénio (cada) = RAST Test (cada)	49,68
9498	Waaler-Rose (reacção)	13,80
9499	Alfa-1 Glicoproteina ácida = orosomucóide	11,04
9500	Anticorpos IgG4 específicos, cada antigénio	49,68
9501	Citocinas (interfeões, interleucinas, outras), cada	55,20
9502	Complemento fragmentos de activação (C3d, C4d, MAC, outros), cada	46
9503	Electroimunofixação das proteínas após concentração, (mínimo 4 anti-soros)	46
9504	Factor reumatóide, doseamento	18,40
9505	Factor reumatóide, doseamento com determinação do tipo de cadeia pesada (A, G e M)	46
9506	Histamina	46
9507	Precipitinas (Identificação) cada	18,40
9508	Imunocomplexos circulantes (técnica de inibição de factor reumatóide)	27,60
9509	Imunocomplexos circulantes (técnica de nefelometria simples)	18,40
9510	Inactivador da esterase do C1, teste funcional	55,20
9511	Metil-histamina	46
9512	Mieloperoxidase	46
9513	ECP = proteína catiónica do eosinófilo	46
9514	Proteína X do eosinófilo	46
9515	Citocinas (receptores solúveis)	55,20
9516	Sub-classes de imunoglobulina A (IgA1 e IgA2), cada	46
9517	Triptase	46
9518	ANCA (IF) = anticorpos anti-citoplasma dos neutrófilos (IF)	46
9519	Anticorpos anti-AND nativo = anti-DNA ou anti-AND	32,20
9520	Anticorpos anti-célula parietal gástrica (c/ tit. quando necessário)	46
9521	Anticorpos anti-antigénios nucleares extraíveis (ENA) Sm/Rnp/SS-A/SS-B/ outros	46
9522	Anticorpos anti-esperma	46
9523	Anticorpos anti-gliadina IgA ou IgG, cada	46
9524	Anticorpos anti-histonas	46
9525	Anticorpos anti-ilhéus de Langerhans	46
9526	Anticorpos anti-insulina	55,20
9527	Anticorpos anti-LC1 (citosol hepático)	55,20
9528	Anticorpos anti-membrana basal tubular	46
9529	Anticorpos anti-mitocondria por I.F. (c/ titulação, se positivos)	27,60
9530	Anticorpos anti-músculo estriado por I.F. (c/ titulação, se positivos)	46
9531	Anticorpos anti-músculo liso por I.F. (c/ titulação, se positivos)	27,60
9532	Anticorpos anti-nucleares por I.F. (c/ titulação, se positivos)	27,60
9533	Anticorpos anti-ovário	46
9534	Anticorpos anti-pâncreas exócrino	46
9535	Anticorpos anti-queratina (esófago de rato)	46
9536	Anticorpos anti-reticulina	46
9537	Anticorpos anti-supra-renal	46
9538	Anticorpos anti-testículo	46
9539	Anticorpos anti-tiróideus (anti-tiroglobul. + anti-micross)	46
9540	Anticorpos anti-centómetro	46
9541	Anticorpos anti-LKM *anti-liver, kidney microsome*	46
9542	Anticorpos antireceptor de TSH = TRABs	55,20
9543	Anticorpos anti-ducto salivar	46
9544	Anticorpos anti-elastina	46
9545	Anticorpos anti-endomísio	46
9546	Anticorpos anti-factor intrínseco	55,20
9547	Anticorpos anti-fósfolipideo (IgG, IgM ou IGA), cada	46
9548	Anticorpos anti-hormona do crescimento = anti-HGH	55,20
9549	Anticorpos anti-membrana Basal Glomerular (GBM)	46
9550	Anticorpos anti-mieloperoxidase (MPO)	46
9551	Anticorpos anti-mitocôndriais (M1, M2, outros)	46
9552	Anticorpos anti-proteinase 3 (PR3)	46
9553	Anticorpos anti-receptor de acetilcolina	138
9554	Anticorpos anti-receptor da insulina	55,20
9555	Anticorpos anti-SCL70	46
9556	Anti HVC (teste confirmativo) = anticorpos anti-hepatite C (teste confirmativo)	110,40
9557	Anti HVD = anticorpos anti-hepatite delta	46
9558	Anti HVD (IgM) = anticorpos anti-hepatite delta (IgM)	55,20
9559	Anticorpos anti-HBc = anti-HBc	36,80

Código	Designação	Valor máximo (euros)
9560	Anticorpos anti-HBC (IgM) = anti-HBC (IgM)	46
9561	Anticorpos anti-Hbe = anti-HBe	36,80
9562	Anticorpos anti-HBs = anti-HBs	27,60
9563	Anticorpos anti-HVA (IgM ou IgG) (cada) = anti-HVA (IgG ou IgM) (cada)	36,80
9564	Anti HVC (IgG ou IgM) (cada) = anticorpos anti-hepatite C (IgG ou IgM) (cada)	36,80
9565	Anticorpos anti-Adenovirus (titulação por FC)	73,60
9566	Anticorpos anti-Brucella	36,80
9567	Anticorpos anti-Citomegalovirus	46
9568	Anticorpos anti-Clamydia trachomatis	46
9569	Anticorpos anti-Coxiella burnetii = febre Q	46
9570	Anticorpos anti-diftéricos	27,60
9571	Anticorpos anti-Enterovirus	46
9572	Anticorpos anti-Epstein-Barr = anti-VCA-EBNA	55,20
9573	Anticorpos antivírus de Epstein-Barr (IgG ou IgM), cada	55,20
9574	Anticorpos anti-Epstein-Barr = anti-VCA-IgM	55,20
9575	Anticorpos anti-Equinococo	36,80
9576	Anticorpos anti-Equinococo (hemaglutinação)	11,96
9577	Anticorpos anti-Equinococo (IF)	27,60
9578	Anticorpos anti-Estreptodornase	18,40
9579	Anticorpos anti-exoenzimas estreptocócicos (pesquisa)	9,20
9580	Anticorpos anti-exoenzimas estreptocócicos (titulação)	27,60
9581	Anticorpos anti-HIV (HIV1 + HIV2)	92
9582	Anticorpos anti-HIV (teste confirmativo por Blotting)	174,80
9583	Anticorpos anti-HTLV (HTLV1 + HTLV2)	92
9584	Anticorpos anti-HVA IgG (ELISA)	36,80
9585	Anticorpos anti-HVA IgM (ELISA)	36,80
9586	Anticorpos anti-Hialuronidase	11,96
9587	Anticorpos anti-Legionella (tit. para 11 antigénios)	77,28
9588	Anticorpos anti-Leptospira	73,60
9589	Anticorpos anti-Listéria monocytogenes	55,20
9590	Anticorpos anti-Mycoplasma pneumoniae	73,60
9591	Anticorpos anti-ornitose	73,60
9592	Anticorpos anti-P 24	69
9593	Anticorpos anti-Plasmodium	73,60
9594	Anticorpos anti-Ricketsia (tit. por imunofluorescência para 3 espécies)	38,64
9595	Anticorpos anti-Rotavírus	92
9596	Anticorpos anti-tetânicos (inc. tit. se necessário)	27,60
9597	Anticorpos anti-toxoplasma (inc. tit.) IgG	27,60
9598	Anticorpos anti-toxoplasma (inc. tit.) IgG + IgM	55,20
9599	Anticorpos anti-toxoplasma (inc. tit.) IgM	36,80
9600	Anticorpos Anti-Treponema Palidum (Inclui Titulação) = TPHA (Inclui Titulação)	46
9601	Anticorpos anti-*Treponema palidum* (IF) = FTA4ABS (IF)	46
9602	Anticorpos anti-*Tripanossoma*	73,60
9603	Anticorpos antivírus da coriomeningite linfocítica	46
9604	Anticorpos antivírus da *Influenza*	46
9605	Anticorpos antivírus da papeira	31,28
9606	Anticorpos antivírus *Parainfluenza*	46
9607	Anticorpos antivírus da rubéola (inc. tit.) IgM	27,60
9608	Anticorpos antivírus da rubéola (inc. tit.) IgG	18,40
9609	Anticorpos antivírus da varicela	46
9610	Anticorpos antivírus do herpes I	46
9611	Anticorpos antivírus do herpes II	46
9612	Anticorpos antivírus do sarampo	46
9613	Antiestreptolisina O (pesquisa) = TASO (pesquisa)	1,84
9614	Anticorpos antiestreptolisina O (titulação/doseamento) = TASO (titulação/doseamento)	4,60
9615	Antigénio vírus de Epstein-Barr	46
9616	Antigénio HBe = HBe Ag	27,60
9617	Antigénio HBs = HBs Ag	27,60
9618	Antigénio P 24 (doseamento)	138
9619	Antigénio P 24 (pesquisa)	69
9620	Antigénio Rotavírus	46
9621	Blotting-Western; Southern; Northern (técnicas de) para identificação de antigénios ou anticorpos	174,80
9622	Paul-Bunnel (reacção)	7,36
9623	RPR (teste rápido para pesquisa de reaginas sifilíticas)	4,60
9624	Casoni (reacção) não inclui ampola	5,52
9625	*Mycoplasma pneumoniae* (reacção de fix. complemento)	8,28
9626	Hudlesson (reacção)	4,60
9627	Weil-Felix (reacção) — 3 antigénios	9,20
9628	Weinberg (reacção)	9,20
9629	Widal (reacção) — 4 antigénios	7,36
9630	VDRL (reacção)	2,76
9631	Fascíola hepática (reacção) = Fascioliase (reacção)	38,64
9631	Fascioliase (Reacção) = Fasciola Hepática (Reacção)	38,64
9632	Teste confirmativo da HC (hepatite C)	110,40
9633	Anticorpos vírus da mononucleose infecciosa (p. lamina) = *Monospot-test* ou equivalente	5,52
9634	Toxoplasmose (anticorpos IgG)	27,60
9635	Toxoplasmose (anticorpos IgG + IgM)	55,20
9636	Toxoplasmose (anticorpos IgM)	36,80
9637	Alfa-fetoproteína	27,60
9638	Antigénio carcino-embrionário = CEA	46
9639	Antigénio específico da próstata (RIA/EIA) = SPA (RIA/EIA) = PSA (RIA/EIA)	46

Código	Designação	Valor máximo (euros)
9640	CA 125	46
9641	CA 19.9	46
9642	CA 15.3	46
9643	CA 19.5	46
9644	CA 50	46
9645	CA 54.9	46
9646	CA 72.4	46
9647	MCA	46
9648	NSE	46
9649	Fosfatase ácida prostática — PAP	46
9650	PSA livre	46
9671	Esperma-ex. macrosc. (caract. físicas, coagulação-liquefação e volume)	9,20
9672	Esperma-teste de Sims-Huhner (teste pós-coito)	8,28
9673	Espermograma (contagem, exame morfológico, motilidade)	18,40
9674	Imobilizinas-cada	13,80
9675	Líquido amniótico (espectrofotometria)	9,20
9676	Líquido amniótico (relação lecitina esfingomielina)	18,40
9677	Líquido cérebro espinal (exame macroscópico, cont. de células) = Liquor (exame macroscópico, cont. de células)	11,04
9678	Líquido pericárdico, peritoneal ou pleural (ex. macroscópico, ex. microscópico, cont cel. e cont. diferencial)	11,04
9679	Líquido pericárdico, peritoneal ou pleural (ex. quim. + microb. + cel. cìif.)	27,60
9680	Líquido sinovial (ex. macrosc., viscosidade e teste de coagulação)	36,80
9681	Líquido sinovial (ex. químico, imunológicos ou microbiológicos)	27,60
9682	Suco gástrico e ou duodenal (exame macroscópico e químico)	16,56
9683	Suco gástrico — prova de estimulação pela hipoglicemia induz. pela insulina	48,47
9691	Colheita de conteúdo gástrico	13,80
9692	Colheita de faneras	0,82
9693	Colheita de medula óssea por punção	4,94
9694	Colheita de exsudados nasofaringeos	1,65
9695	Colheita de exsudados purulentos superficiais	0,82
9696	Colheita de exsudados vaginais e ureterais	1,65
9717	Exames histológicos	26,64
9718	Exames cito-histológicos (exame histológico com inclusão)	26,64
9719	Exames citológicos	13,32
9720	Exames citohormonais por esfregaços seriados	26,64
9721	Exames histológicos extemporâneos per-operatórios	88,16
9722	Exames ultraestruturais (microscopia electrónica)	87,20
9723	Diagnóstico imuno-cito-químico	87,20
9744	Cariótipo de alta resolução em fibro blastos	200,48
9745	Cariótipo de alta resolução em linfócitos com PHA	126,88
9746	Cariótipo de alta resolução em linfócitos sem PHA	136,08
9747	Cariótipo de células amnióticas	200,48
9748	Cariótipo de fibroblastos (Não inclui colheita)	138
9749	Cariótipo de linfócitos com PHA	69
9750	Cariótipo de linfócitos sem PHA	78,20
9751	Cariótipo da medula óssea com PHA	126,88
9752	Cariótipo da medula óssea sem PHA	136,08
9753	Cariótipo de vilosidades coriónicas	246,48
9754	Conteúdo mediano de DNA nas células tumorais	18,40
9755	Cromatina sexual X ou Y no raspado lingual	7,36
9756	Cromatina sexual no ex. vaginal	7,36
9757	Estudo de meioses no esperma	69
9758	Estudo em biopsia testicular, pele, tecido de aborto	200,48

IV — Imagiologia e medicina nuclear

Regras

1 — Os valores totais compreendem o custo técnico (serviços) e o acto médico (honorários), salvo os casos indicados na tabela.

2 — Os exames têm de ter sempre prescrição médica, salvo os realizados na âmbito da radiologia odontológica. Só serão objecto de comparticipação os exames comprovadamente realizados.

3 — Para a realização de tomografia axial computorizada e exame de ressonância magnética é necessária a prescrição de médico especialista.

4 — No caso de tomografia axial computorizada a mais de uma região é necessário relatório médico, para apreciação pelos serviços médicos da ADSE. Na ausência daquele relatório, apenas será comparticipado o exame de maior valor. Quando nos exames de tomografia axial computorizada houver necessidade, devidamente justificada, de recorrer a anestesia, esta será comparticipada através dos códigos 2233 e 2234.

5 — Se não vier expresso o número de incidências na requisição ou se não se discriminar um exame que tem vários valores, será comparticipado o menor número de incidências ou o valor mais baixo do exame.

6 — Os exames radiológicos têm de ser realizados por médicos radiologistas, salvo a radiologia odontológica que poderá ser efectuada por profissionais legalmente habilitados para a prática de actos de estomatologia.

7 — A ecotomografia e a termografia só serão comparticipadas quando realizadas por médicos especialistas.

8 — Os actos da tabela de medicina nuclear têm de ser sempre realizados por médicos da respectiva especialidade.

9 — Os actos da tabela de radioterapia externa têm de ser sempre realizados por médicos especialistas de radioterapia.

10 — Para além da requisição médica prevista no n.º 2, as tomografias deverão ser objecto de quantificação no recibo do médico radiologista.

11 — Quando nos documentos de despesa relativos a exames efectuados em laboratórios, centros, clínicas e estabelecimentos similares legalmente constituídos não vier expressa a identificação do médico responsável pela acção médica realizada, poderá a ADSE, para haver lugar a comparticipação, exigir a respectiva identificação.

12 — Os produtos de contraste são comparticipados pelo preço de venda ao público, quando mencionados nas facturas relativamente a cada exame.

13 — As anotações nas designações significam:

(*a*) Não há valorização do número de incidências;
(*b*) No caso de haver verba debitada à parte deve ser comparticipada segundo a tabela em vigor;

(*c*) Já está previsto o número de exames a efectuar, não sendo de considerar maior número de incidências (a não ser que tal seja bem expresso pelo médico requisitante).

No caso de um exame ter só uma incidência, cada incidência adicional é valorizada em 100 %, excepto nos casos previstos na tabela.

Se o exame tiver duas incidências, cada incidência adicional é valorizada em 50 %, excepto nos casos previstos na tabela.

14 — Nos exames com uma ou duas incidências, para efeitos dos cálculos previstos nos parágrafos anteriores, estes devem ter por base o maior número de incidências previsto na tabela.

15 — A tomografia por emissão de positrões (PET) só será comparticipada mediante a apresentação de um relatório médico circunstanciado da necessidade de realização do exame.

16 — As tomografias por emissão de positrões realizadas a partir de Janeiro de 2003 (inclusive) serão elegíveis para efeitos de comparticipação.

Tabela — Imagiologia

Código	Designação	Valor máximo (euros)
49.01	Abdómen simples — 1 incidência	8,40
49.02	Abdomen simples — 2 incidências	10,80
49.03	Cavum ou rino-faringe	1,60
49.04	Colangiografia endovenosa/exclui estudo tomográfico (*a*)	28,40
49.05	Colangiografia endovenosa com perfusão/exclui estudo tomografico (*a*)	10,80
49.06	Colecistografia — 2 inc. + comp. dos + prova Boyden (*a*)	20
49.07	Dentes — ortopantomografia facial (*a*)	13,20
49.08	Dentes todos em dentição completa (*a*)	20
49.09	Duodenografia hipotonica estudo complementar (*a*)	19,20
49.10	Esófago (*a*)	16,80
49.11	Estômago e duodeno (*a*)	32,80
49.12	Estômago e duodeno com duplo contraste (*a*)	39,60
49.13	Faringe e laringe (*a*)	9
49.14	Fígado simples — 1 incidência	6,40
49.15	Fígado simples — 2 incidências	8
49.16	Intestino delgado/trânsito (*a*)	41,20
49.17	Intestino grosso/clister opaco/ c/ esvasiam. (*a*)	26,40
49.18	Clister opaco duplo contraste (*a*)	37,60
49.19	Intestino grosso, por ingestão, trânsito intest. (*a*)	22
49.20	Trânsito delgado + trânsito cólon	46
49.21	Região ileo-cecal ou ceco-apendicular (*a*)	21,20
49.22	Exame ileo-cecal ou ceco-apendicular quando associado aos trânsitos cólico ou delgado (*a*)	8,40
49.23	Pescoço, partes moles — 1 incidência	6,40
49.24	Pescoço, partes moles — 2 incidências	10,20
49.25	Tórax, pulmões e coração — 1 incidência	4
49.26	Tórax, pulmões e coração — 2 incidências	13
49.27	Tórax, pulmões e coração — 3 incidências	17,60
49.28	Tórax, pulmões e coração — 4 incidências (*c*)	22,20
49.29	Bexiga simples — 1 incidência	6,40
49.30	Cistografia — 3 incidências p/esvaziamento (A) (*b*)	20
49.31	Cistografia com duplo contraste (A) (*b*)	14,40
49.32	Cistografia com uretrografia retrógrada (A) (*b*)	20
49.33	Rins simples — 1 incidência	8,40
49.34	Rins simples — 2 incidências	13,80
49.35	Urografia endovenosa (*a*)	29,60
49.36	Urografia endovenosa minutada (*a*)	42,80
49.37	Filme pós-miccional (*a*)	4,20
49.38	Película de pé ou filme tardio ou inc. suplementar	7,20
49.39	Urografia endovenosa c/ perfusão/ex. est. tomog. (*a*)	36
49.40	Associação de cistogramas oblíquos e após ... (*a*)	9,20
49.41	Pielografia ascend. unilateral (A) (*b*)	17,60
49.42	Uretrografia retrógrada (A) (*b*)	13,20
49.43	Anca — 1 incidência (*c*)	6,80
49.44	Anca — 2 incidências (*c*)	10,60
49.45	Antebraço — 2 incidências	7,60
49.46	Apofises estiloideias — cada incidência e lado	6,80
49.47	Articulações temporo-maxilares, boca aberta e fech	9,20
49.48	Bacia — 1 incidência	8,40
49.49	Braço — 2 incidências	7,60
49.50	Buracos ópticos — bilateral (*a*)	9,20
49.51	Calcaneo — 2 incidências	7,60
49.52	Charneira occipito-atloideia — 2 incidências	8,40
49.53	Clavícula — cada incidência	6,40
49.54	Coluna cervical — 2 incidências	8,40
49.55	Coluna cervical ou estudo funcional — 4 incidências (*c*)	12,40
49.56	Coluna cervico-dorsal, zona trans. — 2 incidências	8,40
49.57	Coluna coccigea — 2 incidências	8,40
49.58	Coluna dorsal — 2 incidências	14,80
49.59	Coluna lombar — 2 incidências	14,80
49.60	Coluna lombo-sagrada-charneira — 2 incidências	10,40
49.61	Coluna lombo-sagrada-charneira em carga c/ inclinações	25,20
49.62	Coluna sagrada — 2 incidências	8,40
49.63	Coluna vertebral, em filme extralongo/30 x 90/	16,80
49.64	Costelas, cada hemitórax — 2 incidências	10,40
49.65	Cotovelo — 2 incidências	8,80
49.66	Coxa ou fémur — 2 incidências	11

Código	Designação	Valor máximo (euros)
49.67	Crânio/inclui sela turca/ — 2 incidências	11
49.68	Dedo — 1 dedo de mão ou de pé — 2 incidências	7,60
49.69	Esqueleto de recém-nascido — 1 incidência em 35×43 (*a*)	11
49.70	Esqueleto de adulto/ 1 incidência p/ sector min. 9 pél./ (*a*)	49,60
49.71	Esterno — 2 incidências	8,80
49.72	Esterno-claviculares /articulações/ — 3 incidências (*c*)	11,40
49.73	Face — 2 incidências	10,20
49.74	Joelho — 2 incidências	8,40
49.75	Mandibula — maxilar inferior — cada incidência	6
49.76	Mão /ou 2 ou + dedos da mão/ — 2 incidências	7,60
49.77	Mastoideias ou rochedos — cada incidência e lado	8,40
49.78	Maxilar superior — 2 incidências	7,60
49.79	Ombro — 1 incidência	6,80
49.80	Omoplata — 1 incidência	6,80
49.81	Orbitas — cada incidência	7,60
49.82	Ossos próprios do nariz — cada incidência	6,80
49.83	Pé /ou 2 ou + dedos do pé/ — 2 incidências	7,60
49.84	Perna — 2 incidências	10
49.85	Punho — 2 incidências	6,80
49.86	Punhos e mãos /idade óssea/ — 1 incidência	13
49.87	Rotula — 1 incidência	6,80
49.88	Sacro-iliacas /articulações/ 2 lados — 1 incidência	7,60
49.89	Sacro-iliacas /articulações/ 2 lados face + 2 obl.	14,80
49.90	Seios peri-nasais — 2 incidências (*c*)	11
49.91	Seios peri-nasais — 3 incidências (*c*)	14,40
49.92	Sela turca /exclui RX crânio	6
49.93	Tíbio-társica — 2 incidências	7,60
49.94	Artopneumografia do joelho, incluindo punção (*a*)	36,40
49.95	Broncografia — cada incidência (*b*)	10,60
49.96	Cálculos salivares, filme simples — 2 incidências	10,20
49.97	Colangiografia per-operatória (*a*)	28,80
49.98	Colangiografia pós-operatória (*a*)	28,80
49.99	Colangiografia endoscópica — cada incidência (*b*)	28,80
50.04	Colangiografia percutanea — cada incidência (*b*)	35,80
50.05	Dacriocistografia (A) (*b*)	38
50.06	Fistulografia (*a*)	28,40
50.07	Gravidez — 1 incidência (*c*)	8,40
50.08	Gravidez — 2 incidências (*c*)	13,80
50.09	Histerosalpingografia (A) (*b*)	32,80
50.10	Idade óssea fetal	8,40
50.11	Intensificação de imagens	4,80
50.12	Localização e extracção de corpos estranhos (*a*)	28
50.13	Localização corpos estracção intra-oculares de quatro imagens em posições diferentes (*a*)	28,80
50.14	Localização corpos estranhos intra-oculares pelo método de combergcomb (*a*)	28
50.15	Macrorradiografia — 1 incidência — preço região +	3,20
50.16	Membros inferiores — cada filme extralongo	16,80
50.17	Métrico dos membros inferiores por sectores articulados	19,20
50.18	Microrradiografia /película 10 × 10/ (*a*)	1,80
50.19	Radiografia estereoscópica — preço da região +	1,60
50.20	Sialografia (*a*)	21,80
50.21	Xerorradiografia não mamária — preço radiog. + (*a*)	2,40
50.22	Galactografia — cada lado (*a*)	34
50.23	Mamografia — 4 incidências, 2 de cada lado (*c*)	34
50.24	Quistografia gasosa — cada lado (*a*)	20,40
50.25	Xerorradiografia mamária bilateral — 2 incidências cada lado	34
50.26	Xerorradiografia mamária unilateral — 2 incidências	29,20
50.27	Angiografia da carótida externa por punção percutânea (A) (*b*)	58
50.28	Angiografia da fossa posterior por cateterismo da umeral (A) (*b*)	122,80
50.29	Angiografia dos 4 vasos (A) (*b*)	177
50.30	Angiografia cerebral — por punção percutânea carótida (A) (*b*)	79,60
50.31	Angiografia cerebral — por punção percutânea 2 carótida (A) (*b*)	101,20
50.32	Angiografia da fossa post. P/ punção percut. (A) (*b*)	100,40
50.33	Angiografia medular (A) (*b*)	133,80
50.34	Mielografia (A) (*b*)	117
50.35	Angiopneumografia (A) (*b*)	81
50.36	Aortografia (A) (*b*)	105
50.37	Aortoarteriografia periférica (A) (*b*)	105
50.38	Arteriografia periférica por punção directa (A) (*b*)	81
50.39	Arteriografias selectivas (A) (*b*)	103
50.40	Arteriografias selectivas c/ embolização (A) (*b*)	103
50.41	Arteriografias selectivas c/ dilat. Arteriais (A) (*b*)	97,80
50.42	Cavografias ou flebografias (A) (*b*)	86,80
50.43	Flebografias selectivas (A) (*b*)	70
50.44	Esplenoportografia (A) (*b*)	105
50.45	Linfografias (A) (*b*)	130,80
50.46	Flebografia orbitaria p/ punção veia frontal (A) (*b*)	136
50.47	Tomografia, cada incidência lado, min. 4 planos, filme 18 × 24	18,80
50.48	Tomografia, cada plano mais, filme 18 × 24	2
50.49	Tomografia, cada incidência lado, min. 4 planos, filme 24 × 30	22
50.50	Tomografia, cada plano mais, filme 24 × 30	3,20
50.51	Tomografia, cada incidência lado, min. 4 plan. 30 × 40, 35 × 35 ou +	27,60

Código	Designação	Valor máximo (euros)
50.52	Tomografia, cada plano a mais, filme 30 × 40, 35 × 35 ou +	4,40
50.53	Radiografia apical	5,20
50.54	*Bite wing*	5,60
50.55	Radiografia oclusal	6,40
50.56	Tomografia computorizada de emissão cerebral	84
50.57	Tomografia computorizada de emissão hepática	84
50.58	Volume sanguíneo	28
50.59	Tomodensimetria óssea parcial	76
50.60	Tomodensimetria óssea total c/ varrim comp esquel	126
50.61	Ecotomografia abdominal	47
50.62	Ecotomografia ginecológica (c/ sonda vaginal)	29,20
50.63	Ecotomografia obstétrica (c/ fluxometria)	47
50.64	Ecotomografia renal e supra-renal	47
50.65	Ecotomografia tiroideia	29,20
50.66	Ecotomografia *(m mode)*	49
50.67	Ecotomografia *(m mode + real time)* & bidimensional	90
50.68	Ecotomografia mamária — 2 lados	30
50.69	Ecotomografia escroto	29,20
50.70	Ecotomografia encefalica	30
50.71	Ecotomografia oftalmológica	30
50.72	Ecotomografia punção dirigida = preço região +	44
50.73	Ecotomografia hepato-biliar	47
50.74	Ecotomografia pancreatica	47
50.75	Ecotomografia esplénica	47
50.76	Ecotomografia partes moles	22
50.77	Ecotomografia prostática (suprapubica)	29,20
50.78	Ecotomografia glandulas salivares	29,20
50.79	Ecotomografia prostática (trans-rectal)	47
50.80	Ecotomografia vesical (suprapubica/transuretral)	29,20
50.81	Ecotomografia vesiculas seminais	29,20
50.82	Termografia mamária	18
50.83	Termografia abdominal	28
50.84	Termografia da coluna dorsal	28
50.85	Termografia do escroto	34
50.86	Termografia da face ou do crânio	26
50.87	Termografia dos membros /superiores ou inferiores	43,20
50.88	Termografia peniana	34
50.89	Termografia tiroideia	24,40
50.90	TAC — abdomen	153
50.91	TAC — coluna /parcelar	124
50.92	TAC — coluna /total	132
50.93	TAC — crânio	124
50.94	TAC — membros	106
50.95	TAC — tórax	153
50.96	TAC — plano tratamento radioterapia = preço região +	8
50.97	TAC — anestesia dissociativa	44
50.98	TAC — anestesia clássica	77
50.99	Ressonância magnética	162
51.01	Angiografia digital de subtracção	103
51.02	Pescoço, partes moles — cada incidência a + p/ além 2	5,25
51.03	Rins simples — cada incidência a + p/ além 2	8,40
51.04	Anca — cada incidência a + p/ além 2	5,60
51.05	Antebraço — cada incidência a + p/ além 2	4,20
51.06	Braço — cada incidência a + p/ além 2	4,20
51.07	Calcaneo — cada incidência a + p/ além 2	4,20
51.08	Charneira occipito-atloideia — cada incidência + p/ além 2	4,90
51.09	Coluna cervical — cada incidência + p/ além 2	4,90
51.10	Coluna cervical ou estudo funcional — cada incidência + 4	8,40
51.11	Coluna cervico-dorsal, zona trans. — cada incidência + 2	4,90
51.12	Coluna coccigea — cada incidência + p/ além 2	4,90
51.13	Coluna dorsal — cada incidência + p/ além 2	8,05
51.14	Coluna lombar — cada incidência + p/ além 2	8,05
51.15	Coluna lombo-sagrada-charneira — cada incidência + p/ além 2	6,65
51.16	Coluna lombo-sagrada-charneira em carga — cada + 2	14,70
51.17	Coluna sagrada — cada incidência + p/ além 2	4,90
51.18	Costelas, cada hemitórax — cada incidência + p/ além 2	6,65
51.19	Cotovelo — cada incidência + p/ além 2	5,25
51.20	Coxa ou femur — cada incidência + p/ além 2	5,95
51.21	Crânio /inclui sela turca/ — cada incidência + p/ além 2	3,50
51.22	Dedo — 1 dedo de mão ou de pé — cada incidência + além 2	3,50
51.23	Esterno — cada incidência + p/ além 2	5,25
51.24	Esterno-claviculares /articulações/ — cada incidência + 3	6,30
51.25	Face — cada incidência a + p/ além 2	5,25
51.26	Joelho — cada incidência a + p/ além 2	4,90
51.27	Mão /ou 2 ou + dedos da mão/ — cada incidência + p/ além 2	4,20
51.28	Maxilar superior — cada incidência a + p/ além 2	4,20
51.29	Pé /ou 2 ou + dedos do pé/ — cada incidência + p/ além 2	4,20
51.30	Perna cada incidência a + p/ além 2	6,30
51.31	Punho — cada incidência a + p/ além 2	3,50
51.32	Seios peri-nasais — cada incidência a + p/ além 3	7,70
51.33	Tíbio-társica — cada incidência a + p/ além 2	4,20
51.34	Cálculos salivares, filme simples — cada incidência + 2	5,25

Código	Designação	Valor máximo (euros)
51.35	Gravidez cada incidência a + p/ além 2	8,40
51.36	Mamografia — cada incidência a + p/ além 4	17,50
51.37	Xerorradiografia mamária bilateral — cada inc + 4	4,90
51.38	Xerorradiografia mamária unilateral — cada inc + 2	5,25
51.39	Gastroduodenal com pesquisa hérnia, exame cardiotuberositário	47
51.40	Fluxometria Doppler dos membros (arterial/venoso)	7,20
51.41	Avaliação da circulação digital com fotopletismografia	53
51.42	Angiodinografia (doppler vascular colorido)	131
51.43	Eco Doppler (d-s) carotídeo	103
51.44	Eco Doppler (d-s) circulação arterial ou venosa dos membros	103
51.45	Eco Doppler (d-s) circulação visceral abdominal	103
51.46	Avaliação hemodinâmica da circulação arterial dos membros(p s, p h)	68
51.47	Avaliação hemodinâmica da circulação venosa dos membros c/ pletismografia	53
51.48	Angiografia ultrassónica com análise espectral cérebro — vascular carotidia	76
51.49	Angiografia ultrassónica c/ análise espectral membros	65
51.50	Ultrassonografia Doppler bidireccional	29,20
52.01	Temografia por emissão de positrões/cérebro	1 000
52.02	Temografia por emissão de positrões/corpo inteiro	1 100
52.03	Temografia por emissão de positrões/corpo inteiro e membros	1 200

Tabela — Medicina nuclear

Código	Designação	Valor máximo (euros)
2141	Absorção de vitamina b12 /teste Schilling	33,80
2142	Cinética do ferro	55,70
2143	Cintigrafia hepática c/ esvasiamento vesicular	71
2144	Cintigrama renal c/ pesq. refluxo vesico-ureteral	17
2145	Cisternoventrículo cintigrafia	91,40
2146	Dinâmica cardíaca	42,50
2147	Determinação de *clearance* renal c/ radionuclidos	42,75
2148	Determinação de perdas proteicas	43,80
2149	Dinâmica cerebral — perfusão cerebral	45,50
2151	Cintigrama & gamagrafia da tiroideia	26,90
2152	Cintigrama & gamagrafia cerebral	91,40
2153	Esvaziamento gástrico	55,70
2154	Cintigrama & gamagrafia das glândulas salivares	32,75
2155	Cintigrama & gamagrafia hepática	45,50
2156	Cintigrama & gamagrafia esplénica	37
2157	Cintigrama & gamagrafia hepato-esplénico	71
2158	Cintigrama & gamagrafia ósseo /corpo inteiro	105
2159	Cintigrama & gamagrafia ósseo /parcelar	49,75
2160	Cintigrama & gamagrafia pulmonar	54
2161	Cintigrama & gamagrafia cardíaca	45,50
2162	Linfocintigrafia	55,70
2163	Cintigrama & gamagrafia — outros não constantes da tabela	32,75
2164	Refluxo gastro-esofágico	91,40
2165	Fixação do iodo 131	9
2166	Terapêuticas c/ iodo 131 até 10 M Ci	191
2167	Terapêuticas c/ iodo 131 de 10 M Ci a 50 M Ci	182
2168	Terapêuticas c/ iodo 131 de 50 M Ci a 150 M Ci	191
2169	Terapêuticas c/ iodo 131 além de 150 M Ci	191
2170	Terapêuticas com fósforo	182,40
2171	Renograma c/ ipuram / exame basal	18,50
2172	Renograma c/ ipuram / exame após diurético	22,75
2173	Renograma c/ ipuram / exame após hidratação	18,50
2174	Semivida globular	32,75
8502	Absorção ferro	45,50
8509	Cinética ferro + semivida eritrocitos	43,80
8511	Cintigrafia corporal com 131 i	45,50
8512	Cintigrafia gástrica	45,50
8513	Cintigrafia glândulas salivares c/ estudo funcional	67,60
8514	Cintigrafia renal c/ dmsa	37,85
8515	Cintigrafia tiroideia c/ dmsa	26,90
8517	Cistografia c/ perfusão refluxo vesico-uretral	37
8527	Linfocintigrafia	55,70
8528	Pesquisa refluxo gastroesofagico	55,70
8529	Pesquisa refluxo biliogastrico	91,40
8530	Pesquisa divertículo Meckel	55,70
8531	Pesquisa hemorragia digestiva	55,70
8533	Renograma c/ dtpa 99m tc	43,80
8534	renograma c/ hipurano 131 ie dtpa 99m tc	45
8535	Semivida eritrocitos	55,70

V — Medicina física e de reabilitação

Regras

1 — Os actos constantes na tabela de medicina física e de reabilitação serão comparticipados quando prescritos por médicos. Também é comparticipado o acto quando prescrito por médico especializado e realizados por técnico legalmente habilitado. O beneficiário deverá fazer prova desta situação através de original ou fotocópia da requisição médica especializada.

O médico requisitante deve identificar o beneficiário e indicar:

a) Tipo de tratamentos;
b) Número de tratamentos; ou
c) Tempo previsto para os tratamentos e frequência dos mesmos.

Sempre que o médico não possa indicar esses requisitos, deverão os mesmos ser mencionados pelo médico fisiatra responsável pelos tratamentos.

2 — As prescrições serão válidas por um período não superior a um mês de tratamento e entende-se que o médico prescritor exerça um controlo com uma periodicidade mensal.

3 — Os actos de medicina física e de reabilitação terão de ser realizados por médicos fisiatras, ou médicos no domínio das suas especialidades, ou por fisioterapeutas legalmente habilitados.

4 — Nos documentos de quitação deve constar o número e tipo de tratamentos, bem como o nome das entidades identificadas no n.º 3.

5 — Quando os recibos forem emitidos por fisioterapeutas, centros de fisiatria, clínicas e estabelecimentos afins e os tratamentos forem requisitados por médicos indicados n.º 3, deve haver coincidência entre os actos prescritos e os realizados.

6 — Se os tratamentos forem prescritos por médico e não houver coincidência entre esses actos prescritos e os realizados, deverá o médico responsável pelos tratamentos emitir declaração justificativa dessa divergência.

7 — Quando os tratamentos de fisioterapia forem efectuados pelo próprio médico especialista é dispensada a prescrição prevista no n.º 1, devendo, neste caso, o respectivo recibo indicar os elementos constantes no n.º 1.

8 — De cada um dos tratamentos indicados na tabela só será comparticipado um tratamento diário por doente.

Quando na tabela estiverem previstas, em relação a determinados tratamentos, aplicações locais e gerais, no caso de ser ministrado no mesmo dia mais do que um tratamento local, a comparticipação será atribuída pela verba destinada ao tratamento geral.

Por cada conjunto diário de tratamentos só serão comparticipados no máximo cinco tratamentos diferentes.

No caso de este número ser ultrapassado, apenas serão comparticipados os cinco tratamentos efectuados que tenham menor valorização na tabela.

No caso de doentes cuja situação clínica se revele particularmente grave, atestada por relatório médico circunstanciado que comprove a necessidade de ultrapassar o número de tratamentos antes referidos, a comparticipação poderá abranger um maior número de tratamentos, dependendo de parecer técnico favorável e de autorização superior.

9 — As prescrições de médicos fisiatras, respeitando o estabelecido no n.º 3, serão válidas para o período nelas indicado, mesmo que este ultrapasse o período referido no n.º 2. O beneficiário poderá fazer prova desta situação através de fotocópia da prescrição do médico fisiatra.

Tabela — Medicina física e de reabilitação

Código	Designação	Quant. máxima	Valor máximo (euros)
2261	Aperiódicas	90	1,80
2262	Diadinâmicas	90	1,80
2263	Eflúvios	90	1,80
2264	Estimulação eléctrica dos pontos motores	90	1,80
2265	Exponenciais	90	1,80
2266	Faradicas	90	0,90
2267	Galvanicas	90	1,80
2268	Interferentes	90	1,80
2269	Ionizações /iontoforese/	90	1,80
2270	Micro-ondas	90	2,70
2271	Ondas curtas	90	1,80
2272	Ondas curtas endocavitarias	90	2,70
2273	Ultra-sons	90	3,60
2274	Ultra-sons com estimulação	90	2,70
2275	Ultra-sons subaquáticos	90	2,70
2276	Electromagnetismo	90	2,70
2285	Radiação de infra-vermelhos	90	1,80
2286	Radiação ultra-violeta	90	1,80
2292	Calor húmido ou hidrocolator	90	1,80
2293	Crioterapia	90	1,80
2294	Aplicação de lama-parafina	90	2,70
2295	Aplicação de parafina	90	2,70
2300	Banho de 4 células /stanger/	90	1,80
2301	Hidrocinesioterapia	90	5,85
2302	Hidromassagem geral	90	2,70
2303	Hidromassagem parcial	90	1,35
2304	Massagem subaquática	90	1,80
2305	Mobilização subaquática	90	1,80
2306	Tanque de hubbard	90	5,40
2307	Tanque para marcha	90	4,50
2315	Aplicações locais de vapor	90	1,80
2316	Banho de algas	90	3,60
2317	Banhos carbogasosos	90	3,60
2318	Banhos de contraste	90	2,25
2319	Banhos gerais minerais naturais ou artificiais	90	2,70
2320	Banhos de lamas	90	3,60
2321	Banhos medicamentosos gerais	90	2,70
2322	Banho de remoinho ou turbilhão	90	2,70
2323	Banhos de vapor	90	1,80
2324	Duche escocês	90	2,70
2325	Duche filiforme	90	1,80
2326	Duche simples	90	1,80
2327	Maniluvio	90	1,80
2328	Pediluvio	90	1,80

Código	Designação	Quant. máxima	Valor máximo (euros)
2329	Semicúpio ou banho de assento	90	1,80
2335	Cinesioterapia /ou ginastica/ corret. post. /ind. /	90	3,60
2336	Cinesioterapia na gravidez e puerperio /indiv. /	90	3,60
2337	Cinesioterapia /ou ginástica/ respiratória indiv.	90	3,60
2338	Cinesioterapia/ou ginástica/ vertebral individual	90	3,60
2339	Drenagem brônquica postural	90	3,60
2340	Fortalecimento muscular de + de 1 membro ou geral	90	3,60
2341	Fortalecimento muscular de um membro ou região	90	2,70
2342	Manipulações vertebrais	90	7,20
2343	Massagem manual de mais de um membro ou região	90	3,60
2344	Massagem manual de um membro ou região	90	3,60
2345	Mobilização articular passiva	90	2,70
2346	Reeducação em grupo /máximo 6 doentes/	90	1,80
2347	Cinesioterpia — qualquer — em grupo/max. 6 doentes/	90	2,70
2348	Técnicas esp. cinesiot. /facil. neurom. kabat bobath	90	4,50
2349	Treino de equilíbrio e marcha	90	2,70
2350	Treino do uso de ortoteses	90	6,30
2351	Treino do uso de prótese	90	6,30
2365	Extensões/ou tracção/vertebral motorizada contínua	90	6,30
2366	Extensões/ou tracção/vertebral motorizada	90	2,70
2367	Extensões/ou tracção/vertebral por suspensão	90	1,80
2368	Massagem mecânica /vibromassagem/ geral	90	1,80
2369	Massagem mecânica / vibromassagem/ local	90	1,35
2370	Pressões alternativas /tipo jobst/	90	2,25
2371	Pressões alternativas /ecg síncrono — syncardon/	90	5,40
2372	Reeducação mecânica	90	2,25
2380	Treino em actividade	90	6,30
2381	Treino em terapêutica	90	6,30
2385	Aerossóis ou nebulizações	90	1,80
2386	IPPB	90	3,60
4884	Tratamento ortópico e pleóptico — sessão(*b*)		12,82
5003	Terapêutica da fala, cada sessão(*a*)	90	10,52

(*a*) Também é comparticipado o acto quando o mesmo é prescrito por médico especializado e realizado por técnico legalmente habilitado. O beneficiário deverá fazer prova desta situação, através de original ou fotocópia da requisição médica especializada.
(*b*) Esta designação deve ser especificada com exactidão no recibo.

VI — Estomatologia

Regras

1 — Os actos constantes desta tabela serão comparticipados quando realizados por:

a) Médicos estomatologistas;
b) Médicos de cirurgia maxilo-facial;
c) Médicos dentistas (diplomados pelas escolas superiores de medicina dentária);
d) Odontologistas legalmente habilitados, relativamente aos tratamentos que a lei lhes permite efectuar.

2 — Sempre que qualquer dos profissionais descritos no n.º 1 trabalhe em consultório, centro, clínica ou estabelecimento similar, deverá, nas prescrições e recibos da sua actividade, discriminar o respectivo nome e título profissional.

3 — Não há lugar a comparticipação em consultas quando no mesmo período se efectuarem tratamentos estomatológicos.

A comparticipação em consultas está condicionada às seguintes situações:

a) Consulta prévia a sessões de tratamento subsequentes;
b) Consulta de observação não seguida de tratamento.

4 — A radiologia das estruturas dento-alveolares, se for realizada pelas entidades referidas no n.º 1, não necessita de prescrição.

Na radiologia dentária não se prevê valorização do número de incidências.

5 — Quando um tratamento tenha vários valores, por técnicas ou especificações diferentes, se não vier identificado como figura na tabela, será comparticipado o de menor valor.

6 — Os recibos deverão ser acompanhados de nota discriminativa de todos os actos efectuados, com a indicação das respectivas datas e dos dentes ou elementos em causa, passada em papel timbrado do prestador dos cuidados de saúde. A nomenclatura a utilizar deverá ser a seguinte:

Adulto

18.17.16.1 5.14.13.12 .11	21.22.23.2 4.25.26.27 .28
48.47.46.4 5.44.43.42 .41	31.32.33.3 4.35.36.37 .38

Criança — Dentição decídea

55.54.53.5 2.51	61.62.63.6 4.65
85.84.83.8 2.81	71.72.73.7 4.75

7 — A anestesia local está incluída nos preços da presente tabela.

Tabela — Estomatologia

Código	Designação	Quantidade máxima	Prazo (número de anos)	Valor máximo
1851	Consulta odonto-estomatológica	8	1	15,86
1852	Restauração /inclui todos estádios execução	14	3	25,35
1854	Endodontia	14	3	34,18
1855	Destartarização	2	1	16
1856	Gengivectomia	4	3	21,55
1857	Estabilização de peças dentárias	4	3	33,45
1858	Exodontia	14	3	19

Código	Designação	Quantidade máxima	Prazo (número de anos)	Valor máximo
1860	Exodontia de dentes inclusos	4	3	44
1861	Reimplantação dentária/germectomia	14	3	28,75
1863	Transplante de germes dentários	14	3	47,50
1865	Apicectomia	14	3	30,25
1866	Desinserção e alongamento do freio lingual			20,25
1867	Excisão de bridas gengivais	4	3	25,25
1868	Ablação de quistos dentários ou paradentários	14	3	30
1869	Exerese epulides/hiperplasia rebordo alveolar	4		36
1870	Exerese ranulas simples/tumores tecidos moles da cavidade oral, com anestesia local	4		26
1871	Curetagem focos osteite /não simultânea com exodontia	4	3	22,25
1872	Incisão drenagem abcessos origem dentária	14	3	20,75
1876	Exames complementares — radiografia dentária	4	1	5,95
1877	Exames complementares — ortopantomografia	1	1	17,85
1878	Ortodontia-controlo de aparelho	12		16,11

VII — Próteses estomatológicas

Regras

1 — As próteses estomatológicas serão comparticipadas quando executadas por profissionais legalmente habilitados.

2 — Estes meios de correcção e compensação devem ser prescritos, no âmbito da respectiva actividade, por médicos ou odontologistas legalmente habilitados.

A prescrição será dispensada quando os médicos ou odontologistas sejam responsáveis pela execução dos meios de correcção e compensação a fornecer.

3 — Como a nomenclatura destes meios de correcção e compensação tem grandes variações, deve o médico ou odontologista que os prescreve utilizar a tabela publicada.

4 — Os recibos deverão ser acompanhados de nota discriminativa dos meios efectuados e dos elementos envolvidos, com indicação das respectivas datas, passada em papel timbrado da entidade fornecedora dos meios de correcção e compensação.

Tabela — Próteses estomatológicas

Código	Designação	Quant. máxima	Prazo (número anos)	Valor máximo (euros)
29.01	Prot. rem. acrílico-placa com 01 dente	4	3	58,76
29.02	Prot. rem. acrílico-placa com 02 dentes	3	3	76,37
29.03	Prot. rem. acrílico-placa com 03 dentes	3	3	91,08
29.04	Prot. rem. acrílico-placa com 04 dentes	3	3	105,80
29.05	Prot. rem. acrílico-placa com 05 dentes	3	3	117,47
29.06	Prot. rem. acrílico-placa com 06 dentes	2	3	129,24
29.07	Prot. rem. acrílico-placa com 07 dentes	2	3	140,96
29.08	Prot. rem. acrílico-placa com 08 dentes	2	3	152,78
29.09	Prot. rem. acrílico-placa com 09 dentes	2	3	161,56
29.10	Prot. rem. acrílico-placa com 10 dentes	2	3	167,45
29.11	Prot. rem. acrílico-placa com 11 dentes	2	3	173,33
29.12	Prot. rem. acrílico-placa com 12 dentes	2	3	179,17
29.13	Prot. rem. acrílico-placa com 13 dentes	2	3	185,05
29.14	Prot. rem. acrílico-placa com 14 dentes	2	3	190,94
29.15	Prot. rem. acrílico-placa com 28 dentes	1	3	352,55
29.16	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 01 dente	4	3	104,85
29.17	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 02 dentes	3	3	136,17
29.18	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 03 dentes	3	3	162,46
29.19	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 04 dentes	3	3	178,17
29.20	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 05 dentes	3	3	193,93
29.21	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 06 dentes	2	3	209,59
29.22	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 07 dentes	2	3	225,31
29.23	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 08 dentes	2	3	241,07
29.24	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 09 dentes	2	3	251,54
29.25	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 10 dentes	2	3	262,07
29.26	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 11 dentes	2	3	272,49
29.27	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 12 dentes	2	3	277,78
29.28	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 13 dentes	2	3	282,97
29.29	Prótese removível cromo-cobalto-placa com 14 dentes	2	3	288,21
29.30	Prótese fixa-coroa e *pivot* / elemento para ponte	5	3	119,06
29.31	Barra	5	3	26,19
29.32	Conserto	6	3	11,87
29.33	Rebasamento	5	3	41,70
29.34	Acrescentar um dente em prótese acrílico	5	3	28,58
29.35	Acrescentar mais um dente em prótese acrílico, cada dente a mais	5	3	16,66
29.36	Gancho	6	3	11,87
29.37	Acrescentar cela mais 1 dente em prótese cromo-cobalto	5	3	54,77
29.38	Acrescentar mais um dente prótese cromo-cobalto, cada dente a mais	5	3	26,19
29.39	Goteira oclusal	4	3	63,05
29.40	Face oclusal fundida	4	3	27,38
29.41	Ortodontia-aparelhos	2		240

VIII — Meios de correcção e compensação

Regras

1 — Os meios de correcção e compensação constantes desta tabela serão comparticipados quando prescritos por médicos no âmbito da respectiva actividade especializada.

2 — Quando a prescrição médica se refira a meios de correcção e compensação de uso continuado e prolongado (exemplo: saco de colheita de urina, fralda para incontinente, saco de colostomia ou iliostomia, placa de colostomia e algália de uso permanente) e contenha indicação formal dessa necessidade, é dispensada a apresentação de nova prescrição no decurso de cada ano civil. O beneficiário poderá fazer prova dessa situação através de fotocópia da prescrição original.

3 — A nomenclatura dos meios de correcção e compensação tem grandes variações, pelo que o médico que prescreve deverá utilizar esta tabela ou indicar a similaridade do meio prescrito com o item respectivo da tabela.

4 — Os meios de correcção e compensação deverão ser adquiridos em estabelecimentos, entidades ou pessoas legalmente habilitadas para esse efeito.

5 — Entendem-se como meios de correcção e compensação no intra-operatório os meios que são utilizados ou aplicados durante uma intervenção cirúrgica, mesmo que tenham sido adquiridos antes desta e de destes factos se fizer prova.

6 — Quando um acto tiver vários valores por técnicas ou especificações diferentes, se não vier devidamente identificado como figura na tabela, será comparticipado o de menor valor.

7 — As anotações nas designações significam:

(a) Aquisição ou utilização em aluguer do material indicado;
(b) Também comparticipado quando requisitado por optometrista legalmente habilitado.

8 — A adaptação de automóvel a grande deficiente é comparticipada através do código 7784, não sendo comparticipável a aquisição da viatura.

9 — As despesas a registar nos códigos 7762 e 7768 exigem parecer técnico e autorização superior.

10 — A comparticipação através do código 7790 depende de prescrição emitida através do Hospital Gama Pinto ou de um serviço especializado de hospital central.

Tabela — Meios de correcção e compensação

Código	Designação	Percentagem	Quant. máxima	Prazo (número de anos)	Valor máximo
7501	Próteses intra-operat., excepto especificadas e estomatológicas	98			
7502	Material Ilizarov (a)	80			
7503	Prótese peniana intra-operatória	80			
7506	Oclusor	80	2	1	10,97
7507	Armações ou aros (b)	80	2	3	61,55
7508	Filtro beugerter	80	2	1	7,28
7509	Lupa	80	1	1	36,56
7510	Prisma	80	2	1	36,56
7511	Prótese globo ocular	80	2	2	228,65
7513	Lente graduada/bifocal/progressiva/contacto/caixa descartáveis (b)	80	8	3	51,33
7522	Aparelhos audição	80	2	3	631,33
7523	Auricular/adaptação até 18 anos/	80	2	1	27,43
7524	Laringe electrónica	80	2	3	271,26
7536	Almofada espuma borracha/cochim borracha	80	2		27,43
7540	Andarilho	80	2	3	82,35
7541	Bengala	80	2	3	22,84
7542	Canadiana	80	2	3	15,56
7543	Muleta simples	80	1	2	15,85
7544	Pirâmide marcha	80	1	2	31,97
7545	Muleta apoio axilar/sistema telescópico	80	1	3	41,15
7550	Aparelho marcha curto unilateral c/ calçado	80	2	3	274,39
7551	Aparelho marcha curto bilateral c/ calçado	80			201,24
7552	Aparelho marcha longo unilateral c/ calçado	80	2	3	457,40
7553	Aparelho marcha longo bilateral c/ calçado	80	2	3	594,62
7554	Aparelho marcha unilateral correcção pé pendente com calçado	80	2	3	182,96
7555	Aparelho marcha bilateral correcção pé pendente com calçado	80			194,67
7560	Articulação tibiotársica	80			48,27
7561	Articulação policêntrica joelho/cotovelo	80			14,01
7562	Aparelho tratamento fractura clavícula	80			36,56
7563	Abdução braço/aparelho aeroplano	80	2	3	82,76
7564	Aparelho fractura calcaneo tipo descarga	80	2	1	171,75
7565	Aparelho marcha curto unilateral com calçado outro membro	80	2	3	182,96
7566	Aparelho marcha longo unilateral com calçado outro membro	80	2	3	320,18
7567	Aparelho marcha unilateral pé pendente com calçado outro membro	80	2	3	82,35
7569	Assento moldado com peça abdução e suporte tronco	80	2	3	457,40
7570	Lombostato/colete leonês/Boston	80	2	2	365,87
7571	Ortótese Milwaukee	80	1	1	548,83
7572	Aparelho tratamento cifose cruzado posterior ajustável	80	2	1	31,97
7573	Cinta/lombostato correcção coluna	80	1	1	109,79
7574	Travesseiro cervical	80	2	1	41,15
7580	Aparelho Denis Brown c/ calçado	80	1	1	81,04
7581	Talas *genum valgum*	80	2	1	137,27
7582	Talas luxação cong. anca/f, vr, sg, p/ sereias	80	2	1	91,43
7583	Tiras torção cinto pélvico calc./defic. motores/	80	2	1	173,04
7584	Tiras torção elast. c/ cinto celesiano	80	2	1	36,56
7585	Aparelho descarga anca c/ apoio isquiat. calc.	80	1	1	411,61
7586	Tala flexão extensão dedos	80	2	1	22,84
7587	Calção lona coxas abdução	80	2	1	91,43
7588	Tala flexão artic. metacarpofalang/ext. interfal.	80	2	1	66,49
7589	Tala flexão dorsal mão	80	2	1	54,82
7590	Tala regulável tipo *brokes/links*	80	2	1	13,72
7591	Liga elástica *hallux valgus*	80	2	3	7,28
7592	Liga elástica apoio metatársico	80	2	1	10,08
7600	Cadeira/veículo rodas sem motor	80	2	3	365,87

Código	Designação	Percentagem	Quant. máxima	Prazo (número de anos)	Valor máximo
7602	Cadeira/veículo rodas com motor	80	2	3	731,84
7610	Colar cervical extensível	80	1	1	27,43
7611	Colar cervical regulável tipo Thomas/similar	80	1	1	118,91
7612	Colar cervical moldado individualmente	80	1	1	64,00
7613	Cama articulada/custo instalação/	80			54,82
7614	Cama articulada/aluguer dia/	80			1,10
7620	Calçado ortopédico (correcção)	80	2	1	27,43
7621	Talonete para dismetria	80	2	1	7,28
7622	Palmilha/plantar moldado	80	3	1	11,87
7630	Coxa/joelheira/pé/tornozelo/cotovel./braçadeiras elásticas	80	2	3	14,61
7631	Pulso/punho elástico	80	2	1	9,13
7632	Joelheira articulada/ref. lat./estabilização do joelho com hastes laterais	80	2	1	82,35
7633	Ligadura elástica	80	2	1	13,72
7634	Meia coto	80	2	1	18,31
7640	Tala moldada punho/mão	80	2	1	27,43
7641	Tala moldada joelho	80	2	1	54,82
7642	Tala moldada pé	80	2	1	27,43
7643	Tala extensível membro inferior	80	2	1	73,17
7644	Tala posterior imobilização dedo/alumínio	80	2	1	4,54
7645	Tala posicionamento mão/postural mão	80	2	1	36,56
7646	Tala imobilização humero/pós-fractura	80	2	1	73,17
7647	Tala imobilização fémur/coxeira/pós-fractura	80	2	1	73,17
7648	Tala imobilização tíbia/peróneo/pós-fractura	80	2	1	73,17
7649	Tala/corrector nocturno *hallux valgus*	80	2	1	13,72
7650	Tala/separador dedo	80	2	1	4,54
7651	Tala imobilização membro/parte/outras	80	2	1	36,56
7660	Prótese amputação parte mão/dedos	80	2	3	102,75
7661	Prótese amputação pelo punho	80	2	3	571,67
7662	Prótese amputação abaixo cotovelo	80	2	3	686,05
7663	Prótese amputação acima cotovelo	80	2	3	800,42
7664	Prótese amputação pelo ombro	80	2	3	1 029,12
7665	Prótese amputação parte pé/dedos	80	2	3	457,40
7666	Prótese amputação pelo tornozelo	80	2	3	571,67
7667	Prótese amputação abaixo joelho	80	2	3	686,05
7668	Prótese amputação acima joelho	80	2	3	914,80
7669	Prótese amputação pela anca	80	2	3	1 143,49
7701	Pé elástico/queimaduras ou enxertos	80	2	1	18,31
7702	Meia elástica/queimaduras ou enxertos	80	2	1	36,56
7703	Calça elástica/queimaduras ou enxertos	80	2	1	64,00
7704	Luva elástica/queimaduras ou enxertos	80	2	1	45,79
7705	Máscara elástica/queimaduras ou enxertos	80	2	1	64,00
7706	Manga elástica/queimaduras ou enxertos	80	2	1	36,56
7707	Calção elástico/queimaduras ou enxertos	80	2	1	54,82
7708	Camisa elástica/queimaduras ou enxertos	80	2	1	91,43
7720	Algalia/sonda tipo Foley uso permanente	80	15	1	7,28
7721	Algalia *silastic* tipo Foley cateter uso permanente	80	10	1	27,43
7722	Clamp peniano Cunningham	80	2	1	17,56
7723	Dreno pen-rose/fora interv. cirúrgicas	80	3	1	16,36
7724	Dreno Unidon	80	2	1	2,64
7725	Saco colheita urina/colector/bainha	90	1 200	1	0,81
7727	Urinol borracha	80	2	1	6,37
7728	Saco testicular	80	2	1	18,31
7729	Suspensório testicular/trousse escrotal	80	2	1	18,31
7730	Aparelho para ureterostomia-simples	80			18,54
7731	Aparelho para ureterostomia-dupla	80			128,04
7732	Almofada anti-escara	80	2	1	182,96
7733	Pele carneiro/resguardo anti-escara/acamado longa duração	80	2	1	64,00
7734	Resguardo para incontinente	80	2	1	27,43
7735	Cueca plástica para incontinente	80	2	1	13,72
7736	Fralda para incontinente	80	1 200	1	1,76
7738	Cinta ptose gástrica intestinal/renal	80	1	1	59,41
7739	Cinta para herniado	80	2	1	77,76
7740	Cinta para contenção abdominal ou gravidez ou tubular	80	2	1	36,56
7741	Cinta pós-cesariana/pós-operatória	80	1	1	54,82
7742	Cinto umbilical	80	1	1	2,22
7743	Funda	80	2	1	36,56
7744	Aparelho colostomia/cinto saco	100			
7745	Saco colostomia ou iliostomia	100			
7747	Aparelho iliostomia/aparelho saco	100			
7748	Aparelho paralisia obstétrica	80	2	3	27,43
7749	Cabeleira postiça	80	2	3	274,39
7750	Peçário/dispositivo intra-uterino	80	2	1	36,56
7751	Prótese mamária unilateral/externa	80	2	2	109,79
7752	Prótese mamária bilateral/externa	80	2	3	96,64
7753	Cânula/prótese ventilatória	80	2	3	37,08
7754	Placa colostomia	100			
7755	Mentoneira	80	2	1	44,93
7756	Salto anti-rotativo/torquell/Berkman	80	2	1	18,31

Código	Designação	Percentagem	Quant. máxima	Prazo (número de anos)	Valor máximo
7757	Luva cosmética para mão mecânica	80	1	1	27,43
7758	Capacete hipotérmico ou para deficiente	80	1	1	36,56
7759	*Slips* para herniado	80	2	1	22,84
7760	Soutien medicinal	80	2	1	27,43
7761	Sonda naso-gástrica/fora intervenções cirúrgicas	80			18,31
7762	Mcc grande defic. outros não especificados	60			731,84
7763	Material subst./repar./manut./alug.	50			274,39
7764	Ligadura cola de zinco	80			18,31
7765	Meia elástica	80	4	1	18,31
7766	Irrigador *coloplast* para colostomia	100			
7767	Cateter alimentação entérica	80	2	1	146,35
7768	Mcc outros não especificados	50			457,40
7784	Mcc grande deficiente adaptação automóvel	80	1	3	823,47
7785	Sistemas e sondas alimentares	80			164,70
7790	Sistemas auxiliares subvisão	80	1	1	1 372,14

IX — Complemento em internamento

Regras

1 — Entende-se por diária de internamento uma fracção completa de vinte e quatro horas, incluindo aposentadoria, reanimação, incubadora e cuidados prestados pelo médico assistente (excepto actos médicos e cirúrgicos especificados).

2 — No internamento pós-parto só haverá lugar a comparticipação em diária clínica médico-cirúrgica relativa ao recém-nascido se o internamento deste for superior ao da mãe e após a data da alta desta.

3 — Nos actos terapêuticos em estomatologia não se comparticipa o piso de sala.

4 — Excepcionam-se da presente tabela os estabelecimentos de saúde que desempenhem funções de lares e casas de repouso, os quais serão comparticipados de acordo com as normas da respectiva modalidade.

5 — A anestesia local está incluída na comparticipação dos actos médicos e cirúrgicos, inclusive em estomatologia.

6 — As comparticipações em piso de sala, anestesia geral, ajudantes, instrumentistas e cirurgião são atribuídas quando houver prova da realização de acto cirúrgico correspondente, devendo os beneficiários apresentar na ADSE, em simultâneo, os documentos de despesas respectivos.

7 — A diária de internamento em clínicas médico-cirúrgicas só é comparticipada em cada ano para além de 120 dias, mediante parecer técnico e autorização superior (código 6005).

8 — A atribuição de comparticipações através do código 6045 depende sempre de parecer técnico e autorização superior.

9 — Quando o internamento não esteja associado a um acto cirúrgico, a comparticipação para prod. medic./material penso/ anti-sépticos é restringida aos limites definidos para o código 6040.

Tabela — Complemento em internamento

Código	Designação	Percentagem	Quant. máxima	Valor máximo (euros)
6001	Internamento — clínicas médico-cirúrgicas (diária)	90	120	121
6002	Internamento — clínicas psiquiátricas (diária)	90		24,94
6003	Internamento — clínicas recém-nascido (diária)	90		104,75
6005	Internamento — clínicas médico-cirúrgicas p/ períodos > 120 dias (diária)	90	246	121
6018	Internamento — anestesia geral	70		356
6025	Internamento — ajudantes em cirurgia	70		310
6026	Internamento — instrumentistas e similares em cirurgia	70		162
6032	Internamento — piso de sala	70		600
6035	Internamento — c/ cirurgia — visita médica	70		20,45
6040	Internamento — produtos medicamentosos / material de penso / anti-sépticos (por dia)	90		99,76
6045	Internamento — preço global	40		2 543,87

X — Complemento em ambulatório

Regras

1 — A verba relativa ao piso e sala só será comparticipada quando vier expressamente debitada nos respectivos documentos de despesa.

2 — Nos actos terapêuticos em estomatologia não se comparticipa piso de sala, excepto quando utilizadas salas de operação devidamente legalizadas.

3 — Os produtos medicamentosos, material de penso e antisépticos a que se refere o código 6080 da tabela só serão comparticipados desde que o beneficiário apresente, em simultâneo, comprovativo de cirurgia e piso de sala.

4 — A anestesia local está incluída na comparticipação dos actos médicos e cirúrgicos, inclusive em estomatologia.

5 — As comparticipações em piso de sala, anestesia geral, ajudantes, instrumentistas e cirurgião são atribuídas quando houver prova da realização de acto cirúrgico correspondente, devendo os beneficiários apresentar na ADSE, em simultâneo, os documentos de despesa respectivos.

Tabela — Complemento em ambulatório

Código	Designação	Percentagem	Valor máximo
6055	Ambulatório — anestesia geral	60	178
6070	Ambulatório — ajudantes em cirurgia	60	178
6071	Ambulatório — instrumentistas e similares em cirurgia	60	110
6075	Ambulatório — piso de sala	60	280
6080	Ambulatório — produtos medicamentosos/material de penso/anti-sépticos/com cirurgia e piso de sala	60	176,40

XI — Testes colorimétricos

Regras

1 — A atribuição da comparticipação em testes colorimétricos é feita através dos originais dos seguintes comprovantes:

a) Prescrição médica, com autenticação da farmácia, comprovativa de ter sido efectuado o fornecimento dos testes prescritos. Sempre que as prescrições sejam emitidas em instituições de saúde, oficiais ou particulares, a assinatura do médico deve ser autenticada com o carimbo da instituição;
b) Recibo passado pela farmácia, nos termos legais, referente aos testes adquiridos;
c) Etiquetas a destacar, quando existirem, das embalagens adquiridas, donde constem o nome e preço de venda ao público dos testes, apostas na prescrição médica ou no recibo da farmácia;
d) Devem constar de todos os documentos anteriormente referidos o nome e número do beneficiário.

2 — No âmbito do respectivo esquema de benefícios a ADSE não comparticipa em:

a) Embalagens de testes colorimétricos que não se destinem exclusivamente ao autocontrolo de diabetes;
b) Aparelhagem de leitura, lancetas e seringas.

11.2 — Tabela/testes colorimétricos

Código	Designação	Quant. máxima	Valor máximo (euros)
6601	Testes colorimétricos — glicose & acetona urina	24	74,82
6602	Testes colorimétricos — glicose sangue	24	99,76

XII — Tratamentos termais

Regras

1 — A necessidade de tratamentos termais deve ser justificada através de prescrição médica que indique a estância termal em que o doente pode efectuar os tratamentos havidos por pertinentes.
2 — Os tratamentos termais devem ser efectuados por um período mínimo e ininterrupto de 12 dias e realizados em estância termal oficialmente reconhecida pelas entidades competentes.
3 — A comparticipação em tratamentos termais é global e inclui consulta termal, tratamentos e transportes, sendo concedida mediante a apresentação dos respectivos recibos.
4 — No recibo emitido pelo estabelecimento termal deverá constar a data de início e termo dos tratamentos efectuados.

Tabela — Tratamentos termais

Código	Designação	Quant. máxima	Valor máximo (euros)
6501	Tratamentos termais	2	95,77

XIII — Aposentadoria

Regras

1 — Esta modalidade, prevista nos artigos 27.º e 32.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, será comparticipada pela ADSE quando o beneficiário se tenha deslocado para fora do local da sua residência para receber os cuidados de saúde de que carece e desde que o doente seja sujeito a uma série de tratamentos em regime ambulatório, devidamente prescritos e justificados pelo médico, devendo nessa justificação constar que o beneficiário não deverá viajar durante os referidos tratamentos.
2 — Se da declaração médica referida no número anterior não constar que o beneficiário não deverá viajar durante os tratamentos, a aposentadoria só será comparticipada se esta for menos onerosa para a ADSE do que o transporte que, eventualmente, esta tenha de comparticipar.
3 — Quando existir um só tratamento, mas o beneficiário doente, por razões de horários, tenha de permanecer no local do tratamento de um dia para o outro, haverá lugar a comparticipação em aposentadoria.
4 — Nos casos e termos referidos nos números anteriores, a comparticipação será atribuída ao beneficiário doente em face de recibo passado nos termos legais.
5 — Quando clinicamente se mostre necessário o acompanhamento do beneficiário doente por uma pessoa, a aposentadoria desta também será comparticipada, mediante a apresentação de recibo passado nos termos legais, quer o beneficiário doente se encontre em tratamento ambulatório, quer em regime de internamento.
6 — De igual modo, e nas condições antes descritas, será comparticipada a aposentadoria do beneficiário doente e acompanhante, se clinicamente necessário, abrangido pelo n.º 3 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, ou o portador de formulário E 112 devidamente autorizado.
7 — Não haverá lugar a qualquer comparticipação em aposentadoria quando o beneficiário se encontre, a qualquer título, nas condições estabelecidas no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro.

Tabela — Aposentaria

Código	Designação	Valor máximo (euros)
6707	Aposentadoria no País	19,95
6708	Aposentaria no País /acompanhante	19.95
6755	Aposentadoria estrangeiro/falta de meios técnicos)	89,78
6756	Aposentadoria estrangeiro/falta de meios técnicos/acompanhante	89,78

XIV — Transportes

Regras

1 — Transportes em ambulância:

1.1 — A comparticipação será de 95 % e inclui a espera para os doentes que recebam cuidados médicos especializados (consultas, tratamentos, meios auxiliares de diagnóstico e fisioterapia), quando se trate de doentes amputados, com AVC, esclerose em placas ou paralisia cerebral, com incapacidade igual ou superior a 80 %, desde que este meio de transporte seja considerado imprescindível por declaração médica (6701).

1.2 — A comparticipação será de 80 % e incluirá a espera quando o estado do doente implique cuidados hospitalares, em internamento, intervenções cirúrgicas e urgência e sempre que recebam cuidados médicos especializados (consultas, meios auxiliares de diagnóstico e fisioterapia), desde que o seu estado de saúde não permita a utilização de transportes colectivos, mediante justificação médica.

A comparticipação será efectuada mediante a apresentação do respectivo recibo e a declaração da entidade prestadora dos cuidados de saúde a confirmar a data e o tipo de cuidado recebido (6702).

2 — Viatura de aluguer:

2.1 — A comparticipação será de 60 % do valor do recibo aos beneficiários que recorram a tratamentos ou a cuidados de saúde.

Para o efeito deverão apresentar o respectivo recibo e a declaração dos tratamentos e cuidados recebidos (6703).

3 — Transportes colectivos:

3.1 — Sempre que o beneficiário recorra à entidade de cuidados de saúde mais próxima do local em que se encontra, a ADSE comparticipará em 80 % do custo do bilhete correspondente à classe mais económica, mediante a apresentação deste e da declaração da entidade prestadora dos cuidados de saúde confirmativa da data e do tipo de cuidados recebidos (6704).

3.2 — No caso de ser necessário um acompanhante, desde que tal seja comprovado por declaração médica, a comparticipação será de 60 % do custo do bilhete correspondente à classe mais económica (6705).

3.3 — Os beneficiários doentes residentes nos Açores ou na Madeira terão uma comparticipação de 100 % do custo da viagem, na classe mais económica, sempre que, comprovadamente por falta de meios técnicos ou humanos, tenham de recorrer a cuidados de saúde prestados no Continente (6706).

Se clinicamente se justificar a necessidade de acompanhante, o custo da viagem deste, na classe mais económica, será passível de uma comparticipação de 60 %, na classe mais económica (6707).

4 — Transporte para e no estrangeiro:

4.1 — Quando o doente, beneficiário da ADSE, se encontre nas condições previstas no n.º 1 do artigo 31.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, ou seja portador de formulário E 112 devidamente autorizado e utilize transporte colectivo, será comparticipado em 100 % do preço dos bilhetes correspondentes à classe mais económica e mediante a apresentação dos respectivos títulos (6752).

4.2 — Se, por exigência médica, o doente tiver de ser acompanhado por uma pessoa, esta será comparticipada em 60 % do custo do bilhete, nas condições expressas no n.º 4.1 (6753).

4.3 — Quando se torne imperioso o doente utilizar ambulância no país em que vai receber os cuidados de saúde, haverá uma comparticipação de 60 % do custo da viagem do local de chegada para a unidade prestadora dos cuidados e desta para o local de partida (regresso) contra a apresentação do respectivo recibo (6754).

4.4 — Se a deslocação se fizer em viatura própria, as despesas serão comparticipadas em 60 % do preço dos bilhetes correspondentes à classe mais económica em caminho de ferro (6760).

Tabela — Transportes

Código	Designação	Percentagem
6701	Ambulância (situações específicas)	95
6702	Ambulância (outras situações)	80
6703	Viatura de aluguer	60
6704	Transporte colectivo	80
6705	Transporte colectivo/acompanhante	60
6710	Transporte p/continente — residentes nos Açores/Madeira	100
6711	Transporte p/continente — residentes Açores/Madeira/acompanhante	60
6752	Estrangeiro/falta de meios técnicos/transporte	100
6753	Estrangeiro/falta de meios técnicos/transporte/acompanhante	60
6754	Estrangeiro/falta de meios técnicos/ambulância	60
6760	Estrangeiro/falta de meios técnicos/transporte	60

XV — Lares e apoio domiciliário

Regras

Lares e casas de repouso

1 — Esta modalidade tem por fim apoiar doentes que se encontrem em situação de dependência, acamados de forma crónica e permanente ou com quadros de demência graves, com incapacidade total e permanente para todo e qualquer trabalho, e que não possam dispensar a assistência e vigilância permanentes de uma terceira pessoa. O quadro clínico deve reflectir essa dependência e falta de autonomia para satisfazer necessidades básicas da vida quotidiana e a incapacidade de o beneficiário permanecer no domicílio.

2 — Os beneficiários titulares aposentados e familiares adultos não activos serão comparticipados tendo em conta a situação médico-social e a capitação resultante do rendimento do agregado familiar calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$C=\frac{Rm\times 0.8}{Np}$$

sendo:

C = capitação;
Rm = rendimento mensal ilíquido do agregado familiar;
Np = número de pessoas dependentes do rendimento familiar.

Os montantes a conceder são determinados de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	Capitação (euros)	Comparticipação/dia (euros)
1	≤ 285,28	9,48
2	> 285,28 ≤ 427,92	7,98
3	> 427,92 ≤ 570,56	6,98

O valor da capitação está indexado ao salário mínimo nacional.

3 — O pedido de comparticipação deve ser instruído mediante a organização de um processo constituído por:

a) Relatório médico original circunstanciado que refira o quadro clínico, acompanhado de grelha de avaliação do grau de dependência nos casos aplicáveis;
b) Elementos referentes à situação sócio-familiar e económica do agregado familiar.

4 — O rendimento será comprovado através de documentos relativos ao ano anterior e ou através de declarações emitidas pelas entidades pagadoras.

5 — Os pedidos serão sujeitos a despacho do director-geral da ADSE, após parecer técnico.

6 — A comparticipação será atribuída nos termos da tabela e regras anexas, a partir do mês do despacho de autorização e mediante a apresentação de recibo original, com indicação do mês e ano a que se refere.

7 — Só serão comparticipados recibos provenientes de lares e casas de repouso lucrativos com alvará ou autorização provisória de funcionamento emitidos pela segurança social.

8 — Os recibos devem ser mensais. Cada mês só pode ser comparticipado através de um único recibo e uma única vez, independentemente do número de dias indicados.

9 — As comparticipações não podem exceder 80 % do valor facturado.

10 — Não são comparticipados pela ADSE os beneficiários cuja doença resulte da responsabilidade de terceiros, que usufruam de direitos no âmbito de legislação especial ou que recebam prestação análoga através de outra instituição ou organismo.

11 — A ADSE, a todo o momento, poderá verificar *in loco* a situação clínica do beneficiário.

12 — A ADSE poderá solicitar anualmente, ou sempre que necessário, elementos de natureza clínica, social e económica, para actualização de dados, respeitando as regras deontológicas.

Apoio domiciliário por terceira pessoa

1 — Esta modalidade tem por fim apoiar, no domicílio, doentes que se encontrem em situação de dependência, que sofram de incapacidade total e permanente para todo e qualquer trabalho e não possam dispensar a assistência e vigilância permanentes de uma terceira pessoa.

2 — O quadro clínico deve reflectir que os beneficiários não podem praticar, com autonomia, os actos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana, nomeadamente os relativos à locomoção, cuidados de higiene pessoal, uso de instalações sanitárias, alimentação e vestuário, se encontrem acamados de forma crónica e permanente ou apresentem quadros de demência grave, carecendo da assistência de outrem.

3 — Os beneficiários titulares aposentados e familiares adultos não activos são comparticipados após despacho favorável do director-geral da ADSE, tendo em conta a situação médico-social e capitação resultante do rendimento do agregado familiar, a calcular de acordo com a seguinte fórmula:

$$C=\frac{Rm\times 0.6}{Np}$$

sendo:

C=capitação;
Rm=rendimento mensal ilíquido do agregado familiar;
Np=número de pessoas dependentes do rendimento familiar.

Os montantes a conceder são determinados de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	Capitação (euros)	Comparticipação/dia (euros)
1	≤ 285,28	5,99
2	> 285,28 ≤ 392,26	5,49
3	> 392,26 ≤ 499,24	4,74
4 (familiar)	≤ 499,24	2,5

O valor da capitação está indexado ao salário mínimo nacional.

4 — O pedido de comparticipação deve ser instruído mediante a organização de um processo constituído por:

a) Relatório médico original circunstanciado que refira o quadro clínico, acompanhado de grelha de avaliação do grau de dependência nos casos aplicáveis;
b) Elementos referentes à situação sócio-familiar e económica do agregado familiar.

5 — O rendimento total é comprovado através de documentos relativos ao ano anterior e através de declarações emitidas pelas entidades pagadoras.

6 — Os pedidos serão sujeitos a despacho do director-geral da ADSE, após parecer técnico.

7 — A comparticipação será atribuída nos termos da tabela e regras anexas, a partir do mês do despacho de autorização e mediante a apresentação de recibo original, com indicação do mês e ano a que se refere.

8 — Os recibos devem ser mensais e não incluir o fornecimento de refeições. Cada mês só pode ser comparticipado através de um único recibo e uma única vez, independentemente do número de dias indicados.

9 — Quando o apoio de terceira pessoa for prestado por cônjuge ou familiares que vivam no mesmo agregado familiar, descendentes ou ascendentes do 1.º e 2.º graus ou equiparados, a comparticipação será atribuída pelo escalão 4.

10 — O apoio por terceira pessoa prestado por familiar só será considerado se este não exercer actividade profissional, situação que terá de ser comprovada por declaração de entidade competente, designadamente a segurança social e a Caixa Geral de Aposentações.

11 — Não são comparticipados pela ADSE os beneficiários cuja doença resulte da responsabilidade de terceiros, que usufruam de direitos no âmbito de legislação especial ou que recebam prestação análoga através de outra instituição ou organismo.

12 — A ADSE, a todo o momento, poderá verificar *in loco* a situação clínica do beneficiário.

13 — A ADSE poderá solicitar anualmente, ou sempre que necessário, elementos de natureza clínica, social e económica, para actualização de dados, respeitando as regras deontológicas.

Tabela — Lares e apoio domiciliário

Código	Designação	Percentagem	Quantidade	Valor máximo (euros)
7201	Lares e casas de repouso (1.º escalão) — 1.º trimestre	80	91	9,48
7202	Lares e casas de repouso (1.º escalão) — 2.º trimestre	80	91	9,48
7203	Lares e casas de repouso (1.º escalão) — 3.º trimestre	80	92	9,48
7204	Lares e casas de repouso (1.º escalão) — 4.º trimestre	80	92	9,48
7205	Lares e casas de repouso (2.º escalão) — 1.º trimestre	80	91	7,98
7206	Lares e casas de repouso (2.º escalão) — 2.º trimestre	80	91	7,98
7207	Lares e casas de repouso (2.º escalão) — 3.º trimestre	80	92	7,98
7208	Lares e casas de repouso (2.º escalão) — 4.º trimestre	80	92	7,98
7209	Lares e casas de repouso (3.º escalão) — 1.º trimestre	80	91	6,98
7210	Lares e casas de repouso (3.º escalão) — 2.º trimestre	80	91	6,98
7211	Lares e casas de repouso (3.º escalão) — 3.º trimestre	80	92	6,98
7212	Lares e casas de repouso (3.º escalão) — 4.º trimestre	80	92	6,98
7231	Apoio domiciliário por terceira pessoa (1.º escalão) — 1.º trimestre	100	91	5,99
7232	Apoio domiciliário por terceira pessoa (1.º escalão) — 2.º trimestre	100	91	5,99
7233	Apoio domiciliário por terceira pessoa (1.º escalão) — 3.º trimestre	100	92	5,99
7234	Apoio domiciliário por terceira pessoa (1.º escalão) — 4.º trimestre	100	92	5,99
7235	Apoio domiciliário por terceira pessoa (2.º escalão) — 1.º trimestre	100	91	5,49
7236	Apoio domiciliário por terceira pessoa (2.º escalão) — 2.º trimestre	100	91	5,49
7237	Apoio domiciliário por terceira pessoa (2.º escalão) — 3.º trimestre	100	92	5,49
7238	Apoio domiciliário por terceira pessoa (2.º escalão) — 4.º trimestre	100	92	5,49
7239	Apoio domiciliário por terceira pessoa (3.º escalão) — 1.º trimestre	100	91	4,74
7240	Apoio domiciliário por terceira pessoa (3.º escalão) — 2.º trimestre	100	91	4,74
7241	Apoio domiciliário por terceira pessoa (3.º escalão) — 3.º trimestre	100	92	4,74
7242	Apoio domiciliário por terceira pessoa (3.º escalão) — 4.º trimestre	100	92	4,74

Código	Designação	Percentagem	Quantidade	Valor máximo (euros)
7271	Apoio domiciliário por familiar (4.º escalão) — 1.º trimestre	100	91	2,5
7272	Apoio domiciliário por familiar (4.º escalão) — 2.º trimestre	100	91	2,5
7273	Apoio domiciliário por familiar (4.º escalão) — 3.º trimestre	100	92	2,5
7274	Apoio domiciliário por familiar (4.º escalão) — 4.º trimestre	100	92	2,5

XVI — Enfermagem

Regras

1 — Os actos constantes desta tabela serão comparticipados quando prescritos por médicos e ou efectuados por profissionais e entidades legalmente habilitadas no âmbito da enfermagem.

2 — Quando um acto tiver vários valores, por técnicas ou especificações diferentes, se não vier devidamente identificado como figura na tabela, será comparticipado o de menor valor.

Tabela — Enfermagem

Código	Designação	Valor máximo (euros)
38.01	Enfermagem — algaliação	8,88
38.02	Enfermagem — aspiração de secreções	5,50
38.03	Enfermagem — clister	8,88
38.04	Enfermagem — colheita de produtos	8,88
38.05	Enfermagem — drenagem	13,22
38.06	Enfermagem — entubação gástrica	16,56
38.07	Enfermagem — extração de corpo estranho	10,97
38.08	Enfermagem — imobilização com ligadura ou tala	16,56
38.09	Enfermagem — injecção	2,14
38.10	Enfermagem — lavagem	10,00
38.11	Enfermagem — penso pequeno	5,59
38.12	Enfermagem — penso médio	6,72
38.13	Enfermagem — penso grande	10,94
38.14	Enfermagem — sonda de enteroclise (colocação)	4,18
38.15	Enfermagem — soro gota a gota (aplicação)	13,22
38.16	Enfermagem — sutura com um ponto	13,22
38.17	Enfermagem — cada ponto a mais	2,14
38.18	Enfermagem — tamponamento nasal	10,97
38.19	Enfermagem — oxigénio/aplicação	8,88
38.20	Enfermagem — transfusão/aplicação	13,22

Tabela — Estrangeiro/missão oficial

Código	Designação	Percentagem
6751	Estrangeiro/falta de meios técnicos/cuidados saúde	98
6757	Missão oficial — cuidados saúde	50
6758	Missão oficial — medicamentos	50
6759	Missão oficial — transportes	50
6770	Estrangeiro — opção/cuidados de saúde	25
6771	Estrangeiro — opção/medicamentos	25

Tabela — Situações específicas

Código	Designação	Percentagem
1330	Análises efectuadas doentes hemodialisados/transplantados	100
1331	Análises efectuadas doentes hemofílicos	100
1846	Enfermagem — transfusões/perfusões intravenosas/aplicação — doentes hemodialisados ou transplantados	100
1847	Enfermagem — transfusões/perfusões intravenosas/aplicação — doentes hemofílicos	100
2140	Tomodensimetrias ósseas — doentes hemodialisados ou transplantados renais	100
2246	Acelerador linear de partículas	100
2247	Cobaltoterapia — telegamaterapia	100
2248	Roentgenterapia profunda	100
2249	Roentgenterapia superficial	100
2250	Contactoterapia — doses fraccionadas	100
2251	Contactoterapia — dose única	100
2252	Planeamento tratamento radioterapico simples	100
2253	Planeamento tratamento radioterapico com execução curvas isodose	100
2256	Exames radiodiagnóstico — doentes hemodialisados ou transplantados renais	100

Código	Designação	Percentagem
2257	Exames radiodiagnóstico — doentes hemofílicos	100
5501	Abertura fístulas, etc. — doentes hemodialisados ou transplantados renais	100
4821	Hemodiálise(*a*)	100
4824	Diálise/diálise peritonial crónica ambulatória (DPCA)	100
6213	Exames cardio vasculares — doentes hemod/transplante	100
6214	Transfusões/serviços — doentes hemodialisados ou transplantados renais	100
6215	Transfusões/serviços — doentes hemofílicos	100
6216	Alimentação parentérica	100
6217	Transporte/hemodialisados, cobaltot., paramiloidose e hemofilia (*b*)	100
6810	Cuidados saúde — doentes paramiloidose (excepto transportes/MCC)	100
7780	Meios de correcção e compensação-ortotraumatológicos/diversos — doentes hemofilia	100
7781	Meios de correcção e compensação-ortotraumatológicos/diversos — doentes paramiloidose	100

(*a*) Estes preços englobam tudo o que é necessário a este tipo de tratamento, designadamente agulhas de fístula, sistema de heparinização, sistema de soro, diferentes soros, adesivos e pensos. Comparticipa-se um máximo de três sessões por semana, salvo se existir relatório médico circunstanciado da situação clínica que justifique um maior número de sessões.

(*b*) Aplicam-se as regras previstas na tabela dos transportes, com as necessárias adaptações.

Tabela — Diversos

Código	Designação	Percentagem	Valor máximo (euros)
1351	Despesa não comparticipada (s/ IRS)		
1355	Actos de tabelas anteriores		
6218	Produtos de contraste	100	
5502	Consulta psicológica de grupo ou afim(*a*)	75	9,33
4802	Consulta Psicológica de Grupo ou Afim (s/limite)		9,33
6219	Transfusão/serviços (10 cm^3)	100	6,04
6218	Oxigénio/incl. prod. todos honorários (mil litros)		6
6219	Oxigénio/incl. prod. todos honorários (cem litros)		0,6
6220	Oxigénio/incl. prod. todos honorários (litro)		0,006
6621	Medicamentos — não existentes mercado nacional	50	
6622	Medicamentos — citostáticos e etc./farmácias/	50	
6623	Medicamentos — manipulados	50	
6624	Medicamentos — citostáticos e etc. /estabelecimentos cuidados diferenciados	100	
6626	Medicamentos — regime especial	100	
6630	Produtos dietéticos c/ comparticipação a 100%	100	
6631	Produtos dietéticos c/ comparticipação a 50%	50	
6801	Acção social complementar	100	
6815	Outros não especificados(*b*)	25	548,68
8001	Juntas médicas-consultas/exames médicos	100	
8002	Ventiloterapia	80	50,83

(*a*) Não são comparticipáveis mais que cinco consultas por semana. Não são passíveis de comparticipação as consultas decorrentes de formação profissional na área psíquica.

(*b*) Exige parecer técnico e autorização superior.

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 8739/2004 (2.ª série). — Por meu despacho de 15 de Abril de 2004, proferido por delegação:

Licenciadas Maria João Magalhães Caldeira, Maria Helena de Carvalho e Silva Afonso, Carla Maria Lamego Ribeiro Libânio e Sara Maria Calado da Silva, técnicas superiores de orçamento e conta principais do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeadas, precedendo concurso, na categoria de técnico superior de orçamento e conta especialista da carreira de pessoal técnico superior de orçamento e conta do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, conforme o constante do mapa IV do Decreto-Lei n.º 420/99, de 21 de Outubro.

21 de Abril de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Luísa Barata.*

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

Portaria n.º 480/2004 (2.ª série). — Considerando que a licenciada Maria Madalena Cordeiro Bettencourt, técnica superior principal, da carreira de médico veterinário, a exercer o cargo de chefe da Divisão de Epidemiologia, na Direcção-Geral de Veterinária, reúne os requisitos necessários para o acesso à categoria de assessor principal da mesma carreira e requereu a criação do respectivo lugar, independentemente da cessação do exercício de funções dirigentes;

Considerando o disposto na alínea *a*) do n.º 2 e nos n.os 5, 6, 7 e 8 do artigo 32.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, que seja criado no quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária, aprovado pela Portaria n.º 536/99, de 23 de Julho, alterado pela Portaria n.º 1220/2001, de 24 de Outubro, um lugar de assessor principal, da carreira de médico veterinário, a extinguir quando vagar.

1 de Abril de 2004. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite.* — Pelo Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, *Luís Filipe Vieira Frazão Gomes,* Secretário de Estado Adjunto e das Pescas.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Despacho n.º 8740/2004 (2.ª série). — 1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 14 402/2002, de 24 de Maio, do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 2002,

e nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o capitão SGE Avelino António Ramos Fernandes, por um período de 30 dias, a partir do dia 3 de Fevereiro de 2004, para o desempenho de funções de assessoria técnica do projecto n.º 7, «Apoio à organização do sistema de saúde militar», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar Luso-Moçambicana.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

20 de Abril de 2004. — O Director-Geral, *José Luís Pinto Ramalho,* tenente-general.

Despacho n.º 8741/2004 (2.ª série). — 1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 14 402/2002, de 24 de Maio, do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 2002, e nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio por um período de 30 dias, a partir do dia 16 de Janeiro de 2004, para o desempenho de funções de assessoria técnica do projecto n.º 1, «Apoio à organização da defesa e das FADM», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar Luso-Moçambicana, os seguintes militares:

COR INF 07315166, Anselmo Nunes Roque.
TCOR SGPQ 18381471, Fernando Festas Esteves.
SAJ CAV 07741384, Paulo José Antunes Rainho.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

20 de Abril de 2004. — O Director-Geral, *José Luís Pinto Ramalho,* tenente-general.

Despacho n.º 8742/2004 (2.ª série). — 1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 14 402/2002, de 24 de Maio, do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 2002, e nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o primeiro-sargento L NIM 162372, Leonel António Lopes Parrulas, por um período de seis meses, em substituição do SAJ L NIM 72171, Feliz Oliveira da Costa, para desempenhar funções no Núcleo de Apoio Técnico no âmbito da cooperação técnico-militar com a República de Moçambique.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

21 de Abril de 2004. — O Director-Geral, *José Luís Pinto Ramalho,* tenente-general.

Despacho n.º 8743/2004 (2.ª série). — 1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 14 402/2002, de 24 de Maio, do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 2002, e nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o primeiro-sargento FZ NIM 187575, Mário Fernando dos Santos, por um período de seis meses, em substituição do SAJ FZ NIM 161774, António Felizberto, para o desempenho de funções de assessoria técnica do subprojecto n.º 2-B, «Apoio técnico ao Centro de Formação de Fuzileiros Navais», no âmbito da cooperação técnico-militar com a República de Moçambique.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

21 de Abril de 2004. — O Director-Geral, *José Luís Pinto Ramalho,* tenente-general.

Despacho n.º 8744/2004 (2.ª série). — 1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 14 402/2002, de 24 de Maio, do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 2002, e nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 60 dias, com início em 15 de Abril de 2004, a comissão do sargento-ajudante MAT NIM 04598283, António Alberto Nunes Agostinho, no desempenho das funções de assessoria técnica no âmbito do projecto n.º 6 «Apoio no âmbito do serviço de material», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

2 — De acordo com o n.º 5 da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

21 de Abril de 2004. — O Director-Geral, *José Luís Pinto Ramalho,* tenente-general.

Despacho n.º 8745/2004 (2.ª série). — 1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 14 402/2002, de 24 de Maio, do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 2002, e nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o cabo FZM NIM 743486, Luís Nunes Valverde, por um período de seis meses, a partir de 7 de Novembro de 2003, para o desempenho de funções de assessoria técnica do subprojecto n.º 2-B, «Apoio técnico ao Centro de Formação de Fuzileiros Navais», no âmbito da cooperação técnico-militar com a República de Moçambique.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

21 de Abril de 2004. — O Director-Geral, *José Luís Pinto Ramalho,* tenente-general.

Despacho n.º 8746/2004 (2.ª série). — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 14 402/2002, de 24 de Maio, do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 2002, e nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 60 dias, com início em 15 de Abril de 2004, a comissão do primeiro-sargento INF NIM 09668886, Mário Manuel da Costa Madeira Marques, no desempenho das funções de assessoria técnica no âmbito do projecto n.º 3, «Organização do sistema de formação e de instrução militar dos três ramos das Forças Armadas/CIM CUMERÉ», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

21 de Abril de 2004. — O Director-Geral, *José Luís Pinto Ramalho,* tenente-general.

Despacho n.º 8747/2004 (2.ª série). — 1 — No uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 14 402/2002, de 24 de Maio, do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 2002, e nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o segundo-sargento INF NIM 12591495, Nuno Miguel Bernardo Santos, por um período de 180 dias, em substituição do primeiro-sargento INF NIM 09668886, Mário Manuel da Costa Madeira Marques, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do projecto n.º 3, «Organização do sistema de formação e de instrução militar dos três ramos das Forças Armadas/CIM CUMERÉ», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

22 de Abril de 2004. — O Director-Geral, *José Luís Pinto Ramalho,* tenente-general.

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Secretaria Central

Despacho (extracto) n.º 8748/2004 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Março de 2004 do adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas para o planeamento:

Luís Manuel Figueiredo Carreiro, auxiliar de serviços do quadro de pessoal civil do Estado-Maior-General das Forças Armadas — auto-

rizado a passar à situação de licença sem vencimento de longa duração, com início em 4 de Maio de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Abril de 2004. — O Chefe da Secretaria Central, *Fernando José do Carmo Damil,* tenente-coronel do Serviço Geral do Exército.

MARINHA

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Sargentos e Praças

Despacho n.º 8749/2004 (2.ª série). — Por despacho do chefe da Repartição de Sargentos e Praças da Direcção do Serviço de Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, foram promovidos por antiguidade ao posto de cabo da classe de fuzileiros, ao abrigo do artigo 286.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, os seguintes militares:

9805694, primeiro-marinheiro FZ David Pereira Lopes.
9800895, primeiro-marinheiro FZ Marco António de Castro Martins.

Promovidos a contar de 31 de Março de 2004, data a partir da qual contam a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo as vagas ocorridas nesta data resultantes, respectivamente, da passagem à situação de reserva do 312273, cabo FZ Adolfo dos Santos Loureiro, e do 763283, cabo FZ Manuel Gonçalves de Miranda.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 1522495, cabo FZ António João Mendes Clemente, pela ordem indicada.

14 de Abril de 2004. — O Chefe da Repartição, *Eurico Fernando Correia Gonçalves,* capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO

Campo Militar de Santa Margarida

Despacho n.º 8750/2004 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo general CEME, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004, sob o n.º 3602/2004, subdelego no tenente-coronel de cavalaria NIM 14336280, Luís Nunes da Fonseca, comandante do Agrupamento GOLF/BMI/SFOR, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 17 500.

2 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Janeiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo comandante do agrupamento GOLF/BMI/SFOR que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

19 de Fevereiro de 2004. — O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte,* major-general.

Despacho n.º 8751/2004 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo general CEME, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004, sob o n.º 3602/2004, subdelego no coronel de cavalaria NIM 07355876, José Alberto Martins Ferreira, 2.º comandante do Campo Militar de Santa Margarida, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 12 500.

2 — Nos termos do artigo 39.º da secção IX do regulamento aprovado pelo despacho n.º 335/94, de 21 de Dezembro, do general CEME, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 25, de 30 de Janeiro de 1995, delego também no 2.º comandante do Campo Militar de Santa Margarida, coronel de cavalaria NIM 07355876, José Alberto Martins Ferreira, os poderes constantes nas alíneas *c*), *d*), *e*), *h*), *i*), *j*) e *l*) do artigo 4.º da secção IV do mesmo regulamento.

3 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Janeiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos praticados pelo 2.º comandante do Campo Militar de Santa Margarida que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

19 de Fevereiro de 2004. — O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte,* major-general.

Despacho n.º 8752/2004 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo general CEME, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004, sob o n.º 3602/2004, subdelego no coronel de cavalaria NIM 02952479, Luís Manuel Prostes Villa de Brito, comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4, do Campo Militar de Santa Margarida, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 12 500.

2 — Autorizo a subdelegação de competências referidas no n.º 1 no 2.º comandante, se assim for entendido.

3 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Janeiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4, do Campo Militar de Santa Margarida, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

19 de Fevereiro de 2004. — O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte,* major-general.

Despacho n.º 8753/2004 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo general CEME, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004, sob o n.º 3602/2004, subdelego no tenente-coronel AM José Manuel Pronto do Rosário Santos, chefe do Centro de Finanças do Campo Militar de Santa Margarida, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 12 500.

2 — Autorizo a subdelegação de competências referida no n.º 1 no subchefe, se assim for entendido.

3 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Janeiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo chefe do Centro de Finanças do Campo Militar de Santa Margarida que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

19 de Fevereiro de 2004. — O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte,* major-general.

Despacho n.º 8754/2004 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo general CEME, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004, sob o n.º 3602/2004, subdelego no tenente-coronel de infantaria 04889079, Fernando Atanásio Lourenço, comandante do Batalhão de Comando e Serviços do Campo Militar de Santa Margarida, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 12 500.

2 — Autorizo a subdelegação de competências referida no n.º 1 no 2.º comandante, se assim for entendido.

3 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Janeiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4 do Campo Militar de Santa Margarida que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

19 de Fevereiro de 2004. — O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte,* major-general.

Despacho n.º 8755/2004 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4.* — 1 — Subdelego no comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4, coronel Luís Manuel Prostes Villa de Brito, com a possibilidade de ser subdelegada no 2.º comandante do Regimento, a competência que me é conferida pelo despacho n.º 21/2004, do GEN CEME, publicado sob o n.º 3602/2004 no *Diário da República,* 2.ª série, de 19 de Fevereiro de 2004, para:

a) Decidir sobre pedidos de justificação de faltas à incorporação, nos termos do artigo 58.º do regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro (aplicável por força do disposto nos artigos 59.º, n.º 1, e 62.º da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro), excepto os fundados na alínea *i*) do artigo 28.º do mesmo regulamento;

b) Autorizar a concessão de credenciação nacional no grau de confidencial, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMIL 1, de 16 de Outubro de 1986.

2 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Janeiro de 2004.

26 de Fevereiro de 2004. — O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte,* major-general.

Despacho n.º 8756/2004 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no comandante do Batalhão de Comando e Serviços/CMSM.* — 1 — Subdelego no comandante do Batalhão de Comando e Serviços/CMSM, tenente-coronel Fernando Atanásio Lourenço, com a possibilidade de ser subdelegada no 2.º comandante do Batalhão, a competência que me é conferida pelo despacho n.º 21/04 do GEN CEME, publicado sob o n.º 3602/2004 no *Diário da República,* 2.ª série, de 19 de Fevereiro de 2004, para:

a) Decidir sobre pedidos de justificação de faltas à incorporação nos termos do artigo 58.º do regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro (aplicável por força do disposto nos artigos 59.º, n.º 1, e 62.º da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro), excepto os fundados na alínea *i*) do artigo 28.º do mesmo regulamento;
b) Autorizar a concessão de credenciação nacional no grau de confidencial, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMIL 1, de 16 de Outubro de 1986.

2 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Fevereiro de 2004.

26 de Fevereiro de 2004. — O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte,* major-general.

Despacho n.º 8757/2004 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no comandante do 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado/BMI.* — 1 — Subdelego no comandante do 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado/Brigada Mecanizada Independente, tenente-coronel João Pedro Fernandes de Sousa Barros Duarte, a competência que me é conferida pelo despacho n.º 47/04 do GEN CEME, publicado sob o n.º 5338/2004 no *Diário da República,* 2.ª série, de 18 de Março de 2004, para autorizar a concessão de credenciação nacional no grau de confidencial, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMIL 1, de 16 de Outubro de 1986.
2 — Este despacho produz efeitos desde 12 de Fevereiro de 2004.

23 de Março de 2004. — O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte,* major-general.

Despacho n.º 8758/2004 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no comandante do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado/BMI.* — 1 — Subdelego no comandante do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado/Brigada Mecanizada Independente, tenente-coronel Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão, a competência que me é conferida pelo despacho n.º 47/04 do GEN CEME, publicado sob o n.º 5338/2004 no *Diário da República,* 2.ª série, de 18 de Março de 2004, para autorizar a concessão de credenciação nacional no grau de confidencial, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMIL 1, de 16 de Outubro de 1986.
2 — Este despacho produz efeitos desde 12 de Fevereiro de 2004.

23 de Março de 2004. — O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte,* major-general.

Despacho n.º 8759/2004 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no comandante do Grupo de Artilharia de Campanha/BMI.* — 1 — Subdelego no comandante do Grupo de Artilharia de Campanha/BMI, tenente-coronel Luís Filipe Costa Figueiredo, com a possibilidade de ser subdelegada no 2.º comandante do Grupo, a competência que me é conferida pelo despacho n.º 47/2004, do GEN CEME, publicado sob o n.º 5338/2004 no *Diário da República,* 2.ª série, de 18 de Março de 2004, para:

a) Decidir sobre pedidos de justificação de faltas à incorporação nos termos do artigo 58.º do regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 463/88, de 15 de Dezembro (aplicável por força do disposto nos artigos 59.º, n.º 1, e 62.º da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro), excepto os fundados na alínea *i*) do artigo 28.º do mesmo regulamento;
b) Autorizar a concessão de credenciação nacional no grau de confidencial, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMIL 1, de 16 de Outubro de 1986.

2 — Este despacho produz efeitos desde 12 de Fevereiro de 2004.

23 de Março de 2004. — O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte,* major-general.

Despacho n.º 8760/2004 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no Comandante do Batalhão de Apoio de Serviços.* — 1 — Subdelego no comandante do Batalhão de Apoio de Serviços/Brigada Mecanizada Independente, tenente-coronel Alfredo Manuel Catarino Carvalhão Tavares, a competência que me é conferida pelo despacho n.º 47/04, do GEN CEME, publicado sob n.º 5338/2004 no *Diário da República,* 2.ª série, de 18 de Março de 2004, para autorizar a concessão de credenciação nacional no grau de confidencial, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do capítulo IV do SEGMIL 1, de 16 de Outubro de 1986.
2 — Este despacho produz efeitos desde 12 de Fevereiro de 2004.

23 de Março de 2004. — O Comandante, *Valdemar José Moura da Fonte,* major-general.

Comando do Pessoal

Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal

Portaria n.º 481/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

MAJ QTS (13428974) Henrique Manuel Monteiro de Sousa Alves — passagem à situação de reserva, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Fevereiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 2423,98. Conta 37 anos, 3 meses e 17 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

18 de Março de 2004. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério,* tenente-general.

Portaria n.º 482/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

COR ADMIL (15359973) José Manuel Semedo Praça Frederique — passagem à situação de reserva, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Fevereiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 3180,59. Conta 37 anos, 11 meses e 22 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

18 de Março de 2004. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério,* tenente-general.

Portaria n.º 483/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

TCOR QTS (05767066) Emídio Ferreira de Aguiar — passagem à situação de reserva, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 2676,18. Conta 43 anos, 11 meses e 23 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

18 de Março de 2004. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério,* tenente-general.

Portaria n.º 484/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

TCOR QTS (02697766) Manuel Raul da Silva Pequito — passagem à situação de reserva, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Janeiro de

2004. Fica com a remuneração mensal de € 2676,18. Conta 45 anos, 5 meses e 14 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

18 de Março de 2004. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério,* tenente-general.

Portaria n.º 485/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

TCOR SGE (15695268) António Gomes de Almeida — passagem à situação de reserva, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2003. Fica com a remuneração mensal de € 2 953,59. Conta 46 anos e 3 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

18 de Março de 2004. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério,* tenente-general.

Portaria n.º 486/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

TGEN (50435511) Alexandre Maria de Castro Sousa Pinto — passagem à situação de reserva, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Novembro de 2003. Fica com a remuneração mensal de € 4220,92. Conta 55 anos, 4 meses e 29 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

18 de Março de 2004. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério,* tenente-general.

Portaria n.º 487/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

MAJ SGPQ (16096375) Armando Lopes Fernandes — passagem à situação de reserva, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2003. Fica com a remuneração mensal de € 2664,76. Conta 41 anos, 2 meses e 29 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

18 de Março de 2004. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General, *Jorge Manuel Silvério,* tenente-general.

Portaria n.º 488/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SMOR TM (05074874) José Barreiro Lopes — passagem à situação de reserva nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Fevereiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 2140,25. Conta 37 anos, 7 meses e 5 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 489/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SMOR ART (03228774) Mário Artur Almeida Conceição — passagem à situação de reserva nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 2125,37. Conta 35 anos, 9 meses e 17 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 490/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SCH MAT (01676068) Vítor Manuel João Gonçalves — passagem à situação de reserva nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Fevereiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 1825. Conta 45 anos e 1 mês de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 491/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SMOR TM (15306774) Fernando Jorge Bernardo — passagem à situação de reserva nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Fevereiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 2140,25. Conta 37 anos, 4 meses e 15 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 492/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SMOR INF (60807473) José Nuno Pires Marçal — passagem à situação de reserva nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Março de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 2140,25. Conta 36 anos, 2 meses e 20 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 493/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

1SAR QAMAN (15526874) João Manuel Ferreira Simões — passagem à situação de reserva nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Janeiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 1446,70. Conta 38 anos, 11 meses e 10 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 494/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

1SAR QAMAN (14568774) António Roberto Nunes Moniz — passagem à situação de reserva, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Janeiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 1446,70. Conta 39 anos, 8 meses e 11 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 495/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

1SAR QAMAN (071244274) Fernando Vilela Silva — passagem à situação de reserva nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2004.

Fica com a remuneração mensal de € 1446,70. Conta 36 anos, 10 meses e 12 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 496/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

1SAR QAMAN (02966576) Afonso Henriques Macedo — passagem à situação de reserva nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Fevereiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 1446,70. Conta 38 anos, 10 meses e 9 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 497/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SCH MED (03006668) Isidoro Rosa Serrão Augusto Cordeiro — passagem à situação de reserva nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Janeiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 1825. Conta 47 anos, 1 mês e 5 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 498/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SCH PQ (03382676) Carlos Alberto Magalhães Rodrigues — passagem à situação de reserva nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Fevereiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 2013,92. Conta 36 anos, 6 meses e 11 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 499/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SAJ QAMAN (60436269) Vítor Manuel Carvalho Correia — passagem à situação de reserva nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Fevereiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 1635,85. Conta 38 anos e 6 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 500/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

SAJ MAT (11272482) Valdemar Ferreira Piedade — passagem à situação de reserva nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Fevereiro de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 1238,24. Conta 27 anos, 3 meses e 14 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 501/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

1SAR QAMAN (03832372) Virgílio Moutinho Soares — passagem à situação de reserva nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 1446,70. Conta 40 anos, 2 meses e 11 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 502/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

1SAR QAMAN (04715972) José Fernando Mendes Figueira — passagem à situação de reserva, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de Março de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 1446,70. Conta 40 anos, 4 meses e 1 dia de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Portaria n.º 503/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

1SAR QAMAN (02227972) João Cândido Gonçalves — passagem à situação de reserva, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Março de 2004. Fica com a remuneração mensal de € 1446,70. Conta 47 anos, 1 mês e 5 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

22 de Março de 2004. — Por subdelegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Director de Administração e Mobilização do Pessoal, *José Manuel Freire Nogueira,* major-general.

Repartição de Pessoal Militar não Permanente

Portaria n.º 504/2004 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado Maior do Exército promover ao posto de tenente desde 27 de Janeiro de 2004, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, contando a antiguidade e efeitos administrativos desde a mesma data, o alferes em seguida mencionado:

ALF SM rec. transm. RC (22207592) José João Henriques Valbom.

14 de Abril de 2004. — Por subdelegação do Major-General DAMP, após subdelegação do Tenente-General AGE, por delegação do General CEME, o Chefe da Repartição, *Rui Garcia Simões,* TCOR INF.

Comando das Tropas Aerotransportadas

Despacho n.º 8761/2004 (2.ª série). — *Subdelegação de competências no 2.º comandante da Unidade de Apoio.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do despacho n.º 24 756/2003 (2.ª série), de 23 de Outubro, do comandante do CTAT, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 296, de 24 de Dezembro de 2003, subdelego no 2.º comandante da Unidade de Apoio, tenente-coronel de infantaria Nuno Domingos Marques Cardoso, competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços até € 12 469,95.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2004.

16 de Março de 2004. — O Comandante da Unidade de Apoio, *Cláudio Martins Lopes,* COR INF PARA.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Declaração n.º 105/2004 (2.ª série):

Mário António Martins de Melo — convertida em definitiva, em 4 de Abril de 2004, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, a sua nomeação provisória como oficial porteiro, do quadro do Tribunal de Comarca de São João da Madeira. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado.)

19 de Abril de 2004. — Pela Directora de Serviços, o Chefe de Divisão, *Lourenço Lopes Torres.*

Despacho (extracto) n.º 8762/2004 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Abril de 2004 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação do director-geral (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 203, de 3 de Setembro de 2003):

Carla Ernestina de Carvalho Magalhães Cabral, escrivã-adjunta do Tribunal da Comarca da Maia — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca e do Tribunal de Família e de Menores de Matosinhos.

Ana Dolores Fontes Soares Castilho, escrivã-adjunta do Tribunal da Comarca e do Tribunal de Família e de Menores de Matosinhos — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca da Maia.

(Aceitação: dois dias.)
(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Abril de 2004. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida.*

Rectificação n.º 862/2004. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 7057/2004 no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 83, de 7 de Abril de 2004, rectifica-se que onde se lê «Por despachos de 22 de Março de 2003 do subdirector-geral em substituição do director-geral» deve ler-se «Por despachos de 22 de Março de 2004 do subdirector-geral por delegação do director-geral».

20 de Abril de 2004. — Pela Directora de Serviços, o Chefe de Divisão, *Lourenço Lopes Torres.*

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 8763/2004 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Abril de 2004 da subdirectora-geral:

Mário João Machado Rebelo, escriturário da 11.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, nomeado em comissão de serviço, nos termos dos n.os 2 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro — convertida em definitiva, com efeitos a partir de 23 de Maio de 2004. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Abril de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

Despacho n.º 8764/2004 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Abril de 2004 da subdirectora-geral:

Filipe Lopes Pereira, escriturário da Conservatória do Registo Civil de Queluz, nomeado em comissão de serviço, nos termos do n.º 2 do artigo 112.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho — convertida em definitiva, com efeitos a partir de 13 de Maio de 2004. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Abril de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 8765/2004 (2.ª série). — Por despacho da subdirectora-geral dos Serviços Prisionais de 5 de Abril de 2004, no exercício de competência delegada:

Lisete Mendes Gil, tesoureira, escalão 2, índice 269, do quadro de pessoal do Hospital de Egas Moniz, S. A. — transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal comum desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2004.

19 de Abril de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha.*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direcção-Geral de Energia

Despacho n.º 8766/2004 (2.ª série). — Nos termos do n.º 4 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de Dezembro, aprovo o modelo, e as respectivas inscrições, do aviso de utilização a afixar nas cabinas dos ascensores de cabina sem porta, anexo ao presente despacho.

12 de Janeiro de 2004. — O Director-Geral, *Jorge Borrego.*

ANEXO

Aviso de utilização

A executar no formato 16,5 cm×13 cm, impresso sobre papel autocolante brilhante (permanente) de 80 g a quatro cores:



MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA SAÚDE

Aviso n.º 5410/2004 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Março de 2004 e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, foi autorizada a aquisição directa de medicamentos aos laboratórios importadores e grossistas pelo Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Largo das Dores, 4490-421 Póvoa de Varzim, para o seu consumo próprio, com excepção de medicamentos com substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, sujeitos a regime especial.

21 de Abril de 2004. — Pela Direcção-Geral da Empresa, a Subdirectora-Geral, *Ana Vieira*. — Pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, o Presidente do Conselho de Administração, *Rui Santos Ivo.*

Aviso n.º 5411/2004 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Março de 2004 e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, foi autorizada a aquisição directa de medicamentos aos laboratórios, importadores e grossistas pelo Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil — Centro Regional de Oncologia do Porto, S. A., Rua do Dr. António Bernardino de Almeida, 4200-072 Porto, para o seu consumo próprio, com excepção de medicamentos com substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, sujeitos a regime especial.

21 de Abril de 2004. — Pela Direcção-Geral da Empresa, a Subdirectora-Geral, *Ana Vieira*. — Pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, o Presidente do Conselho de Administração, *Rui Santos Ivo.*

Aviso n.º 5412/2004 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Março de 2004 e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, foi autorizada a aquisição directa de medicamentos aos laboratórios, importadores e grossistas pelo Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua, S. A., Avenida da Noruega, 5000-508 Vila Real, para o seu consumo próprio, com excepção de medicamentos com substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, sujeitos a regime especial.

21 de Abril de 2004. — Pela Direcção-Geral da Empresa, a Subdirectora-Geral, *Ana Vieira*. — Pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, o Presidente do Conselho de Administração, *Rui Santos Ivo.*

Aviso n.º 5413/2004 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Março de 2004 e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, foi autorizada a aquisição directa de medicamentos aos laboratórios, importadores e grossistas pelo Hospital de São João, Alameda do Prof. Hernâni Monteiro, 4202-451 Porto, para o seu consumo próprio, com excepção de medicamentos com substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, sujeitos a regime especial.

21 de Abril de 2004. — Pela Direcção-Geral da Empresa, a Subdirectora-Geral, *Ana Vieira*. — Pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, o Presidente do Conselho de Administração, *Rui Santos Ivo.*

Aviso n.º 5414/2004 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Março de 2004 e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, foi autorizada a aquisição directa de medicamentos aos laboratórios, importadores e grossistas pelo Hospital Geral de Santo António, S. A., Largo do Professor Abel Salazar, 4099-001 Porto, para o seu consumo próprio, com excepção de medicamentos com substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, sujeitos a regime especial.

21 de Abril de 2004. — Pela Direcção-Geral da Empresa, a Subdirectora-Geral, *Ana Vieira*. — Pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, *(Assinatura ilegível.)*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 8767/2004 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 110/96, de 2 de Agosto, e 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de protecção integrada na cultura do milho e produção integrada na cultura da vinha a organização de agricultores seguidamente indicada, a qual já se encontra reconhecida como de protecção integrada na cultura da vinha pelo despacho n.º 6814/2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 75, de 29 de Março de 2000, procedendo assim ao alargamento do reconhecimento:

Cooperativa dos Produtores de Leite de Vila Nova de Famalicão, C. R. L., Cooperativa com sede na Rua do Senhor da Agonia, 372, freguesia de Antas, concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga, e com o número de identificação de pessoa colectiva 501133330.

15 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar.*

Despacho n.º 8768/2004 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 110/96, de 2 de Agosto, e 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de protecção integrada na cultura de hortícolas a organização de agricultores seguidamente indicada, a qual já se encontra reconhecida como de protecção e produção integradas na cultura de pomóideas e protecção integrada nas culturas de prunóideas e vinha pelo despacho n.º 9979/97, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 250, de 28 de Outubro de 1997, de protecção integrada na cultura da oliveira pelo despacho n.º 16 952/2001, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 187, de 13 de Agosto de 2001, e de produção integrada na cultura da oliveira e da vinha pelo despacho n.º 6730/2002, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 76, de 1 de Abril de 2002, procedendo assim ao alargamento do reconhecimento:

APAS — Associação dos Produtores Agrícolas da Sobrena, Associação com sede em Sobrena, freguesia do Peral, concelho do Cadaval, distrito de Lisboa, e com o número de identificação de pessoa colectiva 502316993.

15 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar.*

Despacho n.º 8769/2004 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 110/96, de 2 de Agosto, e 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de produção integrada na cultura da vinha a organização de agricultores seguidamente indicada, a qual já se encontra reconhecida como de protecção integrada na cultura da vinha pelo despacho n.º 2751/99, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 36, de 12 de Fevereiro de 1999, procedendo assim ao alargamento do reconhecimento:

AVIPE — Associação de Viticultores do Concelho de Palmela, Associação com sede na Rua de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 8, freguesia e concelho de Palmela, distrito de Setúbal, e com o número de identificação de pessoa colectiva 502136618.

15 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar.*

Despacho n.º 8770/2004 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 110/96, de 2 de Agosto, e 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de protecção integrada na cultura de beterraba sacarina a organização de agricultores seguidamente indicada:

ANPROBE — Associação Nacional dos Produtores de Beterraba, Associação com sede na Avenida de Afonso Henriques, 1, 1.º, esquerdo, freguesia de Marvila, concelho de Santarém, distrito de Santarém, e com o número de identificação de pessoa colectiva 503107581.

15 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar.*

Despacho n.º 8771/2004 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 110/96, de 2 de Agosto, e 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de produção integrada na cultura das pomóideas a organização de agricultores seguidamente indicada, a qual já se encontra reconhecida como de protecção integrada nas culturas de vinha e pomóideas pelo despacho n.º 8085/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 111, de 14 de Maio de 1998, e de produção integrada na cultura da vinha, pelo despacho n.º 15 563/2002, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 156, de 9 de Julho de 2002, procedendo assim ao alargamento do reconhecimento:

APTO — Associação de Produtores de Tomate do Oeste, Associação com sede na Rua das Susanas, 8, Ponte do Rol, freguesia de Ponte do Rol, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa, e com o número de identificação de pessoa colectiva 503178420.

15 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar.*

Despacho n.º 8772/2004 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 110/96, de 2 de Agosto, e 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de produção integrada na cultura da vinha a organização de agricultores seguidamente indicada, a qual já se encontra reconhecida como de protecção integrada nas culturas de vinha e pomóideas pelo despacho n.º 8081/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 111, de 14 de Maio de 1998, procedendo assim ao alargamento do reconhecimento:

APAMIM — Associação dos Produtores Agrícolas de Manique do Intendente, Associação com sede na Praça dos Imperadores,

24, freguesia de Manique do Intendente, concelho da Azambuja, distrito de Lisboa, e com o número de identificação de pessoa colectiva 502704918.

15 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar.*

Despacho n.º 8773/2004 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redação que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 110/96, de 2 de Agosto, e 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de produção integrada na cultura do arroz a organização de agricultores seguidamente indicada, a qual já se encontra reconhecida como de protecção integrada na cultura do arroz pelo despacho n.º 10 431/2003, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 122, de 27 de Maio de 2003, procedendo assim ao alargamento do reconhecimento:

BENAGRO — Cooperativa Agrícola de Benavente, C. R. L., Cooperativa com sede na Praça do Município, 11, freguesia e concelho de Benavente, distrito de Santarém, e com o número de identificação de pessoa colectiva 500672865.

15 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Conselho Nacional de Educação

Edital n.º 548/2004 (2.ª série). — *Eleição de um representante das associações de trabalhadores-estudantes ao Conselho Nacional de Educação.* — 1 — Nos termos da alínea *p*) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei Orgânica do Conselho Nacional de Educação, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 241/96, de 17 de Dezembro, integra a composição do Conselho Nacional de Educação «um representante das associações de trabalhadores-estudantes».

2 — O mandato do membro do Conselho que representava as referidas entidades chegou a seu termo, pelo que importa promover um novo processo electivo de designação.

3 — As associações de trabalhadores-estudantes que queiram participar no processo electivo deverão enviar ao Conselho, conjuntamente com a apresentação de eventuais candidaturas ao lugar em referência, elementos comprovativos dos respectivos estatutos e do acto que legitima a composição dos seus actuais corpos dirigentes.

4 — Os documentos respectivos deverão ser endereçados, em correio registado, ao Conselho Nacional de Educação, Rua de Florbela Espanca, 1700-195 Lisboa, no prazo de 15 dias úteis a contar da publicação do presente edital.

5 — Uma vez decorrido o prazo indicado no número anterior, o Conselho Nacional de Educação providenciará quanto for considerado necessário para a finalização do processo.

19 de Abril de 2004. — O Secretário-Geral, *Manuel I. Miguéns.*

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Escola Básica do 1.º Ciclo/J. I. Alice Vieira

Aviso n.º 5415/2004 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada na sala de professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino relativa a 31 de Agosto de 2003.

Os interessados podem apresentar reclamação no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso.

31 de Março de 2004. — A Presidente do Conselho Executivo, *Eduarda Maria Martins.*

Escola Secundária Aquilino Ribeiro

Aviso n.º 5416/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os devidos efeitos, faz-se público que se encontra afixada no *placard* dos serviços administrativos desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino abrangido pela disposição legal já referida e reportada a 31 de Dezembro de 2003.

Os funcionários dispõem de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

15 de Abril de 2004. — A Presidente da Comissão Executiva Provisória, *Teresa Maria Silva Cabeça Vicente Rodrigues.*

Escola dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico Cardoso Lopes

Aviso n.º 5417/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no respectivo *placard* da Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino com referência a 31 de Dezembro de 2003.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

31 de Março de 2004. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria da Conceição Mateus.*

Escola Secundária Jorge Peixinho

Aviso n.º 5418/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Dezembro de 2003.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso para a apresentação de reclamação ao dirigente máximo dos serviços.

19 de Abril de 2004. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro.*

Agrupamento Vertical de Escolas Patrício Prazeres

Aviso n.º 5419/2004 (2.ª série). — Em cumprimento do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na Escola E. B. 2,3 de Patrício Prazeres a lista de antiguidade do pessoal não docente referente a 31 de Dezembro de 2003.

Da referida lista cabe reclamação ao dirigente máximo do serviço no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso.

18 de Março de 2004. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *António Ferreira Pinto.*

Direcção Regional de Educação do Norte

Agrupamento Vertical Augusto Gil

Aviso n.º 5420/2004 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada a lista de antiguidade do pessoal não docente reportada a 31 de Dezembro de 2003.

Da lista cabe reclamação, no prazo de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso.

5 de Abril de 2004. — Pela Presidente da Comissão Provisória, *Maria Leonor da Cunha Coelho.*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Alentejo

Sub-Região de Saúde de Évora

Aviso n.º 5421/2004 (2.ª série). — *Concurso interno geral de âmbito sub-regional para provimento de nove lugares na categoria de assistente da carreira médica de clínica geral.* — 1 — Nos termos do disposto no n.º 50 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro (Regulamento dos Concursos de Habilitação ao Grau de Consultor e de Provimento,

nas Categorias de Assistente e de Chefe de Serviço da Carreira Médica de Clínica Geral), faz-se público que, autorizado por despacho da coordenadora da Sub-Região de Saúde de Évora de 8 de Março de 2004, no uso de competência delegada pela alínea *b*) do n.º 1 do despacho n.º 25 307/2002, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 274, de 27 de Novembro de 2003, se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* o concurso interno geral de âmbito sub-regional para provimento de nove lugares vagos na categoria de assistente da carreira médica de clínica geral nos quadros de pessoal dos centros de saúde a seguir indicados, aprovados pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 302 (6.º suplemento), de 31 de Dezembro de 1996:

Centro de Saúde do Alandroal — uma vaga;
Centro de Saúde de Arraiolos — uma vaga;
Centro de Saúde de Évora — três vagas;
Centro de Saúde de Mora — uma vaga;
Centro de Saúde de Portel — uma vaga;
Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz — uma vaga;
Centro de Saúde de Vendas Novas — uma vaga.

2 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições constantes do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 210/91, de 12 de Junho, e 412/99, de 15 de Outubro, Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro, e Código do Procedimento Administrativo.

3 — Prazo de validade do concurso — o concurso é válido para as vagas supra-referidas, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar são as constantes do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

5 — Vencimento — de acordo com o Decreto-Lei n.º 19/99, de 27 de Janeiro.

6 — Regalias sociais e condições de trabalho — as genericamente vigentes para os funcionários e agentes da Administração Pública.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Gerais — os previstos no n.º 58 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

7.2 — Especiais — possuir o grau de assistente de clínica geral, ou equivalente, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e estar inscrito na Ordem dos Médicos.

8 — O método de selecção a utilizar será a avaliação curricular, de acordo com o estipulado pela alínea *a*) do n.º 62 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro.

8.1 — Na avaliação curricular serão considerados os factores enunciados no n.º 64 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro.

8.2 — Os factores mencionados no número anterior serão valorizados de acordo com a distribuição indicada na alínea *a*) do n.º 66 da referida portaria e constam das actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8.3 — Os resultados da avaliação curricular serão classificados na escala de 0 a 20 valores, podendo apenas ser providos os candidatos que obtenham classificação final igual ou superior a 10 valores, sem arredondamentos, de acordo com a alínea *a*) do n.º 73 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro.

9 — A publicação da lista de candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista de classificação final, será feita de acordo com o estipulado, respectivamente pelos n.ºs 60 e 71 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro, sendo a lista de candidatos admitidos e excluídos afixada na sede da Sub-Região de Saúde.

10 — Formalização das candidaturas:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à coordenadora da Sub-Região de Saúde de Évora, sita na Praça de Joaquim António de Aguiar, 5, 7000-510 Évora, e entregue no Serviço de Expediente, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo também ser enviada pelo correio, sob registo, com aviso de recepção, a qual se considera dentro do prazo desde que expedida até ao termo do prazo fixado.

10.2 — Requerimento tipo a apresentar:

Ex.ma Sr.ª Coordenadora da Sub-Região de Saúde de Évora:

. . . (nome), nascido(a) em . . . de . . . de . . ., de nacionalidade . . ., portador(a) do bilhete de identidade n.º . . ., de . . . de . . . de . . ., passado pelo arquivo de identificação de . . ., válido até . . . de . . . de . . ., residente em . . ., . . . (código postal), tendo como habilitações . . ., vem solicitar a V. Ex.ª se digne admiti-lo(a) ao concurso para provimento de nove lugares vagos de assistente da carreira médica de clínica geral, aberto pelo aviso n.º. . ., publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º . . ., de . . . de . . . de . . .

Mais declara, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação em que se encontra relativamente aos requisitos gerais de admissão:

Anexa à presente candidatura os seguintes documentos:

[. . .]

Pede deferimento.
. . . (data).
. . . (assinatura).

10.3 — Os requerimentos de candidatura devem ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente de clínica geral ou equivalente;
b) Documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Médicos;
c) Cinco exemplares do *curriculum vitae;*
d) Fotocópia do bilhete de identidade.

10.4 — A não apresentação, dentro do prazo indicado no n.º 1 do presente aviso, dos documentos referidos nas alíneas *a*) e *b*) do número anterior implica a não admissão ao concurso.

10.5 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão ao concurso.

11 — As falsas declarações feitas pelos candidatos nos requerimentos ou nos currículos são puníveis nos termos da lei penal e constituem infracção disciplinar, se o candidato for funcionário ou agente.

12 — Composição do júri:

Presidente — José Manuel Pimentão Evaristo, assistente graduado de clínica geral.
Vogais efectivos:

Jorge Maria Viana de Sá, assistente graduado de clínica geral, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.
Maria da Graça Pinto Valente Fernandes, assistente graduada de clínica geral.

Vogais suplentes:

Maria do Carmo Sotto-Mayor Botelho Hassé Velez, assistente graduada de clínica geral.
Maria da Graça Pires Vieira Ramos, assistente graduada de clínica geral.

12.1 — O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos legais, pelo 1.º vogal efectivo.

14 de Abril de 2004. — A Coordenadora, (*Assinatura ilegível.*)

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Sub-Região de Saúde de Setúbal

Despacho n.º 8774/2004 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 26 de Março de 2004, no uso de competência subdelegada, foi autorizada a equiparação a bolseiro, com efeitos à data do despacho, de Maria da Conceição Silva Gaiolas Coelho, enfermeira graduada, integrada no Centro de Saúde da Costa de Caparica, em tempo parcial, catorze horas por semana, excepto no período de férias escolares, para frequência do curso de complemento de formação em Enfermagem, na Escola Superior de Enfermagem de São Vicente de Paulo, a ter início em 8 de Março de 2004 e até Fevereiro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia.)

19 de Abril de 2004. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Eduarda Paula Régio.*

Despacho n.º 8775/2004 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 26 de Março de 2004, no uso de competência subdelegada, foi autorizada a equiparação a bolseiro, com efeitos à

data do despacho, de Liliana Maria Gouveia Campos Pessoa, enfermeira graduada, integrada no Centro de Saúde da Costa de Caparica, em tempo parcial, catorze horas por semana, excepto no período de férias escolares, para frequência do curso de complemento de formação em Enfermagem, na Escola Superior de Enfermagem de São Vicente de Paulo, a ter início em 8 de Março de 2004 e até Fevereiro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia.)

19 de Abril de 2004. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Eduarda Paula Régio.*

Centro de Histocompatibilidade do Norte

Aviso n.º 5422/2004 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do quadro do Centro de Histocompatibilidade do Norte com referência a 31 de Dezembro de 2003.

Da organização da referida lista cabe reclamação a deduzir no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso, de harmonia com o disposto no artigo 96.º do citado diploma.

14 de Abril de 2004. — A Directora, *Maria Helena Alves.*

Direcção-Geral da Saúde

Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis

Rectificação n.º 863/2004. — Por ter saído incompleto o aviso n.º 4902/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 90, de 16 de Abril de 2004, no n.º 7.4, onde se lê:

«1) Contabilidade — Plano Oficial de Contas dos Serviços de Saúde e Orçamento, noções gerais de contabilidade:»

deve ler-se:

«1) Contabilidade — Plano Oficial de Contas dos Serviços de Saúde e Orçamento, noções de contabilidade geral e analítica:»

No mesmo n.º 7.4, deve acescentar-se:

«4) Gestão de doentes — noções gerais de estatística de produção, indicadores e facturação:

Legislação — Decreto-Lei n.º 173/2003, de 1 de Agosto, Portarias n.os 985/2003, de 13 de Setembro, e 1301-A/2002, de 28 de Setembro, Decreto-Lei n.º 270/2002, de 2 de Dezembro, Portaria n.º 132/2003, de 5 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 13/2001, de 25 de Janeiro, Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2002, de 25 de Maio, Despacho Normativo n.º 33/2002, de 2 de Maio, despacho n.º 25 360/2001, de 12 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho, e despacho n.º 4/89, de 1 de Março.

Em todas as áreas, as circulares normativas e informativas emitidas por qualquer organismo do Ministério da Saúde.»

19 de Abril de 2004. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Cândido Ferreira Lima.*

Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

Aviso n.º 5423/2004 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Abril de 2004, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo o Hospital Padre Américo — Vale do Sousa, S. A., sito no Lugar de Tapadinho, Guilhufe, 4564-007 Penafiel, a adquirir directamente aos produtores, grossistas e importadores, substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados para uso exclusivo dos doentes internados no Hospital, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data desta publicação e considerando-se renovada por igual período se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

19 de Abril de 2004. — A Directora, *Lina Santos.*

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO

Gabinete da Secretária de Estado da Segurança Social

Despacho n.º 8776/2004 (2.ª série). — 1 — Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, fica a adjunta do meu Gabinete, licenciada Rita Isabel Morais Tomaz Valadas Pereira Marques, autorizada a exercer a actividade docente no ensino superior.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2004.

14 de Abril de 2004. — A Secretária de Estado da Segurança Social, *Teresa Margarida Figueiredo Vasconcelos Caeiro.*

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Delegação de Coimbra

Despacho n.º 8777/2004 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — 1 — Nos termos do disposto no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram delegados pelo conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social através da deliberação n.º 1519/2003, de 4 de Setembro, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 225, de 29 de Setembro de 2003, nomeadamente no n.º 3.2.8, subdelego na coordenadora do Núcleo de Ilícitos Criminais, licenciada Sofia Isabel das Neves Domingues, a competência para, no âmbito da Secção de Processos da Delegação Distrital de Coimbra do IGFSS, despachar os processos relativos à cobrança coerciva de contribuições, com excepção das decisões relativas à anulação, sustação e extinção de processos executivos.

2 — Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados no âmbito das competências ora subdelegadas desde 24 de Novembro de 2003.

29 de Março de 2004. — O Director, *Vítor Manuel Costa Leonardo.*

Instituto de Solidariedade e Segurança Social

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa

Despacho n.º 8778/2004 (2.ª série). — *Subdelegação de poderes.* — 1 — Nos termos do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram conferidos pelo director do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa através dos despachos n.os 8021/2003 e 6831/2004, publicados no *Diário da República,* 2.ª série, n.os 97, de 26 de Abril de 2003, e 80, de 3 de Abril de 2004, respectivamente, subdelego no director do Núcleo de Contra-Ordenações, Domingos Varandas Pires, e do Núcleo de Consulta Jurídica e Contencioso, Hermenegildo Joaquim Marques da Silva Tavares, os seguintes poderes:

1.1 — Justificar faltas;

1.2 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respectivas alterações, bem como a acumulação parcial com as do ano seguinte, dentro dos limites legais;

1.3 — Autorizar férias anteriores à saída dos planos de férias e o gozo de férias interpoladas;

1.4 — Autorizar a concessão do período complementar de cinco dias de férias a que se refere o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

1.5 — Solicitar a verificação domiciliária da doença e a realização de juntas médicas, nos termos legais aplicáveis, em função de cada regime de trabalho, respectivamente, no caso dos funcionários e agentes da Administração Pública, pela ADSE ou autoridade de saúde e, no caso do pessoal abrangido pelo regime jurídico do contrato individual de trabalho, pelos serviços competentes da segurança social (fiscalização/SVI);

1.6 — Representar, activa e passivamente, o Instituto de Solidariedade e Segurança Social (ISSS) em juízo nos processos judiciais em que ele seja parte, podendo para tal constituir mandatários forenses com poderes de representação e, ainda, representar o Instituto em

actos e contratos no âmbito material, quantitativo e geográfico da sua intervenção;

1.7 — Apresentar queixas criminais em nome e no interesse do ISSS relativamente a factos ocorridos nas áreas de intervenção próprias dos respectivos serviços;

1.8 — Requerer quaisquer actos de registo, bem como representar o ISSS perante qualquer serviço de finanças, conservatória ou cartório notarial;

1.9 — Autorizar a restituição de valores indevidamente recebidos;

1.10 — Passar certidões ao abrigo da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

1.11 — Emitir declarações ou certidões relacionadas com situações jurídicas do âmbito de actuação da respectiva unidade;

1.12 — Aplicar admoestações nos processos de contra-ordenações na área de beneficiários;

1.13 — Aplicar as coimas previstas nas alíneas *b*), *c*) e *d*) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 64/89, de 25 de Fevereiro;

1.14 — Aplicar a coima prevista no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 64/89, de 25 de Fevereiro;

1.15 — Aplicar a coima prevista no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 64/89, de 25 de Fevereiro;

1.16 — Aplicar a coima prevista no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 64/89, de 25 de Fevereiro;

1.17 — Aplicar a coima prevista no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 64/89, de 25 de Fevereiro;

1.18 — Aplicar a coima prevista no artigo 14.º da Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho;

1.19 — Aplicar a coima prevista no artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio;

1.20 — Aplicar a coima prevista no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 119/99, de 14 de Abril;

1.21 — Autorizar o pagamento em prestações das coimas aplicadas em processos de contra-ordenação de beneficiários;

1.22 — Arquivar processos de contra-ordenação;

1.23 — Passar certidões de dívida.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, ficando ratificados todos os actos praticados pelos subdelegados até esta data que se insiram no seu âmbito.

3 de Abril de 2004. — O Director da Unidade Jurídica, *Manuel Alves de Almeida.*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E HABITAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes

Despacho n.º 8779/2004 (2.ª série). — A linha do Norte, com cerca de 335 km de extensão, está inserida no principal eixo ferroviário do País, Braga-Faro, sendo o troço mais importante desta espinha dorsal da malha ferroviária portuguesa, pois nele confluem as linhas mais importantes do sistema ferroviário nacional. Alguns dos troços da linha do Norte estão muito próximos dos seus limites de saturação, impondo-se, pois, a sua modernização de modo a conferir-lhe não só uma maior capacidade de oferta como uma substancial melhoria na segurança, qualidade, fiabilidade e competitividade, com a consequente racionalização de custos.

Inserido neste projecto e no subtroço Azambuja-Vale de Santarém, é necessário intervir em plena via, visando a alteração do traçado entre o quilómetro 47,600 e o quilómetro 63,000, e executar o restabelecimento rodoviário da passagem superior ao quilómetro 65,876, pelo que se torna imprescindível a expropriação dos terrenos necessários à execução destas obras.

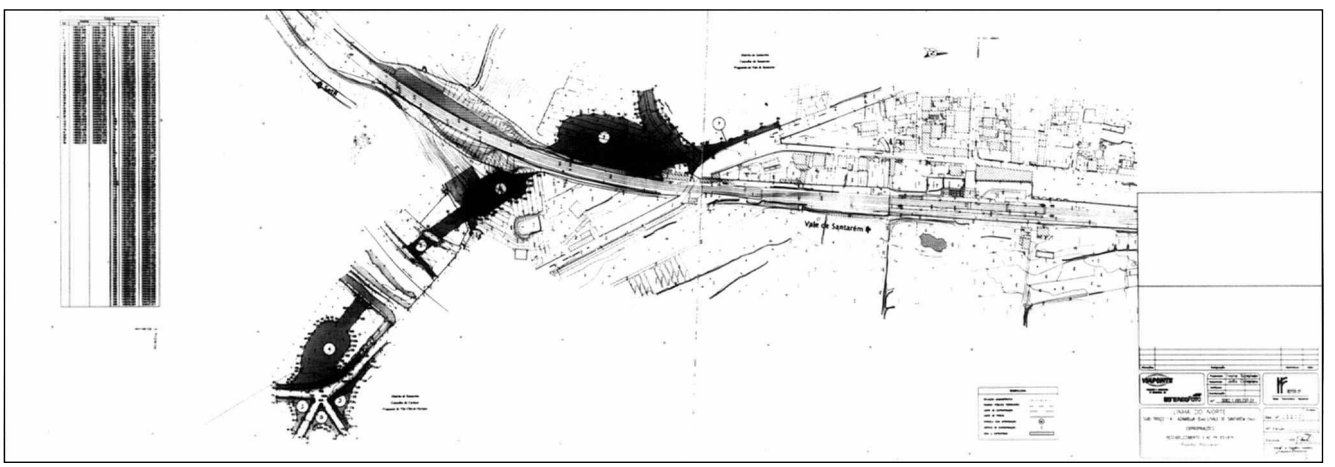
Considerando o exposto, e sendo a realização das referidas obras de manifesto interesse público, nos termos e ao abrigo da delegação de competências constante do despacho n.º 8874/2003 (2.ª série), de 11 de Abril, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 105, de 7 de Maio de 2003, determino o seguinte:

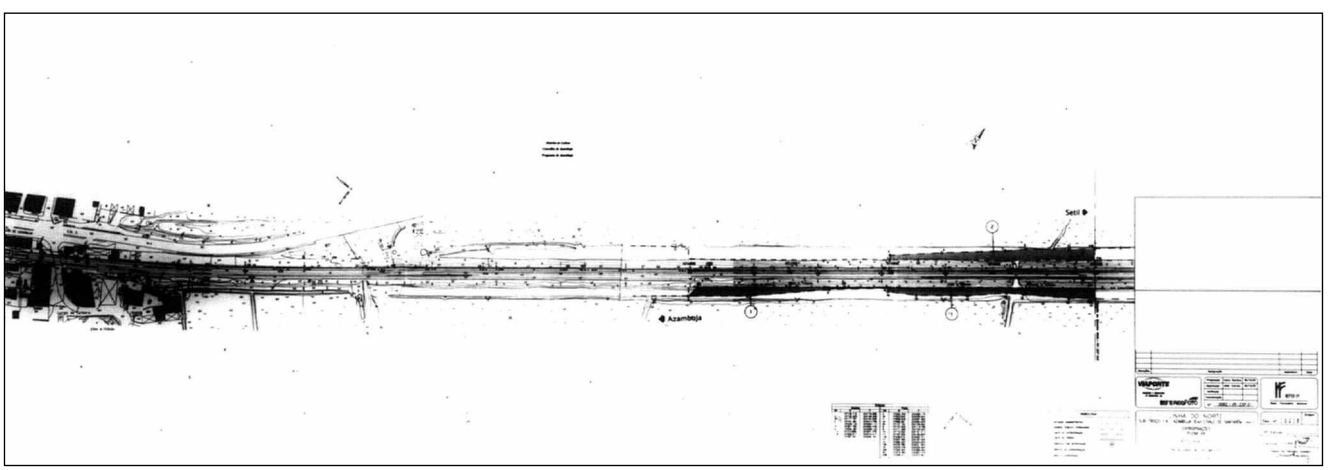
1 — A requerimento da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P., considerando que para a realização das referidas obras é indispensável a expropriação de terrenos para além dos limites do domínio público ferroviário, nos termos e ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, 14.º e 15.º, todos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e tendo em vista o início imediato dos trabalhos, declaro a utilidade pública, com carácter de urgência, das expropriações dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, constantes nos desenhos n.os 15 217 a 15 230, e respectivos mapas de identificação e áreas, que se publicam em anexo.

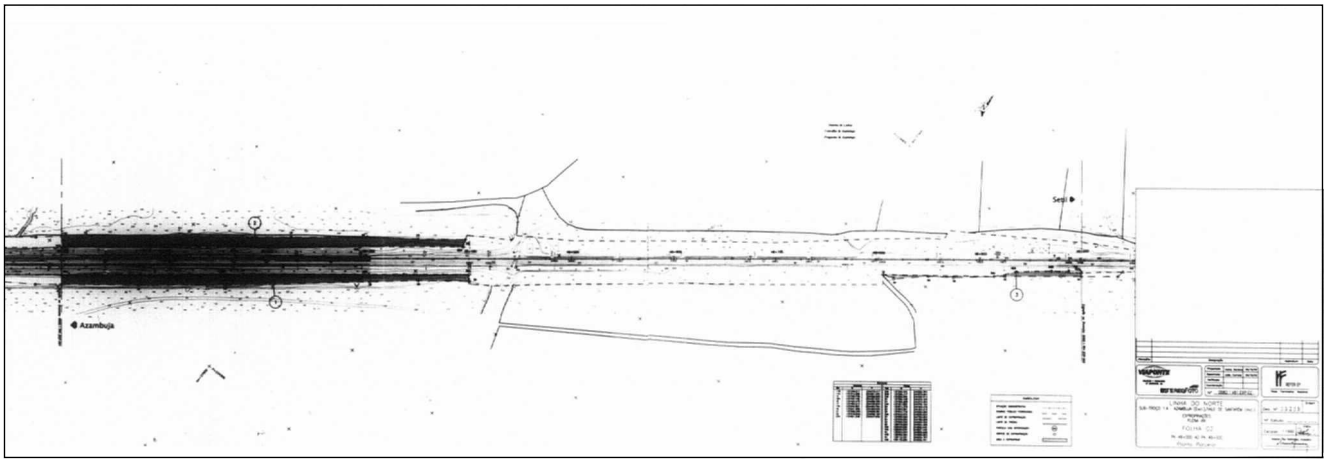
2 — Declaro autorizar a REFER, E. P., a tomar posse administrativa dos mesmos bens, ao abrigo do n.º 1 do artigo 19.º do citado Código.

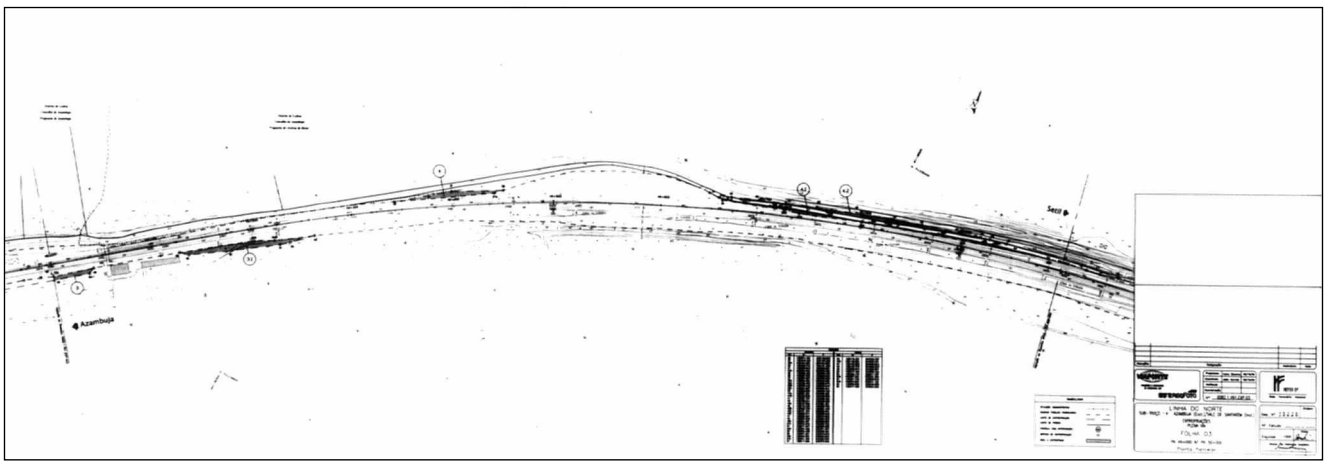
3 — Os encargos com as expropriações são de responsabilidade da REFER, E. P., para os quais dispõe de cobertura financeira.

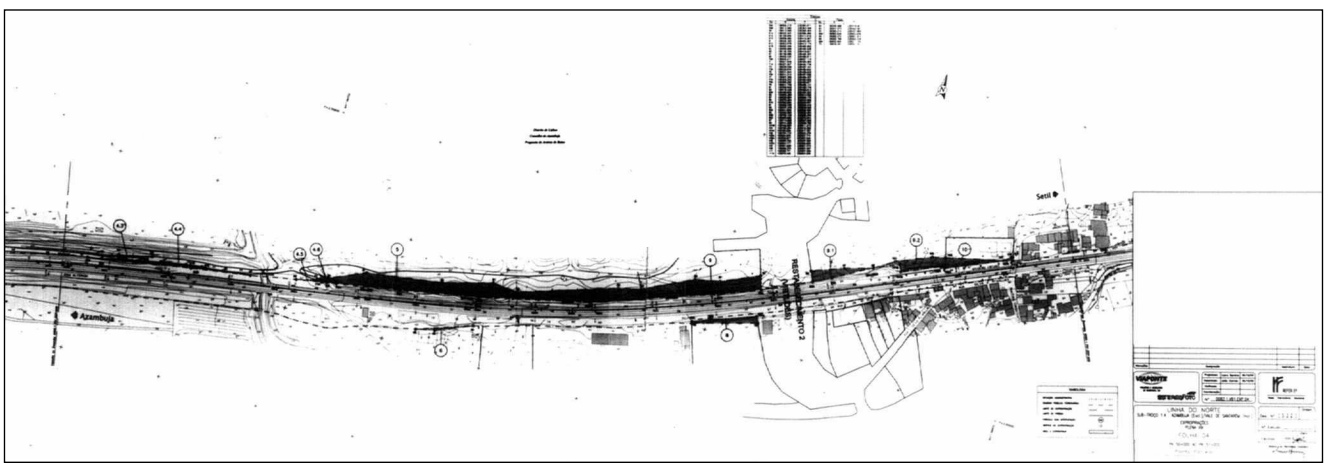
31 de Março de 2004. — O Secretário de Estado dos Transportes, *Francisco Manuel Rodrigues de Seabra Ferreira.*

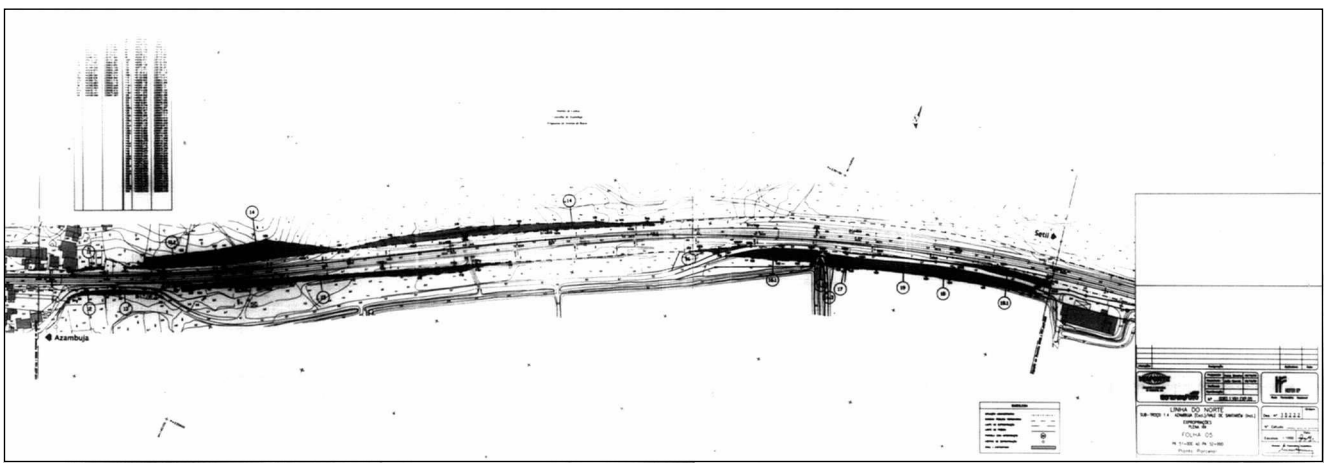


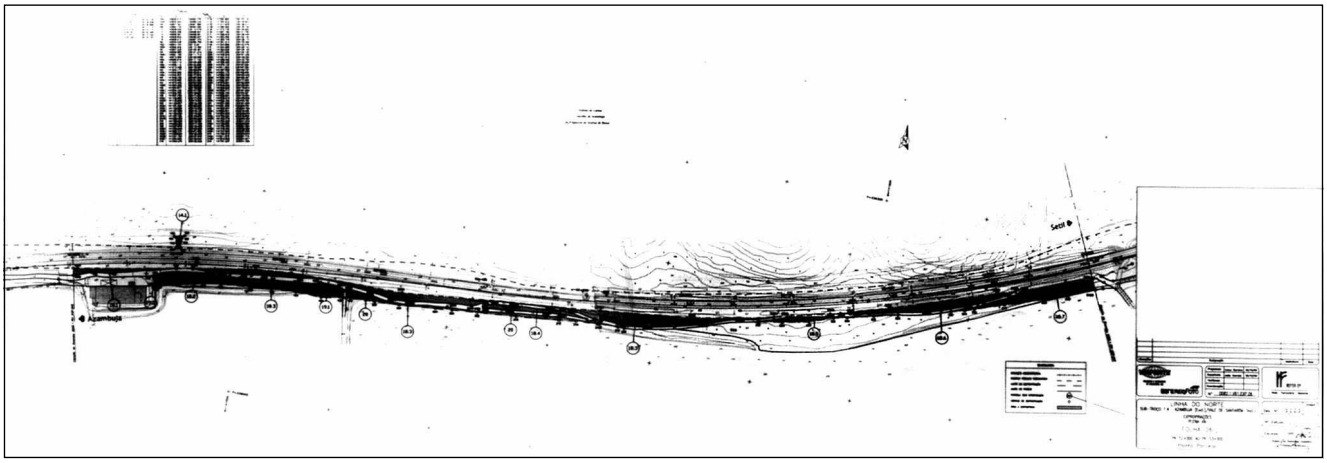


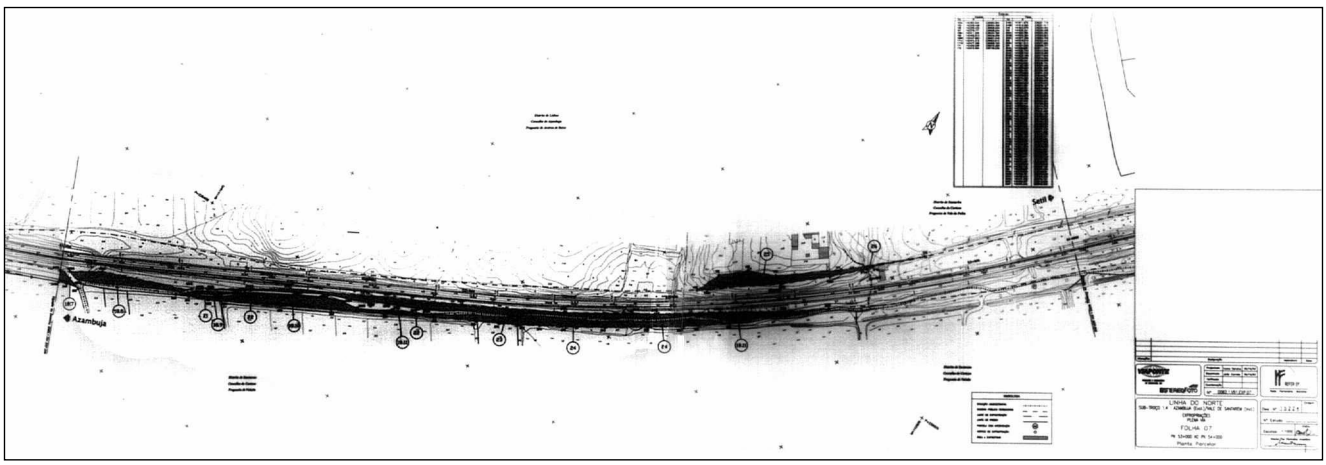

Azambuja
Sesti
LINHA DO NORTE
FOLHA 02

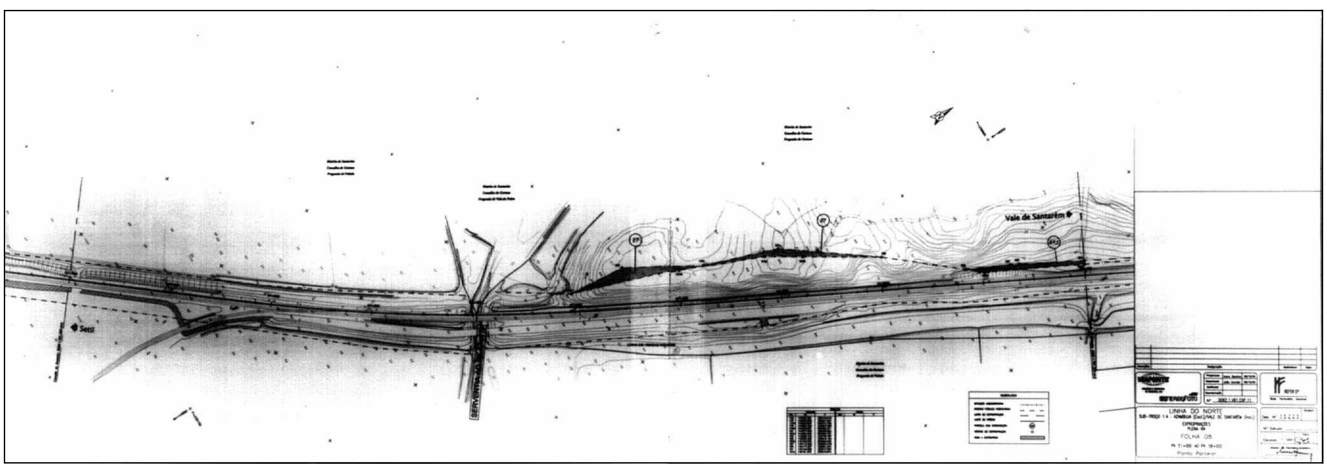

Azambuja
Sesti
LINHA DO NORTE
FOLHA 03

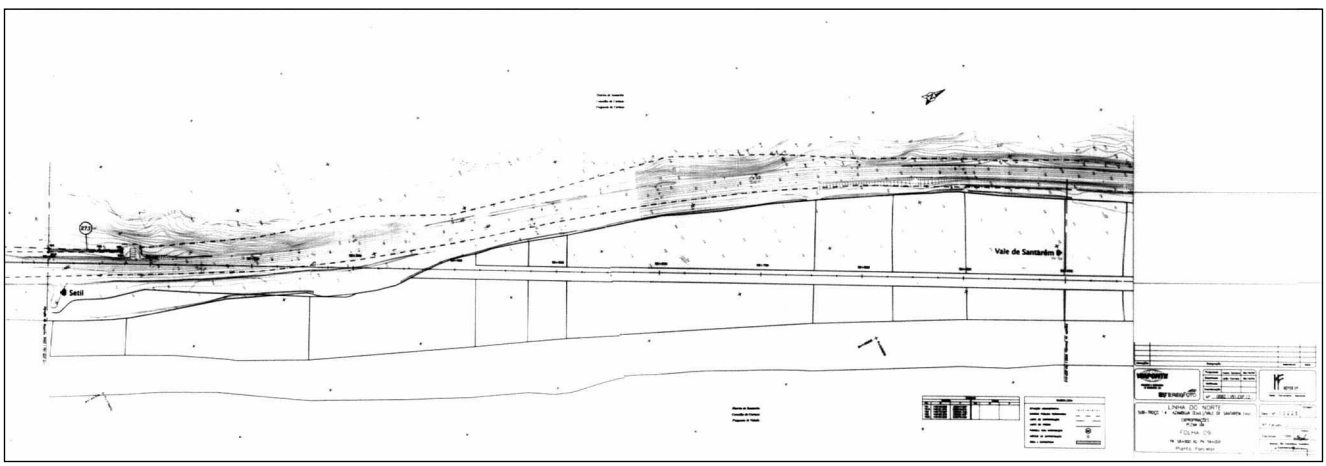

Azambuja
Sesti
LINHA DO NORTE
FOLHA 04

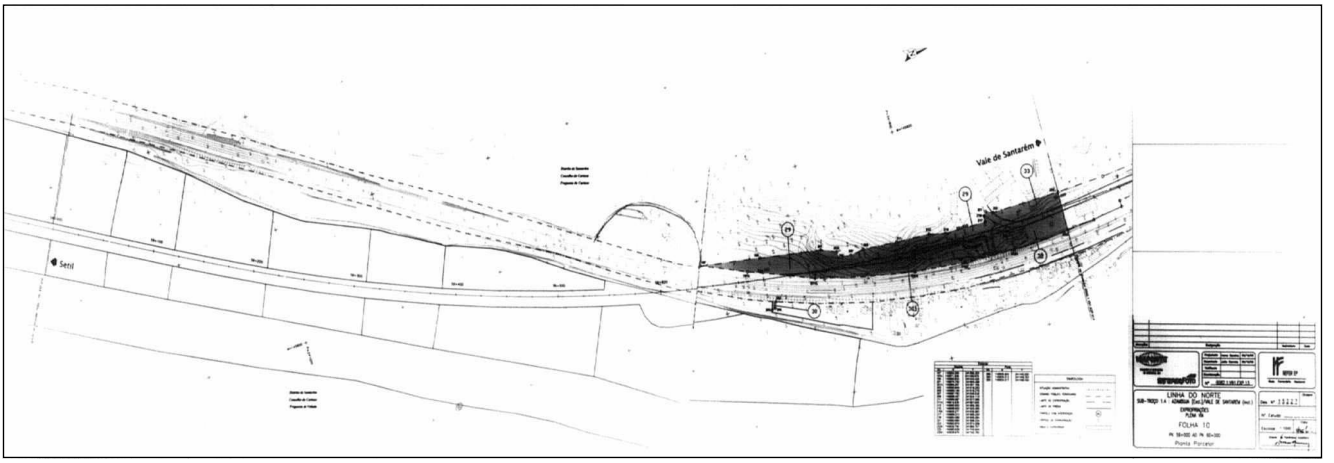

Azambuja
Sesti
LINHA DO NORTE
FOLHA 05

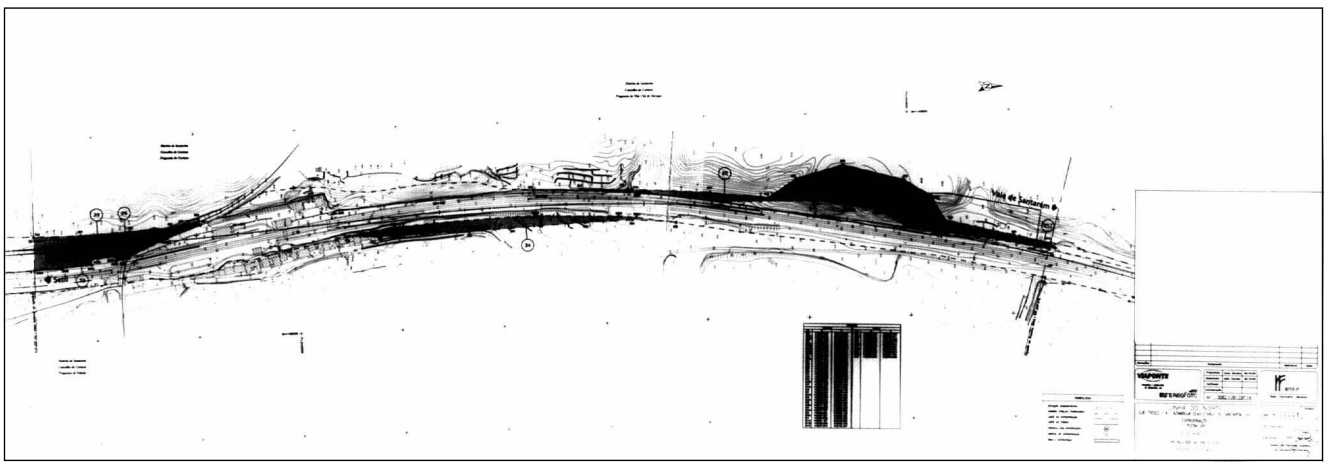

Azambuja
Setil
LINHA DO NORTE
FOLHA 06

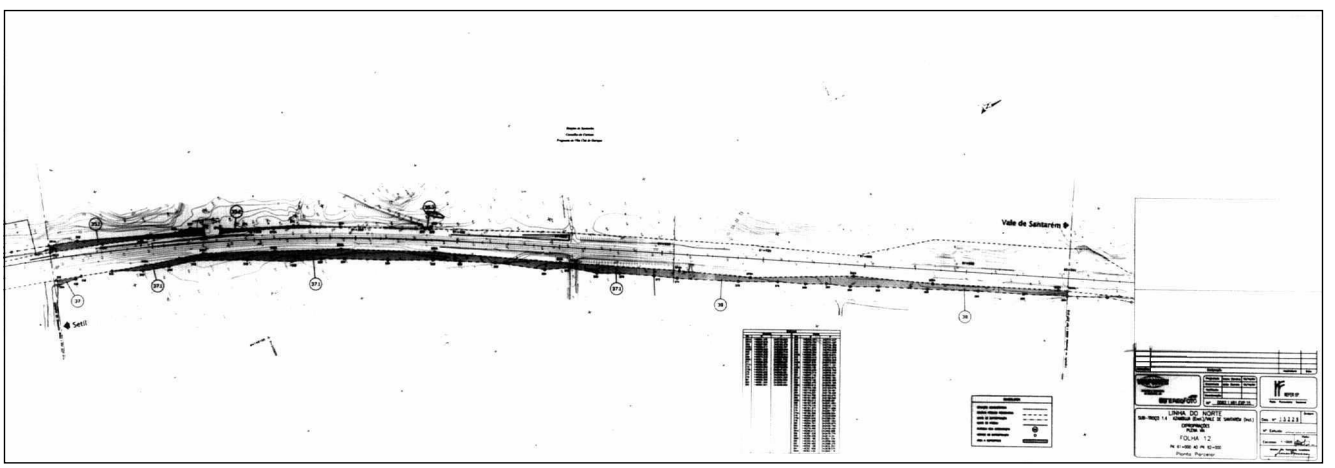

Azambuja
Setil
LINHA DO NORTE
FOLHA 07

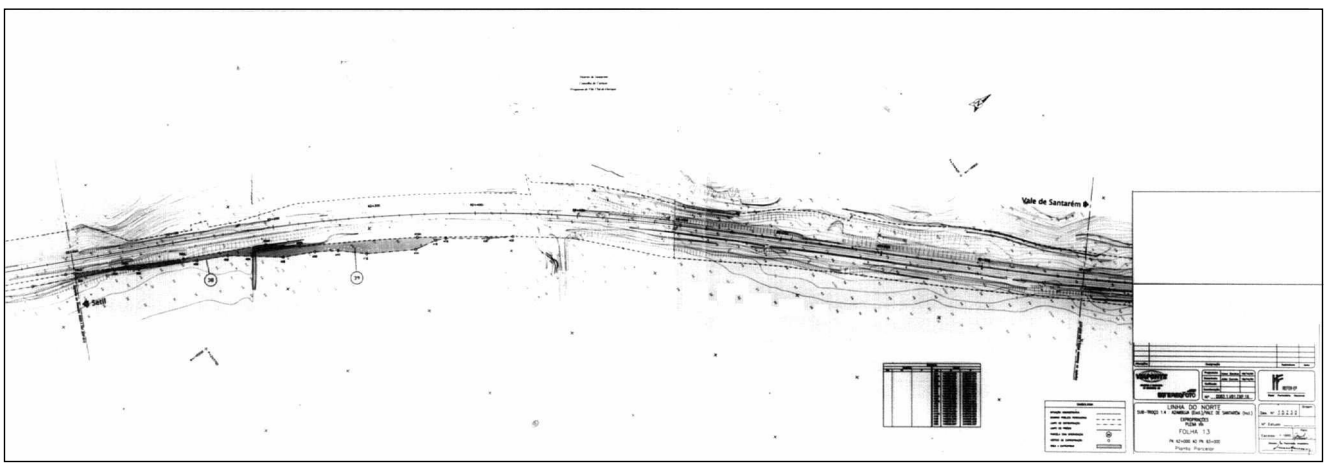

Setil
Vale de Santarém
LINHA DO NORTE
FOLHA 08


Setil
Vale de Santarém
LINHA DO NORTE


Vale de Santarém
Setil
LINHA DO NORTE
FOLHA 10


Vale de Santarém
Setil


Vale de Santarém
Setil
LINHA DO NORTE
FOLHA 12


Vale de Santarém
Setil
LINHA DO NORTE
FOLHA 13

ANEXO

Mapa de áreas

Linha do Norte — Subtroço n.º 1.4: Azambuja (excl.) — Vale de Santarém (incl.)

Restabelecimento 5 ao PK 65+876

Distrito: Santarém.
Concelho: Cartaxo.
Freguesia: Vila Chã de Ourique.

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 217	1	José da Silva Lico, Rua de Passos Manuel, 100-C, 1150-258 Lisboa	18, secção Q		448			
15 217	2	Américo Oliveira Branco, Rua da Liberdade, 140, Benfica do Ribatejo, 2080-387 Cortiçóis.	13, secção Q		406			
15 217	3	Maria Helena Almeida Gonçalves Guerra de Oliveira, Rua de Almeida Garret, 21, 2005-413 Vale de Santarém. José Carlos Almeida Gonçalves, Rua de Almeida Garrett, 21, 2005-413 Vale de Santarém.	12, secção Q	23 405	671			
15 217	4	José da Silva Lico, Rua de Passos Manuel, 100-C, 1150-258 Lisboa	18, secção Q		3 138			

Concelho: Santarém.
Freguesia: Vale de Santarém.

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 217	5	Maria Manuela Ruivo, Rua do Professor Egas Moniz, 18, 2005-194 Santarém	7, secção R		304			
15 217	6	Maria Manuela Ruivo, Rua do Professor Egas Moniz, 18, 2005-194 Santarém	6, secção R		2 249			
15 217	7	Maria Manuela Ruivo, Rua do Professor Egas Moniz, 18, 2005-194 Santarém	2, secção R		6 798			

Plena via (excepto viad. Sant. Cart.) — PK 47+600 ao PK 65+286

Distrito: Lisboa.
Concelho: Azambuja.
Freguesia: Azambuja.

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 218 15 219	1	Maria Manuela Rocha Periera Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Maria dos Anjos Ferreira Gonçalves, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã. Maria de Lurdes Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, apartado 53, 2584-908 Carregado. Maria de Lurdes Pereira de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Maria da Conceição Pinto Barreiros de Macedo, Rua do Maestro Pedro de Freitas Branco, 24, 1.º, 1250-158 Lisboa. João Maria Pinto Barreiros da Silvéria de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Diogo Manuel Pereira Pinto Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Ana Maria Gonçalves Pinto Barreiros de Macedo Coimbra, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã. Ana Leonor Pereira Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado.	Rústico, 1, secção AN		6 359			
15 218 15 219	2	Maria Manuela Rocha Pereira Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Maria dos Anjos Ferreira Gonçalves, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã. Maria de Lurdes Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, apartado 53, 2580-908 Carregado. Maria de Lurdes Pereira de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado Maria da Conceição Pinto Barreiros de Macedo, Rua do Maestro Pedro de Freitas Branco, 24, 1.º, 1250-158 Lisboa. João Maria Pinto Barreiros da Silvéria de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Diogo Manuel Pereira Pinto Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Ana Maria Gonçalves Pinto Barreiros de Macedo Coimbra, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã. Ana Leonor Pereira Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado.	Rústico, 3, secção AM		5 591			
15 219 15 220	3	Maria Manuela Rocha Pereira Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Maria dos Anjos Ferreira Gonçalves, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã Maria de Lurdes Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, apartado 53, 2584-908 Carregado. Maria de Lurdes Pereira de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado Maria da Conceição Pinto Barreiros de Macedo, Rua do Maestro Pedro de Freitas Branco, 24, 1.º, 1250-158 Lisboa. João Maria Pinto Barreiros da Silvéria de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Diogo Manuel Pereira Pinto Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Ana Maria Gonçalves Pinto Barreiros Macedo Coimbra, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã. Ana Leonor Pereira Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado.						

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 219	3,1	Maria Manuela Rocha Pereira Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Maria dos Anjos Ferreira Gonçalves, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã Maria de Lurdes Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, apartado 53, 2584-908 Carregado. Maria de Lurdes Pereira de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Maria da Conceição Pinto Barreiros de Macedo, Rua do Maestro Pedro de Freitas Branco, 24, 1.º, 1250-158 Lisboa. João Maria Pinto Barreiros da Silvéria de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Diogo Manuel Pereira Pinto Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Ana Maria Gonçalves Pinto Barreiros Macedo Coimbra, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã. Ana Leonor Pereira Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado.	Rústico, 1, secção AO a AO1 Urbano Omisso	2189/140897	645			
15 220	4	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico Omisso		352			
15 220	4,1	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico Omisso		565			
15 221	4,4	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico Omisso		283			

Freguesia: Aveiras de Baixo.

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 220	4,2	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, Omisso		604			
15 221	4,3	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, Omisso		65			
15 221	4,5	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, Omisso		23			
15 221	4,6	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, Omisso		34			

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 221	5	Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, Palheiro do Pinto, Estrada 3, apartado 477, 2000-096 Santarém.	Rústico, 1, secção O3 Urbano 720, 724, 725	259/150589	3 469			
15 221	6	Engrácia de Jesus Prudêncio, Rua de 13 de Maio, 10, 2050-040 Virtudes	Rústico, 19, secção O3		76			
15 221	7	Isilda Gonçalves Ferreira Mendes, Rua de D. Aleixo, Corte Real, 5, rés-do-chão, esquerdo, 1800-166 Lisboa. António José Gonçalves Ferreira, Lugar de Virtudes, Rua de Silva Wallace, 16-A, 2050-040 Virtudes.	Rústico, 17, secção O3		0,5			
15 221	8	Maria Manuela Rocha Pereira Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Maria dos Anjos Ferreira Gonçalves, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã Maria de Lurdes Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, apartado 53, 2584-908 Carregado. Maria de Lurdes Pereira de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado Maria da Conceição Pinto Barreiros de Macedo, Rua do Maestro Pedro de Freitas Branco, 24, 1.º, 1250-158 Lisboa. João Maria Pinto Barreiros da Silvéria de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Diogo Manuel Pereira Pinto Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Ana Maria Gonçalves Pinto Barreiros de Macedo Coimbra, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã. Ana Leonor Pereira Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado.	Rústico, 16, secção O3		271			
15 221	9	Maria Manuela Rocha Pereira Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Maria dos Anjos Ferreira Gonçalves, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã Maria de Lurdes Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, apartado 53, 2584-908 Carregado. Maria de Lurdes Pereira de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado Maria da Conceição Pinto Barreiros de Macedo, Rua do Maestro Pedro de Freitas Branco, 24, 1.º, 1250-158 Lisboa. João Maria Pinto Barreiros da Silvéria de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Diogo Manuel Pereira Pinto Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Ana Maria Gonçalves Pinto Barreiros de Macedo Coimbra, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã. Ana Leonor Pereira Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado.	Rústico, 3, secção O3		1 554			

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 221	9,1	Maria Manuela Rocha Pereira Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Maria dos Anjos Ferreira Gonçalves, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã Maria de Lurdes Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, apartado 53, 2584-908 Carregado. Maria de Lurdes Pereira de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Maria da Conceição Pinto Barreiros de Macedo, Rua do Maestro Pedro de Freitas Branco, 24, 1.º, 1250-158 Lisboa. João Maria Pinto Barreiros da Silvéria de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Diogo Manuel Pereira Pinto Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Ana Maria Gonçalves Pinto Barreiros Macedo Coimbra, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã. Ana Leonor Pereira Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado.	Rústico, 3, secção O3		375			
15 221	9,2	Maria Manuela Rocha Pereira Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Maria dos Anjos Ferreira Gonçalves, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã Maria de Lurdes Pinto Barreiros, Quinta da Condessa, apartado 53, 2584-908 Carregado. Maria de Lurdes Pereira de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado Maria da Conceição Pinto Barreiros de Macedo, Rua do Maestro Pedro de Freitas Branco, 24, 1.º, 1250-158 Lisboa. João Maria Pinto Barreiros da Silvéria de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Diogo Manuel Pereira Pinto Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado. Ana Maria Gonçalves Pinto Barreiros Macedo Coimbra, Rua de D. João IV, 13, 2150-169 Golegã. Ana Leonor Pereira Barreiros de Macedo, Quinta da Condessa, 2580 Carregado.	Rústico, 3, secção O3		524			
15 221	10	Leonor Maria Correia de Sá, Avenida de 5 de Outubro, 158, 9.º, 1050-062 Lisboa.	Rústico, 24, secção O3	887/300503	324			
15 222	11	Rosa Maria Fernandes Pinto Capucho, Largo das Amoreiras, 14, 2050-040 Virtudes. Guilhermina Cristina Lopes Pinto, Rua de Bento de Jesus Caraça, 10, rés-do-chão, direito, 1495-686 Cruz Quebrada. António José Firmino Campanacho, Bairro Mota, 14, 2050-037 Casais da Lagoa.	Rústico, 2, secção P5		72			
15 222	11,1	Rosa Maria Fernandes Pinto Capucho, Largo das Amoreiras, 14, 2050-040 Virtudes. Guilhermina Cristina Lopes Pinto, Rua de Bento de Jesus Caraça, 10, rés-do-chão, direito, 1495-686 Cruz Quebrada. António José Firmino Campanacho, Bairro Mota, 14, 2050-037 Casais da Lagoa.	Rústico, 2, secção P5		522			

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 222	12	Manuel Nogueira Francisco, Rua Principal, 7, São Simão de Litém, 3100-725 Togeira.	Rústico, 2, secção U	00390/240393	107			
15 222	13	Maria Angelina Pires Marinho, Rua de David Melgueiro, 8, 1400-090 Lisboa.	Rústico, 3, secção U		183			
15 222	14	Carlos Manuel Lopes Rodrigues, Quinta da Cerca, 2050-040 Virtudes.	Rústico, 1, secção P a P5 Urbano 545, 544	511/180295	4 016			
15 223	14,1	Carlos Manuel Lopes Rodrigues, Quinta da Cerca, 2050-040 Virtudes	Rústico, 1, secção P a P5 Urbano 545, 544	511/180295	58			
15 222	15	Maria Cristina dos Santos Ferreira Lejjers, Urbanização das Virtudes, lote 8, 2.º, direito, Aveiras de Baixo, 2050-040 Virtudes. Diamantino Lopes Alves Ferreira, Emília Maria Conceição Ferreira Mouchão, Gertrudes de Almeida Soares Ferreira, Graciete de Almeida Alves Ferreira e Ivone dos Santos Quaresma, Rua dos Combatentes, 7, Aveiras de Baixo, 2050-040 Virtudes. José Camilo Guerra Ferreira, José Luís ALmeida Lopes, Ana Cristina Almeida Lopes, Ludovina Lopes de Almeida Alves Ferreira Santos, Vítor Manuel Almeida Lopes Ferreira e Maria Damitília dos Santos Ferreira Marques, Estrada Nacional n.º 367, 322, 1.º, esquerdo, 2125-121 Marinhais. Maria Felisbela Guerra Ferreira e Maria Madalena dos Santos Ferreira Tavares, Urbanização das Virtudes, lote 11, 2.º, direito, 2050-040 Virtudes. Mário Jorge Almeida Lopes e Mário José Caetano Pacheco, Aveiras de Baixo, 2050-040 Virtudes. Regina Maria Almeida Lopes Malagueiras e Rogério Duarte dos Santos Ferreira, Rua dos Geados, 2125-148 Marinhais. Vera Lúcia da Conceição Ferreira Tratão ..... Lucília Maria Almeida Lopes Cartaxo	Rústico, 4, secção U Urbano 5 383	531/240495	1 524			
15 222	16	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 6, secção U	412/041093	140			
15 222	16,1	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 6, secção U	412/041093	805			
15 222	16,2	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 6, secção U	412/041093	17			
15 222	16,3	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 6, secção U	412/041093	227			

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 222	17	Leonardo José Gonçalves Vitorino, Urbanização do Quintalão, lote 11, 1.º, 2070-153 Cartaxo. Jorge Manuel Gonçalves Vitorino e Isabel Maria Gonçalves Vitorino, Rua de José Tanganho, 18, 2.º, 2500-855 Caldas da Rainha. Carmina da Conceição Vitorino, Largo dos Alves, 2, 2070-393 Pontével.	Rústico, 7, secção U		4			
15 222	18	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 2, secção T	410/041093	1 538			
15 222 15 223	18,1	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 2, secção T	410/041093	881			
15 223	18,2	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 2, secção T	410/041093	1 319			
15 223	18,3	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 2, secção T	410/041093	2 783			
15 223	18,4	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 2, secção T	410/041093	388			
15 223	18,5	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 2, secção T	410/041093	302			
15 223	18,6	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 2, secção T	410/041093	973			
15 223 15 224	18,7	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 2, secção T	410/041093	1 205			
15 224	18,8	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 2, secção T	410/041093	877			
15 224	18,9	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 2, secção T	410/041093	108			
15 224	18,10	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 2, secção T	410/041093	1 248			
15 224	18,11	Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, Rua de 25 de Abril, 26, 2050-018 Aveiras de Baixo.	Rústico, 2, secção T	410/041093	2 776			
15 224	19	Leonardo José Gonçalves Vitorino, Urbanização do Quintalão, lote 11, 1.º, 2070-153 Cartaxo. Jorge Manuel Gonçalves Vitorino e Isabel Maria Gonçalves Vitorino, Rua de José Tanganho, 18, 2.º, 2500-855 Caldas da Rainha. Carmina da Conceição Vitorino, Largo dos Alves, 2, 2070-393 Pontével.	Rústico, 4, secção, T	455/160594	314			

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 224	19,1	Leonardo José Gonçalves Vitorino, Urbanização do Quintalão, lote 11, 1.º, 2070-153 Cartaxo. Jorge Manuel Gonçalves Vitorino e Isabel Maria Gonçalves Vitorino, Rua de José Tanganho, 18, 2.º, 2500-855 Caldas da Rainha. Carmina da Conceição Vitorino, Largo dos Alves, 2, 2070-393 Pontével.	Rústico, 4, secção, T	455/160594	578			
15 224	19,2	Leonardo José Gonçalves Vitorino, Urbanização do Quintalão, lote 11, 1.º, 2070-153 Cartaxo. Jorge Manuel Gonçalves Vitorino e Isabel Maria Gonçalves Vitorino, Rua de José Tanganho, 18, 2.º, 2500-855 Caldas da Rainha. Carmina da Conceição Vitorino, Largo dos Alves, 2, 2070-393 Pontével.	Rústico, 4, secção, T	455/160594	1			
15 224	20	Fernando José Deyrieux Centeno, Rua do General Silva Freire, 12, 2.º, esquerdo, 1800-210 Lisboa. Ana Maria Deyrieux Paixão Magalhães, Rua de Agostinho de Campos, 4, 2.º, direito, 1300-005 Lisboa.	Rústico, 3, secção, T	265/190689	707			

Distrito: Santarém.
Concelho: Cartaxo.
Freguesia: Valada.

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 224	21	Joana Abade Santiago, Rua de Aura Abranches, 5, 4.º, E, Valada do Ribatejo, 1500-066 Lisboa.	Rústico, 7, secção AA		92			
15 224	22	Teresa Maria Salgueiro Bello Santos Soares Machado, Rua do Dr. Lourenço Peixinho, 169, B, 6.º, direito, 3800-043 Aveiro.	Rústico, 20, secção AA	1008/220190	592			
15 224	23	Isaías Toscano Vieira, Rua dos Valentes, 17, 2070-351 Casais da Lapa	Rústico, 3, secção AA		277			
15 224	24	AGROSEBER, S. A., Rua de Norberto Oliveira, 1 a 5, Edifícios Seber, 2620-111 Póvoa de Santo Adrião.	Rústico, 4, secção AA		1 361			
15 224	25	Sociedade Agrícola do Meirinho & Palmeira, L.da, Rua de José Ribeiro da Costa, 49, 2070-099 Cartaxo.	Rústico, 1, secção S	455/160594	1 430			
15 224	26	Sociedade Agrícola do Meirinho & Palmeira, L.da, Rua de José Ribeiro da Costa, 49, 2070-099 Cartaxo.	Rústico, 38, secção BB		78			

Freguesia: Vale da Pedra.

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 224	26	Sociedade Agrícola do Meirinho e Palmeira, L.da, Rua de José Ribeiro da Costa, 49, 2070-099 Cartaxo.	Rústico, 38, secção BB		78			

Freguesia: Cartaxo.

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 225	27	Sociedade Agrícola da Aramenha, L.da, Rua de Luís de Camões, 1, 2070-101 Cartaxo.	Rústico, 1, secção AB-4	1008/220190	1 472			
15 225 15 226	27,1	Sociedade Agrícola da Aramenha, L.da, Rua de Luís de Camões, 1, 2070-101 Cartaxo.	Rústico, 1, secção AB-4	1008/220190	701			
15 227 15 228	29	Sociedade Agrícola da Aramenha, L.da, Rua de Luís de Camões, 1, 2070-101 Cartaxo.	Rústico, 1, secção AB-4	1008/220190	5 358			
15 227	30	Carlos Alberto Rosa de Almeida Palmeira, Rua de Batalhoz, 12, 2070-071 Cartaxo.	Rústico, 2, secção AB-2		20			
15 227	30,1	Carlos Alberto Rosa de Almeida Palmeira, Rua de Batalhoz, 12, 2070-071 Cartaxo.	Rústico, 2, secção AB-2		2 133			
15 227 15 228	32	Olívia Nogueira Correia Jorge, Rua de Ferreira de Castro, 4, 2070-656 Vila Chã de Ourique. Maria Rosinda Correia Monteiro, Rua da Liberdade, 14, 3.º, esquerdo, Alverca do Ribatejo, 2615-312 Bom Sucesso. Maria José Amorim Leonardo Monteiro Jorge Silva, Rua de Serpa Pinto, Snack Bar O Tony, 2070-116 Cartaxo. José Monteiro Jorge, Rua do Açude, 58, 2070-076 Cartaxo . . . . . . Ana Catarina Correia Martins e Alexandra Sofia Correia Martins Fernandes, Avenida de Calouste Gulbenkian, 4, 2.º, frente, 2070-010 Cartaxo.	Urbano 2595 e 2596		2 504			
15 227 15 228	33	Sociedade Agrícola da Aramenha, L.da, Rua de Luís de Camões, 1, 2070-101 Cartaxo.	Rústico, 1, secção AB-1	1008/220190	1 957			

Freguesia: Vila Chã de Ourique.

Número do desenho	Número da parcela	Proprietário e morada	Referências		Áreas a expropriar (metros quadrados)	Ónus servidão (metros quadrados)	Ocupação temporária (metros quadrados)	Sobrante eventual a expropriar (metros quadrados)
			Matriz	Registo predial				
15 228	34	António Joaquim Ferreira Martins, Rua do Nobre, 23, Alto do Nobre, 2500-593 Nadadouro.	Rústico, 19, secção AI		2 326			
15 228	35	Companhia Agrícola da Herdade dos Chavões, S. A., Herdade dos Chavões, Vila Chã de Ourique, 2070-681 Zona Industrial.	Rústico, 4, secção AA-3		5 126			
15 228 15 229	35,1	Companhia Agrícola da Herdade dos Chavões, S. A., Herdade dos Chavões, Vila Chã de Ourique, 2070-681 Zona Industrial.	Rústico, 4, secção AA-3		926			
15 229	35,2	Companhia Agrícola da Herdade dos Chavões, S. A., Herdade dos Chavões, Vila Chã de Ourique, 2070-681 Zona Industrial.	Rústico, 4, secção AA-3		260			
15 229	35,3	Companhia Agrícola da Herdade dos Chavões, S. A., Herdade dos Chavões, Vila Chã de Ourique, 2070-681 Zona Industrial.	Rústico, 4, secção AA-3		11			
15 228	36	Sociedade Agrícola do Meirinho & Palmeira, L.da, Rua de José Ribeiro da Costa, 49, 2070-099 Cartaxo.	Rústico, 8, secção AI		1 970			
15 229	37	Manuel Domingos Fernandes, Casais Vidigão, 2005-129 Abitureiras	Rústico, 5, secção AD-1		75			
15 229	37,1	Manuel Domingos Fernandes, Casais Vidigão, 2005-129 Abitureiras	Rústico, 5, secção AD-1		3 921			
15 229 15 230	38	Manuel Domingos Fernandes, Casais Vidigão, 2005-129 Abitureiras	Rústico, 6, secção AD-1		3 392			
15 229	39	Quatro Âncoras — Invest. Imob. Turísticos e Agrícolas, L.da, Rua do Silvestre, Herdade de Algares, 2070-647 Vila Chã de Ourique.	Rústico, 4, secção AD		1 934			

Secretaria-Geral (do ex-MEPAT)

Rectificação n.º 864/2004. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 89, de 15 de Abril de 2004, a p. 5885, o despacho n.º 7533/2004, rectifica-se que onde se lê «nomeada assessora do mesmo quadro, em lugar a extinguir quando vagar,» deve ler-se «nomeada assessora do mesmo quadro, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.»

19 de Abril de 2004. — O Secretário-Geral, *J. Albano Santos.*

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Despacho (extracto) n.º 8780/2004 (2.ª série). — Por meus despachos de 15 de Abril de 2004, por delegação:

Ana Maria Reis da Fonseca Pimentel, engenheira civil de 1.ª classe da carreira de engenheiro civil do quadro da Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro, desta Direcção-Geral — nomeada, precedendo concurso, engenheira civil principal do mesmo quadro e carreira.

José Manuel Felizardo Gonçalves, engenheiro civil de 1.ª classe da carreira de engenheiro civil do quadro dos Serviços Centrais, desta Direcção-Geral — nomeado, precedendo concurso, engenheiro civil principal do mesmo quadro e carreira.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Abril de 2004. — O Subdirector-Geral, *Elísio Costa Santos Summavielle.*

Escola Náutica Infante D. Henrique

Aviso n.º 5424/2004 (2.ª série). — Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, avisam-se os candidatos ao concurso interno de acesso geral para o provimento de um lugar de chefe de secção do quadro de pessoal não docente da Escola Náutica Infante D. Henrique que a lista de classificação final a que se refere o aviso de abertura publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 261, de 11 de Novembro de 2003, homologada por despacho de 16 de Abril de 2004 do director, se encontra afixada, para consulta, no *hall* principal do edifício n.º 1, sito na Avenida do Engenheiro Bonneville Franco, em Paço de Arcos.

19 de Abril de 2004. — O Director, *João M. R. Silva.*

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

Despacho n.º 8781/2004 (2.ª série). — Por decisão do vogal do conselho directivo de 22 de Abril de 2004, proferida no uso da competência delegada pelo despacho n.º 15 816/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 187, de 14 de Agosto de 2003:

Maria Manuela Rodrigues dos Santos, Isabel Maria Dias Martins e Bruno Alexandre da Conceição Fróis — nomeados definitivamente, precedendo concurso, assistentes administrativos principais da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Direcção de Gestão Habitacional de Lisboa (DGHL) deste instituto público.

22 de Abril de 2004. — A Chefe da Divisão de Pessoal e Administração, *Edi Vieira Gomes.*

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território

Despacho n.º 8782/2004 (2.ª série). — A Águas do Algarve, S. A., pretende levar a efeito a ligação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio ao Reservatório do Cerro do Ouro, pertencente ao sistema de Albufeira, visando, desta forma, melhorar a qualidade da água e suprir eventuais dificuldades de abastecimento por parte da autarquia, para o que pretende efectuar a construção de uma estação elevatória na zona da Malhada Velha, bem como proceder à instalação das condutas elevatórias DN 500, em ferro fundido dúctil, numa extensão de 4730 m lineares.

A intervenção pretendida incide em terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN), nas ocorrências «Áreas de Máxima Infiltração» e «Leitos dos Cursos de Água e Zonas Ameaçadas pelas Cheias», por força da delimitação constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/96, de 5 de Junho.

Considerando que o presente projecto configura uma infra-estrutura com uma natureza de serviço público, uma vez que o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio visa, fundamentalmente, servir os municípios da zona oeste do Algarve (Loulé, Albufeira, Lagoa, Lagos, Portimão, Silves, Vila do Bispo, Aljezur e Monchique);

Considerando que esta infra-estrutura foi projectada a partir do ano de 1995, tendo a 1.ª fase sido concluída em 2000 e encontrando-se já em plena exploração, assegurando o fornecimento de água à generalidade dos reservatórios municipais, bem como proporcionando, desta forma, uma origem de água fiável e com capacidade para satisfazer os consumos médios diários no mês de maior consumo, com garantia de qualidade, de acordo com as exigências comunitárias e em condições de segurança e regularidade ao longo do tempo;

Considerando a inexistência de alternativas viáveis para a implantação deste projecto em áreas não delimitadas como REN;

Considerando que o traçado das condutas acompanha as estradas e caminhos existentes, evitando o cruzamento quer de linhas de água quer de terrenos de exploração agrícola permanente, reduzindo desta forma os impactes ambientais inerentes à obra;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal de Albufeira, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 43/95, de 4 de Maio, não obsta a concretização do projecto;

Considerando que a Comissão Regional da Reserva Agrícola do Algarve emitiu parecer favorável relativamente à utilização não agrícola de solos integrados na Reserva Agrícola Nacional;

Considerando o parecer emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR — Algarve) que identifica as medidas de minimização que a Câmara Municipal de Albufeira deverá dar cumprimento na execução do projecto, designadamente:

A área de intervenção deverá ser confinada ao mínimo necessário para a execução das obras, no que respeita a escavações, aterros e locais de depósito de material, devendo os trabalhos de instalação das condutas desenvolverem-se numa faixa mínima (aproximadamente 5 m);

O movimento de máquinas deve ser restringido ao estritamente necessário, utilizando-se sempre os mesmos acessos, tendo em vista evitar a destruição do coberto vegetal existente e a compactação excessiva do terreno;

As movimentações de terras deverão decorrer em períodos secos, por forma a evitar fenómenos erosivos;

Após a realização dos trabalhos terão de ser removidos materiais e entulhos para local adequado, por forma a não obstruir os leitos das linhas de água;

Deverá igualmente proceder-se à renaturalização das áreas não pertencentes à zona a intervencionar que tenham sido afectadas, nomeadamente através da descompactação e arejamento dos solos com recurso à escarificação ou gradagem do solo e da recuperação do coberto vegetal, recorrendo-se à utilização de vegetação autóctone.

Considerando que a empresa Águas do Algarve, S. A., terá obrigatoriamente de solicitar junto da CCDR — Algarve a licença de utilização do domínio hídrico, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, sempre que se verifiquem intervenções numa faixa de 10 m para cada lado das margens das linhas de água:

Determino que, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, pelo despacho n.º 9016/2003 (2.ª série), de 21 de Abril, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 106, de 8 de Maio de 2003, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *c*) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, seja reconhecido o interesse público da ligação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Barlavento Algarvio ao Reservatório do Cerro do Ouro, sujeito ao cumprimento das medidas de minimização supramencionadas, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade da proponente repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

13 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território, *Joaquim Paulo Taveira de Sousa.*

Despacho n.º 8783/2004 (2.ª série). — A Câmara Municipal de Mogadouro deliberou, em 7 de Janeiro de 2003, proceder à revisão do Plano Director Municipal de Mogadouro, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/95, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 231, de 6 de Outubro de 1995.

Considerando o teor do relatório de avaliação da execução daquele instrumento de planeamento territorial, apresentado para efeitos de fundamentação da necessidade da respectiva revisão, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e do n.º 9.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Tendo em conta que, a solicitação da Câmara Municipal de Mogadouro, foi realizada, em 11 de Junho de 2003, a reunião preparatória exigida pelo n.º 11.º do referido diploma regulamentar;

Considerando, ainda, o teor da proposta de composição da comissão mista de coordenação que acompanhará o procedimento de revisão do Plano Director Municipal de Mogadouro e as designações efectuadas pelos membros do Governo, nos termos do n.º 16.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Assim, no uso das competências que me foram delegadas pelo Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente através do despacho n.º 9016/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 106, de 8 de Maio de 2003, e nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1 — É constituída a comissão mista de coordenação que acompanhará o procedimento de revisão do Plano Director Municipal de Mogadouro, a qual é presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nos termos do disposto no n.º 5.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril.

2 — A comissão mista de coordenação integra, para além do representante referido no número anterior, um representante das seguintes entidades:

Câmara Municipal de Mogadouro;
Instituto das Estradas de Portugal;
Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro;
Direcção Regional do Norte do Ministério da Economia (Energia e Minas);
Instituto Português do Património Arquitectónico;
Direcção Regional de Educação do Norte;
Instituto Nacional de Aeronáutica Civil;
Administração Regional de Saúde;
Rede Eléctrica Nacional;
Instituto Nacional da Água;
Direcção-Geral das Florestas;
Instituto da Conservação da Natureza;
EDP — Distribuição;
CPPE — Companhia Portuguesa de Produção Eléctrica;
ANACOM;
Direcção-Geral do Turismo;
Centro Distrital de Operações de Socorro de Bragança, do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil;
Guarda Nacional Republicana.

13 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território, *Joaquim Paulo Taveira de Sousa.*

Despacho n.º 8784/2004 (2.ª série). — A Câmara Municipal de Cuba deliberou, em 24 de Julho de 2003, proceder à revisão do Plano Director Municipal de Cuba, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/93, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 133, de 8 de Junho de 1993.

Considerando o teor do relatório de avaliação da execução daquele instrumento de planeamento territorial, apresentado para efeitos de fundamentação da necessidade da respectiva revisão, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e do n.º 9.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Tendo em conta que, a solicitação da Câmara Municipal de Cuba, foi realizada, em 27 de Junho de 2003, a reunião preparatória exigida pelo n.º 11.º do referido diploma regulamentar;

Considerando, ainda, o teor da proposta de composição da comissão mista de coordenação que acompanhará o procedimento de revisão do Plano Director Municipal de Cuba e as designações efectuadas pelos membros do Governo, nos termos do n.º 16.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Assim, no uso das competências que me foram delegadas pelo Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente através do despacho n.º 9016/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 106, de 8 de Maio de 2003, e nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1 — É constituída a comissão mista de coordenação que acompanhará o procedimento de revisão do Plano Director Municipal de Cuba, a qual é presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, nos termos do disposto no n.º 5.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril.

2 — A comissão mista de coordenação integra, para além do representante referido no número anterior, um representante das seguintes entidades:

Câmara Municipal de Cuba;
Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;
Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica;
Direcção-Geral das Florestas;
Direcção Regional do Centro do Ministério da Economia;
Direcção-Geral do Turismo;
Rede Eléctrica Nacional;
Instituto Português do Património Arquitectónico;
Instituto das Estradas de Portugal;
Autoridade Nacional de Comunicações (ICP — ANACOM);
Rede Ferroviária Nacional;
Direcção Regional de Educação do Alentejo;
Administração Regional de Saúde do Alentejo;
Instituto do Desporto de Portugal;
Centro Distrital de Operações de Socorro de Beja, do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil;
Guarda Nacional Republicana;
Câmara Municipal de Alvito;
Câmara Municipal de Beja;
Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo;
Câmara Municipal de Portel;
Câmara Municipal da Vidigueira;
Santa Casa da Misericórdia de Cuba;
Conselho Municipal de Educação;
Conselho Cinegético Municipal;
EDIA;
Região de Turismo da Planície Dourada;
Associação Comercial de Beja;
Sporting Clube de Cuba, em representação das Associações Desportivas do Concelho.

13 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território, *Joaquim Paulo Taveira de Sousa.*

Despacho n.º 8785/2004 (2.ª série). — Pretende a Cooperativa Agrícola de Santiago Maior proceder à construção de duas lagoas de evaporação de águas-ruças de lagar de azeite em Courela do Poço, freguesia de Santiago Maior, município de Alandroal, utilizando para o efeito terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN), por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/97, de 12 de Fevereiro.

Considerando a justificação da localização da referida infra-estrutura, apresentada pela Cooperativa Agrícola de Santiago Maior;

Considerando que a infra-estrutura proposta não colide com as disposições do Regulamento do Plano Director Municipal de Alandroal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/97, de 15 de Setembro;

Considerando a deliberação da Assembleia Municipal de Alandroal, que reconheceu o interesse público municipal da pretensão em apreço;

Considerando que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR — Alentejo) emitiu parecer favorável à execução das lagoas;

Considerando, ainda, que a Cooperativa Agrícola de Santiago Maior deverá dar cumprimento às medidas de minimização propostas pela CCDR — Alentejo, designadamente:

Assegurar que as telas a aplicar na impermeabilização das lagoas tenham como base um geotêxtil não tecido e terra cirandada (isenta de pedras de material de maior granulometria) devidamente compactada, devendo ser as mesmas soldadas de modo a impedir infiltrações;
No tojo superior dos taludes deve ser devidamente ancorada em valeta trapezoidal;
Deve ser colocada uma vedação em rede ovelheira e poste de madeira (com 80 cm) e portão fechado a cadeado para evitar queda de pessoas ou animais:

Determino que, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e

Ambiente, pelo Despacho n.º 9016/2003 (2.ª série), de 21 de Abril, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 106, de 8 de Maio de 2003, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *c*) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, seja reconhecido o interesse público da construção de duas lagoas de evaporação de águas-ruças do lagar de azeite sito na Courela do Poço, sujeito à obtenção do parecer e ao cumprimento das condicionantes acima referidas, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade de a proponente repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

16 de Abril de 2004. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território, *Joaquim Paulo Taveira de Sousa.*

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Contrato n.º 833/2004. — *Contrato de financiamento para a reconstrução de um edifício destinado a sede da Junta de Freguesia de Maceira (município de Fornos de Algodres).* — Aos 18 dias do mês de Março de 2004, entre a directora-geral das Autarquias Locais e o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, da parte da administração central, e a Junta de Freguesia de Maceira, representada pelo seu presidente, é celebrado o presente contrato de financiamento, ao abrigo do artigo 7.º, n.º 3, alínea *c*), da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, alterada pelas Leis n.ºs 87-B/98, de 31 de Dezembro, 3-B/2000, de 4 de Abril, 15/2001, de 5 de Junho, e 94/2001, de 20 de Agosto, e de harmonia com o Despacho Normativo n.º 29-B/2001, de 6 de Julho, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

Constitui objecto do presente contrato o apoio financeiro no montante de € 29 400 à Junta de Freguesia de Maceira para a reconstrução de um edifício destinado ao seu edifício sede, cujo investimento global ascende a € 49 000.

Cláusula 2.ª

Direitos e obrigações das partes contratantes

1 — Compete à Direcção-Geral das Autarquias Locais processar a comparticipação financeira da administração central, estabelecida na cláusula 1.ª, contra a apresentação de declaração justificativa dimanada da CCDR do Centro, assinada pelo director regional da Administração Local, após terem sido visados pela CCDR do Centro os respectivos documentos comprovativos das despesas realizadas.

2 — Compete à Junta de Freguesia utilizar o financiamento concedido, de acordo com a candidatura apresentada na Direcção-Geral das Autarquias Locais, bem como:

a) Tomar as iniciativas conducentes à abertura de concurso para a adjudicação da obra;
b) Organizar o *dossier* de investimento, em caso de execução da obra por empreitada ou administração directa;
c) Colocar, no local de realização das obras, painel de divulgação do financiamento obtido, nos termos do disposto no despacho n.º 11/90, de 15 de Abril, do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 4 de Maio de 1990, e no despacho n.º 8-1/97, de 27 de Fevereiro;
d) Fiscalizar a execução dos trabalhos, podendo, para o efeito, solicitar o apoio técnico da CCDR do Centro, de acordo com o disposto neste contrato;
e) Elaborar os autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao pagamento na proporção correspondente à participação financeira de sua responsabilidade;
f) Elaborar a conta final e proceder à recepção provisória e definitiva da obra.

Cláusula 3.ª

Instrumentos financeiros e responsabilidade de financiamento

1 — As verbas que asseguram a execução do investimento previsto neste contrato são inscritas no orçamento da Junta de Freguesia de Maceira e a da comparticipação financeira no orçamento do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais.

2 — O montante da comparticipação financeira atribuída é pago da forma seguinte:

A título de adiantamento, uma prestação no valor de 35 % da comparticipação, no montante de € 10 290;
Uma prestação intercalar, representando 45 % da comparticipação atribuída, no montante de € 13 230, contra a apresentação da declaração justificativa das despesas correspondentes ao montante antes recebido;
Uma prestação final, no montante de € 5880, correspondente ao remanescente em dívida da comparticipação atribuída, contra a apresentação de declaração justificativa do dispêndio global efectuado e comprovativa da conclusão das obras.

3 — O apoio financeiro da administração central não abrange os custos resultantes de altas de praça, revisões de preços não previstas na programação financeira, trabalhos a mais, erros e omissões.

4 — Compete à Junta de Freguesia de Maceira assegurar a parte do investimento não financiado pelo contrato nos termos do n.º 1 da presente cláusula.

5 — À Junta de Freguesia de Maceira está cometida a responsabilidade da execução financeira presentemente acordada.

Cláusula 4.ª

Dever de informar

A Junta de Freguesia de Maceira obriga-se a prestar à Direcção-Geral das Autarquias Locais e à CCDR do Centro todas as informações que estas entidades lhe solicitem relativamente ao financiamento atribuído.

Cláusula 5.ª

Resolução do contrato

A utilização do financiamento para fim distinto do previsto na cláusula 1.ª constitui motivo para a imediata resolução do presente contrato, autorizando a Junta de Freguesia de Maceira a retenção das transferências que lhe couberem ao abrigo da Lei das Finanças Locais até à integral restituição das verbas de comparticipação financeira recebidas.

18 de Março de 2004. — A Directora-Geral das Autarquias Locais, *Maria Eugénia Santos.* — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, *Paulo Pereira Coelho.* — O Presidente da Junta de Freguesia de Maceira, *Paulo Jorge Fonseca das Neves Invêncio.*

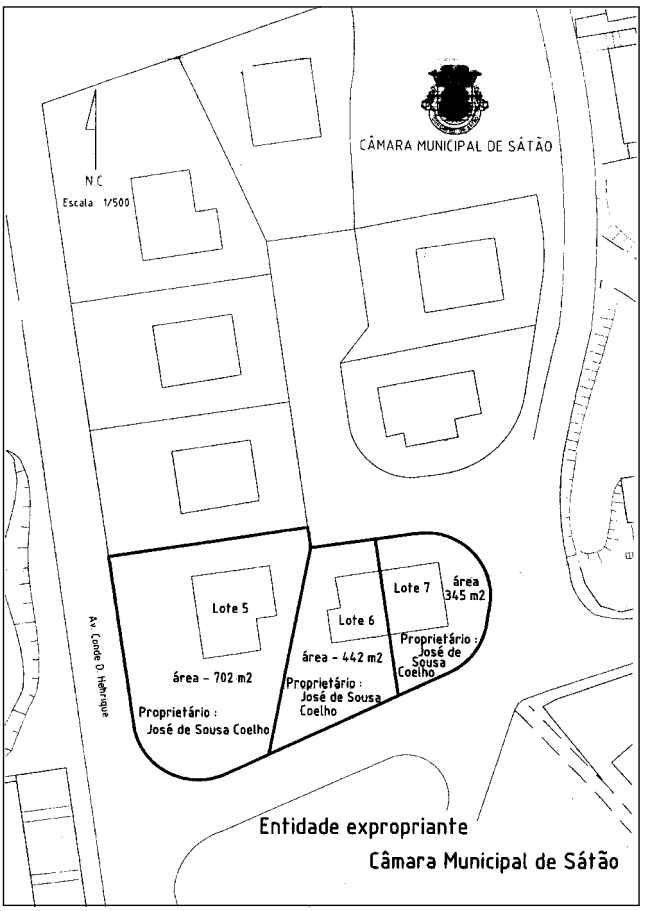
Declaração (extracto) n.º 106/2004 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado da Administração Local, por despacho de 31 de Março de 2004, a pedido da Câmara Municipal de Sátão, declarou a utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência, das parcelas de terreno a seguir referenciadas e identificadas na planta em anexo:

Número do lote	Proprietário	Área (metros quadrados)	Número da matriz e freguesia		Número na Conservatória do Registo Predial
			Rústico	Urbano	
5	José de Sousa Coelho, casado com Ana Maria de Albuquerque Carvalho Coelho.	702		997, Mioma	0084/160987
6	José de Sousa Coelho, casado com Ana Maria de Albuquerque Carvalho Coelho.	422		996, Mioma	0085/160987
7	José de Sousa Coelho, casado com Ana Maria de Albuquerque Carvalho Coelho.	345		993, Mioma	0086/160987

A expropriação tem por fim a execução da obra da rotunda da Estrada Nacional n.º 329 e seus acessos junto à Quinta do Porto.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º, do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e no uso de competência delegada pelo despacho n.º 9016/2003, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 8 de Maio de 2003, do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica (IT) n.º 46/DSJ, de 17 de Março de 2004, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.066.03, daquela Direcção-Geral.

16 de Abril de 2004. — A Directora-Geral, *Eugénia Santos.*



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão n.º 438/2003/T. Const. — Processo n.º 803/02. — Acordam na 2.ª Secção do Tribunal Constitucional:

I — **Relatório.** — 1 — Por despacho proferido na 4.ª Vara Criminal de Lisboa em 6 de Novembro de 2000, Alexandre Paulo Quadrio Ferro de Matos foi pronunciado como autor de três crimes de corrupção passiva (artigo 420.º do Código Penal de 1982). O arguido recorreu deste despacho, impugnando os seus fundamentos para o tribunal superior e invocando subsidiariamente também a prescrição do procedimento criminal. Anteriormente, alegara já igualmente essa prescrição perante o juiz de instrução, o qual desatendera essa alegação.

Em 12 de Março de 2001, quatro dias depois de apresentadas as alegações de recurso, o recorrente apresentou novo requerimento dirigido ao juiz do tribunal de 1.ª instância, pedindo que o procedimento criminal fosse julgado prescrito com base noutros fundamentos: enquanto antes o arguido defendera que a prescrição do procedimento criminal se consumara em 18 de Outubro de 2000, nos termos do artigo 117.º, n.º 1, alínea *b*), do Código Penal de 1982, considerando que o prazo se havia interrompido com as suas primeiras declarações perante a Polícia Judiciária (em 17 de Outubro de 1990), mas que se não verificara qualquer outra suspensão ou interrupção, sustentou agora que a prescrição ocorrera em 28 de Janeiro de 2001, com base no disposto no artigo 120.º, n.º 3, do Código Penal de 1982, porquanto haviam decorrido, desde o último dos actos integrantes dos crimes imputados, 15 anos (prazo normal acrescido de metade) e não se verificou qualquer facto susceptível de suspender a prescrição.

Por despacho de 23 de Março de 2001, o juiz de 1.ª instância considerou que, fazendo «a arguida prescrição do procedimento criminal por parte do arguido Alexandre Matos [. . .] parte do objecto do recurso por ele interposto do despacho de pronúncia», «a apreciação de tal questão deferiu-se, assim, ao V.º Tribunal da Relação de Lisboa — pelo que não comete ao juiz do processo, saneado este como foi no despacho impugnado, substituir-se agora ao tribunal de recurso». Assim, absteve-se de conhecer da invocação da prescrição do procedimento criminal.

O arguido recorreu desse despacho, tendo por virtude disso os autos baixado do Tribunal da Relação ao Tribunal de 1.ª instância, onde o recurso foi recebido por despacho de 13 de Julho de 2001, voltando a subir, de novo, ao Tribunal da Relação.

Este Tribunal apreciou e decidiu os dois recursos, pelo Acórdão de 13 de Dezembro de 2001, negando provimento tanto ao recurso do despacho da 1.ª instância que havia relegado para o tribunal superior a apreciação da prescrição como ao recurso do despacho de pronúncia. Por outro lado, conheceu também da questão da extinção do procedimento criminal (fls. 4891 e seguintes dos autos) e concluiu que «não ocorreu ainda a prescrição do procedimento criminal dos factos pelos quais o arguido vem pronunciado».

2 — Recorreu, então, o arguido para o Supremo Tribunal de Justiça, «na parte em que este nega provimento ao recurso do despacho proferido a fl. 4808 v.º» (o referido despacho que relegou para o Tribunal da Relação o conhecimento da questão da prescrição). Nas alegações de recurso apresentadas para o Supremo Tribunal de Justiça o recorrente sustentou, na parte que interessa ao recurso de fiscalização concreta de inconstitucionalidade, o seguinte:

«[. . .]

20.º Até ao presente, quer o tribunal de 1.ª instância quer o tribunal de 2.ª instância, ao confirmar despacho proferido por aquele, denegaram o direito de defesa do arguido consagrado no artigo 32.º da Constituição da República Portuguesa, uma vez que até ao momento nenhuma instância conheceu do mérito do referido requerimento, podendo o procedimento criminal encontrar-se prescrito há muito tempo, a ser procedente a fundamentação alegada pelo arguido.

21.º Com tal postura, e com todo o devido respeito, os tribunais portugueses não querem conhecer do mérito do referido requerimento, por motivo que não conseguimos compreender.

22.º O tribunal de 1.ª instância e o Tribunal da Relação de Lisboa ao interpretarem, ainda que tacitamente, que os artigos 139.º e 140.º do CPP de 1929 não admitem conhecimento oficioso da prescrição do procedimento criminal em qualquer altura do processo, no caso de aquela ter sido deduzida em dois momentos processuais distintos, com pressupostos fácticos diferentes, violam as garantias e defesa do arguido consagradas no artigo 32.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.»

E concluiu:

«[. . .]

7 — O tribunal de 1.ª instância e o Tribunal da Relação de Lisboa ao interpretarem, ainda que tacitamente, que os artigos 139.º e 140.º do CPP de 1929 não admitem o conhecimento oficioso da prescrição do procedimento criminal em qualquer altura do processo, no caso de aquela ter sido deduzida em dois momentos processuais distintos, com fundamentos fácticos diferentes, sendo a primeira prescrição invocada objecto do despacho de pronúncia a decidir pelo tribunal superior, violam as garantias de defesa do arguido consagradas no artigo 32.º, n.º 1, da Constituição [por evidente lapso, escreveu-se 'Código'] da República Portuguesa.

8 — Assim, são inconstitucionais, por violação do artigo 32.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, as normas dos artigos 139.º e 140.º do Código de Processo Penal de 1929, quando interpretada *[sic]* (com foi implicitamente pelo tribunal de 1.ª instância e pelo Tribunal da Relação de Lisboa) da forma referida no número anterior.»

Pelo Acórdão de 6 de Novembro de 2002, o Supremo Tribunal de Justiça considerou que as questões a decidir por si eram as seguintes:

«*a*) O acórdão da Relação devia ter revogado o despacho judicial de 1.ª instância que, relegando para a decisão do recurso interposto para o Tribunal da Relação o conhecimento de toda a questão relativa à prescrição do procedimento criminal, não conheceu da invocação dessa prescrição deduzida pelo arguido recorrente Alexandre Matos em requerimento autónomo do recurso, com fundamentos fácticos diferentes dos invocados nas alegações destes?

b) Ao considerar improcedente o recurso daquele despacho, em vez de determinar a sua substituição por outro que conhecesse do mérito do pedido que o arguido deduzira no requerimento autónomo do recurso do despacho de pronúncia, o Tribunal da Relação, como já o fizera o despacho de 1.ª instância, interpretou e aplicou tacitamente os artigos 139.º e 140.º, ambos do CPP de 1929, em sentido violador da norma do artigo 32.º, n.º 1, da CRP?

Como questão de conhecimento oficioso coloca-se a seguinte:

c) Encontra-se prescrito o procedimento criminal?»

Apreciando estas questões, o Supremo Tribunal de Justiça julgou improcedente o recurso relativo às questões enunciadas sob as alíneas *a*) e *b*), nos seguintes termos:

«Sendo de conhecimento oficioso a questão da excepção da prescrição do procedimento criminal, como resulta manifesto das invocadas disposições dos artigos 138.º a 140.º do CPP de 1929, essa questão apresenta-se como una, devendo a decisão a tal respeito ponderar, numa perspectiva actualista que considere a situação existente na altura em que a questão é apreciada e decidida, não só os elementos fácticos e argumentos de direito porventura invocados pelo arguido ou pelo Ministério Público mas todas as demais circunstâncias de facto e razões jurídicas pertinentes.

Ora, tendo o juiz que proferiu o despacho de pronúncia conhecido previamente das excepções, exarando que nenhuma se verificava, e estando pendente recurso do despacho de pronúncia, em cujas alegações o recorrente invocara a da prescrição do procedimento criminal, a questão dessa prescrição colocada em 1.ª instância já durante a pendência do recurso — ainda que com argumento jurídico algo diferente do anteriormente invocado na motivação deste, porém não baseado em facto ocorrido ou só conhecido posteriormente ao da prolação do despacho de pronúncia, ou no mero decurso do tempo entretanto verificado — constituía uma questão relativamente à qual já se esgotara o poder jurisdicional do juiz.

Só poderia por isso ser considerada no âmbito da decisão do recurso, como se entendeu nos doutos despacho e acórdãos referidos.

Resulta igualmente que esse entendimento e posterior decisão do Tribunal da Relação não implicaram interpretação, mesmo que implícita, dos citados artigos 138.º a 140.º ofensiva da norma do artigo 32.º, n.º 1, da CRP, pois que o acórdão não deixou de apreciar actualisticamente todos os possíveis factos e fundamentos jurídicos da prescrição do procedimento criminal (incluindo os invocados pelo recorrente), não prejudicando pois as garantias de defesa do arguido, incluindo a do recurso.

Improcedem assim os fundamentos do recurso invocados pelo arguido.»

Nesse acórdão, de 6 de Novembro de 2002, o Supremo Tribunal de Justiça apreciou ainda, oficiosamente, a questão da prescrição do procedimento criminal, concluindo que se não verificara ainda a prescrição do procedimento criminal, por não ter ainda decorrido o prazo máximo de prescrição invocado pelo arguido, o qual «só atingiria o seu termo em 16 de Abril de 2004», pois começara a correr novo prazo prescricional em 4 de Maio de 1991 e este fora interrompido e suspenso pela notificação do despacho de pronúncia, devendo o tempo de três anos desta suspensão ser ressalvado no cômputo do prazo máximo de prescrição.

3 — Inconformado com esta decisão, o arguido veio dela recorrer para o Tribunal Constitucional, ao abrigo do artigo 70.º, n.º 1, alínea *b*), da Lei do Tribunal Constitucional, pretendendo a apreciação da inconstitucionalidade das normas constantes dos artigos 139.º e 140.º do Código de Processo Penal de 1929.

No Tribunal Constitucional foi proferido despacho, nos termos do artigo 75.º-A, n.º 5, a convidar o recorrente a indicar a norma ou princípio constitucional que considera violado, bem como a peça processual em que suscitou a questão de constitucionalidade, vindo o recorrente dizer que considera violado o artigo 32.º, n.º 1, da Constituição e que suscitara a questão de constitucionalidade nas alegações dos recursos interpostos para o Tribunal da Relação de Lisboa e para o Supremo Tribunal de Justiça.

Notificado para alegar, o arguido concluiu do seguinte modo:

«1.º A prescrição é um pressuposto negativo do procedimento criminal, sendo de conhecimento oficioso e podendo ser deduzida em qualquer altura do processo até ao trânsito em julgado, conforme consta dos artigos 138.º e 140.º do Código de Processo Penal de 1929.

2.º A decisão proferida pela 1.ª instância quanto à prescrição do procedimento criminal, e que fez parte do objecto do recurso do despacho de pronúncia, versou questão colocada no requerimento de abertura da instrução contraditória assente nos pressupostos fácticos que então se verificaram.

3.º A prescrição suscitada pelo arguido posteriormente no requerimento de fl. 4801 a fl. 4806, assentando em pressupostos fácticos diferentes da apreciada como questão prévia no despacho de pronúncia, não se traduz na repetição dessa mesma questão já decidida pelo Tribunal.

4.º Assim, porque não se tratava da mesma questão, nenhum risco haveria do juiz da 1.ª instância, ao julgá-la, contradizer o que havia decidido no despacho de pronúncia quanto à prescrição, nem estava aquela, ao contrário daquilo que é dito no despacho em que se entendeu não a apreciar, abarcada no objecto do recurso do despacho de pronúncia, e por isso, com a respectiva apreciação vedada à 1.ª instância e deferida ao Tribunal da Relação.

5.º Assim, até à presente data o arguido viu os seus direitos de defesa manifestamente violados, uma vez que o tribunal de 1.ª instância, Tribunal da Relação de Lisboa e o Supremo Tribunal de Justiça (ainda que parcialmente) não conheceram do mérito do referido requerimento, pelo que há muito o presente procedimento criminal relativamente aos dois crimes de corrupção passiva de que o arguido vem acusado, e em que são corruptores activos os arguidos Manuel Alves e Eugénio Soares, poder-se-á encontrar prescrito a ser procedente a argumentação deduzida no requerimento de fl. 4801 a fl. 4806.

6.º O tribunal de 1.ª instância e o Tribunal da Relação de Lisboa ao interpretarem, ainda que tacitamente, que os artigos 139.º e 140.º do CPP de 1929 não admitem o conhecimento oficioso da prescrição do procedimento criminal em qualquer altura do processo, no caso de aquela ter sido deduzida em dois momentos processuais distintos, com fundamentos fácticos e argumentação jurídica diferentes, sendo a primeira prescrição invocada objecto do despacho de pronúncia a decidir pelo tribunal superior, violam as garantias de defesa do arguido consagradas no artigo 32.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

7.º Assim, são inconstitucionais, por violação do artigo 32.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, as normas dos artigos 139.º e 140.º do Código de Processo Penal de 1929, quando interpretadas (como foi implicitamente pelo tribunal de 1.ª instância, Tribunal da Relação de Lisboa e Supremo Tribunal de Justiça) da forma referida no número anterior.

8.º Além do mais, apesar de relativamente ao crime de corrupção passiva de que o arguido vem acusado e que tem como corruptor activo o arguido Almiro Simões o Supremo Tribunal de Justiça se tenha pronunciado sobre parte do mérito do requerimento de fl. 4801 a fl. 4806, a verdade é que mesmo neste caso foi violada a mais elementar garantia de defesa do arguido: o direito ao recurso.

9.º O Supremo Tribunal de Justiça ao pronunciar-se parcialmente sobre o mérito do requerimento de fl. 4801 a fl. 4806, procurando desta forma colmatar negação do conhecimento de mérito do requerimento pelas varas criminais e pelo Tribunal da Relação de Lisboa, decidiu como se tratasse de um tribunal de 1.ª instância, precluindo-se assim ao arguido o direito de recurso constitucionalmente consagrado no artigo 32.º, n.º 1, da CRP, pois o Supremo Tribunal de Justiça é a última instância comum para efeitos de recurso.

10.º Deve, desta forma, a decisão recorrida ser revogada e substituída por outra que se conforme com o disposto no artigo 32.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente que ordene o tribunal de 1.ª instância a conhecer do mérito do requerimento interposto pelo arguido de fl. 4801 a fl. 4806.»

O Ministério Público encerrou as suas contra-alegações com as seguintes proposições conclusivas:

«1 — Não tendo as normas dos artigos 139.º e 140.º do Código de Processo Penal de 1929 sido aplicadas na dimensão interpretativa questionada pelo recorrente, não está preenchido um dos pressupostos processuais do recurso previstos na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 70.º da Lei do Tribunal Constitucional, o que obsta ao conhecimento do objecto do recurso.

2 — Não tendo o recorrente indicado a norma cuja inconstitucionalidade pretende ver apreciada por hipotética violação do n.º 1 do artigo 32.º da Constituição, por o Supremo Tribunal de Justiça alegadamente ter decidido como se tratasse de um tribunal de 1.ª instância, igualmente falta um pressuposto processual que impede o conhecimento do recurso.»

Notificado sobre as questões prévias suscitadas nas contra-alegações do Ministério Público, o recorrente veio responder-lhes, dizendo, entre o mais:

«[. . .]

4.º Com todo o devido respeito, o Ministério Público, ao referir que o tribunal *a quo* não interpretou inconstitucionalmente, quer de forma explícita quer de forma implícita, as referidas normas, está a entrar no conhecimento do objecto do recurso, não sendo uma questão prévia mas sim a sua posição quanto ao mérito do mesmo, com a qual discordamos pelas razões aduzidas no recurso.

5.º Relativamente à segunda conclusão apresentada pelo Ministério Público, a verdade é que por lapso o arguido não referiu as normas violadas pelo Supremo Tribunal de Justiça, pelo que desde já se requer o aperfeiçoamento da nona conclusão das alegações por si apresentadas, nos termos do artigo 78.º-B, n.º 1, da Lei do Tribunal Constitucional, devendo ter a seguinte redacção:

'9.º O Supremo Tribunal de Justiça, ao pronunciar-se parcialmente sobre o mérito do requerimento de fl. 4801 a fl. 4806, procurando dessa forma colmatar negação do conhecimento de mérito do requerimento pelas varas criminais e pelo Tribunal da Relação de Lisboa, decidiu como se tratasse de um tribunal de 1.ª instância, precluindo-se assim ao arguido o direito de recurso constitucionalmente consagrado no artigo 32.º, n.º 1, da CRP, pois o Supremo Tribunal de Justiça é a última instância comum para os efeitos de recurso, tendo interpretado inconstitucionalmente os artigos 645.º e 647.º, n.º 7, do CPP de 1929.'»

Notificado sobre este requerimento do recorrente, o Ministério Público veio responder-lhe nos seguintes termos:

«1 — A Lei do Tribunal Constitucional estabelece regras procedimentais e prazos para o estabelecimento de peças processuais.
2 — O recorrente reconhece não ter indicado um dos requisitos estabelecidos para a interposição do recurso, conforme é estipulado no artigo 75.º-A, n.º 2, da Lei do Tribunal Constitucional.
3 — Porém, pretende agora vir fazê-lo, o que ocorre manifestamente fora do prazo.
4 — Termos em que deverá ser indeferido o requerido.»

Corridos os vistos, e após mudança de relator, por vencimento quanto ao conhecimento do recurso, cabe apreciar e decidir.

II — **Fundamentos. —** *A*) *Questões prévias.* — 4 — No ponto 5 da resposta às questões prévias suscitadas pelo Ministério Público, o recorrente veio requerer um «aperfeiçoamento» das alegações de recurso, em que na verdade indica pela primeira vez a apreciação da constitucionalidade dos «artigos 645.º e 647.º, n.º 7, do CPP de 1929» como objecto do recurso.

Ora, é claro que, como salienta o Ministério Público, se não pode tomar conhecimento da constitucionalidade destas normas, incluídas num alargamento do objecto de recurso a coberto de um pretenso aperfeiçoamento da nona conclusão das alegações. Na verdade, essas normas não constavam nem do requerimento de interposição de recurso nem das alegações, não tendo sido neles incluídas pelo recorrente. E é sabido que o objecto do recurso fica, desde logo, delimitado por aquele requerimento, conforme resulta do disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 75.º-A da Lei do Tribunal Constitucional (cf., entre muitos, os Acórdãos deste Tribunal n.os 641/99, 205/2002 e 215/2002, inéditos).

De resto, pode notar-se, ainda, que a nona conclusão («aperfeiçoada») não corresponde a qualquer síntese do que haja sido, anteriormente, exposto no discurso alegatório sobre a matéria a que a mesma se refere. O recorrente nada discreteou sobre tais preceitos na parte expositiva das alegações. Sendo assim, também nem sequer é caso de aperfeiçoamento das conclusões, mesmo que se admitisse, sem discussão, a possibilidade legal de o fazer espontaneamente.

Estamos, pois, perante uma ampliação, não permitida por lei, do objecto do recurso de fiscalização concreta de inconstitucionalidade, pelo que não se conhece da questão a que se refere.

5 — Como decorre das alegações feitas para o Tribunal Constitucional e das respectivas sexta e sétima conclusões que sintetizam a respectiva matéria, acima transcritas, o recorrente questiona a inconstitucionalidade das normas dos artigos 139.º e 140.º do Código de Processo Penal de 1929 na interpretação que, ainda que implicitamente, diz ter sido feita pelo tribunal recorrido, segundo a qual tais normas não admitem o conhecimento oficioso da prescrição do procedimento criminal em qualquer altura do processo, no caso de aquela ter sido deduzida em dois momentos processuais distintos, com fundamentos fácticos e argumentação jurídica diferentes, sendo a primeira prescrição invocada objecto de pronúncia a decidir pelo tribunal superior, por violação das garantias de defesa do arguido consagradas no artigo 32.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa. Como se vê pelas conclusões das alegações feitas pelo recorrente para o Supremo Tribunal de Justiça (n.os 7 e 8), e que acima se deixaram transcritas na parte final do n.º 3, já foi essa a dimensão interpretativa de tais normas que foi colocada pelo recorrente perante aquele Supremo Tribunal.

Discreteando sobre esta questão, a decisão recorrida concluiu, como se viu, que «a questão dessa prescrição colocada em 1.ª instância já durante a pendência do recurso — ainda que com argumento jurídico algo diferente do anteriormente invocado na motivação deste, porém não baseado em facto ocorrido ou só conhecido posteriormente ao da prolação do despacho de pronúncia, ou no mero decurso do tempo entretanto verificado — constituía uma questão relativamente à qual já se esgotara o poder jurisdicional do juiz».

Dos termos acabados de transcrever resulta ter o Supremo Tribunal de Justiça considerado que, tendo o juiz exarado, no despacho de pronúncia, que nenhuma excepção se verificava e que, tendo sido invocada nas alegações desse despacho no recurso interposto para o tribunal superior a questão da prescrição do procedimento criminal, se havia *esgotado o poder jurisdicional do juiz* relativamente à mesma questão da prescrição, entretanto suscitada na pendência do recurso com base em outros fundamentos, pelo que só poderia ser considerada no âmbito da decisão do recurso interposto. Em coerência com tal doutrina passou, depois, a decisão recorrida a conhecer da questão da prescrição segundo os diversos fundamentos.

Ora, cumpre reconhecer que a dimensão normativa impugnada pelo recorrente não faz expressa referência ao esgotamento do poder jurisdicional do tribunal recorrido, como obstáculo ao conhecimento em qualquer momento da questão da prescrição do procedimento criminal. Pode, porém, admitir-se que a interpretação, impugnada pelo recorrente, dos artigos 139.º e 140.º do Código de Processo Penal de 1929, no sentido de que tais normas não admitem o conhecimento oficioso da prescrição do procedimento criminal em qualquer altura do processo, no caso em que — isto é, quando — *aquela foi deduzida em dois momentos processuais distintos,* com fundamentos fácticos e argumentação jurídica diferentes, *sendo a primeira prescrição invocada objecto de pronúncia a decidir pelo tribunal superior* (itálicos aditados), inclui ainda o esgotamento do poder jurisdicional como causa que impede o conhecimento da prescrição. Pode admitir-se ser esse o sentido da referência à suscitação da questão em dois momentos distintos, sendo a «primeira prescrição invocada objecto da pronúncia a decidir pelo tribunal superior».

E, admitindo-se que a norma impugnada, por também incluir o esgotamento do poder jurisdicional como causa que impede o conhecimento da prescrição, corresponde ainda à aplicada, como *ratio decidendi,* pelo tribunal recorrido, conclui-se que não procede a questão prévia suscitada pelo Ministério Público na primeira conclusão das suas alegações. Pelo que se passa a tomar conhecimento do recurso quanto à referida dimensão interpretativa dos artigos 139.º e 140.º do Código de Processo Penal de 1929.

B) *Questão de constitucionalidade.* — 6 — O objecto do presente recurso é, como resulta do que se disse, a apreciação da constitucionalidade dos artigos 139.º e 140.º do Código de Processo Penal de 1929, interpretados no sentido aplicado pelo Supremo Tribunal de Justiça — isto é (e numa formulação que torna mais clara a referida coincidência entre a norma aplicada e a impugnada), no sentido de não admitir, por esgotamento do poder jurisdicional, o conhecimento oficioso da prescrição do procedimento criminal em qualquer altura do processo, pelo tribunal recorrido, quando a prescrição foi invocada, com fundamento diferente, num momento processual em que já está pendente recurso para o tribunal superior, no qual é igualmente invocada a prescrição.

Segundo o recorrente, tal interpretação viola o artigo 32.º, n.º 1, da Constituição da República, por lhe cercear garantias de defesa. Mesmo admitindo que tal alcance deste parâmetro é correcto, e a admissão do conhecimento *oficioso,* a todo o tempo, da questão da prescrição, tem ainda que ver com as garantias *de defesa* do arguido, logo se vê, porém, que tal possibilidade de conhecimento oficioso, a todo o tempo, não tem de implicar, para assegurar tais garantias de defesa, a subversão de regras processuais e de competência como as que se prendem com o esgotamento do poder jurisdicional quando já foi proferida *decisão* que se encontra pendente de recurso, incidindo ambos sobre a questão da prescrição.

Como se salienta na decisão recorrida, apesar dos diversos fundamentos invocados para a prescrição, tal questão é *unitária,* e a decisão sobre ela deve sempre adoptar uma perspectiva actualista, tendo em conta todos os elementos existentes e fundamentos invocados na altura em que a questão é decidida. Se surge *nova invocação* da prescrição, num momento em que *está já pendente recurso* (do despacho de pronúncia) no qual se invoca igualmente a prescrição do procedimento criminal, a circunstância de relativamente a tal questão já se ter esgotado o poder jurisdicional do juiz, e de essa questão só poder «por isso ser considerada no âmbito da decisão do recurso», não viola as garantias de defesa do arguido *justamente porque tal questão pode, e deve, ser considerada e decidida — como veio a ser — pelo tribunal* ad quem (no presente caso, aliás, foi-o também pelo Supremo Tribunal de Justiça, que sobre ela se pronunciou oficiosamente).

Com efeito, nada no reconhecimento das garantias de defesa do arguido impõe que tenha de ser *logo* o juiz de 1.ª instância a pronunciar-se sobre a questão da prescrição, se está já pendente recurso e este tem também por objecto a prescrição. Tendo o despacho de pronúncia conhecido previamente das excepções (incluindo a prescrição), exarando que nenhuma se verificava, a circunstância de, em aplicação das regras processuais gerais, o poder jurisdicional do tribunal de 1.ª instância se considerar esgotado não impede — antes de certa forma pressupõe, quanto ao objecto do recurso — que o tribunal *ad quem* venha a pronunciar-se, como veio a fazer no presente caso, sobre a questão da prescrição, invocada no recurso. E, como se pode ler na decisão recorrida, «o acórdão não deixou de apreciar actualisticamente todos os possíveis factos e fundamentos jurídicos da prescrição do procedimento criminal (incluindo os invocados pelo recorrente), não prejudicando pois as garantias de defesa do arguido, incluindo a do recurso».

O entendimento normativo em questão, adoptado no despacho de 1.ª instância e nos acórdãos do Tribunal da Relação e do Supremo Tribunal de Justiça, não implicou, assim, ofensa à norma do artigo 32.º, n.º 1, da Constituição.

III — **Decisão.** — Com estes fundamentos, o Tribunal Constitucional decide negar provimento ao recurso.

Custas pelo recorrente, com 15 unidades de conta de taxa de justiça.

Lisboa, 30 de Setembro de 2003. — *Paulo Mota Pinto — Maria Fernanda Palma — Mário José de Araújo Torres — Benjamim Rodrigues* (vencido de acordo com a declaração anexa) — *Rui Manuel Moura Ramos.*

Declaração. — Votei vencido quanto à questão prévia do conhecimento do recurso, no essencial, pelas razões constantes do projecto de acórdão que apresentei como primitivo relator e que aqui se reproduzem:

«Como decorre das alegações feitas para este Tribunal Constitucional e das respectivas sexta e sétima conclusões que sintetizam a respectiva matéria, acima transcritas, o recorrente questiona a inconstitucionalidade das normas dos artigos 139.º e 140.º do Código de Processo Penal de 1929 na interpretação, ainda que tácita e implícita, que diz ter sido feita pelo STJ, segundo a qual tais normas não admitem o conhecimento oficioso da prescrição do procedimento criminal em qualquer altura do processo, no caso de aquela ter sido deduzida em dois momentos processuais distintos, com fundamentos fácticos e argumentação jurídica diferentes, sendo a primeira prescrição invocada objecto de pronúncia a decidir pelo tribunal superior, por violação das garantias de defesa do arguido consagradas no artigo 32.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

Como se vê pelas conclusões das alegações feitas pelo recorrente para o STJ (n.os 7 e 8), e que acima se deixaram transcritas na parte final do n.º 3, já foi essa a dimensão interpretativa de tais normas que foi colocada pelo recorrente àquele alto tribunal.

Pois bem, discreteando sobre ela, o acórdão recorrido disse o seguinte:

'Abordemos as questões colocadas pelo recorrente, sintetizadas sob as alíneas *a*) e *b*).

Sendo de conhecimento oficioso a questão da excepção da prescrição do procedimento criminal, como resulta manifesto das invocadas disposições dos artigos 138.º a 140.º do CPP de 1929 (Código este aplicável por força do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 87/77, de 17 de Dezembro, e da Lei n.º 17/87, de 1 de Junho, uma vez que o processo foi instaurado antes da entrada em vigor do CPP de 1987), essa questão apresenta-se como una, devendo a decisão a tal respeito ponderar, numa perspectiva actualista que considere a situação existente na altura em que a questão é apreciada e decidida, não só os elementos fácticos e argumentos de direito porventura invocados pelos arguidos ou pelo Ministério Público, mas todas as demais circunstâncias de facto e razões jurídicas pertinentes.

Ora, tendo o juiz que proferiu o despacho de pronúncia conhecido previamente das excepções, exarando que nenhuma se verificava, e estando pendente recurso do despacho de pronúncia, em cujas alegações o recorrente invocara a da prescrição do procedimento criminal (como já fizera na instrução, tendo o respectivo juiz decidido que a prescrição não se verificava), a questão dessa prescrição colocada em 1.ª instância já durante a pendência do recurso — ainda que com argumento jurídico algo diferente do anteriormente invocado na motivação deste, porém não baseado em facto ocorrido ou só conhecido posteriormente ao da prolação do despacho de pronúncia, ou no mero decurso do tempo entretanto verificado — constituía uma questão relativamente à qual já se esgotara o poder jurisdicional do juiz.

Só poderia por isso ser considerada no âmbito da decisão do recurso, como se entendeu nos doutos despacho e acórdão referidos.

Resulta igualmente que esse entendimento e posterior decisão do Tribunal da Relação não implicaram interpretação, mesmo que implícita, dos citados artigos 138.º a 140.º ofensiva da norma do artigo 32.º, n.º 1, da CRP, pois que o acórdão não deixou de apreciar actualisticamente todos os possíveis factos e fundamentos jurídicos da prescrição do procedimento criminal (incluindo os invocados pelo recorrente), não prejudicando pois as garantias de defesa do arguido, incluindo a do recurso.

Improcedem assim os fundamentos do recurso invocados pelo arguido.'

Dos termos acabados de transcrever resulta claro que as normas cuja inconstitucionalidade se pretende ver apreciada não foram aplicadas com o sentido invocado pelo recorrente, quer de forma explícita quer de forma implícita. Na verdade, e *brevitatis causa,* o acórdão recorrido interpretou e aplicou essas normas no sentido da questão de prescrição do procedimento criminal ser de conhecimento oficioso e de, *no momento em que é conhecida,* o juiz dever tomar em conta todos os elementos de facto e de direito então existentes, porventura invocados pelo Ministério Público ou pelos arguidos, e ainda os demais considerados pertinentes.

Por outro lado, o STJ considerou ainda, dentro dessa perspectiva, que, tendo o juiz exarado, no despacho de pronúncia, que nenhuma excepção se verificava e que, tendo sido invocada nas alegações desse despacho interposto para o tribunal superior a questão da prescrição do procedimento criminal, se havia esgotado o poder jurisdicional do juiz relativamente à mesma questão da prescrição, entretanto suscitada na pendência do recurso com base em outros fundamentos, pelo que só poderia ser considerada no âmbito da decisão do recurso interposto. Em coerência com tal doutrina passou, depois, o acórdão do STJ a conhecer da questão da prescrição segundo os diversos fundamentos.

Temos, pois, de concluir que não se verifica, com bem defendeu o Ministério Público, o pressuposto do recurso traduzido na efectiva aplicação da norma, ou seja, na aplicação da dimensão interpretativa da norma cuja inconstitucionalidade se pretende ver sindicada enquanto *ratio decidendi* da decisão, como se exige nos recursos de fiscalização concreta de inconstitucionalidade interpostos ao abrigo da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 70.º da LTC (cf., entre muitos, os Acórdãos deste Tribunal n.os 674/99, 155/2000, 157/2000 e 232/2000, publicados no *Diário da República,* 2.ª série, respectivamente, de 25 de Fevereiro de 2000, 9 de Outubro de 2000, 9 de Outubro de 2000 e 15 de Julho de 2002).

Não se diga, como argumenta o recorrente no requerimento a que se aludiu no n.º 7, que a determinação do sentido com que a norma foi aplicada na decisão recorrida diz respeito ao conhecimento do mérito do recurso, pelo que se imporia conhecer dele. A aferição do sentido da decisão recorrida é, antes de mais, uma tarefa instrumental que tem em vista apurar se ela satisfaz o requisito do recurso traduzido na efectiva aplicação das normas arguidas de inconstitucionais, pressuposto esse que é demandado pela natureza da própria função jurisdicional constitucional, dado que não lhe cabe conhecer de questões de inconstitucionalidade meramente hipotéticas ou académicas (cf., entre muitos, os Acórdãos deste Tribunal n.os 653/99, 834/99 e 126/2000, todos inéditos).»

Como se vê do texto do acórdão, este, para ultrapassar a pertinência do mérito da questão prévia, teve de interpretar o acórdão do STJ precisamente num sentido que este afastou como *ratio decidendi,* invocando pressupostos de decisão que nem sequer «estariam» implícitos naquele acórdão numa sua leitura objectivista mas apenas segundo a óptica externada pelo recorrente («[. . .] na interpretação, que, ainda que implicitamente, diz ter sido feita pelo tribunal recorrido»). Continua a não se ver que elementos do discurso e do juízo do Supremo é que postulam a interpretação aferida como sendo a que deva ter-se por correspondente ao *único e necessário* sentido possível do decidido e que haja de ver-se racionalmente pressuposto na decisão expressa. A este respeito, o discurso do acórdão encontra-se construído sobre uma suposição de interpretação como tendo sido impugnada pelo recorrente, como decorre do seu texto, ao afirmar-se «pode, porém, admitir-se que a interpretação [. . .]». Aliás, a incongruência da posição que fez vencimento, colhida nos terrenos movediços da determinação dos juízos implícitos, é por de mais evidenciada pela inexistência de qualquer *sobreposição problemática* entre o que, no domínio da constitucionalidade, o acórdão conheceu e o que foi apreciado e decidido pelo Supremo, própria dos recursos de fiscalização concreta de constitucionalidade fundados nos n.os 1, alínea *b*), e 2 do artigo 70.º da LTC. — *Benjamim Rodrigues.*

Acórdão n.º 251/2004/T. Const. — Processo n.º 449/2004. — Acordam na 3.ª Secção do Tribunal Constitucional:

1 — O Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Ecologista Os Verdes (PEV) requereram ao Tribunal Constitucional, em 6 de Abril de 2004, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º da Lei n.º 14/79, de 16 de Maio, aplicável por força do artigo 1.º da Lei n.º 14/87, de 29 de Abril (Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu), a apreciação e anotação da coligação denominada CDU — Coligação Democrática Unitária, que adopta a sigla PCP-PEV e o símbolo constante do documento anexo ao requerimento do pedido.

Alegam os requerentes terem deliberado a constituição de uma coligação de partidos para fins eleitorais, com o fim de concorrer às próximas eleições para o Parlamento Europeu, a realizar em Junho de 2004.

Acrescentam que a representação dos partidos da coligação nos actos em que estes tenham de intervir é assegurada pelos membros do secretariado do *comité* central do Partido Comunista Português e pelos membros da comissão executiva nacional do Partido Ecologista Os Verdes que tenham poderes de representação desses órgãos.

2 — O requerimento está assinado por dois membros do secretariado do *comité* central do primeiro daqueles partidos e outros tantos da comissão executiva nacional do segundo, cujas assinaturas se encontram notarialmente reconhecidas nessas qualidades e vem instruído não só com a símbolo da coligação, a cores e a preto e branco, mas também com acta avulsa da reunião do *comité* central do PCP de 14 de Fevereiro de 2004 e a acta avulsa da reunião do conselho nacional do PEV, efectuada em 13 de Dezembro de 2003, delas constando as deliberações dos mencionados órgãos no sentido da constituição da coligação eleitoral cuja apreciação e anotação se pretende, bem como a atribuição dos poderes de representação dos partidos respectivos em todos os actos em que, nos termos da lei, estes tenham de intervir.

3 — Os partidos políticos requerentes encontram-se devidamente representados.

Os documentos que acompanham o pedido mostram que as deliberações tomadas com o objectivo de constituir a coligação pretendida foram adoptadas pelos órgãos dos respectivos partidos para o efeito

competentes [cf. os artigos 31.º dos estatutos do PCP e 29.º, n.º 2, alínea *i*), do PEV, arquivados neste Tribunal].

4 — De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 11.º da Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de Agosto (Lei dos Partidos Políticos), as coligações e frentes para fins eleitorais regem-se pelo disposto na lei eleitoral.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 14/79, aplicável por força da artigo 1.º da Lei n.º 14/87, as «coligações de partidos para fins eleitorais devem ser anotadas pelo Tribunal Constitucional e comunicadas até à apresentação efectiva das candidaturas em documento assinado conjuntamente pelos órgãos competentes dos respectivos partidos a esse Tribunal, com indicação das suas denominações, siglas e símbolos».

Pelo Decreto do Presidente da República n.º 19-A/2004, publicado no *Diário da República,* 1.ª série-A, n.º 84, suplemento, de 8 de Abril de 2004, foi fixado o dia 13 de Junho do corrente ano para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu eleitos por Portugal, mostrando-se assim o requerimento em causa apresentado em data pertinente (cf. o citado artigo 22.º, n.º 1, da Lei n.º 14/79).

5 — A denominação, a sigla e o símbolo da coligação em referência não incorrem em qualquer ilegalidade, considerando, nomeadamente, quer o artigo 51.º, n.º 3, da Constituição da República, quer o artigo 12.º, n.ºs 1 a 3, da Lei Orgânica n.º 2/2003, não se confundindo com os correspondentes elementos de outros partidos ou de coligações constituídas por outros partidos.

O símbolo e a sigla são compostos pelo conjunto dos símbolos e siglas dos partidos que integram a coligação, em reprodução rigorosa e integral, assim se observando o disposto no artigo 12.º, n.º 4, da mesma Lei Orgânica n.º 2/2003.

Não se encontram, deste modo, quaisquer obstáculos impeditivos da deduzida pretensão.

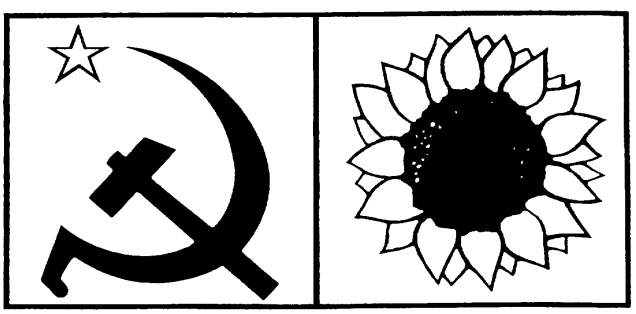
Assim decide-se:

a) Nada haver que obste que a coligação formada pelo Partido Comunista Português (PCP) e pelo Partido Ecologista Os Verdes (PEV) com o objectivo de concorrer às eleições para o Parlamento Europeu, a realizar no dia 13 de Junho do 2004, use a denominação CDU — Coligação Democrática Unitária, a sigla PCP-PEV e o símbolo que consta do anexo ao presente acórdão, do qual faz parte integrante;
b) Ordenar a anotação da referida coligação.

Lisboa, 13 de Abril de 2004. — *Maria dos Prazeres Couceiro Pizarro Beleza — Vítor Manuel Gonçalves Gomes — Gil Manuel Gonçalves Gomes Galvão — José Manuel de Sepúlveda Bravo Serra — Luís Manuel César Nunes de Almeida.*

ANEXO

Denominação: CDU — Coligação Democrática Unitária.
Sigla: PCP-PEV.
Símbolo:



Descrição:

Quadro esquerdo:

Foice e martelo em cor vermelha;
Estrela de cinco pontas em cor branca delimitada a vermelho;
Fundo branco.

Quadro direito:

Girassol com pétalas amarelas e coroa de cor castanha;
Fundo branco.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extracto) n.º 8786/2004 (2.ª série). — Por despacho do Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura de 19 de Abril de 2004, no uso de competência delegada:

Dr. Carlos José Costa Alves Diniz, juiz de direito interino do Círculo Judicial de Angra do Heroísmo — nomeado, como requereu, juiz de direito efectivo do mesmo Tribunal, nos termos do artigo 45.º, n.º 3, da Lei n.º 21/85, de 30 de Julho, na redacção dada pela Lei n.º 10/94, de 5 de Maio.

(Posse imediata.)

21 de Abril de 2004. — O Juiz-Secretário, *José Eduardo Sapateiro.*

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL

Anúncio n.º 83/2004 (2.ª série):

Pedido de declaração de ilegalidade de normas n.º 12 984/2003, do 1.º Juízo Liquidatário, 1.ª Secção (ex-2.ª Subsecção) do Tribunal Central Administrativo.
Requerente: Pedro Miguel Campos Coradinho e outros.
Requerido: Conselho de Ministros.

Faz-se saber que nos autos acima identificados são citados os recorridos particulares para contestarem, querendo, no prazo de 30 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contada a partir da data de publicação deste anúncio, e que a falta de contestação não importa a confissão dos factos articulados pelo recorrente e que consiste no pedido de declaração de ilegalidade das normas regulamentares constantes das alíneas *g*) e *h*) do n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2003 e publicado no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 108, de 10 de Maio de 2003, conforme consta da petição inicial, cujo duplicado se encontra neste Tribunal à disposição dos citados.

17 de Março de 2003. — O Juiz Desembargador, *Coelho da Cunha.* — O Oficial de Justiça, *António José Dias Ferro.*

Anúncio n.º 84/2004 (2.ª série). — *Pedido de declaração de ilegalidade de normas n.º 12 588/03, do 1.º Juízo Liquidatário — 1.ª Secção (ex-2.ª Sub.) do Tribunal Central Administrativo Sul.* — Recorrente — Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e Outros (3); recorrido — Secretário de Estado da Administração Educativa. Faz-se saber, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 64.º, n.º 3, da LPTA (Decreto-Lei n.º 267/85, de 16 de Julho), que, nos autos acima identificados são citados os eventuais interessados para contestarem, querendo, no prazo de 30 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contado da publicação deste anúncio, e que a falta de contestação não importa a confissão dos factos articulados pelos recorrentes, que consiste no pedido de declaração de ilegalidade, com força obrigatória geral, do despacho n.º 13 313/2003 de 13 de Junho, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 8 de Julho de 2003, por contrariar o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, o artigo 5.º do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, anexo ao mesmo Decreto-Lei n.º 115-A/98, e os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, n.º 1, alíneas *a*) e *b*), 5.º e 6.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2000, de 19 de Agosto, conforme consta da petição inicial, cujo duplicado se encontra neste Tribunal à disposição dos citados.

17 de Março de 2004. — O Juiz Desembargador, *Carlos Araújo.* — A Oficial de Justiça, *Maria João Fernandes.*

Rectificação n.º 865/2004. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 91, de 17 de Abril de 2004, a p. 6024, o anúncio n.º 71/2004 (2.ª série), referente à eleição do presidente do Tribunal Central Administrativo Sul, rectifica-se que onde se lê «artigos 16.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de Abril, do ETAF» deve ler-se «artigos 19.º, 20.º, 21.º e 33.º do ETAF, Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro».

20 de Abril de 2004. — O Juiz Desembargador Presidente, *António Francisco de Almeida Calhau.*

Rectificação n.º 866/2004. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 91, de 17 de Abril de 2004, a p. 6024, o anúncio n.º 72/2004 (2.ª série), referente à eleição do vice-presidente da Secção de Contencioso Administrativo

do Tribunal Central Administrativo Sul, rectifica-se que onde se lê «artigos 16.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de Abril, do ETAF» deve ler-se «artigos 19.º, 20.º, 21.º e 33.º do ETAF, Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro».

20 de Abril de 2004. — O Juiz Desembargador Presidente, *António Francisco de Almeida Calhau.*

Rectificação n.º 867/2004. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 91, de 17 de Abril de 2004, a p. 6024, o anúncio n.º 73/2004 (2.ª série), referente à eleição do vice-presidente da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Sul, rectifica-se que onde se lê «artigos 16.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de Abril do ETAF» deve ler-se «artigos 19.º, 20.º, 21.º e 33.º do ETAF, Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro».

20 de Abril de 2004. — O Juiz Desembargador Presidente, *António Francisco de Almeida Calhau.*

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 834/2004. — Por despacho de 12 de Abril de 2004 do reitor da Universidade do Algarve:

Christopher Bryan Gosden — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial a 50 %, para a Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, pelo período de dois anos, com início em 1 de Abril de 2004, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 195.

16 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

Contrato (extracto) n.º 835/2004. — Por despacho de 13 de Abril de 2004 do reitor da Universidade do Algarve:

Marisa Alexandra Bagarrão Pinho, assistente administrativa do quadro de pessoal não docente da Universidade do Algarve — autorizada a exoneração, a seu pedido, com efeitos a partir de 19 de Abril de 2004.

16 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

Contrato (extracto) n.º 836/2004. — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 1 de Outubro de 2003:

Natércia Silva Martins Pereira — autorizada a exercer funções correspondentes às de técnica de promoção da inovação e da propriedade industrial no Gabinete de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial, em regime de contrato a termo certo, com início a 1 de Outubro de 2003 e até 30 de Junho de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1350, acrescida de subsídio de refeição por cada dia de trabalho efectivo no valor de € 3,58.

16 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

Contrato (extracto) n.º 837/2004. — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 1 de Outubro de 2003:

Sofia Isabel Gomes Vairinho — autorizada a exercer funções correspondentes às de técnica de promoção da inovação e da propriedade industrial no Gabinete de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial, em regime de contrato a termo certo, com início a 1 de Outubro de 2003 e até 30 de Junho de 2005, auferindo a remuneração mensal ilíquida de € 1350, acrescida de subsídio de refeição por cada dia de trabalho efectivo no valor de € 3,58.

16 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

Contrato (extracto) n.º 838/2004. — Por despacho de 16 de Abril de 2004 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciado João Manuel Gomes Horta — autorizada a renovação do contrato como assistente convidado, em regime de exclusividade, para a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, pelo período de três anos, com início em 22 de Março de 2004.

20 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

Despacho n.º 8787/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 12 de Abril de 2004:

Licenciado António Manuel Martins Ramos, técnico de 2.ª classe, área de gestão — reclassificado, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, como técnico superior de 2.ª classe, área de apoio ao ensino e investigação, da carreira técnica superior, com efeitos a partir da data da publicação da sua nomeação no *Diário da República,* auferindo a remuneração mensal ilíquida equivalente ao índice 400.

16 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

Despacho n.º 8788/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 12 de Abril de 2004:

Licenciada Sara Cristina Amendoeira Caetano Alves — nomeada definitivamente técnica superior de 2.ª classe, área jurídica, do quadro de pessoal não docente da Universidade do Algarve, com início de funções após publicação da sua nomeação no *Diário da República,* auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 400, considerando-se rescindido o contrato anterior.

16 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

Rectificação n.º 868/2004. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 229, de 3 de Outubro de 2003, despacho n.º 19 025/2003, referente ao licenciado Fausto Hidalgo do Nascimento, rectifica-se que onde se lê «Por despachos do Ministro da Ciência e do Ensino Superior e do reitor da Universidade do Algarve de 9 de Setembro e de 2 de Julho de 2003, respectivamente» deve ler-se «Por despachos do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e do reitor da Universidade do Algarve de 7 de Outubro e de 2 de Julho de 2003, respectivamente».

16 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Serviços Administrativos

Despacho (extracto) n.º 8789/2004 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 29 de Março de 2004:

Licenciado Nuno Eduardo de Paiva Cruz de Carvalho, assistente convidado a 50 % — autorizada a prorrogação do respectivo contrato, por um período de três anos, renovável, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2004. (Não careceu de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos).

21 de Abril de 2004. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura.*

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Direito

Despacho n.º 8790/2004 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Abril de 2004 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

João Rodrigues — nomeado provisoriamente, precedendo concurso, auxiliar administrativo do quadro de pessoal não docente desta Faculdade, com efeitos reportados à data da posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Abril de 2004. — A Secretária, *Teresa Margarida Pires.*

Faculdade de Medicina

Despacho (extracto) n.º 8791/2004 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 2 de Abril de 2004, por delegação do reitor:

Manuel António Ribeiro Correa Branco Ferreira, assistente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa — por ter prestado provas de doutoramento, contratado como professor auxiliar da mesma Faculdade, com efeitos a 11 de Fevereiro de 2004, por um quinquénio. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Abril de 2004. — O Secretário, *David Xavier.*

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Rectificação n.º 869/2004. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 4954/2004 (2.ª série) no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 91, de 17 de Abril de 2004, rectifica-se que onde se lê:

«9 — Os métodos de selecção utilizados serão classificados, cada um de per si, na escala de a 20 valores.»

deve ler-se:

«9 — Os métodos de selecção serão classificados, cada um de per si, na escala de 0 a 20 valores.»

onde se lê:

«10 — A classificação final [. . .]

em que:

CF [. . .]
PC = avaliação curricular;
AC [. . .]
E [. . .]»

deve ler-se:

«10 — A classificação final [. . .]

em que:

CF [. . .]
PC = prova de conhecimentos;
AC [. . .]
E [. . .]»

e onde se lê:

«12 — [. . .]

Bibliografia recomendada:

[. . .]
Função Pública — Regime, Direitos e Deveres dos Funcionários e Agentes»

deve ler-se:

«12 — [. . .]

Bibliografia recomendada:

[. . .]
Função Pública — Regime Jurídico, Direitos e Deveres dos Funcionários e Agentes, 1.º vol., Coimbra Editores, 1999, Paulo Veiga e Moura.»

20 de Abril de 2004. — O Director, *Jorge Crespo.*

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Aviso n.º 5425/2004 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 15 de Abril de 2004, e sob proposta do conselho científico da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, foi determinado o seguinte para a edição 2004-2006, relativamente ao curso de mestrado em Detecção Remota, da Faculdade de Ciências desta Universidade:

1 — Estrutura curricular:

1.1 — O mestrado tem a duração de dois anos: uma parte escolar de dois semestres, que constitui o curso de pós-graduação, e um ano para elaboração de uma dissertação.

1.2 — O curso de pós-graduação é organizado de acordo com o regime de unidades de crédito previsto no Decreto-Lei n.º 173/80, de 29 de Maio. A aprovação no curso requer a aprovação em 15 unidades de crédito, distribuídas de acordo com o plano de estudos.

1.3 — Plano de estudos:

Disciplinas	Horas	UC	Área científica
1.º semestre:			
Fundamentos de Detecção Remota	15 T + 12 TP	1,5	Engenharia Geográfica.
Satélites de Observação da Terra	15 T + 12 TP	1,5	
Cartografia Automática	7,5 T + 12 TP	1	Engenharia Geográfica.
Fotogrametria	7,5 T + 12 TP	1	
Processamento de Imagem	15 T + 12 TP	1,5	Engenharia Geográfica.
Processamento de Imagem para Detecção Remota	15 T + 12 TP	1,5	
2.º semestre:			
Computação para Detecção Remota	15 T + 12 TP	1,5	Engenharia Geográfica.
Aplicações GPS	15 T + 12 TP	1,5	
Sistemas de Informação Geográfica	7,5 T + 12 TP	1	Engenharia Geográfica.
Aplicações Terrestres	7,5 T + 12 TP	1	
Sistemas Radar	7,5 T + 12 TP	1	Engenharia Geográfica.
Aplicações Marinhas	7,5 T + 12 TP	1	

2 — Número de vagas:

Número total: 15;
Número mínimo de inscrições: 5.

3 — Propina (anual): € 1500.

4 — Candidaturas e inscrição:

Candidaturas (1.ª fase) — de 12 a 23 de Julho de 2004;
Afixação da lista seriada de candidatos — 29 de Julho de 2004;
Candidaturas (2.ª fase) — de 1 a 8 de Setembro de 2004;
Afixação da lista seriada de candidatos — 14 de Setembro de 2004;
Inscrição — de 15 a 24 de Setembro de 2004.

5 — Calendário lectivo:

1.º semestre:

Início das aulas — 1 de Outubro de 2005;
Exames — de 31 de Janeiro a 12 de Fevereiro de 2005.

2.º semestre:

Início das aulas — 18 de Fevereiro de 2005;
Exames — de 28 de Junho a 10 de Julho de 2005;

Época de recurso — de 12 a 24 de Julho de 2005;

Data limite para entrega da dissertação — 30 de Setembro de 2006.

16 de Abril de 2004. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos.*

Despacho n.º 8792/2004 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Abril de 2004 da vice-reitora da Universidade do Porto Prof.ª Doutora Maria Isabel Amorim de Azevedo, por delegação, foi revogado o despacho de 30 de Março de 2004 e nomeado novo júri das provas para o título de agregado do Departamento de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto requeridas pelo Doutor Paulo Miguel Bettencourt Sardinha e Pontes Fernando, com a constituição abaixo indicada, sendo considerado nulo e sem qualquer efeito o despacho n.º 7598/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 90, de 16 de Abril de 2004, a p. 5980:

Presidente — Reitor da Universidade do Porto;
Vogais:

Doutor João Francisco Martins Correia, professor catedrático da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.
Doutora Maria Helena Saldanha Domingues Freire Oliveira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
Doutor Serafim Correia Pinto Guimarães, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Alexandre Alberto Guerra Sousa Pinto, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Eduardo Jorge Cunha Rodrigues Pereira, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Manuel Augusto Cardoso de Oliveira, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Manuel Maria Paula Barbosa, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Manuel Machado Rodrigues Gomes, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Manuel Alberto Coimbra Sobrinho Simões, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Francisco José Zarco Carneiro Chaves, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Jorge Manuel Mergulhão Castro Tavares, professor catedrático Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutora Maria Isabel Amorim de Azevedo, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutora Maria Amélia Duarte Ferreira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor José Agostinho Marques Lopes, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Patrício Manuel Vieira Araújo Soares da Silva, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Daniel Filipe de Lima Moura, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Belmiro dos Santos Patrício, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Alberto Manuel Barros da Silva, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor José Manuel Lopes Teixeira Amarante, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor José Henrique Dias Pinto de Barros, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutora Maria de Fátima Machado Henriques Carneiro, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutora Isabel Maria Amorim Pereira Ramos, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutora Deolinda Maria Valente Alves Lima Teixeira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutora Maria Dulce Cordeiro Madeira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Cassiano Pena de Abreu e Lima, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Altamiro Manuel Rodrigues Costa Pereira, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Rui Manuel Almeida Mota Cardoso, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor António Carlos Freitas Ribeiro Saraiva, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Álvaro Jerónimo Leal Machado de Aguiar, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor António José Pacheco Palha, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Fernando Tavarela Veloso, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor José Luís Medina Vieira, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Francisco Fernando Rocha Gonçalves, professor associado com agregação da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

19 de Abril de 2004. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos.*

Despacho n.º 8793/2004 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Abril de 2004 da vice-reitora Prof.ª Doutora Maria Isabel Amorim de Azevedo da Universidade do Porto, por delegação, foi revogado o despacho de 30 de Março de 2004 e nomeado novo júri para as provas para o título de agregado do Departamento de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto requeridas pelo Doutor José Carlos de Magalhães Silva Cardoso, com a constituição abaixo indicada, sendo considerado nulo e sem qualquer efeito o despacho n.º 7599/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 90, de 16 de Abril de 2004, a pp. 5980 e 5981:

Presidente — Reitor da Universidade do Porto.
Vogais:

Doutor João Francisco Martins Correia, professor catedrático da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.
Doutora Maria Helena Saldanha Domingues Freire Oliveira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
Doutor Serafim Correia Pinto Guimarães, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Alexandre Alberto Guerra Sousa Pinto, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Eduardo Jorge Cunha Rodrigues Pereira, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Manuel Augusto Cardoso de Oliveira, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Manuel Maria Paula Barbosa, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Manuel Machado Rodrigues Gomes, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Manuel Alberto Coimbra Sobrinho Simões, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Francisco José Zarco Carneiro Chaves, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Jorge Manuel Mergulhão Castro Tavares, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutora Maria Isabel Amorim de Azevedo, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutora Maria Amélia Duarte Ferreira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor José Agostinho Marques Lopes, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Patrício Manuel Vieira Araújo Soares da Silva, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Doutor Daniel Filipe de Lima Moura, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Belmiro dos Santos Patrício, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Alberto Manuel Barros da Silva, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor José Manuel Lopes Teixeira Amarante, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor José Henrique Dias Pinto de Barros, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutora Maria de Fátima Machado Henriques Carneiro, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutora Isabel Maria Amorim Pereira Ramos, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutora Deolinda Maria Valente Alves Lima Teixeira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutora Maria Dulce Cordeiro Madeira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Cassiano Pena de Abreu e Lima, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Altamiro Manuel Rodrigues Costa Pereira, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Rui Manuel Almeida Mota Cardoso, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor António Carlos Freitas Ribeiro Saraiva, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Álvaro Jerónimo Leal Machado de Aguiar, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor António José Pacheco Palha, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Fernando Tavarela Veloso, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor José Luís Medina Vieira, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Doutor Francisco Fernando Rocha Gonçalves, professor associado com agregação da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

19 de Abril de 2004. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos.*

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 8794/2004 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Abril de 2004 do reitor da Universidade do Porto:

Maria José Nunes Sales, auxiliar de manutenção da Faculdade de Engenharia, desta Universidade — reclassificada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, como auxiliar administrativa da mesma Faculdade, com efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

19 de Abril de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 8795/2004 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Abril de 2004 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Emília Pereira de Amorim, assistente de administração escolar da Escola EB 2, 3 de Lourosa, do quadro de vinculação de Aveiro — nomeada definitivamente assistente administrativa principal do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, desta Universidade, com efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

19 de Abril de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 8796/2004 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Abril de 2004 do reitor da Universidade do Porto:

Licenciada Maria João da Cruz Valente, técnica superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior de regime geral do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento — nomeada em regime de substituição chefe de divisão da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 1 de Abril e até 10 de Novembro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

19 de Abril de 2004. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Faculdade de Letras

Aviso n.º 5426/2004 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* devidamente autorizado por despacho da presidente do conselho directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto de 12 de Março de 2004, se encontra aberto concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico profissional principal de biblioteca e documentação do quadro da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

2 — O presente concurso é válido para o lugar indicado, caducando com o seu preenchimento.

3 — A tudo o que não estiver previsto neste aviso são aplicáveis as disposições do citado Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

4 — Ao técnico profissional de biblioteca e documentação cabe o exercício das funções descritas no mapa II anexo ao Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho.

5 — À categoria em apreço cabe o vencimento de acordo com a tabela fixada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, bem como os demais direitos e regalias em vigor para a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública, devendo as funções ser exercidas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, à Via Panorâmica, sem número, 4150 Porto.

6 — Área de recrutamento — ao concurso podem candidatar-se todos os que possuam a qualidade de funcionário, independentemente do serviço ou organismo a que pertençam, e, pelo menos, três anos na categoria de técnico profissional de 1.ª classe de biblioteca e documentação, classificados de *Bom.*

7 — Métodos de selecção — a selecção dos candidatos será feita mediante avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

7.1 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores:

a) Nível de habilitações literárias;
b) Formação profissional;
c) Experiência profissional;
d) Classificação de serviço.

7.2 — A entrevista profissional de selecção visa determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, na qual serão ponderados os seguintes factores:

a) Motivação;
b) Fluência e expressão verbais;
c) Sentido crítico;
d) Capacidade de auto-avaliação profissional.

7.3 — A ordenação final dos candidatos resultará da média aritmética simples das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção.

7.4 — Os critérios que determinam a classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8 — Candidaturas:

8.1 — De harmonia com as disposições aplicáveis do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, deverão os candidatos entregar pessoalmente ou remeter pelo correio, com aviso de recepção, na ou para a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sita na Via Panorâmica, sem número, 4150-564 Porto, requerimento dirigido à presidente do conselho directivo da Faculdade de Letras do Porto, dele constando os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
b) Habilitações literárias;

c) Habilitações profissionais (especializações, estágios, acções e cursos de formação, etc.);
d) Experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata e menção expressa da categoria, serviço a que pertencem, natureza do vínculo e antiguidade nas actuais carreira e categoria e na função pública;
e) Classificação de serviço, contendo a sua expressão quantitativa, reportada aos anos exigidos como requisito especial de admissão ao concurso;
f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

8.2 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado;
b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
c) Documentos comprovativos dos cursos de formação realizados;
d) Declaração dos serviços a que os candidatos se achem vinculados, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo à função pública, designação funcional, antiguidade na categoria que possuem, na carreira e na função pública e a classificação de serviço com a sua expressão quantitativa, respeitante ao número de anos exigidos como requisito especial de admissão a concurso.

8.3 — Ficam dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas *b*) a *d*) do número anterior os funcionários da Faculdade de Letras, desde que se verifique a existência de dados nos respectivos processos individuais.

9 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas na Secção de Pessoal da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, quando for caso disso, nos termos dos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

11 — O júri terá a seguinte constituição, cabendo ao 1.º vogal efectivo a substituição do respectivo presidente nas suas faltas e impedimentos:

Presidente — Prof.ª Doutora Maria Conceição Coelho Meireles Pereira, professora auxiliar e vice-presidente do conselho directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Vogais efectivos:

Licenciado João Emanuel Cabral Leite, director de serviços de Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Licenciada Maria Isabel Macedo do Vale Grijó Ortigão de Oliveira, assessora principal de biblioteca e documentação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Vogais suplentes:

Licenciada Isabel Maria Alvim Pereira Leite Cabral Leite, assessora principal de biblioteca e documentação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Licenciada Maria Helena Rodrigues Vaz de Miranda, técnica superior de 1.ª classe de biblioteca e documentação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

16 de Abril de 2004. — Pela Presidente do Conselho Directivo, *(Assinatura ilegível.)*

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Serviços de Administração e Acção Social

Aviso n.º 5427/2004 (2.ª série). — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho de autorização do administrador dos Serviços de Administração e Acção Social de 8 de Abril de 2004, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar na categoria de técnico profissional principal, área de secretariado, do quadro de pessoal da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa.

2 — Prazo de validade — o presente concurso caduca com o preenchimento da referida vaga.

3 — Requisitos legais de admissão — o recrutamento é feito por concurso de entre funcionários que, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, reúnam os requisitos constantes do n.º 1, alínea *c*), do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

4 — Vencimento, condições de trabalho e regalias sociais — os vigentes na função pública.

5 — O local de trabalho situa-se nas instalações da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa, sediadas no concelho de Lisboa.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

6.1 — Avaliação curricular — são obrigatoriamente considerados e ponderados os factores descritos nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, visando avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

6.2 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos face ao disposto no artigo 23.º da mencionada disposição legal.

Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao administrador dos Serviços de Administração e Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa, remetido pelo correio, com aviso de recepção, ou entregue directamente nos Serviços de Administração e Acção Social, Área de Pessoal, na Rua de Rodrigues Sampaio, 28, 1150 Lisboa, dele constando os seguintes elementos:

a) Nome, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone;
b) Categoria que detém, serviço e natureza do vínculo;
c) Habilitações literárias;
d) Lugar a que se candidata.

7.2 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Certificado de habilitações literárias, autêntico ou autenticado;
d) Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente actualizada e autenticada, que comprove a categoria de que o candidato é titular, o vínculo à função pública, a natureza inequívoca do mesmo e o tempo de serviço, contado até ao termo do prazo de admissão ao concurso, na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço dos últimos três anos;
e) Documentos autênticos comprovativos das acções de formação profissional complementar e respectivas durações;
f) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por considerar passíveis de influir na apreciação do seu mérito, os quais, todavia, só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

Os candidatos que sejam funcionários da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa estão dispensados da apresentação dos documentos já existentes nos seus processos individuais, nomeadamente os mencionados nas alíneas *b*) a *e*) do presente número.

8 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a cada candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

9 — Os candidatos excluídos serão notificados nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e a lista de classificação final será publicitada nos termos do artigo 40.º do mesmo diploma legal.

10 — Constituição do júri:

Presidente — Aldemiro Carlos Pereira, técnico superior principal, que será substituído pela 1.ª vogal efectiva nas suas faltas ou impedimentos.
Vogais efectivos:

Maria dos Prazeres Cardoso Alves, chefe de secção.
Rogério Mendes Rei, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Graça Maria Claro Alves Simões, chefe de secção.
Teresa Maria Bastos da Fonte Ramos, chefe de secção.

7 de Abril de 2004. — O Administrador, *José Manuel Correia.*

Aviso n.º 5428/2004 (2.ª série). — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. — 1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho de 8 de Abril de 2004 do administrador dos Serviços de Administração e Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de acesso geral para o preenchimento de três lugares na categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa.

2 — O concurso é válido para o provimento das vagas acima indicadas, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Requisitos legais de admissão — o recrutamento é feito por concurso de entre funcionários que, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, reúnam os requisitos constantes do n.º 1, alínea *a*), do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

4 — Vencimento, condições de trabalho e regalias sociais — os vigentes na função pública.

5 — O local de trabalho situa-se nas instalações dos Serviços de Administração e Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa, sediadas no concelho de Lisboa.

6 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são os de avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

6.1 — Avaliação curricular — são obrigatoriamente considerados e ponderados os factores descritos nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, visando avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

6.2 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos face ao disposto no artigo 23.º da mencionada disposição legal.

7 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao administrador dos Serviços de Administração e Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa e entregue em mão na Área de Pessoal, na Rua de Rodrigues Sampaio, 28, 3.º, 1150 Lisboa, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, dele constando os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade e nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);
b) Categoria que detém, serviço e natureza do vínculo;
c) Identificação do concurso a que se candidata.

8.2 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Currículo profissional detalhado, datado e assinado;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Certificado de habilitações literárias, autêntico ou autenticado;
d) Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente actualizada e autenticada, que comprove a categoria de que o candidato é titular, o vínculo à função pública, a natureza inequívoca do mesmo e o tempo de serviço, contado até ao termo do prazo de admissão ao concurso, na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço dos últimos três anos;
e) Documentos autênticos comprovativos das acções de formação profissional complementar e respectivas durações;
f) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por considerar passíveis de influir na apreciação do seu mérito, os quais, todavia, só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

Os candidatos que sejam funcionários da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa estão dispensados da apresentação dos documentos já existentes nos seus processos individuais, nomeadamente os mencionados nas alíneas *b*) a *e*) do presente número.

9 — Salvo o disposto na última parte do número anterior, a não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigidos nos termos do presente aviso determina a exclusão do concurso, conforme estabelecido no n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreveu, a apresentação de documentos comprovativos de factos por ele referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito, de harmonia com o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — As falsas declarações são puníveis nos termos da lei.

12 — Os candidatos excluídos serão notificados nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e a lista de classificação final será publicitada nos termos do artigo 40.º do mesmo diploma legal. A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas nos Serviços de Administração e Acção Social, Rua de Rodrigues Sampaio, 28, 3.º, em Lisboa.

13 — Constituição do júri:

Presidente — Aldemiro Carlos Pereira, técnico superior principal, que será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas ou impedimentos.
Vogais efectivos:

Maria dos Prazeres Cardoso Alves, chefe de secção.
Rogério Mendes Rei, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Graça Maria Claro Alves Simões, chefe de secção.
Teresa Maria Bastos da Fonte Ramos, chefe de secção.

7 de Abril de 2004. — O Administrador, *José Manuel Correia.*

Aviso n.º 5429/2004 (2.ª série). — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho de 8 de Abril de 2004 do administrador dos Serviços de Administração e Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de acesso geral para o preenchimento de quatro lugares na categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa, afecto aos centros de investigação, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 131, de 6 de Junho de 2000.

2 — O concurso é válido para o provimento das vagas acima indicadas, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — O local de trabalho situa-se nas instalações do Instituto Superior Técnico, onde funcionam os centros de investigação.

4 — A remuneração mensal é a correspondente à categoria em concurso, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

5 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção.

5.1 — Avaliação curricular — são obrigatoriamente considerados e ponderados os factores descritos nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, visando avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

5.2 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, face ao disposto no artigo 23.º da mencionada disposição legal.

Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

6 — Apresentação de candidaturas:

6.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao administrador dos Serviços de Administração e Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa, remetido pelo correio, com aviso de recepção, ou entregue directamente nos Serviços de Administração e Acção Social, Área de Pessoal, na Rua de Rodrigues Sampaio, 28, 1150 Lisboa, dele constando os seguintes elementos:

a) Nome, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone;

b) Categoria que detém, serviço e natureza do vínculo;
c) Habilitações literárias;
d) Lugar a que se candidata.

6.2 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Certificado de habilitações literárias, autêntico ou autenticado;
d) Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente actualizada e autenticada, que comprove a categoria de que o candidato é titular, o vínculo à função pública, a natureza inequívoca do mesmo, o tempo de serviço, contado até ao termo do prazo de admissão ao concurso, na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço dos últimos três anos;
e) Documentos autênticos comprovativos das acções de formação profissional complementar e respectivas durações;
f) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por considerar passíveis de influir na apreciação do seu mérito, os quais, todavia, só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

7 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a cada candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.
8 — Os candidatos excluídos serão notificados nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e a lista de classificação final será publicitada nos termos do artigo 40.º do mesmo diploma legal.
9 — Constituição do júri:

Presidente — Aldemiro Carlos Pereira, técnico superior principal, que será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas ou impedimentos.
Vogais efectivos:

Maria dos Prazeres Cardoso Alves, chefe de secção.
Eduarda de Sousa Correia, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Rogério Mendes Rei, chefe de secção.
Teresa Maria Bastos da Fonte Ramos, chefe de secção.

8 de Abril de 2004. — O Administrador, *José Manuel Correia.*

Instituto Superior de Agronomia

Aviso n.º 5430/2004 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro, conjugado com o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, o Instituto Superior de Agronomia pretende admitir, em regime de contrato de trabalho a termo certo, um trabalhador para o desempenho de funções de jardineiro no Jardim Botânico.
2 — O local de trabalho situa-se em Lisboa, no Jardim Botânico do Instituto Superior de Agronomia, sediado na Tapada da Ajuda, 1349-017 Lisboa.
3 — Prazo de duração do contrato — terá a duração de um ano, renovável, mas a sua duração nunca poderá exceder o período de duração do projecto.
4 — Vencimento — o correspondente à categoria de jardineiro, escalão 1, índice 142, de acordo com o sistema retributivo da função pública.
5 — Requisitos de candidatura:

a) Possuir a escolaridade obrigatória;
b) Experiência profissional na área da actividade a desempenhar.

6 — Selecção — os métodos de selecção a utilizar serão:

a) Avaliação curricular, eliminatória, com base em elementos documentais;
b) Entrevista profissional de selecção, a utilizar somente nos casos em que a avaliação curricular não se mostre suficiente para decidir.

7 — Apresentação das candidaturas:
7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Agronomia, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, registado e com aviso de recepção, para a morada referida no n.º 2, devendo dele constar os seguintes elementos, em alíneas separadas:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade e nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone, se o tiver);
b) Identificação do aviso de oferta pública de emprego a que se candidata.

7.2 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, do qual constem a identificação completa, as habilitações académicas, as habilitações profissionais (especializações, estágios, seminários, acções de formação, etc.) e a experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, e quaisquer outros elementos que o candidato entenda apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Fotocópia da certidão de habilitações literárias;
d) Documentos comprovativos das habilitações profissionais (cursos de formação e outros).

8 — Prazo para apresentação das candidaturas — cinco dias a contar da data de publicação do presente aviso.
9 — De acordo com o determinado no despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»
10 — Foi consultada a DGAP, que informou, através do ofício n.º 800/DRRCP/DIV/2004, não haver pessoal nas condições requeridas.

7 de Abril de 2004. — O Presidente do Conselho Directivo, *Pedro Leão de Sousa.*

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Aviso n.º 5431/2004 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho de 2 de Abril de 2004 do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa, proferido por delegação de competências, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso, concurso interno de acesso misto para preenchimento de dois lugares na categoria de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal não docente deste Instituto, aprovado pela Portaria n.º 143/90, de 21 de Fevereiro, e alterado pelos despachos n.ºs 12 676/97 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 286, de 12 de Dezembro de 1997, e 20 178/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 248, de 23 de Outubro de 1999, sendo um lugar destinado a funcionários pertencentes ao quadro de pessoal não docente do ISCSP e um lugar destinado a funcionários de outros serviços, de acordo com o previsto na alínea *c*) do n.º 4 do artigo 6.º de Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.
1.1 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.
2 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e Decreto Regulamentar n.º 20/85, de 1 de Abril.
3 — Prazo de validade — o concurso é válido exclusivamente para o provimento das vagas mencionadas, caducando com o seu preenchimento.
4 — Conteúdo funcional — executar e desenvolver, com certo grau de complexidade, a partir de orientações e instruções precisas, trabalhos de natureza administrativa relativos a uma ou mais áreas de actividades em geral e do ensino superior em particular, nomeadamente na secção de contabilidade, alunos, pedagógica, arquivo e expediente geral e pessoal docente e não docente.

5 — Remuneração, condições e local de trabalho — a remuneração é a fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as vigentes para os funcionários da Administração Pública. O local de trabalho situa-se no Pólo Universitário do Alto da Ajuda, Lisboa.

6 — Requisitos de admissão — além de possuir os requisitos de admissão a que se refere o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos ao presente concurso deverão ser assistentes administrativos principais com, pelo menos, três anos na categoria e com classificação de serviço não inferior a *Bom*.

7 — Métodos de selecção — os métodos de selecção são os de avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

7.1 — Avaliação curricular — serão ponderadas a habilitação académica de base, a formação profissional e a experiência e qualificação profissionais, visando avaliar as aptidões profissionais dos candidatos nas áreas para que o concurso é aberto, com base na análise dos respectivos currículos profissionais.

7.2 — Na entrevista profissional de selecção serão avaliadas, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos para o desempenho do lugar.

7.3 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8 — Formalização das candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, redigido em papel normalizado e dirigido ao presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, dele devendo constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e número de telefone);
b) Habilitações literárias;
c) Identificação da categoria e serviço a que está vinculado, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
d) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem publicado;
e) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

9 — O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato, do qual constem a identificação completa, a experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o cargo a que se candidata, e os cursos de formação que tenha frequentado, com a indicação das datas em que foram realizados, tempo e duração dos mesmos e entidade que os promoveu;
b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
c) Documentos comprovativos da formação profissional complementar;
d) Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente autenticada, da qual constem, inequivocamente, a existência e a natureza do vínculo, a categoria que detém e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública até ao termo do prazo fixado para as candidaturas;
e) Declaração, passada e autenticada pelo serviço ou organismo onde exerce funções, especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades do candidato;
f) Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das classificações de serviço, nas suas expressões qualitativa e quantitativa, nos três anos relevantes para a promoção;
g) Declarações ou documentação comprovativa das circunstâncias referidas na alínea *e*) do n.º 8, sem o que não serão as mesmas consideradas;
h) Fotocópia do bilhete de identidade.

10 — Aos candidatos pertencentes ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas não é exigível a apresentação da declaração a que se refere a alínea *d*) do n.º 9, sendo ainda dispensada a apresentação de documentos comprovativos que se encontrem arquivados no processo individual.

11 — A não apresentação dos documentos exigidos no presente aviso determina a exclusão do concurso.

12 — A relação dos candidatos, os critérios de apreciação e a lista de classificação final serão divulgados nos termos dos artigos 34.º, 38.º, 39.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — O requerimento e demais documentação podem ser entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo de candidatura, para o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Rua G, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1349-055 Lisboa.

14 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente — Doutor Óscar Soares Barata, professor catedrático e presidente do conselho directivo.
Vogais efectivos:

Doutor Manuel Jorge Mayer de Almeida Ribeiro, professor associado com agregação e vice-presidente do conselho directivo, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.
Acácio de Almeida Santos, técnico superior principal e vogal do conselho directivo.

Vogais suplentes:

Rodolfo António dos Reis de Almeida, chefe de secção.
Maria do Carmo de Oliveira Barbaça Rosmaninho, assistente administrativo especialista.

2 de Abril de 2004. — O Presidente do Conselho Directivo, *Óscar Soares Barata.*

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 8797/2004 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Abril de 2004 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi renovada a comissão de serviço do técnico superior Francisco Miguel Rodrigues como administrador da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com efeitos a partir de 5 de Junho de 2004.

16 de Abril de 2004. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira.*

Rectificação n.º 870/2004. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2004, o despacho (extracto) n.º 6498/2004 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Doutoramento na área científica de Ciências Agrárias — Ciências Biológicas» deve ler-se «Doutoramento na área científica de Ciências Exactas, Naturais e Tecnológicas — Ciências Biológicas». (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

15 de Abril de 2004. — Pelo Reitor, *(Assinatura ilegível.)*

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Deliberação n.º 545/2004. — Por proposta do conselho científico e nos termos dos artigos 7.º e 25.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e do artigo 24.º dos Estatutos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), publicados no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 105, de 5 de Setembro de 2000, e dos Decretos-Leis n.ºs 155/89, de 11 de Maio, e 216/92, de 13 de Outubro, o senado, na reunião de 21 de Janeiro de 2004, aprovou a criação do curso de mestrado em Opinião Pública e Decisão Política, como segue:

1.º

Criação

O Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) confere o grau de mestre em Opinião Pública e Decisão Política.

2.º

Organização

O curso especializado conducente ao mestrado em Opinião Pública e Decisão Política (adiante designado simplesmente por curso) organiza-se pelo sistema de unidades de crédito, conforme estabelecido no anexo I.

3.º

Grau e diploma

1 — O grau concedido é o de mestre em Opinião Pública e Decisão Política e será atribuído a quem obtiver aprovação nas disciplinas da parte escolar e aprovação na dissertação.

2 — A frequência com êxito das disciplinas que constituem a parte escolar dá lugar à atribuição de um diploma de pós-graduação em Opinião Pública e Decisão Política, com indicação de média final.

3 — A média final referida no número anterior, será obtida na escala de 0 a 20, pelo cálculo da média ponderada das classificações obtidas nas diferentes disciplinas, sendo os coeficientes de ponderação iguais às unidades de crédito respectivas.

4.º

Regulamento

O regulamento do curso de mestrado é anexo a esta deliberação.

26 de Janeiro de 2004. — O Presidente, *João de Freitas Ferreira de Almeida.*

ANEXO

Regulamento do mestrado em Opinião Pública e Decisão Política

1.º

Objectivos

1 — Fornecer aos profissionais de várias áreas instrumentos conceptuais e metodológicos capazes de os ajudar a melhorar as respectivas integração e *performances* profissionais, nomeadamente nos processos de decisão, bem como nos processos de comunicação dos decisores com os cidadãos e os dirigentes das instituições públicas e privadas.

2 — Fornecer instrumentos conceptuais e metodológicos a todos os que pretendem estruturar um projecto de investigação nas seguintes áreas: relações das instituições públicas com os cidadãos e a comunicação social; cultura política e cidadania; comunicação política; organizações sócio-políticas, associativismo e processos de concertação e deliberação democrática; campanhas eleitorais e comportamentos políticos; comunicação e *marketing* político.

2.º

Habilitações de acesso

1 — São admitidos à matrícula no curso os candidatos titulares do grau de licenciatura, ou equivalente, na área das ciências sociais e empresariais, com a classificação mínima de 14 valores.

2 — Mediante apreciação curricular e entrevista que comprovem adequada preparação científica de base para o curso, poderão ser aceites outras licenciaturas ou licenciados com classificação inferior a 14 valores.

3.º

Limitações quantitativas

O número mínimo de inscrições é de 15 e o máximo de 30.

4.º

Plano de estudos

O plano de estudos do mestrado consta do anexo II.

5.º

Coordenação

O mestrado será coordenado pela comissão de mestrados do departamento e o seu coordenador científico será o Prof. Doutor José Manuel Viegas, cabendo-lhes as seguintes competências:

a) Ao coordenador científico:

Seleccionar os candidatos;
Coordenar as actividades lectivas e tutoriais;
Propor os júris de provas de mestrado;

b) À comissão de mestrados:

Aprovar os candidatos seleccionados;
Assegurar a coerência de orientação em relação aos outros cursos de mestrado do ISCTE;
Decidir a exclusão do curso de alunos que tenham revelado excesso de faltas às aulas;
Decidir ou propor a decisão sobre casos omissos na regulamentação ou no regulamento geral dos mestrados do ISCTE.

6.º

Critérios de selecção

Os candidatos à matrícula serão seleccionados segundo os seguintes critérios:

a) Currículo académico, científico e técnico;
b) Experiência profissional;
c) Classificação da licenciatura;
d) Entrevista, se considerada necessária.

7.º

Prazos e calendário lectivo

1 — Os prazos e o calendário lectivos serão fixados anualmente por despacho do presidente do ISCTE e publicados no *Diário da República,* 2.ª série.

2 — Para o ano lectivo de 2004-2005 são fixados os seguintes:

a) Candidaturas — de 1 de Junho até 16 de Julho de 2004;
b) Matrícula e inscrição — de 1 a 17 de Setembro de 2004;
c) Início das actividades lectivas — 11 de Outubro de 2004;
d) Calendário lectivo:

1.º semestre — de 11 de Outubro de 2004 a 22 de Janeiro de 2005;
2.º semestre — de 1 de Março a 9 de Junho de 2005;

e) Data da conclusão das avaliações da parte escolar — 30 de Setembro de 2005;
f) Final do prazo para entrega das dissertações — Dezembro de 2006.

8.º

Propinas

As propinas serão fixadas pelo senado do ISCTE, mediante proposta da comissão de mestrados do Departamento de Sociologia.

9.º

Candidatura

As candidaturas serão apresentadas no secretariado do Departamento de Sociologia através de processo constante de:

a) Boletim de candidatura preenchido e assinado pelo próprio;
b) Certidão de licenciatura;
c) *Curriculum vitae;*
d) Uma fotografia;
e) Facultativamente, cópia de trabalhos publicados e ou tese de licenciatura.

10.º

Reinscrição e prescrição

1 — É permitida a reinscrição dos alunos nos seguintes casos:

a) No ano seguinte ao da primeira inscrição, desde que tenham apenas uma disciplina da parte escolar para efectuar em simultâneo com a realização da tese;
b) Os alunos que não terminarem a parte lectiva no quadro do curso em cuja frequência foram admitidos poderão requerer a reinscrição no curso imediatamente subsequente sem necessidade de nova candidatura para frequentar as disciplinas que faltam. No entanto, deverão efectuar o pedido de equivalência das unidades de crédito obtidas em cursos anteriores, que constam do plano de estudos do novo curso.

2 — A prescrição da matrícula é fixada em três anos, após a inscrição inicial, salvo os casos de suspensão de contagem do prazo legalmente previsto.

11.º

Reedição dos cursos

A reedição dos cursos depende das disponibilidades de recursos humanos, materiais e financeiros existentes, da procura, da relevância social do curso e da avaliação científica e pedagógica do funcionamento dos mesmos em edições anteriores.

12.º

Orientação da dissertação

1 — A preparação da dissertação deve ser orientada por um professor ou investigador doutorado do ISCTE.

2 — Podem ainda orientar a preparação da dissertação professores e investigadores doutorados de outros estabelecimentos de ensino superior, bem como especialistas na área da dissertação reconhecidos como idóneos pela comissão científica.

3 — Em casos devidamente justificados pode admitir-se a co-orientação da dissertação por dois orientadores, desde que um dos orientadores seja professor ou investigador doutorado do ISCTE.

13.º

Entrega da dissertação

A entrega da dissertação (que não deverá exceder 150 páginas de texto, exclusive de eventuais anexos), a sua eventual reformulação e o funcionamento do júri de provas de mestrado regulam-se segundo o prescrito no artigo 13.º do Regulamento Geral dos Cursos de Mestrado do ISCTE.

14.º

Nomeação de júri

O júri será nomeado pelo presidente do ISCTE, sob proposta da comissão científica.

15.º

Composição do júri

1 — O júri para apreciação da dissertação de mestrado é nomeado nos 30 dias posteriores à sua entrega pelo presidente do ISCTE, sob proposta da comissão científica.

2 — O júri é constituído por:

a) Um professor doutorado do ISCTE na área científica em que se insere o curso de mestrado;
b) Um professor universitário — ou especialista, reconhecido como idóneo pelo conselho científico — da área específica do tema da dissertação;
c) O orientador, ou orientadores, da dissertação.

3 — Pelo menos um dos membros do júri terá, necessariamente, de pertencer a outra universidade ou, em todo o caso, ser exterior ao ISCTE.

4 — Poderão ainda integrar o júri outros professores doutorados do ISCTE, desde que não seja ultrapassado o número máximo de cinco membros.

5 — O orientador da dissertação não deve ser arguente da mesma nem presidente do júri.

6 — O júri será presidido pelo membro professor do ISCTE mais antigo da categoria mais elevada e, em caso de impedimento, pelo que, segundo o mesmo critério, se lhe segue.

7 — O despacho de nomeação do júri deve, no prazo de cinco dias, ser comunicado por escrito ao candidato e afixado em local público do ISCTE.

16.º

Discussão da dissertação

1 — A discussão da dissertação só pode ter lugar com a presença de um mínimo de três membros do júri e nela podem intervir todos os seus membros.

2 — A discussão da dissertação deve ser iniciada por uma exposição oral pelo candidato, sintetizando o conteúdo da dissertação, evidenciando os seus objectivos, meios utilizados para a sua realização e principais conclusões.

3 — A exposição oral referida no n.º 2 não deverá exceder vinte minutos.

4 — A discussão da dissertação não deverá exceder noventa minutos.

5 — Deve ser proporcionado ao candidato, na discussão, tempo idêntico ao utilizado pelos membros do júri.

17.º

Deliberação do júri

1 — O júri delibera sobre a classificação do candidato através de votação nominal fundamentada, não sendo permitidas abstenções.

2 — Em caso de empate, o membro do júri que assumir a presidência dispõe de voto de qualidade.

3 — A classificação final é expressa pelas fórmulas *Recusado* ou *Aprovado,* sendo esta com as classificações de *Bom, Bom com distinção* ou *Muito bom.*

4 — Estas classificações deverão ter em conta as classificações obtidas na parte escolar do curso.

5 — Da prova e reuniões do júri é lavrada acta, da qual constarão os votos emitidos por cada um dos seus membros e respectiva fundamentação.

18.º

Avaliação

O coordenador científico deverá enviar no final da parte escolar à comissão científica relatórios de avaliação, que incluam as opiniões dos alunos e dos professores.

19.º

Funcionamento

O curso de mestrado iniciará o seu funcionamento no ano lectivo de 2004-2005 de acordo com os prazos definidos no n.º 7.º

ANEXO I

Curso de mestrado em Opinião Pública e Decisão Política

1 — Área científica de referência — Sociologia.
2 — Duração da parte escolar — dois semestres lectivos.
3 — Duração da preparação da dissertação — 12 meses, após a conclusão da parte escolar.
4 — Número total de unidades de crédito necessários à conclusão do curso — 16.

ANEXO II

Plano de estudos

Disiciplinas	Carga horária	Unidades de crédito
1.ºsemestre		
Esfera Política, Mass Media e Opinião Pública	26	2
Instituições Públicas e Comunicação	26	2
Mediadores Sócio-Políticos e Processos Decisórios	26	2
Inquéritos e Sondagens de Opinião	26	2
2.º semestre		
Marketing Político	26	2
Cultura Política, Cidadania e Participação	26	2
Processos Eleitorais e Opinião Pública	26	2
Métodos Qualitativos na Análise da Opinião Pública	26	2
Total		16

Deliberação n.º 546/2004. — *Deliberação do senado n.º 9/2004.* — Por proposta do conselho científico e nos termos dos artigos 7.º e 25.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e do artigo 24.º dos Estatutos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) publicados no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 105, de 5 de Setembro de 2000, e dos Decretos-Leis n.ºs 155/89, de 11 de Maio, e 216/92, de 13 de Outubro, o senado, na reunião de 21 de Janeiro de 2004, aprovou a criação do curso de mestrado em Sistemas Integrados de Apoio à Decisão, cujo regulamento é o anexo a esta deliberação.

1.º

Criação

O Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) confere o grau de mestre em Sistemas Integrados de Apoio à Decisão.

2.º

Organização

O curso especializado conducente ao mestrado em Sistemas Integrados de Apoio à Decisão (adiante designado simplesmente por curso) organiza-se pelo sistema de unidades de crédito, conforme estabelecido no anexo I. As disciplinas são todas obrigatórias. A parte escolar é seguida de um período de dois semestres para preparação e apresentação da dissertação de mestrado.

3.º

Grau e diploma

1 — O grau concedido é o de mestre em Sistemas Integrados de Apoio à Decisão e será atribuído a quem obtiver aprovação nas disciplinas da parte escolar, no seminário de preparação da dissertação e na dissertação.

2 — A inscrição na dissertação pressupõe a aprovação prévia em todas as disciplinas da parte escolar do mestrado.

3 — A frequência com êxito das disciplinas que constituem a parte escolar dá lugar à atribuição de um diploma de pós-graduação em Sistemas Integrados de Apoio à Decisão, com indicação de média final, em conformidade com o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Setembro.

4 — A média final referida no número anterior, será obtido na escala de 0 a 20, pelo cálculo da média ponderada das classificações obtidas nas disciplinas, sendo os coeficientes de ponderação iguais às unidades de crédito respectivas.

4.º

Regulamento

O regulamento do curso de mestrado é anexo a esta deliberação.

27 de Janeiro de 2004. — O Presidente, *João de Freitas Ferreira de Almeida.*

ANEXO

Regulamento do curso de mestrado em Sistemas Integrados de Apoio à Decisão

1.º

Objectivo do curso

No âmbito da Gestão dos Sistemas de Informação e da competência científica multidisciplinar do ISCTE, a missão deste mestrado é a de:

1) Dar formação avançada nas diferentes competências necessárias à implementação de sistemas de apoio à decisão;
2) Gerar investigação nesta área científica, fomentando a partilha de conhecimento, de métodos e de resultados, entre as empresas e as universidades.

Actualmente todas as empresas sabem que, numa sociedade da informação em constante mutação, urge dotar os decisores de meios que lhe permitam obter uma maior capacidade de análise, planeamento e reacção. No entanto, apesar de existir um enorme volume de dados operacionais e técnicas adequadas à análise da informação, subsiste uma crónica dificuldade em gerar indicadores sintéticos e objectivar em tempo útil sobre a realidade do negócio.

A nossa visão é a de dotar o mercado de profissionais habilitados a implementar com sucesso iniciativas de sistemas de apoio à decisão, devidamente integrados na gestão da informação organizacional.

2.º

Plano de estudos

O plano de estudos do curso de mestrado em Sistemas Integrados de Apoio à Decisão consta do anexo II a este regulamento. Eventuais alterações ao plano de estudos são aprovadas pelo conselho científico e publicadas no *Diário da República.*

3.º

Coordenação

O mestrado será coordenado pela comissão de mestrados do departamento e a sua coordenadora científica será a Prof.ª Doutora Maria José Forjaz Pacheco Trigueiros, cabendo-lhes as seguintes competências:

a) À coordenadora científica:

Seleccionar os candidatos;
Coordenar as actividades lectivas e tutoriais;
Propor os júris de provas de mestrado.

b) À comissão de mestrados:

Aprovar os candidatos seleccionados;
Assegurar a coerência de orientação em relação aos outros cursos de mestrado do ISCTE;
Decidir a exclusão do curso de alunos que tenham revelado excesso de faltas às aulas;
Decidir ou propor a decisão sobre casos omissos na regulamentação ou no regulamento geral dos mestrados do ISCTE.

4.º

Habilitações de acesso

As habilitações de acesso ao curso exigem a titularidade de uma licenciatura em áreas afins aos domínios da informática e gestão de empresas e métodos quantitativos, com classificação mínima de 14 valores, atribuída ou reconhecida por um estabelecimento de ensino português. Com fundamento nos resultados do processo de selecção a realizar pela comissão do mestrado, poderão ser excepcionalmente admitidos à matrícula candidatos com classificação de licenciatura inferior a 14 valores. Podem também inscrever-se em disciplinas deste mestrado alunos inscritos noutros mestrados do ISCTE, sujeitos a parecer positivo da comissão do mestrado por entrevista aos candidatos.

5.º

Limitações quantitativas

Os números máximo e mínimo de inscrições no curso são, respectivamente, 30 e 19. A percentagem reservada prioritariamente a docentes de estabelecimentos de ensino superior é de 10 %.

6.º

Critérios de selecção

1 — Os candidatos à matrícula no curso serão seleccionados tendo em atenção os seguintes critérios e informações:

a) Classificação da licenciatura e de outros graus obtidos pelo candidato;
b) Currículo académico, científico e técnico;
c) Experiência profissional e docente;
d) Resultados de provas complementares eventualmente solicitadas;
e) Cartas de referência;
f) Entrevista.

2 — Das decisões da selecção a que se refere o número anterior não cabe recurso.

7.º

Prazos e calendário lectivo

Os prazos e o calendário lectivo previstos para o funcionamento do curso são:

a) Candidatura:

Primeiro período — de 5 a 30 de Julho de 2004;
Segundo período — de 1 a 7 de Setembro de 2004;

b) Matrícula e inscrição — de 22 a 30 de Setembro de 2004;
c) Início das actividades lectivas — 8 de Outubro de 2004;
d) Calendário lectivo:

1.º trimestre — de 8 de Outubro a 18 de Dezembro de 2004;
2.º trimestre — de 7 de Janeiro a 19 de Março de 2005;
3.º trimestre — de 25 de Março a 18 de Junho de 2005;
4.º trimestre: 1.ª parte — de 25 de Junho a 30 de Julho de 2005; 2.ª parte — de 2 a 30 de Setembro de 2005;

e) Final do prazo para a entrega da dissertação de mestrado — Dezembro de 2006.

8.º

Propinas

As propinas serão fixadas pelo presidente do ISCTE, sob proposta do conselho directivo.

9.º

Candidatura

As candidaturas serão apresentadas no secretariado do mestrado que funciona no Departamento de Ciências e Tecnologias da Informação (DCTI) do ISCTE, através de processo constando de:

a) Boletim de candidatura;
b) Certidão de licenciatura (original ou fotocópia autenticada ou fotocópia para autenticação);
c) *Curriculum vitae;*
d) Duas fotografias;
e) Cópia do bilhete de identidade;
f) Duas cartas abonatórias.

10.º

Matrículas

A matrícula e inscrição dos candidatos admitidos exigem a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão de nascimento ou cópia autenticada do bilhete de identidade;
b) Duas fotografias;
c) Certidão de licenciatura (original ou fotocópia autenticada ou fotocópia para autenticação).

11.º

Classificação final do curso

A classificação final da parte escolar do curso será obtida, na escala de 0 a 20, pelo cálculo da média ponderada das classificações das disciplinas, sendo os coeficientes de ponderação correspondentes às unidades de crédito respectivas.

12.º

Reinscrições e prescrições

1 — É permitida a reinscrição dos alunos nos seguintes casos:

a) No ano seguinte ao da primeira inscrição, até duas disciplinas em simultâneo com a realização da tese;
b) Os alunos que não terminarem a parte lectiva no curso em cuja frequência foram admitidos poderão requerer a reinscrição no curso imediatamente subsequente sem necessidade de nova candidatura para frequentar as disciplinas que lhes faltam.

2 — A prescrição de matrícula é fixada em três anos após a inscrição inicial, salvo os casos de suspensão da contagem de prazos legalmente previstos.

13.º

Acesso à dissertação

1 — O acesso à inscrição para a dissertação é condicionado por uma classificação positiva em todas as disciplinas, por uma classificação final igual ou superior a 14 valores.
2 — O pedido de inscrição deve ser acompanhado de um parecer do orientador da dissertação, bem como de um plano de tese.

14.º

Orientação da dissertação

1 — A preparação da dissertação deve ser orientada por um professor ou investigador doutorado do ISCTE da área científica do mestrado.
2 — Em casos devidamente justificados, pode admitir-se um co-orientador.

15.º

Entrega da dissertação e requerimento de prova

1 — Terminada a elaboração da dissertação, o mestrando deve solicitar a realização das provas, em requerimento dirigido ao presidente do conselho científico do ISCTE, acompanhado por:

a) Seis exemplares da dissertação;
b) Seis resumos da dissertação em português e inglês, acompanhados pela indicação de cerca de seis palavras chave;
c) Dez exemplares do *curriculum vitae.*

2 — Se a primeira versão for aceite como definitiva na primeira reunião do júri, o candidato entregará nos 15 dias subsequentes mais quatro exemplares definitivos incluindo na capa e na primeira página o nome do ISCTE e do Departamento, o título da dissertação, o nome do orientador e do co-orientador, caso exista, o nome do candidato e a data.
3 — Se o júri proferir um despacho liminar em que recomenda ao candidato a reformulação da dissertação, o candidato disporá, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, de um prazo de 90 dias, improrrogável, durante o qual poderá proceder às alterações que julgue adequadas.
4 — Reformulada a dissertação, o candidato deverá proceder à entrega de 10 exemplares definitivos e de 10 resumos da mesma e proceder como descrito no n.º 2 no que respeita à capa e à primeira página.
5 — Se o candidato optar pela não reformulação da dissertação, procede-se de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, à marcação das provas públicas de discussão.

16.º

Nomeação do júri

O júri será nomeado pelo presidente do ISCTE, sob proposta do conselho científico, ouvida a comissão científica do Departamento de Ciências e Tecnologias da Informação.

17.º

Composição do júri

1 — O júri é composto por, no mínimo, três membros, até um máximo de cinco membros, dos quais:

a) Um professor doutorado do ISCTE da área científica específica em que se insere o mestrado;
b) Um professor da área científica específica do mestrado pertencente a outra universidade que será normalmente o arguente;
c) O orientador da dissertação (ou orientadores, sempre que existam).

2 — O presidente do júri será, de entre os membros do júri, o professor do ISCTE de categoria mais elevada.
3 — Em caso de impedimento, a presidência será assumida por um dos professores de categoria mais elevada que integre o júri, desde que não seja o orientador.

18.º

Discussão da dissertação

1 — A discussão da dissertação só pode ter lugar com a presença de um mínimo de três membros do júri, não pode exceder noventa minutos e nela podem intervir todos os membros do júri.
2 — A discussão da dissertação pode ser iniciada por uma exposição oral pelo candidato, sintetizando o conteúdo da dissertação e evidenciando os seus objectivos, meios utilizados para a sua realização e principais conclusões.
3 — A exposição oral referida no n.º 2 não deverá exceder vinte minutos.
4 — Deve ser proporcionado ao candidato na discussão tempo idêntico ao utilizado pelos membros do júri.

ANEXO I

Curso de mestrado em Sistemas Integrados de Apoio à Decisão

1 — Área científica do curso — Gestão de Sistemas de Informação.
2 — Duração normal do curso — dois anos lectivos, incluindo o período para a elaboração da tese.
3 — Duração mínima do curso — 12 meses.
5 — Número de unidades de crédito pós-graduados necessário à concessão do grau — 21.
6 — Plano de estudos — todas as disciplinas menos o seminário são de quarenta e quatro horas teórico-práticas (2 créditos), correspondentes a quatro horas/semana.

ANEXO II

Plano de estudos

Número	Nome da disciplina	Trimestre	Créditos	Total de horas
1	Sistemas Integrados de Apoio à Decisão	1.º	2	44
2	Extracção,Transformação e Limpeza de Dados	1.º	2	44
3	Análise de Dados	1.º	2	44
4	Técnicas de Análise e Modelização Dimensional	2.º	2	44
5	Data Mining	2.º	2	44
6	Sistemas de Apoio à Decisão Orientados por Modelos	2.º	2	44
7	Planificação e Gestão de Projectos de SAD	3.º	2	44
8	Aplicações Empresariais I	3.º	2	44
9	Aplicações Empresariais II	3.º	2	44
10	Aplicações Empresariais III	4.º — Julho	2	44
11	Seminário	4.º — Setembro	1	22

Deliberação n.º 547/2004. — Por proposta do conselho científico e nos termos dos artigos 7.º e 25.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e do artigo 24.º dos Estatutos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) publicados no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 15, de 5 de Setembro de 2000, e dos Decretos-Leis n.ºs 155/89, de 11 de Maio, e 216/92, de 13 de Outubro, o senado, na reunião de 21 de Janeiro de 2004, aprovou a criação do curso de mestrado designado por mestrado em Museologia Aplicada, conforme o que se segue:

Artigo 1.º

Criação

O Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) confere o grau de mestre em Museologia Aplicada.

Artigo 2.º

Organização

1 — O curso de mestrado em Museologia Aplicada, adiante designado apenas por curso, terá uma duração de quatro semestres, compreendendo a frequência de um curso de especialização e a apresentação de uma dissertação.

2 — Deverá ser garantido o período de 12 meses para a preparação da dissertação.

3 — O curso organiza-se pelo sistema de unidades de crédito, conforme estabelecido no anexo I.

Artigo 3.º

Regulamento

O regulamento do curso de mestrado é anexo a esta deliberação.

27 de Janeiro de 2004. — O Presidente, *João de Freitas Ferreira de Almeida.*

ANEXO

Regulamento do curso de mestrado em Museologia Aplicada

Artigo 1.º

Objectivos do curso

São objectivos do curso:

1) Formação em musealização de temas etnográficos e de história contemporânea;
2) Promover o aprofundamento do conhecimento em museologia, com ênfase na elaboração de conteúdos;
3) Contribuir para a formação de especialistas no domínio da intervenção cultural em museus (nacionais, regionais ou locais);
4) Contribuir para o alargamento e diversificação de estruturas e bens culturais;
5) Contribuir para o aprofundamento da interdisciplinaridade.

Artigo 2.º

Grau e diploma

1 — O grau de mestre em Museologia Aplicada será atribuído a quem tiver aprovação nas disciplinas da parte escolar, bem como numa dissertação original.

2 — A frequência e aprovação nas disciplinas que constituem a parte escolar dá lugar à atribuição de um diploma de pós-graduação em Museologia Aplicada, com indicação de média final.

3 — A média final referida no número anterior será obtida na escala de 0 a 20, pelo cálculo da média ponderada das classificações obtidas nas diferentes disciplinas, sendo os coeficientes de ponderação iguais às unidades de crédito respectivas.

Artigo 3.º

Habilitações de acesso

1 — A candidatura à inscrição no curso pressupõe a titularidade do grau de licenciado com a classificação final mínima de 14 valores.

2 — Excepcionalmente, e após apreciação curricular por parte da comissão científica do departamento de acolhimento à edição do mestrado, podem ser admitidos à inscrição licenciados com classificação inferior a 14 valores.

Artigo 4.º

Limitações quantitativas

O curso não poderá funcionar com um número de inscrições inferior a 15 nem superior a 25.

Artigo 5.º

Estrutura

Os elementos a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 173/80, de 29 de Maio, são os constantes do anexo I ao presente regulamento.

Artigo 6.º

Plano de estudos

O plano de estudos do mestrado é aprovado pelo conselho científico e consta do anexo II a este regulamento. Eventuais alterações ao plano de estudos serão feitas por despacho do presidente do ISCTE, mediante proposta do conselho científico.

Artigo 7.º

Departamento de acolhimento

No ano lectivo de 2004-2005, o curso terá como departamento de acolhimento o Departamento de Antropologia. Numa edição seguinte, caberá ao Departamento de História assegurar esta função, mantendo-se tal alternância no futuro.

Artigo 8.º

Coordenação

1 — O curso será coordenado por uma comissão de mestrado. Compõem-na dois membros, em representação dos dois departamentos das áreas científicas de referência do mestrado (Antropologia e História). Pode exercer voto de qualidade o representante do departamento de acolhimento à edição do mestrado. Asseguram a coordenação científica os Profs. Doutores Jorge Freitas Branco e Luísa Tiago de Oliveira.

2 — Compete à comissão científica do departamento:

a) Aprovar os candidatos seleccionados;
b) Deliberar sobre equivalências;
c) Promover a articulação com outros cursos de mestrado dos departamentos;
d) Aprovar os orientadores das dissertações;
e) Formalizar as propostas de júris de provas de mestrado;
f) Propor as propinas;
g) Decidir ou propor a decisão de casos omissos na regulamentação.

3 — Compete aos coordenadores científicos do mestrado:

a) A proposta de selecção dos candidatos;
b) A coordenação das actividades lectivas e tutoriais;
c) As propostas de orientadores das dissertações;
d) As propostas de júris de provas de mestrado, ouvidos os respectivos orientadores.

Artigo 9.º

Critérios de selecção

Os candidatos à matrícula serão seleccionados segundo os seguintes critérios de selecção:

a) Currículo académico, científico e técnico, dando preferência aos titulares de licenciatura em ciências sociais e humanas;
b) Classificação de licenciatura;
c) Experiência docente, de investigação ou de outras actividades profissionais;
d) Entrevista, se considerada necessária.

Artigo 10.º

Prazos e calendário lectivo

Os prazos de candidatura e inscrição bem como o calendário lectivo serão fixados por despacho do presidente do ISCTE. Para o ano lectivo de 2004-2005 são fixados os seguintes:

Candidatura, 1.ª fase — de 1 a 31 de Julho de 2004;
Candidatura, 2.ª fase — de 1 a 24 de Setembro de 2004;
Matrícula e inscrição — de 4 a 8 de Outubro de 2004;
Calendário lectivo:

1.º semestre — de 11 de Outubro de 2004 a 4 de Fevereiro de 2005;
2.º semestre — de 7 de Março a 23 de Junho de 2005;
Avaliações da parte escolar — 1 de Setembro de 2005;
Entrega das dissertações — 1 de Setembro de 2006.

Artigo 11.º

Propinas

A propina será fixada pelo senado, mediante proposta da comissão científica do departamento de acolhimento à edição do mestrado.

Artigo 12.º

Candidatura

Na edição de 2004-2005, as candidaturas serão apresentadas no secretariado do Departamento de Antropologia. Numa edição seguinte, caberá ao Departamento de História assegurar esta função, mantendo-se tal alternância no futuro. O processo de candidatura constará de:

1) Boletim de candidatura preenchido e assinado pelo próprio;
2) Certidão de licenciatura;
3) *Curriculum vitae;*
4) Uma fotografia;
5) Facultativamente, cópia de trabalhos publicados e ou tese de licenciatura.

Artigo 13.º

Orientação da dissertação

1 — A preparação da dissertação deve ser orientada por um(a) professor(a) ou investigador(a) doutorado(a).

2 — Em casos devidamente justificados, pode admitir-se o regime de co-orientação da dissertação.

3 — A iniciativa da escolha do orientador pertence ao aluno, devendo o orientador aprovar o tema e formalizar esta aceitação mediante declaração escrita.

Artigo 14.º

Entrega da dissertação

1 — Terminada a elaboração da dissertação, o mestrando deve solicitar a realização de provas em requerimento dirigido ao presidente do conselho científico do ISCTE, conforme determinado pelo Regulamento Geral dos Cursos de Mestrado do ISCTE, no seu artigo 13.º

2 — A dissertação não deverá exceder as 150 páginas de texto, excluindo eventuais anexos.

Artigo 15.º

Nomeação do júri

1 — O júri para a apreciação da dissertação é nomeado, nos 30 dias posteriores à sua entrega, pelo presidente do ISCTE, sob proposta do conselho científico, ouvida a comissão científica do departamento de acolhimento à edição do curso.

2 — O júri é constituído por:

a) Um professor doutorado do ISCTE numa das áreas científicas do mestrado;
b) Um professor universitário ou um especialista na área específica do tema da dissertação, reconhecido como idóneo pelo conselho científico.
c) O orientador, ou orientadores, da dissertação.

3 — Pelo menos um dos membros do júri terá, necessariamente, de pertencer a outra universidade ou, em todo o caso, ser exterior ao ISCTE.

4 — Poderão ainda integrar o júri outros professores doutorados do ISCTE desde que não seja ultrapassado o número máximo de cinco membros.

5 — O orientador da dissertação não poderá ser arguente da mesma nem presidir ao júri.

6 — O júri será presidido pelo membro professor do ISCTE mais antigo na categoria mais elevada e, em caso de impedimento, pelo que, segundo o mesmo critério, se lhe segue.

7 — O despacho de nomeação do júri deve, no prazo de cinco dias, ser comunicado por escrito ao candidato e afixado em local público do ISCTE.

Artigo 16.º

Discussão da dissertação

1 — A discussão da dissertação só poderá ter lugar com a presença de um mínimo de três membros do júri e nela podem intervir todos os seus membros.

2 — A discussão da dissertação pode ser iniciada por uma exposição oral feita pelo candidato, sintetizando o conteúdo da dissertação, evidenciando os seus objectivos, metodologia e principais conclusões.

3 — A exposição oral referida no n.º 2 não deverá exceder vinte minutos.

4 — A discussão da dissertação não deverá exceder noventa minutos.

5 — Deve ser proporcionado ao candidato, na discussão, tempo idêntico ao utilizado pelos membros do júri.

Artigo 17.º

Deliberação do júri

1 — O júri delibera sobre a classificação do candidato através de votação nominal fundamentada, não sendo permitidas abstenções.

2 — Em caso de empate, o presidente do júri dispõe de voto de qualidade.

3 — A classificação final é expressa pelas fórmulas *Recusado* ou *Aprovado,* sendo esta com classificações de *Bom, Bom com distinção* ou *Muito bom.*

4 — Estas classificações deverão ter em conta as classificações obtidas na parte lectiva do curso.

5 — Da prova e reuniões do júri é lavrada acta, da qual constarão os votos emitidos por cada um dos seus membros e respectiva fundamentação.

Artigo 18.º

Reinscrições, prescrições e adiamentos

1 — Em caso de não conclusão da parte escolar ou da dissertação nos prazos fixados, os alunos poderão voltar a candidatar-se a uma posterior edição do curso, ficando sujeitos a novo processo de candidatura. Em caso de admissão, os interessados poderão ver reconhecidas as unidades de crédito já obtidas mediante requerimento à comissão científica do departamento de acolhimento à edição do mestrado.

2 — A contagem dos prazos para a entrega e para a defesa da dissertação pode ser suspensa por decisão do presidente do ISCTE, ouvido o conselho científico, para além de outros previstos na lei, nos seguintes casos:

a) Prestação de serviço militar obrigatório;
b) Maternidade;
c) Doença grave e prolongada do aluno ou acidente grave, quando a situação ocorra no decurso do prazo para a entrega e para a defesa da dissertação;
d) Exercício efectivo de uma das funções a que se refere o artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado, com alterações, pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

3 — A prescrição da matrícula no curso de mestrado é fixada em quatro anos após a inscrição inicial.

Artigo 19.º

Avaliação

Os coordenadores científicos e a comissão científica do departamento de acolhimento deverão apresentar, no final do ano, um relatório que inclua a avaliação do mesmo, nos termos que se encontram regulamentados.

ANEXO I

Mestrado em Museologia Aplicada

Áreas científicas de referência — Antropologia e História.
Duração da parte escolar (semestres) — dois.
Duração da preparação da dissertação (semestres) após conclusão da parte escolar — dois.
Total ECTS — 120.
Créditos da parte escolar — 16 (60 ECTS).
Créditos da dissertação — (60 ECTS).

ANEXO II

Plano de estudos — Mestrado em Museologia Aplicada

Disciplinas	Sem.	Horas	UC	ECTS
Questões de Museologia ...	1	30	2	7,5
Estudo de Colecções	1	30	2	7,5
Construção Cultural da Nação	1	30	2	7,5
Conservação e Manutenção	1	30	2	7,5
Museus e História Contemporânea	2	30	2	7,5
Estudos de Público	2	30	2	7,5
Design Expositivo	2	30	2	7,5
Projecto	2	30	2	7,5

Deliberação n.º 548/2004. — Por proposta do conselho científico e nos termos dos artigos 7.º e 25.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e do artigo 24.º dos Estatutos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) publicados no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 105, de 5 de Setembro de 2000, e dos Decretos-Leis n.ºs 155/89, de 11 de Maio, e 216/92, de 13 de Outubro, o senado, na reunião de 21 de Janeiro de 2004, aprovou a criação do curso de mestrado em Gestão e Desenvolvimento Empresarial para funcionar no ISCTE e na Universidade de Wuyi, na República Popular da China, no âmbito do protocolo assinado pelas duas instituições ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, cujo regulamento é o anexo a esta deliberação.

1.º

Criação

O Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) confere o grau de mestre em Gestão e Desenvolvimento Empresarial.

2.º

Organização

O curso especializado conducente ao mestrado em Gestão e Desenvolvimento Empresarial (adiante designado simplesmente por curso) organiza-se pelo sistema de unidades de crédito, conforme estabelecido no anexo I, podendo, no todo ou em parte, ser leccionado em língua inglesa.

3.º

Grau e diploma

1 — O grau concedido é o de mestre em Gestão e Desenvolvimento Empresarial e será atribuído a quem obtiver aprovação nas disciplinas

da parte escolar, com classificação não inferior a 14 valores, e na dissertação.

2 — A inscrição na dissertação pressupõe a aprovação prévia em todas as disciplinas da parte escolar do mestrado.

3 — A frequência com êxito das disciplinas que constituem a parte escolar dá lugar à atribuição de um diploma de pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Empresarial, com a designação de MBA, com indicação da média final, em conformidade com o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Setembro.

4 — A média final referida no número anterior será obtida na escala de 0 a 20, pelo cálculo da média ponderada das classificações obtidas nas diferentes disciplinas, sendo os coeficientes de ponderação iguais às unidades de crédito respectivas.

5 — A emissão de certificados e diplomas será feita pelo ISCTE.

4.º

Regulamento

O regulamento do curso de mestrado é anexo a esta deliberação.

27 de Janeiro de 2004. — O Presidente, *João de Freitas Ferreira de Almeida.*

ANEXO

Regulamento do mestrado em Gestão e Desenvolvimento Empresarial

1.º

Objectivos

São objectivos próprios do curso o aprofundamento e a actualização do conhecimento científico na área da gestão de empresas.

2.º

Habilitações de acesso

1 — São admitidos à matrícula no curso os candidatos titulares do grau de licenciatura, ou título equivalente, nas áreas da Gestão de Empresas e afins, com a classificação mínima de 14 valores ou equivalente.

2 — Excepcionalmente poderão ser também admitidos à matrícula candidatos que tenham uma classificação de licenciatura, ou título equivalente, inferior a 14 valores, ou equivalente, com base em apreciação curricular.

3 — A comissão científica poderá ainda admitir ao mestrado candidatos titulares de uma licenciatura estrangeira, desde que seja considerada adequada à frequência do curso e que respeitem o fixado nos n.os 1 e 2 deste número no que se refere às áreas e médias de licenciatura exigidas.

3.º

Limitações quantitativas

O número mínimo de inscrições é de 30 e o máximo de 45.

4.º

Plano de estudos

O plano de estudos do mestrado consta do anexo II a este regulamento, do qual faz parte integrante. Eventuais alterações aprovadas pelo conselho científico serão publicadas no *Diário da República,* 2.ª série.

5.º

Coordenação

O mestrado será coordenado pela comissão científica da UCE de Ciências de Gestão e o seu coordenador científico será a Prof.ª Doutora Virgínia Trigo, cabendo-lhes as seguintes competências:

a) Ao coordenador científico:

Seleccionar os candidatos;
Coordenar as actividades lectivas e tutoriais;
Propor os júris de provas de mestrado;

b) À comissão científica:

Aprovar os candidatos seleccionados;
Assegurar a coerência de orientação em relação aos outros cursos de mestrado do ISCTE;
Decidir a exclusão do curso de alunos que tenham revelado excesso de faltas às aulas;
Decidir ou propor a decisão sobre casos omissos na regulamentação ou no regulamento geral dos mestrados do ISCTE.

6.º

Critérios de selecção

Os candidatos à matrícula serão seleccionados segundo os seguintes critérios:

a) Classificação de licenciatura;
b) Classificação do GMAT — Graduate Management Admission Test (facultativo);
c) *Curriculum vitae;*
d) Entrevista, se considerada necessária.

7.º

Prazos, calendário lectivo e avaliação

1 — Os prazos e o calendário lectivos serão fixados anualmente por despacho do presidente do ISCTE e publicados no *Diário da República,* 2.ª série.

2 — Para o ano lectivo de 2004-2005 são fixados os seguintes:

a) Candidatura — de 1 a 31 Julho de 2004;
b) Matrícula e inscrição — de 6 a 18 de Setembro de 2004;
c) Início das actividades lectivas — 18 de Outubro de 2004;
d) Calendário lectivo:

1.º trimestre — de 18 de Outubro de 2004 a 18 de Janeiro de 2005;
2.º trimestre — de 15 de Fevereiro a 15 de Maio de 2005;
3.º trimestre — de 30 de Maio a 30 de Setembro de 2005;
4.º trimestre — de 15 de Outubro a 30 de Dezembro de 2005;

e) Final do prazo normal para entrega das dissertações — 30 de Dezembro de 2006.

2 — Os alunos serão avaliados no final de cada trimestre lectivo.

3 — Os alunos poderão requerer a realização de exames em segunda época, no mês de Janeiro, até duas disciplinas, prevalecendo no caso de melhoria de classificação a mais favorável ao aluno.

8.º

Propinas

As propinas serão fixadas pelo senado do ISCTE, mediante proposta da comissão directiva da UCE de Ciências de Gestão.

9.º

Candidatura

As candidaturas serão apresentadas no secretariado do mestrado na Universidade de Wuyi através de processo constante de:

a) Boletim de candidatura preenchido e assinado pelo próprio;
b) Certidão de licenciatura;
c) *Curriculum vitae;*
d) Resultado do GMAT (facultativo);
e) Uma fotografia;
f) Cópia do bilhete de identidade ou passaporte;
g) Cópia do cartão de contribuinte, se aplicável;
h) Pagamento de taxa de candidatura.

10.º

Reinscrição e prescrição

1 — É permitida a reinscrição dos alunos no ano seguinte ao da primeira inscrição, desde que o mestrado funcione, nas seguintes condições:

a) Até duas disciplinas, se as mesmas continuarem a pertencer à parte lectiva, prevalecendo no caso de melhoria de classificação a mais favorável ao aluno;
b) Nas disciplinas em que não obtiveram aprovação na parte escolar, além de duas disciplinas, podendo solicitar as respectivas equivalências.

2 — Os alunos poderão requerer a reinscrição sem necessidade de apresentarem nova candidatura.

3 — A prescrição de matrículas é fixada em três anos, após a inscrição inicial, salvo os casos de suspensão da contagem de prazo legalmente previstos.

11.º

Reedição dos cursos

A reedição dos cursos depende das disponibilidades de recursos humanos, materiais e financeiros existentes, da procura, da relevância social do curso e da avaliação científica e pedagógica do funcionamento dos mesmos em edições anteriores.

12.º

Orientação da dissertação

1 — A preparação da dissertação deve ser orientada por um professor ou investigador doutorado do ISCTE.
2 — Podem ainda orientar a preparação da dissertação professores e investigadores doutorados de outros estabelecimentos de ensino superior, bem como especialistas na área da dissertação reconhecidos como idóneos pela comissão científica.
3 — Em casos devidamente justificados, pode admitir-se a co-orientação da dissertação por dois orientadores, desde que um dos orientadores seja professor ou investigador doutorado do ISCTE.

13.º

Entrega da dissertação

1 — Terminada a elaboração da dissertação, em língua inglesa, o mestrando deve solicitar a realização de provas em requerimento dirigido ao presidente do conselho científico do ISCTE, acompanhado por:

a) Seis exemplares da dissertação;
b) Seis resumos da dissertação em português e inglês, acompanhados pela indicação de cerca de seis palavras chave;
c) Seis exemplares do *curriculum vitae;*
d) Certificado da conclusão da parte lectiva do mestrado;
e) Declaração do orientador de que a dissertação se encontra concluída e em condições de serem realizadas as provas.

2 — Se a primeira versão for aceite como definitiva na primeira reunião do júri, o candidato entregará, nos 15 dias subsequentes, mais quatro exemplares definitivos, incluindo na capa e na primeira página o nome do ISCTE, o título da dissertação, o nome do orientador e do co-orientador, quando exista, o nome do candidato e a data.
3 — Se o júri proferir um despacho liminar em que recomenda ao candidato a reformulação da dissertação, o candidato disporá, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, de um prazo de 90 dias, improrrogáveis, durante o qual pode proceder às alterações que julgue adequadas.
4 — Reformulada a dissertação, o candidato deve proceder à entrega de 10 exemplares definitivos da dissertação e 10 resumos da mesma e proceder como descrito no n.º 2 no que respeita à capa e à primeira página.
5 — Se o candidato optar pela não reformulação da dissertação, procede-se, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 23 de Outubro, à marcação de provas públicas de dissertação.

14.º

Nomeação de júri

O júri será nomeado pelo presidente do ISCTE, sob proposta da comissão científica.

15.º

Composição do júri

1 — O júri para apreciação da dissertação de mestrado é nomeado nos 30 dias posteriores à sua entrega pelo presidente do ISCTE, sob proposta da comissão científica.
2 — O júri é constituído por:

a) Um professor doutorado do ISCTE na área científica em que se insere o curso de mestrado;
b) Um professor universitário — ou especialista, reconhecido como idóneo pelo conselho científico — da área específica do tema da dissertação;
c) O orientador, ou orientadores, da dissertação.

3 — Pelo menos um dos membros do júri terá, necessariamente, de pertencer a outra universidade ou, em todo o caso, ser exterior ao ISCTE.
4 — Poderão ainda integrar o júri outros professores doutorados do ISCTE, desde que não seja ultrapassado o número máximo de cinco membros.
5 — O orientador da dissertação não deve ser arguente da mesma nem presidente do júri.
6 — O júri será presidido pelo membro professor do ISCTE mais antigo da categoria mais elevada e, em caso de impedimento, pelo que, segundo o mesmo critério, se lhe segue.
7 — O despacho de nomeação do júri deve, no prazo de cinco dias, ser comunicado por escrito ao candidato e afixado em local público do ISCTE.

16.º

Discussão da dissertação

1 — A discussão da dissertação só pode ter lugar com a presença de um mínimo de três membros do júri e nela podem intervir todos os seus membros.
2 — A discussão da dissertação deve ser iniciada por uma exposição oral pelo candidato, sintetizando o conteúdo da dissertação, evidenciando os seus objectivos, meios utilizados para a sua realização e principais conclusões.
3 — A exposição oral referida no n.º 2 não deverá exceder vinte minutos.
4 — A discussão da dissertação não deverá exceder noventa minutos.
5 — Deve ser proporcionado ao candidato, na discussão, tempo idêntico ao utilizado pelos membros do júri.

17.º

Deliberação do júri

1 — O júri delibera sobre a classificação do candidato através de votação nominal fundamentada, não sendo permitidas abstenções.
2 — Em caso de empate, o membro do júri que assumir a presidência dispõe de voto de qualidade.
3 — A classificação final é expressa pelas fórmulas *Recusado* ou *Aprovado,* sendo esta com as classificações de *Bom, Bom com distinção* ou *Muito bom.*
4 — Estas classificações deverão ter em conta as classificações obtidas na parte escolar do curso.
5 — Da prova e das reuniões do júri é lavrada acta, da qual constarão os votos emitidos por cada um dos seus membros e respectiva fundamentação.

18.º

Avaliação

O coordenador científico deverá enviar no final da parte escolar à comissão científica relatórios de avaliação, que incluam as opiniões dos alunos e dos professores.

19.º

Funcionamento

O curso de mestrado iniciará o seu funcionamento no ano lectivo de 2004-2005 de acordo com os prazos definidos no n.º 7.º

ANEXO I

Curso de mestrado em Gestão e Desenvolvimento Empresarial

1 — Área científica de referência — Gestão.
2 — Duração da parte escolar — quatro trimestres.
3 — Duração da preparação da dissertação — 12 meses, após a conclusão da parte escolar.
4 — Número total de unidades de crédito necessários à conclusão da parte escolar — 24.
5 — Número total de unidades de crédito de disciplinas obrigatórias — 22.
6 — Número total de disciplinas de crédito de disciplinas optativas — 2.

ANEXO II

Plano de estudos

Disciplinas	Carga horária	Unidades de crédito
1.º trimestre		
Contabilidade e Análise Financeira (Accounting and Finance)	24	2
Estatística e Tomada de Decisão (Statistics and Decision Making)	24	2
Gestão de Recursos Humanos (Human Resource Management)	24	2
2.º trimestre		
Comportamento Organizacional (Organizational Behavior)	24	2
Logística e Gestão de Operações (Operations Management and Logistics)	24	2
Gestão de Marketing (Marketing Management)	24	2
3.º trimestre		
Envolvente Empresarial Internacional (International Environment)	24	2
Gestão de Sistemas de Informação (Information Technology Management)	24	2
Optativa	24	2

Disciplinas	Carga horária	Unidades de crédito
4.º trimestre		
Estratégia Empresarial (Business Strategy)	24	2
Liderança e Negociação (Leadership and Negotiation)	24	2
Seminário (Current Management Topics)	24	2
Total		24

Disciplinas optativas	Carga horária	Unidades de crédito
Gestão Financeira (Financial Management)	24	2
Marketing Estratégico (Strategic Marketing) ...	24	2
Pesquisa de Mercados (Marketing Research) ...	24	2

Deliberação n.º 549/2004. — *Deliberação do senado n.º 6/2004.* — Por proposta do conselho científico e nos termos dos artigos 7.º e 25.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e 24.º dos Estatutos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), publicados no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 105, de 5 de Setembro de 2000, e dos Decretos-Leis n.os 155/89, de 11 de Maio, e 216/92, de 13 de Outubro, o senado, na reunião de 21 de Janeiro de 2004, aprovou a criação do curso de mestrado em Gestão Global para funcionar no ISCTE e em Cabo Verde, no âmbito do protocolo assinado pelo ISCTE e a Direcção-Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação de Cabo Verde, ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 e Outubro, cujo regulamento é o anexo a esta deliberação.

1.º

Criação

O Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) confere o grau de mestre em Gestão Global.

2.º

Organização

O curso especializado conducente ao mestrado em Gestão Global (adiante designado simplesmente por curso) organiza-se pelo sistema de unidades de crédito, conforme estabelecido no anexo I.

3.º

Grau e diploma

1 — O grau concedido é o de mestre em Gestão Global e será atribuído a quem obtiver aprovação nas disciplinas da parte escolar com classificação não inferior a 14 valores, e na dissertação.

2 — A inscrição na dissertação pressupõe a aprovação prévia em todas as disciplinas da parte escolar do mestrado.

3 — A frequência com êxito das disciplinas que constituem a parte escolar dá lugar à atribuição de um diploma de pós-graduação em Gestão Global, com a designação de MBA, com indicação de média final, em conformidade com o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Setembro.

4 — A média final referida no número anterior será obtida, na escala de 0 a 20, pelo cálculo da média ponderada das classificações obtidas nas diferentes disciplinas, sendo os coeficientes de ponderação iguais às unidades de crédito respectivas.

5 — A emissão de certificados e diplomas será feita pelo ISCTE.

4.º

Regulamento

O regulamento do curso de mestrado é anexo a esta deliberação.

27 de Janeiro de 2004. — O Presidente, *João de Freitas Ferreira de Almeida.*

ANEXO

Regulamento do mestrado em Gestão Global

1.º

Objectivos

São objectivos próprios do curso o aprofundamento e actualização do conhecimento científico na área da Gestão de Empresas.

2.º

Habilitações de acesso

1 — São admitidos à matrícula no curso os candidatos titulares do grau de licenciatura, ou título equivalente, nas áreas da Gestão de Empresas e afins com a classificação mínima de 14 valores ou equivalente.

2 — Excepcionalmente, poderão ser também admitidos à matrícula candidatos que tenham uma classificação de licenciatura, ou título equivalente, inferior a 14 valores, ou equivalente, com base em apreciação curricular.

3 — A comissão científica poderá ainda admitir ao mestrado candidatos titulares de uma licenciatura estrangeira, desde que seja considerada adequada à frequência do curso e que respeitem o fixado nos n.os 1 e 2 deste artigo no que se refere às áreas e médias de licenciatura exigidas.

3.º

Limitações quantitativas

O número mínimo de inscrições é de 22 e o máximo, de 30.

4.º

Plano de estudos

O plano de estudos do mestrado consta do anexo I deste Regulamento, do qual faz parte integrante. Eventuais alterações aprovadas pelo conselho científico serão publicadas no *Diário da República,* 2.ª série.

5.º

Coordenação

O mestrado será coordenado pela comissão científica da UCE de Ciências de Gestão e o seu coordenador científico será o Prof. Doutor João Ferreira Dias, cabendo-lhes as seguintes competências:

a) Ao coordenador científico:

Seleccionar os candidatos;
Coordenar as actividades lectivas e tutorais;
Propor os júris de provas de mestrado.

b) À comissão científica:

Aprovar os candidatos seleccionados;
Assegurar a coerência de orientação em relação a outros cursos de mestrado do ISCTE;
Decidir a exclusão do curso de alunos que tenham revelado excesso de faltas às aulas;
Decidir ou propor a decisão sobre casos omissos na regulamentação ou no regulamento geral dos mestrados do ISCTE.

6.º

Critérios de selecção

Os candidatos à matrícula serão seleccionados segundo os seguintes critérios:

a) Classificação de licenciatura;
b) *Curriculum vitae;*
c) Entrevista, se considerada necessária.

7.º

Prazos, calendário lectivo e avaliação

1 — Os prazos e o calendário lectivos serão fixados anualmente por despacho do presidente do ISCTE e publicados no *Diário da República,* 2.ª série.

2 — Para o ano lectivo de 2004-2005 são fixados os seguintes:

a) Candidaturas — de 1 de Fevereiro a 29 de Fevereiro de 2004;
b) Matrícula e inscrição — de 1 de Abril a 8 de Abril de 2004;
c) Início das actividades lectivas — 19 de Abril de 2004;
d) Calendário lectivo:

1.º trimestre — de 19 de Abril a 27 de Junho de 2004;
2.º trimestre — de 28 de Junho a 26 de Setembro de 2004;
3.º trimestre — de 27 de Setembro a 28 de Novembro de 2004;
4.º trimestre — de 29 de Novembro de 2004 a 20 de Fevereiro de 2005;
5.º trimestre — de 21 de Fevereiro a 17 de Abril de 2005;

e) Final do prazo normal para entrega das dissertações — 30 de Abril de 2006.

2 — Os alunos serão avaliados no final de cada trimestre.

3 — Os alunos poderão realizar exames em segunda época, no mês de Abril de 2005, até duas disciplinas, prevalecendo no caso de melhoria de classificação a mais favorável ao aluno.

8.º

Propinas

As propinas serão fixadas pelo senado do ISCTE mediante proposta da comissão directiva da UCE de Ciências de Gestão.

9.º

Candidatura

1 — As candidaturas serão apresentadas no secretariado do mestrado no ISCEE, em Cabo Verde, através de processo constante de:

a) Boletim de candidatura preenchido e assinado pelo próprio;
b) Certidão de licenciatura;
c) Curriculum vitae;
d) Resultado do GMAT (facultativo)
e) Uma fotografia;
f) Cópia do bilhete de identidade.

2 — Os processos de inscrição serão enviados ao ISCTE.

10.º

Reinscrição e prescrição

1 — É permitida a reinscrição dos alunos no ano seguinte ao da primeira inscrição, desde que o mestrado funcione, nas seguintes condições:

a) Até duas disciplinas, se as mesmas continuarem a pertencer à parte lectiva, prevalecendo no caso de melhoria de classificação a mais favorável ao aluno;
b) Nas disciplinas em que não obtiveram aprovação na parte escolar, além de duas disciplinas, podendo solicitar as respectivas equivalências.

2 — Os alunos poderão requerer a reinscrição sem necessidade de apresentarem nova candidatura.
3 — A prescrição de matrículas é fixada em três anos, após a inscrição inicial, salvo os casos de suspensão da contagem de prazo legalmente previstos.

11.º

Reedição dos cursos

A reedição dos cursos depende das disponibilidades de recursos humanos, materiais e financeiros existentes, da procura, da relevância social do curso e da avaliação científica e pedagógica do funcionamento dos mesmos em edições anteriores.

12.º

Orientação da dissertação

1 — A preparação da dissertação deve ser orientada por um professor ou investigador doutorado do ISCTE.
2 — Podem ainda orientar a preparação da dissertação professores e investigadores doutorados de outros estabelecimentos de ensino superior, bem como especialistas na área da dissertação reconhecidos como idóneos pela comissão científica.
3 — Em casos devidamente justificados pode admitir-se a co-orientação da dissertação por dois orientadores desde que um dos orientadores seja professor ou investigador doutorado do ISCTE.

13.º

Entrega da dissertação

1 — Terminada a elaboração da dissertação, o mestrando deve solicitar a realização de provas em requerimento dirigido ao presidente do conselho científico do ISCTE, acompanhado por:

a) Seis exemplares da dissertação;
b) Seis resumos da dissertação em português e inglês, acompanhados pela indicação de cerca de seis palavras-chave;
c) Seis exemplares do *curriculum vitae;*
d) Certificado da conclusão da parte lectiva do mestrado;
e) Declaração do orientador declarando que a dissertação se encontra concluída e em condições de serem realizadas as provas.

2 — No caso de pretender solicitar a realização da dissertação na língua inglesa, o candidato deverá ainda entregar:

a) Requerimento fundamentando a sua pretensão, nomeadamente para efeito da publicação em revista científica internacional, dirigido ao presidente do ISCTE;
b) Declaração de concordância do orientador da dissertação;
c) Seis exemplares de um resumo da dissertação na língua portuguesa, que deve ter no mínimo de 15 páginas.

3 — Se a primeira versão for aceite como definitiva na primeira reunião do júri, o candidato entregará, nos 15 dias subsequentes, mais quatro exemplares definitivos, incluindo na capa e na primeira página o nome do ISCTE, o título da dissertação, o nome do orientador e do co-orientador, quando exista, o nome do candidato e a data.
4 — Se o júri proferir um despacho liminar em que recomenda ao candidato a reformulação da dissertação, o candidato disporá, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, de um prazo de 90 dias, improrrogáveis, durante o qual pode proceder às alterações que julgue adequadas.
5 — Reformulada a dissertação, o candidato deve proceder à entrega de 10 exemplares definitivos da dissertação e 10 resumos da mesma e proceder como descrito no n.º 3 no que respeita à capa e à primeira página.
6 — Se o candidato optar pela não reformulação da dissertação, procede-se, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 23 de Outubro, à marcação de provas públicas de dissertação.

14.º

Nomeação de júri

O júri será nomeado pelo presidente do ISCTE, sob proposta da comissão científica.

15.º

Composição do júri

1 — O júri para apreciação da dissertação de mestrado é nomeado nos 30 dias posteriores à sua entrega pelo presidente do ISCTE, sob proposta da comissão científica.
2 — O júri é constituído por:

a) Um professor doutorado do ISCTE na área científica em que se insere o curso de mestrado;
b) Um professor universitário — ou especialista, reconhecido como idóneo pelo conselho científico — da área específica do tema da dissertação;
c) O orientador, ou orientadores, da dissertação.

3 — Pelo menos um dos membros do júri terá, necessariamente, de pertencer a outra universidade ou, em todo o caso, ser exterior ao ISCTE.
4 — Poderão ainda integrar o júri outros professores doutorados do ISCTE, desde que não seja ultrapassado o número máximo de cinco membros.
5 — O orientador da dissertação não deve ser arguente da mesma nem presidente de júri.
6 — O júri será presidido pelo membro professor do ISCTE mais antigo da categoria mais elevada e, em caso de impedimento, pelo que, segundo o mesmo critério, se lhe segue.
7 — O despacho de nomeação do júri deve, no prazo de cinco dias, ser comunicado por escrito ao candidato e afixado em local público do ISCTE.

16.º

Discussão da dissertação

1 — A discussão da dissertação só pode ter lugar com a presença de no mínimo três membros do júri e nela podem intervir todos os seus membros.
2 — A discussão da dissertação deve ser iniciada por uma exposição oral pelo candidato, sintetizando o conteúdo da dissertação, evidenciando os seus objectivos, meios utilizados para a sua realização e principais conclusões.
3 — A exposição oral referida no n.º 2 não deverá exceder vinte minutos.
4 — A discussão da dissertação não deverá exceder noventa minutos.
5 — Deve ser proporcionado ao candidato, na discussão, tempo idêntico ao utilizado pelos membros do júri.

17.º

Deliberação do júri

1 — O júri delibera sobre a classificação do candidato através de votação nominal fundamentada, não sendo permitidas abstenções.
2 — Em caso de empate, o membro do júri que assumir a presidência dispõe de voto de qualidade.
3 — A classificação final é expressa pelas fórmulas *Recusado* ou *Aprovado,* sendo esta com as classificações de *Bom, Bom com distinção* ou *Muito bom.*
4 — Estas classificações deverão ter em conta as classificações obtidas na parte escolar do curso.
5 — Da prova e reuniões do júri é lavrada acta, da qual constarão os votos emitidos por cada um dos seus membros e respectiva fundamentação.

18.º

Avaliação do curso

O coordenador científico deverá enviar no final da parte escolar à comissão científica relatórios de avaliação, que incluam as opiniões dos alunos e dos professores.

19.º

Funcionamento

O curso de mestrado iniciará o seu funcionamento no ano lectivo de 2004-2005, de acordo com os prazos definidos no artigo 7.º

ANEXO I

Curso de mestrado em Gestão Global (Cabo Verde)

1 — Área científica de referência — Gestão.
2 — Duração da parte escolar — cinco trimestres.
3 — Duração da preparação da dissertação — 12 meses após a conclusão da parte escolar.
4 — Número total de unidades de crédito necessários à conclusão da parte escolar — 28.
5 — Número total de unidades de crédito de disciplinas obrigatórias — 26.
6 — Número total de unidades de crédito de disciplinas optativas — 2.

ANEXO II

Plano de estudos

Disciplinas	Carga horária	Unidades crédito
1.º trimestre:		
Sistemas de Informação Contabilística e Financeira.	27	2
Gestão de SI/TI	27	2
Métodos Quantitativos I	27	2
2.º trimestre:		
Comportamento Organizacional	27	2
Métodos Quantitativos II	27	2
Economia Empresarial	27	2
3.º trimestre:		
Estratégia Empresarial	27	2
Marketing	27	2
Produção, Operações e Logística	27	2
4.º trimestre:		
Gestão de Recursos Humanos	27	2
Finanças Empresariais	27	2
Sistemas de Informação de Gestão	27	2
5.º trimestre:		
Optativa (a)	27	2
Seminário Avançado em Economia e Gestão	27	2
Total		28

(*a*) Empreendedorismo; Gestão Estratégica da Qualidade; Gestão Ambiental e de Recursos Naturais, e outras aprovadas pela comissão científica da UCE de Ciências de Gestão.

Deliberação n.º 550/2004. — *Deliberação do Senado n.º 7/2004.* — Por proposta do conselho científico e nos termos dos artigos 7.º e 25.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e do artigo 24.º dos Estatutos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), publicados no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 105, de 5 de Setembro de 2000, e dos Decretos-Leis n.ºs 155/89, de 11 de Maio, e 216/92, de 13 de Outubro, o Senado, na reunião de 21 de Janeiro de 2004, aprovou a criação do curso de mestrado em Marketing, como segue:

1.º

Criação

O Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) confere o grau de mestre em Marketing.

2.º

Organização

O curso especializado conducente ao mestrado em Marketing (adiante designado simplesmente por curso) organiza-se pelo sistema de unidades de crédito, conforme estabelecido no anexo I.

3.º

Grau e diploma

1 — O grau concedido é o de mestre em Marketing e será atribuído a quem obtiver aprovação nas disciplinas da parte escolar com classificação não inferior a 14 valores, no seminário de preparação para a dissertação com a designação de Metodologias e Técnicas de Investigação e na dissertação.
2 — A inscrição na dissertação pressupõe a aprovação prévia em todas as disciplinas da parte escolar do mestrado.
3 — A frequência com êxito das disciplinas que constituem a parte escolar dá lugar à atribuição de um diploma de pós-graduação em Marketing, com indicação de média final, em conformidade com o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Setembro.
4 — A média final referida no número anterior será obtida na escala de 0 a 20 valores, pelo cálculo da média ponderada das classificações obtidas nas diferentes disciplinas, sendo os coeficientes de ponderação iguais às unidades de crédito respectivas.

4.º

Regulamento

O regulamento do curso de mestrado é anexo a esta deliberação.

27 de Janeiro de 2004. — O Presidente, *João de Freitas Ferreira de Almeida.*

ANEXO

Regulamento do mestrado em Marketing

1.º

Objectivos

São objectivos próprios do curso o aprofundamento e actualização do conhecimento científico na área do Marketing.

2.º

Habilitações de acesso

1 — São admitidos à matrícula no curso os candidatos titulares do grau de licenciatura, ou equivalente, nas áreas da Gestão de Empresas e afins, com a classificação mínima de 14 valores.
2 — Poderão ser também admitidos à matrícula candidatos que tenham uma classificação de licenciatura inferior a 14 valores com base em apreciação curricular, caso em que o *Graduate Management Admission Test (GMAT)* é de realização obrigatória.

3.º

Limitações quantitativas

O número mínimo de inscrições é de 22 e o máximo de 30.

4.º

Plano de estudos

O plano de estudos do mestrado consta do anexo II. Existe ainda um período de pré-requisitos a realizar pelos candidatos com base na análise dos currículos e entrevistas efectuadas. Eventuais alterações aprovadas pelo conselho científico serão publicadas no *Diário da República* (2.ª série).

5.º

Coordenação

O mestrado será coordenado pela comissão científica da UCE de Ciência de Gestão e o seu coordenador científico será o Prof. Doutor Pedro Dionísio, cabendo-lhes as seguintes competências:

a) Ao coordenador científico:

Seleccionar os candidatos;
Coordenar as actividades lectivas e tutorais;
Propor os júris de provas de mestrado.

b) À comissão científica:

Aprovar os candidatos seleccionados;
Assegurar a coerência de orientação em relação aos outros cursos de mestrado do ISCTE;

Decidir a exclusão do curso de alunos que tenham revelado excesso de faltas às aulas;
Decidir ou propor a decisão sobre casos omissos na regulamentação ou no regulamento geral dos mestrados do ISCTE.

6.º

Critérios de selecção

Os candidatos à matrícula serão seleccionados segundo os seguintes critérios:

a) Classificação de licenciatura;
b) Classificação do *GMAT,* prova obrigatória para os candidatos com classificação final na licenciatura inferior a 14 valores e facultativa para os candidatos com classificação final na licenciatura igual ou superior a 14 valores;
c) *Curriculum vitae;*
d) Entrevista, se considerada necessária.

7.º

Prazos, calendário lectivo e avaliação

1 — Os prazos e o calendário lectivos serão fixados anualmente por despacho do presidente do ISCTE e publicados no *Diário da República,* 2.ª série.
2 — Para o ano lectivo de 2004-2005 são fixados os seguintes:

a) Candidaturas — de 1 de Junho a 30 Junho de 2004;
b) Matrícula e inscrição — de 7 de Julho a 22 de Julho de 2004;
c) Haverá ainda uma segunda fase de candidaturas e matrícula e inscrição para os candidatos que concluam o grau de licenciatura no ano lectivo anterior de 7 de Julho a 22 de Julho de 2004 e de 23 de Julho a 31 de Julho de 2004, respectivamente.
d) Início das actividades lectivas — 1 de Setembro 2004;
e) Calendário lectivo:

Pré-requisitos — de 1 a 15 de Setembro de 2004;
1.º trimestre — de 16 de Setembro a 31 de Dezembro de 2004;
2.º trimestre — de 2 de Janeiro a 2 de Abril de 2005;
3.º trimestre — de 3 de Abril a 31 de Julho de 2005;
4.º trimestre — de 1 a 30 de Setembro de 2006;

f) Final do prazo normal para entrega das dissertações — 30 de Setembro de 2006.

3 — Os alunos serão avaliados no final de cada trimestre lectivo.
4 — Os alunos poderão requerer a realização de exames em segunda época, no mês de Setembro, até duas disciplinas, prevalecendo no caso de melhoria de classificação a mais favorável ao aluno.

8.º

Propinas

As propinas serão fixadas pelo Senado do ISCTE, mediante proposta da comissão directiva da UCE de Ciências de Gestão.

9.º

Candidatura

As candidaturas serão apresentadas no secretariado do mestrado através de processo constante de:

a) Boletim de candidatura preenchido e assinado pelo próprio;
b) Certidão de licenciatura;
c) *Curriculum vitae;*
d) Resultado do *GMAT* (facultativo);
e) Uma fotografia;
f) Cópia do bilhete de identidade;
g) Cópia do cartão de contribuinte;
h) Pagamento de taxa de candidatura.

10.º

Reinscrição e prescrição

1 — É permitida a reinscrição dos alunos no ano seguinte ao da primeira inscrição, desde que o mestrado funcione, nas seguintes condições:

a) Até duas disciplinas, se as mesmas continuarem a pertencer à parte escolar, prevalecendo no caso de melhoria de classificação a mais favorável ao aluno;
b) Nas disciplinas em que não obtiveram aprovação na parte escolar, além de duas disciplinas, podendo solicitar as respectivas equivalências.

2 — Os alunos poderão requerer a reinscrição sem necessidade de apresentarem nova candidatura;
3 — A prescrição de matrículas é fixada em três anos após a inscrição inicial, salvo os casos de suspensão da contagem de prazo legalmente previstos.

11.º

Reedição dos cursos

A reedição dos cursos depende das disponibilidades de recursos humanos, materiais e financeiros existentes, da procura, da relevância social do curso e da avaliação científica e pedagógica do funcionamento dos mesmos em edições anteriores.

12.º

Orientação da dissertação

1 — A preparação da dissertação deve ser orientada por um professor ou investigador doutorado do ISCTE.
2 — Podem ainda orientar a preparação da dissertação professores e investigadores doutorados de outros estabelecimentos de ensino superior, bem como especialistas na área da dissertação reconhecidos como idóneos pela comissão científica.
3 — Em casos devidamente justificados pode admitir-se a co-orientação da dissertação por dois orientadores desde que um dos orientadores seja professor ou investigador doutorado do ISCTE.

13.º

Entrega da dissertação

1 — Terminada a elaboração da dissertação, o mestrando deve solicitar a realização de provas em requerimento dirigido ao presidente do conselho científico do ISCTE, acompanhado por:

a) Seis exemplares policopiados da dissertação;
b) Seis resumos da dissertação em português e inglês, acompanhados pela indicação de cerca de seis palavras chave;
c) Seis exemplares do *curriculum vitae.*
d) Certificado da conclusão da parte lectiva do mestrado;
e) Declaração do orientador declarando que a dissertação se encontra concluída e em condições de serem realizadas as provas;

2 — No caso de pretender solicitar a realização da dissertação em língua inglesa, o candidato deverá ainda entregar:

a) Requerimento fundamentando a sua pretensão, nomeadamente para efeito de publicação em revista científica internacional, dirigido ao presidente do ISCTE;
b) Declaração de concordância do orientador da dissertação;
c) Seis exemplares de um resumo da dissertação em língua portuguesa, que deve ter um mínimo de 15 páginas.

3 — Se a primeira versão for aceite como definitiva na primeira reunião do júri, o candidato entregará, nos 15 dias subsequentes, mais quatro exemplares definitivos, incluindo na capa e na primeira página o nome do ISCTE, o título da dissertação, o nome do orientador e do co-orientador, quando exista, o nome do candidato e a data.
4 — Se o júri proferir um despacho liminar em que recomenda ao candidato a reformulação da dissertação, o candidato disporá, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, de um prazo de 90 dias, improrrogáveis, durante o qual pode proceder às alterações que julgue adequadas.
5 — Reformulada a dissertação, o candidato deve proceder à entrega de 10 exemplares definitivos da dissertação e 10 resumos da mesma e proceder como descrito no n.º 3 no que respeita à capa e à primeira página.
6 — Se o candidato optar pela não reformulação da dissertação, procede-se, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 23 de Outubro, à marcação de provas públicas de dissertação.

14.º

Nomeação de júri

O júri será nomeado pelo presidente do ISCTE, sob proposta da comissão científica.

15.º

Composição do júri

1 — O júri para apreciação da dissertação de mestrado é nomeado nos 30 dias posteriores à sua entrega pelo presidente do ISCTE, sob proposta da comissão científica.

2 — O júri é constituído por:

a) Um professor doutorado do ISCTE na área científica em que se insere o curso de mestrado;
b) Um professor universitário — ou especialista, reconhecido como idóneo pelo conselho científico — da área específica do tema da dissertação;
c) O orientador, ou orientadores, da dissertação.

3 — Pelo menos um dos membros do júri terá, necessariamente, de pertencer a outra universidade ou, em todo o caso, ser exterior ao ISCTE.
4 — Poderão ainda integrar o júri outros professores doutorados do ISCTE, desde que não seja ultrapassado o número máximo de cinco membros.
5 — O orientador da dissertação não deve ser arguente da mesma nem presidente do júri.
6 — O júri será presidido pelo membro professor do ISCTE mais antigo da categoria mais elevada e, em caso de impedimento, pelo que, segundo o mesmo critério, se lhe segue.
7 — O despacho de nomeação do júri deve, no prazo de cinco dias, ser comunicado por escrito ao candidato e afixado em local público do ISCTE.

16.º

Discussão da dissertação

1 — A discussão da dissertação só pode ter lugar com a presença de um mínimo de três membros do júri e nela podem intervir todos os seus membros.
2 — A discussão da dissertação deve ser iniciada por uma exposição oral pelo candidato, sintetizando o conteúdo da dissertação, evidenciando os seus objectivos, meios utilizados para a sua realização e principais conclusões.
3 — A exposição oral referida no n.º 2 não deverá exceder vinte minutos.
4 — A discussão da dissertação não deverá exceder noventa minutos.
5 — Deve ser proporcionado ao candidato, na discussão, tempo idêntico ao utilizado pelos membros do júri.

17.º

Deliberação do júri

1 — O júri delibera sobre a classificação do candidato através de votação nominal fundamentada, não sendo permitidas abstenções.
2 — Em caso de empate, o membro do júri que assumir a presidência dispõe de voto de qualidade.
3 — A classificação final é expressa pelas fórmulas *Recusado* ou *Aprovado,* sendo esta com as classificações de *Bom, Bom com distinção* ou *Muito bom.*
4 — Estas classificações deverão ter em conta as classificações obtidas na parte escolar do curso.
5 — Da prova e reuniões do júri é lavrada acta, da qual constarão os votos emitidos por cada um dos seus membros e respectiva fundamentação.

18.º

Avaliação

O coordenador científico deverá enviar no final da parte escolar à comissão científica relatórios de avaliação que incluam as opiniões dos alunos e dos professores.

19.º

Funcionamento

O curso de mestrado iniciará o seu funcionamento no ano lectivo de 2004-2005 de acordo com os prazos definidos no n.º 7.º

ANEXO I

Curso de mestrado em Marketing

1 — Área científica de referência — Gestão.
2 — Duração da parte escolar — três trimestres lectivos.
3 — Duração da preparação da dissertação — 12 meses, após a conclusão do curso.
4 — Número total de unidades de crédito necessários à conclusão do curso — 18.
5 — Número total de unidades de crédito de disciplinas obrigatórias — 14.
6 — Número total de unidades de crédito de disciplinas optativas — 4.

ANEXO II

Plano de estudos

Disciplinas	Carga horária	Unidades de crédito
Pré-requisitos (*a*)	–	–
1.º trimestre		
Estratégia de Marketing	30	2
Comportamento do Consumidor	30	2
Estatística Multivariada	30	2
2.º trimestre		
Marketing Research	30	2
Animação de Equipas e Negociação	15	1
Projecto de Marketing	15	1
Criatividade e Inovação	15	1
Customer Relationship Management	15	1
3.º trimestre		
Projecto de Marketing	15	1
Direito do Marketing	15	1
Optativa	30	2
Optativa	30	2
4.º trimestre		
Metodologias e Técnicas de Investigação (*b*)	15	–
Total	–	18

(*a*) Contabilidade Financeira aplicada ao Marketing e Métodos Quantitativos, obrigatórias de acordo com análise curricular e entrevista.
(*b*) Seminário de preparação da dissertação.

Disciplinas optativas	Carga horária	Unidades de crédito
Gestão de Marcas	30	2
e-Marketing	30	2
Gestão de Equipa de Vendas	30	2
Distribuição e Gestão de Canais de Distribuição	30	2
Comunicação de Marketing	30	2
Marketing Turístico	30	2
Marketing de Serviços	30	2

INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DE COIMBRA

Escola Superior de Enfermagem do Dr. Ângelo da Fonseca

Despacho n.º 8798/2004 (2.ª série). — No uso da faculdade que me é conferida pelos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego ou subdelego as seguintes competências no chefe de repartição do quadro de pessoal da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca, José Gaudêncio, a exercer o cargo de secretário do mesmo quadro, em regime de substituição:
1 — Autorizar os pedidos de férias do pessoal não docente;
2 — Justificar as faltas do pessoal não docente;
3 — Autorizar as deslocações em serviço em território nacional, ajudas de custos e transportes públicos do pessoal não docente;
4 — Autorizar os pedidos de comissão gratuita de serviço do pessoal não docente para participar em acções de formação, dentro dos limites estabelecidos;
5 — Despachar assuntos relativos a ADSE, CGA, abono de família e prestações complementares;
6 — Despachar assuntos relativos a acidentes em serviço do pessoal não docente;
7 — Despachar pedidos de declarações, certidões, notas biográficas, diplomas e *curricula* escolares;
8 — Despachar boletins de serviço e outras comunicações internas que contenham aspectos de gestão corrente e relacionadas com os serviços de instalações e equipamentos e serviços gerais;
9 — Assumir a coordenação e controlo da qualidade dos serviços de alimentação;

10 — Autorizar as requisições internas de bens de inventário e de consumo corrente provenientes do pessoal não docente;
11 — Autorizar as aquisições de bens e serviços de consumo corrente;
12 — Autorizar as aquisições de bens de inventário de acordo com os programas de aquisições aprovados;
13 — Autorizar a entrega ou restituição de fundos alheios;
14 — Assinar correspondência que não se diriga aos órgãos da tutela, órgãos máximos de gestão de hospitais ou de outros serviços públicos;
15 — Triagem e encaminhamento da correspondência recebida;
16 — Autorizar a subdelegar, nas suas faltas e impedimentos, na chefe de secção Maria Odete de Freitas Carramanho Ribeiro Rodrigues estas competências.

Este despacho produz efeitos desde 8 de Janeiro de 2004, ficando por este meio ratificados todos os actos que, no âmbito das competências delegadas ou subdelegadas, tenham sido praticados.

16 de Abril de 2004. — A Directora, *Maria Teresa Calvário Antunes Martins.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Escola Superior de Enfermagem da Guarda

Despacho n.º 8799/2004 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Abril de 2004 do presidente do Instituto Politécnico da Guarda, foi autorizada a equiparação a bolseiro, a tempo parcial (sexta-feira, uma vez por semana, no período compreendido entre 5 de Março de 2004 e 25 de Maio de 2006), da docente da Escola Superior de Enfermagem da Guarda, Helena Maria Abrantes Mendes Belo, assistente do 1.º triénio.

15 de Abril de 2004. — O Presidente do Conselho Directivo, *Abílio Madeira Figueiredo.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Despacho n.º 8800/2004 (2.ª série). — Por despachos de 13 de Março e de 13 de Abril de 2004 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a prorrogação de equiparação a bolseiro, no País, no período de 16 de Dezembro de 2003 até ao final do ano lectivo de 2003-2004, ao professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria José Vítor Martins Ramos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Abril de 2004. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos Fernando Couceiro Sousa Neves.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras

Rectificação n.º 871/2004. — Por ter saído com inexactidão o contrato (extracto) n.º 358/2004, de Alexandra Maria da Silva Braga, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 53, de 3 de Março de 2004, a pp. 3640 e 3641, rectifica-se que onde se lê «a partir de 2 de Novembro de 2003 e validade até 31 de Outubro de 2004» deve ler-se «a partir de 2 de Novembro de 2003 e validade até 31 de Outubro de 2005».

1 de Abril de 2004. — O Vice-Presidente, *João António Rodrigues de Oliveira.*

Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Rectificação n.º 872/2004. — Por ter saído com inexactidão o contrato (extracto) n.º 618/2004, de Paulo Filipe Teixeira Aguiar, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 75, de 29 de Março de 2004, a p. 4995, rectifica-se que onde se lê «em regime de exclusividade» deve ler-se «em regime de tempo integral».

6 de Abril de 2004. — O Chefe da Divisão de Administração de Pessoal, *Luís Carlos Soares Fernandes.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Despacho (extracto) n.º 8801/2004 (2.ª série). — Por despachos de 18 de Março de 2004 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

João Miguel Loução da Silva Ferradal, encarregado de trabalhos da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Setúbal — autorizada a rescisão do contrato, por comum acordo, com efeitos a partir de 15 de Março de 2004.
Cátia Susana Baptista Rodrigues Cardoso, encarregada de trabalhos, em regime de tempo parcial a 50 %, da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Setúbal — autorizada a rescisão do contrato, por comum acordo, com efeitos a partir de 26 de Abril de 2004.

6 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8802/2004 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Fevereiro de 2004 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Ana Rita Ribeiro da Luz Caleiro, encarregada de trabalhos, em regime de tempo parcial a 50 %, da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Setúbal — autorizado o contrato administrativo de provimento como encarregada de trabalhos, em regime de tempo integral, por um ano, com a remuneração mensal ilíquida de € 896,85, com efeitos a partir de 3 de Fevereiro de 2004, por urgente conveniência de serviço.

14 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8803/2004 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Abril de 2004 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Carla Isabel Simão Nunes, técnica profissional de 2.ª classe da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal — autorizado o contrato administrativo de provimento como técnica profissional de 1.ª classe, por um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, com a remuneração de € 688,93, com efeitos a partir da presente publicação no *Diário da República,* considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.
Joaquim Manuel Cardim Fustigas, técnico profissional de 2.ª classe da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal — autorizado o contrato administrativo de provimento como técnico profissional de 1.ª classe, por um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, com a remuneração de € 688,93, com efeitos a partir da presente publicação no *Diário da República,* considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.
Sónia Alexandra Costa Matos Cordeiro, técnica profissional de 2.ª classe da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal — autorizado o contrato administrativo de provimento como técnica profissional de 1.ª classe, por um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, com a remuneração de € 688,93, com efeitos a partir da presente publicação no *Diário da República,* considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

19 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8804/2004 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Março de 2004 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Mariana Hilária Henriques Gomes Serrano Borralho — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de acumulação a 50 %, por seis meses, para exercer funções na Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico, com a remuneração mensal ilíquida de € 493,24, com efeitos a partir de 1 de Março de 2004, por urgente conveniência de serviço.

19 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8805/2004 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Dezembro de 2003 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Tiago Duarte Nascimento, encarregado de trabalhos, em regime de tempo parcial, 50 %, da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Setúbal — autorizado o contrato administrativo de provimento como encarregado de trabalhos, em regime de tempo integral, por um ano, com a remuneração mensal ilíquida de

€ 896,85, com efeitos a partir de 9 de Dezembro de 2003, por urgente conveniência de serviço.

19 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8806/2004 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Outubro de 2003 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Elisabete Sofia da Silva Jesus — autorizado o contrato administrativo de provimento, em regime de tempo parcial a 50 %, como encarregada de trabalhos, por um ano, para exercer funções na Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Setúbal, com a remuneração de € 448,43, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2003, por urgente conveniência de serviço.

19 de Abril de 2004. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Despacho n.º 8807/2004 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Abril de 2004 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Dr. Pedro Filipe Pereira Pinheiro da Cruz, docente do Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Tecnologia — autorizado o pedido de deslocação ao estrangeiro nos dias 15 e 16 de Abril de 2004.

15 de Abril de 2004. — O Administrador, *Mário Luís Guerra Sequeira e Cunha.*

ÁGUAS DO MINHO E LIMA, S. A.

Anúncio n.º 85/2004 (2.ª série). — *Incompatibilidades e impedimentos.* — Nos termos do disposto no n.º 3 e para efeitos do n.º 4 do artigo 7.º da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, publica-se o extracto da acta da assembleia geral da Águas do Minho e Lima, S. A.:

«Acta n.º 4

Aos 25 de Março de 2003, pelas 15 horas, reuniu na sede social, na cidade de Viana do Castelo, sita no Edifício de Socorros a Náufragos, Zona Portuária, a assembleia geral anual da Águas do Minho e Lima, S. A., sociedade comercial anónima matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Viana do Castelo sob o n.º 2715, com o capital social de € 16 500 000, titular do número de identificação de pessoa colectiva 505115050.

A assembleia geral foi convocada com a seguinte ordem do dia:

[...]

4) Eleição dos membros dos órgãos sociais para o triénio de 2003-2005.

[...]

Presidente — engenheiro Arnaldo Lobo Moreira Pêgo [...]

Que o presidente do conselho de administração fique desde já autorizado a acumular o cargo com o exercício de funções no âmbito da ADp — Águas de Portugal, SGPS, S. A., incluindo as de membro de órgãos sociais de empresas do Grupo Águas de Portugal, com fundamento no interesse para a sociedade de uma estreita ligação com o mesmo.

[...]

Não havendo mais nada a deliberar, foi a reunião encerrada pelas 17 horas e 30 minutos, dela tendo sido lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo presidente e secretária da mesa da assembleia geral.»

20 de Fevereiro de 2004. — Pela Águas do Minho e Lima, S. A., *(Assinatura ilegível.)*

HOSPITAL DE SANTA CRUZ, S. A.

Deliberação (extracto) n.º 551/2004. — Por deliberação de 1 de Abril de 2004 do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, S. A.:

Manuel António Belo da Costa, enfermeiro do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz, S. A. — autorizada a atribuição do regime de trabalho de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais), de 1 a 30 de Abril de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Abril de 2004. — O Director de Serviços de Recursos Humanos, *Pedro Alexandre.*

Deliberação (extracto) n.º 552/2004. — Por deliberação de 11 de Abril de 2004 do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, S. A.:

Francisco José Vaz Nunes Amaral, Alexandra Sofia dos Santos Botelho Sul, Gina da Conceição Berrincha Rodrigues Pais e Paula Filipa Mendes Tomás Taborda, enfermeiros do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz, S. A. — autorizada a atribuição do regime de trabalho de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais), de 4 de Abril a 3 de Outubro de 2004. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Abril de 2004. — O Director de Serviços de Recursos Humanos, *Pedro Alexandre.*

Deliberação (extracto) n.º 553/2004. — Por deliberações de 11 e 4 de Março de 2004 do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, S. A.:

Maria Celeste Silva Mendes Trindade, Maria Irene Mano de Pinho, Paula Cristina Pinto da Silva, Maria Nazaré da Graça de Vilhena Ayres, Cristina Isabel de Matos Branco Santos, Eva Hernandez Calderon, Luísa de Jesus Revez Saraiva, Inês Posada Lopez, Isabel Teresa Veludo Fernandes, Maria Cesaltina Carragel dos Santos, Paulo Mário Martins Torres do Carmo Carvalho, Ana Sofia Lapa de Brito, Maria de Fátima dos Santos Leal Fernandes, Maria dos Anjos Videira Fernandes, Graça Maria Moreira Mendes, Maria João Paula Magalhães Marques, Flora Botelho Gomes, Alexandre Cristina Marques Lobato Palmela Correia, Cláudia Susana Possolo Correia Ribeiro Rodrigues, Maria Adelina Russo Pinto, Palmira Maria Pinto Gomes, Sandra Marisa Saraiva Matias, Sandra Jesus Justo Panelas Proença dos Reis, Sílvia Cristina Rodrigues Caldeira, Sílvia Cristina Rua Polonio Pereira Castro, Carla Alexandra Jesus Pereira da Graça, Sónia da Conceição Pinto Panasco, Sara Patrícia Afonso de Sousa Pereira de Castro Lobo, Elsa Maria Matias de Moura, Maria João Oruguela Figueiredo Ramos, Andreia Villar Paes Mendes, Íris Maria Monteiro de Brito, José Carlos Barreira Pires, Cristina Maria Lobo de Gouveia Oliveira, Rita Cristina da Cruz dos Reis Carvalho, Sandra Maria Piteira do Atalho, Ana Rosa Arruda Cone Aguiar, Ana de Lurdes Pinto Ramos Viegas, Hélia Maria Ferreira Bernardes, Gabriela Amâncio dos Santos Gomes Ribeiro, Nuria Milagros Manzano Tejedor, Eurídice Martins Coimbra Marques, Maria do Rosário Pereira Lopes Ferreira, Maria João Cristovão da Silva, Maria de Fátima Moreira Marques Zuzarte Sousa, Zélia Dias da Costa Seixas Martins, Maria José Caldas Adriano Piteira, Elisabete Gonçalves Avelar Dias, Alexandra Maria Viçoso André Crespo e Mafalda Sofia de Jesus Paixão Catarino, enfermeiros do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz, S. A. — autorizadas as renovações do regime de trabalho de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais), de 1 de Abril a 30 de Setembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Abril de 2004. — O Director de Serviços de Recursos Humanos, *Pedro Alexandre.*

HOSPITAL DE SANTO ANDRÉ, S. A.

Deliberação (extracto) n.º 554/2004. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Santo André, S. A., de 25 de Março de 2004:

Lúcia Duarte Rolo Tomé Sequeira, enfermeira graduada deste Hospital — autorizada a licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2004.

14 de Abril de 2004. — O Administrador, *Licínio Oliveira de Carvalho.*

Deliberação (extracto) n.º 555/2004. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Santo André, S. A., de 25 de Março de 2004:

Maria de Fátima Leite Fernandes, técnica superior principal de serviço social deste Hospital — nomeada definitivamente, precedendo concurso, assessora da carreira de técnico superior de serviço social, com efeitos à data da aceitação da nomeação, ficando exonerada

da anterior categoria a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Abril de 2004. — O Administrador, *Licínio Oliveira de Carvalho.*

Deliberação (extracto) n.º 556/2004. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Santo André, S. A., de 7 de Abril de 2004:

Ana Cristina Gregório Gomes de Oliveira, técnica de Diagnóstico e Terapêutica de 1.ª classe, área de análises clínicas e saúde pública, deste Hospital — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica principal de análises clínicas e saúde pública, com efeitos à data da aceitação da nomeação, ficando exonerada da anterior categoria a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Abril de 2004. — O Administrador, *Licínio Oliveira de Carvalho.*

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA FRANCISCO GENTIL — CENTRO REGIONAL DE ONCOLOGIA DE COIMBRA, S. A.

Deliberação n.º 557/2004. — Por deliberação de 11 de Março de 2004 do conselho de administração deste Centro:

António Mendes Coelho, enfermeiro-chefe, nível 2, do quadro deste Centro — autorizada a renovação do regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) a partir de 1 de Abril de 2004, pelo período de um ano.
Maria Filomena Ribeiro Monteiro, enfermeira especialista, nível 2, do quadro deste Centro — autorizada a renovação do regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) a partir de 1 de Abril de 2004, pelo período de um ano.
Maria João Tocantins Pais Figueiredo, enfermeira especialista, nível 2, do quadro deste Centro — autorizada a renovação do regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) a partir de 1 de Abril de 2004, pelo período de seis meses.

Por deliberação de 15 de Março de 2004 do conselho de administração deste Centro:

António Alfonso Rodrigues Tavares, enfermeiro especialista, nível 2, do quadro deste Centro — autorizado a praticar o regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) a partir de 1 de Abril de 2004, pelo período de três meses.
Anunciação Ferreira Dionísio, Cristina Maria Ramos Oliveira, Fernando Manuel Trindade Coelho Rego, Isabel Maria Pinto Lopes, Isaura Silva Pereira Rangel, Maria Isabel Matos Vilhena Sustelo Rosa e Maria Manuela Pereira Ricardo Pires Garimpo, enfermeiros graduados, nível 1, do quadro deste Centro — autorizados a praticar o regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) a partir de 1 de Abril de 2004, pelo período de três meses.
Paula Cristina Cabral Esteves, enfermeira, nível 1, do quadro deste Centro — autorizada a praticar o regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) a partir de 1 de Abril de 2004, pelo período de três meses.

12 de Abril de 2004. — O Administrador Hospitalar, *Carlos Gante.*

Deliberação n.º 558/2004. — Por deliberação de 8 de Abril de 2004 do conselho de administração deste Centro:

Odete Susana Sousa Lourenço Conde, enfermeira graduada, nível 1, do quadro deste Centro — autorizada a praticar o regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) a partir de 15 de Abril de 2004, pelo período de dois meses.

15 de Abril de 2004. — O Administrador Hospitalar, *Carlos Gante.*

Deliberação n.º 559/2004. — Por deliberação do conselho de administração deste Centro de 23 de Março de 2004:

Maria Luisete Brites Monteiro Folques Alves, técnica especialista de análises clínicas e saúde pública, do quadro de pessoal deste Centro, de nomeação definitiva — autorizada a praticar o regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais), a partir de 1 de Abril de 2004 e pelo período de um ano. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Abril de 2004. — O Administrador Hospitalar, *Carlos Gante.*

Deliberação n.º 560/2004. — Por deliberação de 25 de Fevereiro de 2004 do conselho de administração deste Centro:

Carla Manuela Pinheiro Azevedo, técnica de 2.ª classe de radioterapia do quadro deste Centro, de nomeação definitiva — autorizado o gozo de licença sem vencimento, por um ano, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2004, nos termos dos artigos 76.º e 77.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

16 de Abril de 2004. — O Administrador Hospitalar, *Carlos Gante.*

Deliberação n.º 561/2004. — Por deliberação do conselho de administração deste Centro de 2 de Março de 2004:

Vasco Dinis Ferreira da Cunha Serra, técnico principal de anatomia patológica, do quadro de pessoal deste Centro, de nomeação definitiva — autorizado a praticar o regime de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) a partir de 1 de abril de 2004 e pelo período de um ano. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Abril de 2004. — O Administrador Hospitalar, *Carlos Gante.*

Deliberação n.º 562/2004. — Por deliberação do conselho de administração deste Centro de 23 de Março de 2004:

Carla Maria Belo Mourato, assistente hospitalar de anestesiologia, do quadro de pessoal deste Centro, de nomeação definitiva — autorizada a praticar o regime de dedicação exclusiva, quarenta e duas horas, a partir de 1 de Abril de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Abril de 2004. — O Administrador Hospitalar, *Carlos Gante.*

ORDEM DOS ADVOGADOS

Edital n.º 549/2004 (2.ª série). — Para os legais efeitos, torna-se público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 13 de Abril de 2004 e com efeitos a partir da mesma data, ao abrigo do artigo 37.º, n.º 1, alínea *d*), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março, alterado e republicado pela Lei n.º 80/2001, de 20 de Julho, e do artigo 11.º, n.º 1, alínea *d*), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados-Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, foi levantada a suspensão da inscrição do Dr. Fernando Pereira Brites (cédula profissional n.º 12834-L), tendo sido nesta data feitos todos os averbamentos e comunicações.

14 de Abril de 2004. — O Bastonário, *José Miguel Júdice.*

Edital n.º 550/2004 (2.ª série). — Para os legais efeitos, torna-se público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 15 de Abril de 2004 e com efeitos a partir da mesma data, ao abrigo do artigo 37.º, n.º 1, alínea *d*), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março, alterado e republicado pela Lei n.º 80/2001, de 20 de Julho, e do artigo 11.º, n.º 1, alínea *d*), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados-Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, foi levantada a suspensão da inscrição do Dr. Alves de Moura (cédula profissional n.º 2742-P), tendo sido nesta data feitos todos os averbamentos e comunicações.

15 de Abril de 2004. — O Bastonário, *José Miguel Júdice.*

Edital n.º 551/2004 (2.ª série). — Para os legais efeitos, torna-se público que, por despacho do bastonário da Ordem dos Advogados de 15 de Abril de 2004 e com efeitos a partir da mesma data, ao abrigo do artigo 37.º, n.º 1, alínea *d*), do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março, alterado e republicado pela Lei n.º 80/2001, de 20 de Julho, e do artigo 11.º, n.º 1, alínea *d*), do Regulamento de Inscrição de Advogados e Advogados-Estagiários, aprovado em sessão do conselho geral de 7 de Julho de 1989, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 139, de 19 de Junho de 2002, foi levantada a suspensão da inscrição do Dr. Fernando Leça (cédula profissional n.º 155-M), tendo sido nesta data feitos todos os averbamentos e comunicações.

16 de Abril de 2004. — O Bastonário, *José Miguel Júdice.*

AVISO

1 — Abaixo se indicam os preços das assinaturas do *Diário da República* para o ano 2004 em suporte de papel, CD-ROM e Internet.
2 — Não serão aceites pedidos de anulação de contratos de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.
3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de contrato de assinatura que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.
4 — A efectivação dos pedidos de contratos de assinaturas, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas livrarias.
5 — Toda a correspondência sobre contratos de assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa (fax: 213945750; e-mail: assinaturas.dr@incm.pt).

Preços para 2004

(Em euros)

PAPEL (IVA 5%)	
1.ª série	150
2.ª série	150
3.ª série	150
1.ª e 2.ª séries	280
1.ª e 3.ª séries	280
2.ª e 3.ª séries	280
1.ª, 2.ª e 3.ª séries	395
Compilação dos Sumários	50
Apêndices (acórdãos)	80
DAR, 2.ª série	72

BUSCAS/MENSAGENS (IVA 19%) [1]	
E-mail 50	15,50
E-mail 250	46,50
E-mail 500	75
E-mail 1000	140
E-mail+50	26
E-mail+250	92
E-mail+500	145
E-mail+1000	260

ACTOS SOCIETÁRIOS (IVA 19%)	
100 acessos	23
250 acessos	52
500 acessos	92
N.º de acessos ilimitados até 31-12	550

CD-ROM 1.ª série (IVA 19%)		
	Assinante papel [2]	Não assinante papel
Assinatura CD mensal	180	225

INTERNET DIÁRIO DO DIA (IVA 19%)	
1.ª série	120
2.ª série	120
3.ª série	120

INTERNET (IVA 19%)		
Preços por série [3]	Assinante papel [2]	Não assinante papel
100 acessos	96	120
250 acessos	216	270
Ilimitado	400	500

[1] Ver condições em http://www.incm.pt/servlets/buscas.
[2] Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.
[3] 3.ª série só concursos públicos.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85
ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

€ 6,40

Diário da República Electrónico: Endereço Internet: http://www.dre.pt
Correio electrónico: dre @ incm.pt•Linha azul: 808 200 110•Fax: 21 394 57 50

INCM

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LIVRARIAS

- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 — 3800-040 Aveiro
  Forca Vouga
  Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
  Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
  Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 50 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
  Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
  Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
  Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
  Telefs. 21 324 04 07/8 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
  Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Avenida de Roma, 1 — 1000-260 Lisboa
  Telef. 21 840 10 24 Fax 21 840 09 61
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
  Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
  Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29